

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

## **HOMENS E ÁRVORES NO ECÚMENO COLONIAL**

**Uma história ambiental da indústria madeireira  
na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825**

DIOGO DE CARVALHO CABRAL

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Pádua  
Co-orientador: Prof. Dr. Maurício de Almeida Abreu

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS)  
como requisito parcial para a obtenção do título  
de Mestre em História Social.

Rio de Janeiro  
2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

# HOMENS E ÁRVORES NO ECÚMENO COLONIAL

Uma história ambiental da indústria madeireira  
na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825

DIOGO DE CARVALHO CABRAL

*Eu empreenderei êste tra[bal]ho. Não  
tenho esperança de o dar perfeito: mas  
deixarei um esboço; e darei o impulso,  
para que outros continuem [...]*

—FRANCISCO FREIRE ALEMÃO

“Tentativa duma história das florestas da Província do Rio de Janeiro”, 1849.



## RESUMO

O trabalho teve por objetivo estudar a indústria madeireira – entendida no sentido marxista, como um processo de trabalho – nos limites da bacia hidrográfica do rio Macacu, localizada na porção norte-oriental do Recôncavo da Guanabara, antiga Capitania do Rio de Janeiro, entre 1763 e 1825. Este objeto é desdobrado segundo três grandes “frentes” de investigação: (1) a reconstrução da paisagem florestal e a diversidade de usos da matéria lenhosa, (2) a apropriação estatal e (3) a apropriação privada originada daqueles usos.

Usando documentação primária do último quartel do setecentos, principalmente do pequeno período pós-1797 (ano-chave para a produção de fontes florestais no Brasil), me foi possível chegar, no primeiro capítulo, a estimativas razoáveis da paisagem florestal – tanto em termos espaciais quanto estruturais –, bem como determinar como essa matéria bruta era transformada em recurso social. Se o século XVIII representou um ponto de inflexão na história da Mata Atlântica, no sentido de taxas de desflorestamento exponencialmente maiores, a bacia do Macacu parece ter constituído, ainda no final da centúria, um grande “refúgio” do bioma, com uma enorme variedade de espécies vegetais propícias à exploração madeireira, com finalidades múltiplas.

No segundo capítulo, uso documentação administrativa (principalmente correspondência oficial) para mostrar que o manejo florestal era muito mais complexo do que a simples leitura das prescrições contidas nas cartas régias poderia levar a pensar. Inspirando-me nos *insights* de E. P. Thompson, descrevo a instituição das madeiras-de-lei como uma prática florestal que emergia como resultado dinâmico das relações sócio-políticas estabelecidas entre uma proto-burocracia florestal – concebida como um grupo de indivíduos dotados de interesses pessoais e conscientes das peculiaridades sociais e ecológicas do ambiente no qual atuavam – e os produtores rurais privados, para os quais o acesso contínuo à madeira era fundamental.

Finalmente, no terceiro capítulo, meu objetivo maior é formular um modelo que dê conta da simbiose verificada entre indústria madeireira e a dinâmica da agricultura tropical extensiva. Baseio-me, então, largamente, na análise de uma lista nominativa de 1797, referente ao distrito de Santo Antônio de Sá, para demonstrar essa ligação estrutural. O que surge dessa análise é a constatação de que a lavra madeireira estava estreitamente imbricada ao processo de expansão do mercado interno de alimentos, no final do setecentos e início do oitocentos.

## ABSTRACT

The aim of this dissertation is to study the timber industry – understood in the Marxist sense, as a work process – in the limits of the Macacu hydrographic basin, located in the northeast portion of the Guanabara plain, formerly Rio de Janeiro captaincy, between 1763 and 1825. This object has been unfolded according to three major investigation “fronts”: the reconstruction of the forested landscape and the diversity of timber uses, the royal appropriation, and the private appropriation originated from those uses.

Using primary documentation from the last quarter of the eighteenth century, specially the small period post-1797 (key-year for the production of forest sources in Brazil), it was possible, in the first chapter, to estimate the forest landscape – both in spatial and structural terms – as well as to define how this raw material was transformed in social resources. If the eighteenth century has witnessed a turning point in the history of Brazilian Atlantic Forest, in the sense of exponentially higher deforestation rates, the Macacu basin seems to have been, even in the end of the century, a great “refugee” of the biome, with an enormous variety of tree species suitable to timbering activities, and with multiple ends.

In the second chapter, I use administrative documentation (especially official mailing) in order to show that forest management was far more complex than the simple reading of royal letters prescriptions would lead one to think. Drawing on E. P. Thompson’s insights, I describe the “timbers-under-the-law” institution as a forest practice that emerged as a dynamic result of socio-political relations established between a proto-forest bureaucracy – conceived as a group of individuals with personal interests and aware of the social and ecological peculiarities of their surrounding environment – and the rural private producers for whom continuous access to timber was crucial.

Finally, in the third chapter, my major objective is to formulate a model that coherently sketches the symbiosis between timber industry and extensive tropical agriculture.

I have based myself largely on the analysis of a nominative list from 1797 concerning the Santo Antonio de Sá district in order to demonstrate this structural linkage. What emerges from this analysis is a picture where timbering was tightly attached to the process of expansion of foodstuff internal market in the end of eighteenth and the beginning if nineteenth centuries.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, José Augusto Pádua e Maurício Abreu, não por acaso um historiador e o outro geógrafo, o primeiro acolhendo generosamente e ampliando interesses e curiosidades intelectuais em mim despertadas pelo segundo. Como se não fosse o bastante, sempre encararam com solicitude e compreensão os meus constantes reclamos por leituras dos manuscritos que, depois de 857,3 alterações, vieram a compor a versão final desta bendita dissertação.

À FAPeVeM (Fundação de Amparo à Pesquisa Velha dos Milagres) que, *pari passu* à CAPES, contribuiu decisivamente para a viabilização financeira deste trabalho. Minha dívida é, principalmente, com a coordenadora da instituição, a senhora Isis Mascarenhas de Carvalho, mecena incansável da ciência brasileira. A ela, meu muito obrigado. Ah, sim, já ia me esquecendo: amo-te, vó.

À minha mãe, pela sua translucida e auto-reprimida alegria de viver. Como diria Cazusa, “o nosso amor a gente inventa/ pra se distrair/ e quando acaba a gente pensa/ que ele nunca existiu”. Estivemos sempre, acredito, inventando mil e uma formas de amar um ao outro; a diferença, agora, é que sei disso e nunca me esquecerei de nenhuma delas.

Aos professores Manolo Florentino e Mônica Ribeiro, pelas excelentes sugestões de leitura.

Ao professor João Fragoso, pelas grandes lições metodológicas.

Ao professor Antônio Carlos Jucá de Sampaio, pelo incentivo e pela leitura atenta de um de meus textos, além, é claro, do livro com que me presenteou com dedicatória e tudo.

Ao professor Nireu Cavalcanti, pelo auxílio com as fontes sobre materiais e processos construtivos, além da generosíssima acolhida em sua casa.

Ao professor Christian Brannstrom, pela leitura atenta e crítica de um de meus textos.

Ao professor Shawn W. Miller, referência onipresente ao longo desta dissertação, pelas *muito frutíferas* conversas (não deu para perder a piada, foi mais forte do que eu) por correio eletrônico e pela cortesia e generosidade com que recebeu um voraz crítico de sua obra.

Aos dois revisores anônimos da *Luso-Brazilian Review*, pelas muito oportunas críticas e sugestões a um manuscrito que enviei para publicação na referida revista.

À sempre amiga Simone, ecóloga da paisagem e das idéias *à la* Gregory Bateson e uma eterna incentivadora do meu tortuoso devir. *By the way*, (já me ia esquecendo), tudo isto aqui começou numa conversa com a própria Dr.<sup>a</sup> Simone R. Freitas, no saudoso Laboratório de Vertebrados, em meados de 2004... O quanto tenho a agradecê-la!

À Betinha, filha por opção que, com seu rosto e coração mais doces do que chuva, trouxe uma nova e genuína alegria à alma de quem nunca soube ao certo o que era uma família. Mas agora eu sei que estamos todos indo para casa. Não sei bem aonde é, mas eu sei que estamos a caminho; eu sei...

Ao Seu Alcântara, que sempre trouxe aquela cervejinha gelada quando eu mais precisei.

À amiga e colaboradora Susana Cesco, sempre uma ótima interlocutora nos debates sobre história florestal.

Ao mestre Woody Allen, pelas fundamentais lições de desregramento e anarquia intelectual. Do Rio a Nova York, os agradecimentos platônicos do seu eterno pupilo.

Ao Miguel de Cervantes, cuja obra-prima sempre me arrancava boas gargalhadas à noite, antes de dormir.

Ao Ingmar Bergman, pela primeira seqüência de *Luz de Inverno*, sonífero porreta!

Ao Rivotril, Lexotan e mais, recentemente, ao glorioso Olcadil (nas suas versões genéricas, claro), pelas noites (bem?) dormidas.

Finalmente, a você, vovô, pelo colo tímido, pelas “festas” na cabeça, pelo sorriso agridoce, pela torcida cruz-maltina (quase sempre mal-sucedida) na poltrona da sala. Tua camisa ainda me afaga, apesar de rasgada. Teu “bichão” sente e sentirá para sempre demais a tua falta. Dedico essa dissertação a você, meu pai.

## ÍNDICE

### ***INTRODUÇÃO 1***

América portuguesa: uma civilização da madeira 5

Definindo os contornos: o que se tentará o e o que não se tentará fazer 10

Outras advertências preliminares 15

### ***Capítulo I – ‘Pau-pra-toda-obra’: Da paisagem florestal aos recursos madeireiros***

1.1. O problema da linha de base biofísica 19

1.2. O problema do recorte espacial: limites naturais, limites políticos 28

1.3. Os pontos de apoio 42

1.4. A floresta macacuana na segunda metade do século XVIII 52

1.5. O conhecimento da floresta e os usos da madeira 82

### ***Capítulo II – Do Sertão à Ribeira, da Colônia ao Império: Legislação florestal e corte das madeiras navais***

2.1. A madeira e a formação do império ultramarino português 115

2.2. A indústria naval no Rio de Janeiro 122

2.3. O que se escreve e o que se faz 128

2.4. O corte das madeiras navais nos “sertões do Macacu” 152

2.5. Árvores do rei, floresta do povo 179

### ***Capítulo III – Entre o Machado e o Tição: Mecanismos associativos entre a agricultura tropical extensiva e o matejo privado***

3.1. Em busca de uma racionalidade 202

3.2. Agricultura itinerante e extrativismo madeireiro:  
formulando uma hipótese 204

3.2.1. O aproveitamento madeireiro como estratégia de compensação  
parcial dos custos da produção da terra agricultável 218

3.3. Primeira aproximação empírica: o colonial tardio fluminense 225

3.3.1. Organização da produção 225



- 3.3.2. Técnicas e tecnologia **236**
- 3.3.3. O comércio madeireiro **243**
- 3.4. Segunda aproximação empírica: Santo Antônio de Sá de Macacu **247**
  - 3.4.1. Crítica da fonte **247**
  - 3.4.2. O panorama da economia agrária **253**
  - 3.4.3. Terminologia da produção madeireira **263**
  - 3.4.4. Produtores rurais e indústria madeireira **265**
- 3.5. História agrária como história florestal **280**

**CONCLUSÕES 286**

**FONTES 292**

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.1. Área de estudo **43**
- Figura 1.2. Máximo transgressivo holocênico (entre 6.000 e 5.000 anos A.P.) **47**
- Figura 1.3. Cartas topográficas da capitania do Rio de Janeiro, folha 07 **55**
- Figura 1.4. Representação cartográfica do rio Macacu feita em 1819 para subsídio da instalação da Colônia de Nova Friburgo **61**
- Figura 1.5. Altura total e fuste **81**
- Figura 1.6. Esquema de um asramento **91**
- Figura 1.7. Estrutura em gaiola **98**
- Figura 1.8. Aproveitamento da curvatura natural das árvores **107**
- Figura 2.2. Instalações e edifícios do Arsenal de Marinha no fim do vice-reinado **126**
- Figura 2.3. Vista panorâmica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro em 1819 **127**
- Figura 2.4. Organização administrativa do corte naval da Posse **180**
- Figura 2.5. Organização administrativa do corte naval Papocaya **180**
- Figura 3.1. Vegetação original do Rio de Janeiro **231**
- Figura 3.2. Distritos produtores de tabuados da Capitania do Rio de Janeiro em 1778 **232**
- Figura 3.3. “Negros serradores de tábuas” **240**

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1.1. Categorização dos préstimos de acordo com os setores de emprego **87**

Tabela 2.1. Madeiras que se achavam prontas até o fim do mês de junho de 1799,  
no Corte Real da Posse (Itaboraí) **160**

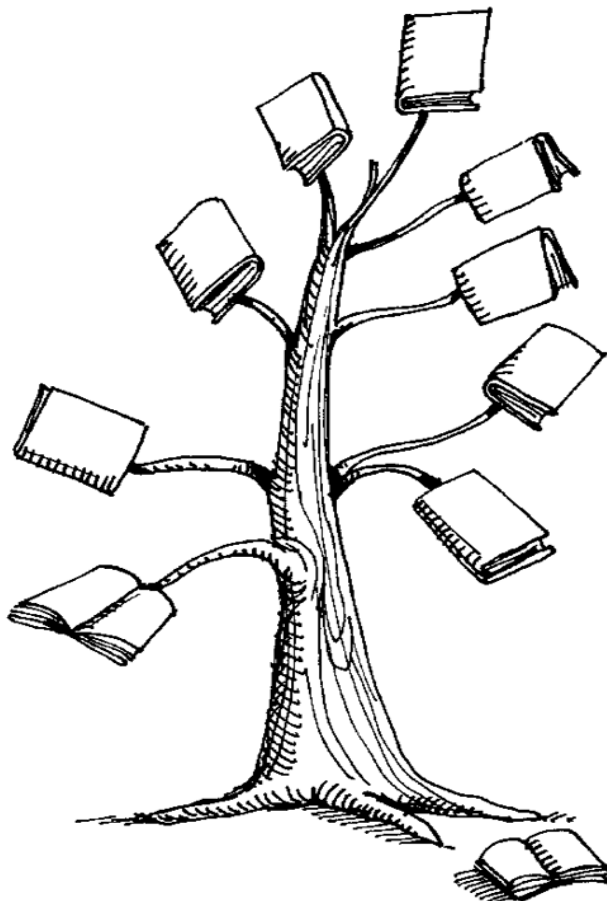
## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 3.1. Distribuição de frequências para a variável produção madeireira **266**

Gráfico 3.2. Cruzamento entre classes profissionais e classes de produção madeireira **268**

Gráfico 3.3. Quantidade média de peças fabricadas por unidade  
de classe sócio-profissional **268**

## Introdução



*Na cultura alemã, onde se iniciou a moderna silvicultura, alguns entusiastas resolveram ir além dos volumes de botânica que apenas ilustravam a taxonomia das árvores. Decidiram produzir os livros com o próprio material que constituía seu tema [...]. Mas os livros de madeira não eram um mero capricho, um belo trocadilho sobre o significado do cultivo. Ao homenagear a matéria vegetal da qual se compunha, como toda a literatura, a biblioteca de madeira afirmou admiravelmente a necessidade de união entre cultura e natureza.*

— SIMON SCHAMA



Livros de madeira. Seriam tais objetos realmente tão estranhos à nossa experiência cotidiana da contemporaneidade? Embora, hoje em dia, já se comece a produzir folhas de papel a partir de outros materiais que não a celulose, a maior parte dos registros escritos humanos foram, por quase dois mil anos, feitos sobre “pasta de madeira”. Além de sua função metalingüística, a *xylothèque* é uma maravilhosa hipérbole que indica a importância crucial da madeira para as sociedades humanas. Um estudo sobre a *indústria madeireira*<sup>1</sup> como este que ora introduzo utiliza, obrigatoriamente, essas duas funções de linguagem – metáfora e hipérbole; pretende-se, afinal de contas, escrever *na* madeira e *sobre* a madeira.

Este parece ser um ponto de partida interessante, pois tem o poder de provocar, logo de cara, um estranhamento em nós, homens e mulheres pertencentes a uma época que alguns chamam de pós-moderna, acostumados a conceber árvores e florestas como gigantescos jardins para os quais voltamos, nos finais de semana, nossas vistas cansadas da monotonia cinzenta do habitat citadino. Hoje em dia, quando as matas encolheram a menos da metade do espaço deixado ao desenvolvimento urbano, nossa atitude é muito diferente de alguns séculos atrás: consideramos que é melhor plantar árvores do que derrubá-las.<sup>2</sup> A maioria de nós, habitantes das cidades do começo do século XXI, encara árvores e florestas com olhos contempladores, como se fossem amenidades quase naturais, apesar delas serem, muitas vezes, a expressão última da mão transformadora do homem.

Sabe-se que esse processo de distanciamento intelectual do Homem em relação aos próprios processos que lhe sustentam tem suas raízes na ascensão da modernidade capitalista. A alienação social impulsionada pelo “fetichismo da mercadoria”, como denominou Marx, oblitera de nosso campo de visão

---

<sup>1</sup> É preciso assinalar que o termo *indústria* é usado, aqui, não na sua acepção atual, mas no seu sentido teórico marxista, isto é, representando um *processo de trabalho*. O metabolismo dos seres humanos com a natureza é o processo pelo qual os seres humanos se apropriam dos meios para preencher suas necessidades e devolver outros valores-de-uso para a natureza. Neste sentido, então, “a indústria é a relação histórica real da natureza [...] para com o homem”. MARX, **Early writings**, citado por SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p.72.

<sup>2</sup> THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p.235.

as condições de trabalho e de vida, a alegria, a raiva ou frustração que estão por trás da produção de mercadorias, os estados de ânimo dos produtores, tudo isso está oculto de nós ao trocarmos um objeto (o dinheiro) por outro (a mercadoria). Podemos tomar nosso café da manhã sem pensar na miríade de pessoas envolvidas na sua produção.<sup>3</sup>

Mas essa alienação não pode ser somente *social*. Porque pessoas e coisas não são nada uns sem os outros, essa alienação tem de ser, por definição, *sócio-ambiental*. Em nossa complexa relação com o mundo físico – resultado da diferenciação e concatenação sócio-ambiental de uma era urbana e industrial –, temos extrema dificuldade em reconhecer todos os produtos de nossas próprias atividades, de onde vêm e para onde vão os objetos que perpassam a nossa experiência cotidiana, como foram construídas as coisas que usamos e quais são as conseqüências destes mesmos usos.<sup>4</sup> “Nunca viram senão a água domada que corre das torneiras, a luz que jorra das lâmpadas quando se aperta o interruptor, as árvores mestiças, bastardas, sustentadas por espeques”, diria Antoine Roquentin, o historiador alter-ego de Jean-Paul Sartre.<sup>5</sup> Reconhecemos a cama onde dormimos, os armários onde guardamos nossas roupas, a mesa sobre a qual colocamos nossa comida e as cadeiras nas quais sentamos para degustá-la, mas dificilmente nos chega à consciência que, apesar de produzidos pela ação humana, todos esses objetos continuam sendo *madeira*, “uma coisa ordinária física”<sup>6</sup>, uma substância que nos permite “permanecer numa continuidade de tato com a árvore, a mesa, o assoalho”.<sup>7</sup>

No final da década de 1980, ao escrever *Forest Journey: The Role of Wood in the Development of Civilization*, o historiador norte-americano John Perlin aventou com o conceito de “Idade da Madeira”. Para o referido autor, esse período abarcaria quase cinco mil anos de história humana, estendendo-se desde 3.000 a.C. até meados do

---

<sup>3</sup> HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origines da mudança cultural**. 10<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p.98.

<sup>4</sup> WILLIAMS, Raymond. **Problems in materialism and culture**. London: Verso, 1980, p.83.

<sup>5</sup> SARTRE, Jean-Paul. **A náusea**. 12<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p.225.

<sup>6</sup> MARX, Karl. **O capital**, apud SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p.71.

<sup>7</sup> BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, p.42.

século XIX, caracterizando-se pela centralidade da fibra lenhosa como combustível e material de construção para quase todas as sociedades existentes nesse ínterim.<sup>8</sup> Mas talvez devêssemos distender os limites temporais, tanto a montante como a jusante. Cortar o corpo das árvores e adapta-lo às necessidades humanas é, com efeito, algo bem mais antigo e basilar do que se pode imaginar *a priori*. Sabemos, por exemplo, que, há um milhão e meio de anos atrás, homínídeos da África Oriental já usavam seus primitivos machados de pedra para cortar e desbastar exemplares de *Acacia* sp. espalhados em meio à savana.<sup>9</sup> Achados paleontológicos como este mostram que os seres humanos, mesmo num estágio ainda muito embrionário de sua evolução biológica e cultural, já produziam meios de trabalho a partir da madeira e que, com efeito, o tradicional esquema do tempo arqueológico (Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais) necessita ser revisado. Da mesma forma, considerando que, ainda hoje, nos chamados “países em desenvolvimento”, a queima da biomassa lenhosa chega a responder por até 97 por cento da energia total consumida<sup>10</sup>, vê-se que a madeira é um fenômeno sócio-ambiental de longuíssima duração, uma verdadeira *estrutura histórica* braudeliana.

Nenhum recurso contemporâneo é comparável ao papel proeminente exercido pela madeira nesse mundo pré-industrial: guardadas as devidas proporções, ela era não somente o aço e o alumínio, o plástico e a fibra de vidro, mas também o petróleo, o carvão e o gás. Estruturalmente, a madeira não tinha competidores, já que era a única substância de ocorrência natural que exibia força de tensão, sendo, ao mesmo tempo, extremamente maleável. Na era moderna, muitos materiais produzidos pelo homem vieram apenas a desempenhar funções que a madeira já o vinha fazendo até então – e,

---

<sup>8</sup> PERLIN, John. **História das florestas: a importância da madeira no desenvolvimento da civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp.9, 25.

<sup>9</sup> DOMINGUEZ-RODRIGO, M.; SERRALLONGA, J.; JUAN-TRESSERRAS, J.; ALCALA, L.; LUQUE, L. “Woodworking activities by early humans: a plant residue analysis on Acheulian stone tools from Peninj (Tanzania)”. **Journal of Human Evolution**, v.40, 2001, pp.297-298.

<sup>10</sup> Lideram o *ranking*, naturalmente, os mais miseráveis países africanos, como Mali, Etiópia, Burkina-Faso e Tanzânia (Cf. OSEI, William Y. “Woodfuel and deforestation – Answers for a sustainable environment”. **Journal of Environmental Management**, v.37, 1993, p.52). Não se pense, contudo, que o Brasil foge muito a esse padrão: uma reportagem publicada no jornal *O Globo*, em setembro de 2005, mostrou que cerca de 40% da energia consumida nos lares brasileiros ainda advém da lenha e do carvão.



muitas vezes, sem conseguirem superá-la em eficácia.<sup>11</sup> Sem a madeira, afirmou o filósofo inglês Henry More (1614-1687), as casas dos homens não passariam de “uma espécie maior de colméias ou ninhos, construída de gravetos e palha desprezíveis e de imunda argamassa”.<sup>12</sup> Radicalismos antropocêntricos à parte, ele estava certo. Se a espécie humana, como queria Marx, singulariza-se pela produção de seus próprios meios de existência, pela transformação planejada dos contextos naturais que o rodeiam, então o próprio *Homo faber* pré-industrial confunde-se com o *Homo lignarius*. Não é à toa que a expressão cultura *material* signifique, etimologicamente, cultura *da madeira*.<sup>13</sup>

### ***América portuguesa: uma civilização da madeira***

Se há algum fundamento para falarmos de uma “civilização do açúcar”, uma “civilização do couro” ou uma “civilização das minas”, no Brasil Colônia, também há, talvez de maneira ainda mais incisiva, para falarmos de uma “civilização da madeira”. Como bem nos lembra Frédéric Mauro, antes de se tornar uma economia exportadora centrada no açúcar, a colônia brasileira foi uma economia exportadora de madeira; por volta de 1550, o Brasil ainda era, para o português e o europeu em geral, a terra dos troncos vermelhos ou violáceos que, colorindo finos tecidos ou talhados em móveis preciosos ou em instrumentos musicais (especialmente violinos), abasteciam a enorme fome por luxo da emergente burguesia mercantil européia.<sup>14</sup>

Mas a exploração do pau-brasil não resume, absolutamente, a atividade madeireira na América portuguesa.<sup>15</sup> Para além da exportação, o aspecto mais

---

<sup>11</sup> MILLER, Shawn William. **Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber**. Stanford: Stanford University Press, 2000, pp.3-4.

<sup>12</sup> THOMAS, **O homem e o mundo natural**, op. cit., p.25

<sup>13</sup> LEÃO, Regina Machado. **O homem e a floresta**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000, p.20.

<sup>14</sup> MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p.163; ver também ANGYALOSSY, Verônica; AMANO, Érika; ALVES, Edenise Segala. “O pau-brasil e a música”. **Ciência Hoje**, v.232 (39), 2006, pp.40-6.

<sup>15</sup> MAURO, Frédéric. “Pode-se falar de uma indústria brasileira na época colonial?”. **Estudos Econômicos**, v.13 (no. esp.), 1983, p.737.

importante, em termos de desenvolvimento econômico, era a quantidade e o preço da madeira de construção disponível no mercado interno, onde havia uma demanda largamente inelástica.<sup>16</sup> Fosse qual fosse o produto-rei, a sociedade e a economia estavam assentadas, quase que inteiramente, sobre meios de vida construídos com fibra lenhosa. Quase toda imagem que forjemos do cotidiano desta sociedade terá, em seu substrato mais sutil, diversos elementos materiais cuja arqueologia, se feita com minúcia, levar-nos-á ao ponto de partida inexorável: a árvore. De seu corpo, ironicamente, necessitava-se até mesmo para produzir o próprio instrumento de sua debelação – o machado – mas não somente isto. As moendas que espremiavam a cana e as caixas que transportavam o açúcar que dela advinha, as bateias que sustentavam as esperanças dos faiscadores, as gamelas para lavar roupas ou dar de comer aos animais, as canoas monóxilas que transportavam os bandeirantes sertão adentro, as cangas, os jugos, os canzís, os cambões, as chavelhas, os tornos e os cambitos indispensáveis para a construção do primeiro veículo de transporte terrestre que o Brasil possuiu – o carro de bois –, os planos inclinados através dos quais se elevavam as mercadorias da cidade baixa para a alta, em Salvador, as colheres que preparavam os doces finos das casas-grandes, os cochos e as prensas usadas pelos caboclos para fazer farinha, as sacadas sobre as quais se debruçavam as moçoilas mais atrevidas a fim de jogar flores sobre os cavalheiros que gostariam de honrar com seus favores mais íntimos.

Na verdade, é compreensível que este fato não tenha sido plenamente reconhecido e, com efeito, tomado pelos historiadores brasileiros (embora não somente por eles) como objeto de reflexão, e parece haver duas grandes razões para isso. Em primeiro lugar, a preocupação com a natureza não-humana, “não aquilo que está diante, mas o que nos sustenta”<sup>17</sup>, ganhou intensidade somente na produção mais recente das

---

<sup>16</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.212.

<sup>17</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice. **A natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.4.

ciências sociais em geral e, mais particularmente, na história.<sup>18</sup> Em segundo lugar, como ressaltou Edoardo Grendi, “o testemunho-documento pode ser excepcional porque evoca uma normalidade, uma realidade tão normal que ela permanece habitualmente calada”.<sup>19</sup> Em outras palavras, a madeira parece ter sido um dado tão imiscuído na experiência diária dos indivíduos, nas sociedades pré-industriais, que sua importância tendia a não ser explicitada pelos coevos e, de certa forma, passar despercebida dos historiadores.

Aqui reside, talvez, o significado mais profundo da noção braudeliana de “estruturas do cotidiano”: nesse nível da vida social regulado pela rotina, por um “passado obstinadamente presente”, há pouco espaço para a decisão dos indivíduos.<sup>20</sup> A vida cotidiana é, neste sentido, ubíqua; exatamente por este motivo, constituiria o “centro do acontecer histórico”, no dizer de Agnes Heller.<sup>21</sup> Segundo a filósofa lukacsiana, “[o] que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas ‘em-si’”.<sup>22</sup> Deste ponto de vista particular, os atores menos representam do que são representados pelos hábitos e pelas rotinas sócio-técnico-ecológicas que se manifestam em seu viver.<sup>23</sup>

Essas estruturas do cotidiano podem apresentar-se, então, ao historiador, como verdadeiras “ubiquidades invisíveis”. A este respeito, já dizia uma velha fábula que, se o

---

<sup>18</sup> Em 1984, Donald Worster ainda se queixava de que “há muito pouca natureza no estudo da história”, clamando por uma perspectiva ecológica na disciplina. WORSTER, Donald. “History as natural history: An essay on theory and method”. *Pacific Historical Review*, v.53, 1984, p.1.

<sup>19</sup> GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história?”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.257.

<sup>20</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.12. É importante ressaltar, aqui, que esta perspectiva, ao contrário do que muitos pensam, não elide o papel das rupturas nem das dinâmicas regidas pela agência individual, mas apenas ressalta a importância de se estudar as técnicas historicamente mais recorrentes, aquelas mais forte e duradouramente entranhadas na cultura e no tecido social – a ênfase recai sobre o *uso* e não sobre a *inovação*. Ver, sobre essa problemática, EDGERTON, David. “De l’innovation aux usages: dix thèses éclectiques sur l’histoire des techniques”. *Annales*, juillet-octobre 1998, n.4-5, pp.815-37.

<sup>21</sup> HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 1992, pp.17-8.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, p.20.

<sup>23</sup> Isto não quer dizer, absolutamente, que as *formas de experiência da cotidianidade* sejam iguais ao longo de todo o espectro social, especialmente num sistema estratificado. Segundo Heller (op. cit., p.19), “[a] forma concreta de submissão ao poder (da natureza) é sempre mediatizada pelas relações sociais, mas o fato em si da submissão à natureza persiste enquanto tal”.

homem vivesse no fundo do mar, a última coisa que ele descobriria seria a água.<sup>24</sup>

*Mutatis mutandis*, o mesmo aconteceria – e de fato aconteceu – numa sociedade de madeira como a América portuguesa; os homens tinham extrema dificuldade em enxergar as árvores deformadas que lhes rodeavam e sustentavam. Vejamos um exemplo que considero altamente emblemático.

Assumindo o vice-reinado em 1779, D. Luís de Vasconcelos e Souza logo se apercebeu das deficiências de que sofria a capital no que concernia à existência de espaços adequados de sociabilidade para os seus “homens bons”. Verificando a clamorosa falta de um recreio público e tendo frescas as recordações dos mais belos jardins europeus de então, D. Luís incumbiu ao arquiteto Valentim da Fonseca e Silva a organização de um projeto semelhante. Iniciadas as obras naquele mesmo ano e terminadas em 1783, nascia, então, sobre as áreas aterradas da Lagoa do Desterro e do Boqueirão da Ajuda, o “Passeio Público do Rio de Janeiro” ou “Jardim do Passeio Público”. Quase nas extremidades do terraço que afrontava as ondas do mar havia dois pavilhões quadrados, com duas portas e duas janelas cada um. A decoração pictórica das paredes, de autoria de Leandro Joaquim, foi feita somente quatro anos depois da inauguração do Passeio. Além de paisagens e cenas marítimas peculiares ao Rio, essas pinturas ofereciam um retrato orgulhoso “das principais atividades que tornaram esse país famoso pela sua opulência”<sup>25</sup>, as quais contavam oito – a mineração de ouro e diamantes, os engenhos de açúcar, a cultura do índigo, a extração da cochonilha, o cultivo e a preparação da farinha de mandioca, a plantação do café, a plantação do arroz, a plantação do cânhamo e a manufatura de cordas. Não me darei o trabalho de demonstrar que cada uma dessas fontes de riqueza, em mais de um sentido, começava a ser forjada nos sertões florestais, junto às cabanas dos lenhadores e serradores. Não obstante, esse trabalho e esses trabalhadores não gozaram do direito de entrar nas

---

<sup>24</sup> DUARTE JR., João-Francisco. **O que é realidade**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.8.

<sup>25</sup> STAUNTON, George L [1792]. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos, 1531-1800**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.203.

representações dominantes acerca da construção do grande império luso-brasileiro.

Diferentemente dos “produtos de conjuntura”, que circunscreveram seus espaços e regionalizaram a contornos bem definidos a história brasileira<sup>26</sup>, a madeira, pertencente a uma realidade mais elementar, passava despercebida pelos homens e mulheres que dela faziam uso cotidianamente. A exploração madeireira, apesar de (ou porque) basilar e onipresente no território colonial, não deu origem, no imaginário histórico, ao aparecimento de sociedades ou culturas específicas, como o fizeram, por exemplo, de forma bastante nítida, a *plantation* de açúcar, a criação de gado e a mineração, com suas tipicidades de relações de produção e hierarquia social, seus maneirismos comportamentais e lingüísticos, seus tipos humanos, suas representações. O “mundo do madeireiro” não existiu de forma autônoma, mas apenas diluído nos universos culturais criados pelas economias conjunturais hegemônicas às quais estava submetido. A produção madeireira estava em todo lugar e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum, o que se reflete, claramente, na maneira fragmentada como ela aparece nos registros escritos da época e, conseqüentemente, nas descrições historiográficas. Resgatar essa importante feição da estrutura do cotidiano colonial foi o desafio que me propus a enfrentar em minha pesquisa.

É importante assinalar que, nesse processo de investigação, não pude evitar ser capturado por uma certa relação romântica com meu objeto de estudo. Diria mesmo que este tipo de relação, tão oposta ao ideal do racionalismo científico de “distanciamento”, foi fundamental para que me fosse possível *perceber*, com o maior número de nuances de que fui capaz, esse meu objeto tão fluido e arisco transitando na documentação.

Alentam-me, contudo, as palavras de Jules Michelet, para quem

[...] ao se penetrar um objeto, cada vez mais o amamos, e a partir de então o observamos com um interesse crescente. O coração, sensibilizado por um segundo olhar, vê mil coisas invisíveis à população indiferente. A História, o historiador se misturam neste olhar. Isto é um bem ou um mal? Opera-se aí uma coisa que não se pode descrever e que devemos revelar: é que a História, ao longo do tempo, faz o historiador muito antes de ser feita por

---

<sup>26</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. “Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil”. **Território**, ano IV, n.7, 1999, p.46.

ele. Meu livro me criou.<sup>27</sup>

***Definindo os contornos: o que se tentará o e o que não se tentará fazer***

O recente estudo de Shawn William Miller, resultado de uma tese de doutoramento na Universidade de Columbia, foi um louvável primeiro esforço no sentido de analisar, de maneira ampla e sistemática, a história da indústria madeireira colonial no Brasil.<sup>28</sup> Entretanto, pela ousadia de seu escopo espacial e temporal, o trabalho deixou, naturalmente, muitas lacunas. A pesquisa que arquitetei teve como objetivo fundamental trazer a temática, recortada ao redor da esfera da produção, para a escala local. Neste nível, creio ser possível começar a verificar e matizar algumas das hipóteses elaboradas pelo historiador norte-americano. Tomei como objeto de estudo uma bacia hidrográfica do Rio de Janeiro, capitania cuja atividade madeireira é, segundo o próprio Miller, a que menos conhecemos – em contraposição, por exemplo, a Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Bahia e, até mesmo, ao Pará. Isto se deve, preponderantemente, à relativa falta de documentação conhecida no que se refere às atividades madeireiras na América portuguesa do sudeste e do sul, em contraposição aos domínios norte-orientais.<sup>29</sup>

Trata-se de estudar a atividade produtiva que, valendo-se da *matéria bruta* árvore, fornecia a *matéria-prima* madeira.<sup>30</sup> Ela compreendia duas grandes etapas, o corte ou derrubada da árvore e o beneficiamento primário da tora, isto é, a serragem mais fina (ou falquejo, como falava-se à época), processo através do qual se obtinha

---

<sup>27</sup> MICHELET, Jules. **Histoire de la France**. Citado por GOMES, Paulo Cesar da C. **Geografia e modernidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.103.

<sup>28</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit. Em sua revisão da obra, Stuart B. Schwartz considera que ela servirá, nos anos vindouros, como o ponto de partida para o estudo da indústria madeireira colonial brasileira. Cf. **Journal of Economic History**, v.61(2), p.553.

<sup>29</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.85-87. Este problema parece que vai se atenuando conforme avançamos século XIX a dentro, tanto no que concerne às diferenças regionais de disponibilidade de documentação quanto ao seu volume absoluto.

<sup>30</sup> Valho-me, aqui, da distinção entre *matéria bruta* – as substâncias encontradas espontaneamente na natureza – e *matéria-prima* – as substâncias que já sofreram a intervenção humana, mas que ainda permanecem na cadeia produtiva. Cf. OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995, pp. 6-7.

peças semi-acabadas para a construção civil, naval, marcenaria e todo o tipo de *woodworking*.<sup>31</sup> Não será examinada, portanto, a *economia madeireira* como um todo ou, em outras palavras, o sistema de instituições econômicas, políticas e sociais que regia a produção, a circulação e o consumo da mercadoria madeira, pois tal tarefa excede em muito o tempo disponível para a realização desta pesquisa. Sendo assim, apesar das inevitáveis considerações que serão feitas a respeito das circunstâncias mais gerais que envolviam a atividade madeireira – como os diversos empregos específicos da madeira na colônia ou os embates discursivo-ideológicos que giravam em torno do papel do Estado na regulação da produção madeireira –, tais incursões serão puramente instrumentais e nunca finalidades em si mesmas. Minha lente estará ajustada para a visualização da esfera da produção – e, mesmo assim, a produção *primária* e não toda a cadeia produtiva<sup>32</sup> –, ou seja, os *sistemas de exploração florestal*, compostos de relações sociais de trabalho, condições e técnicas de obtenção dos recursos naturais e tecnologias de processamento.

Também não será este um estudo sobre a degradação ambiental provocada pela extração de madeira – o que não significa, de forma alguma, que eu não reconheça os prováveis impactos ambientais ocasionados por tal atividade. Claro está que o corte seletivo de árvores impõe substanciais modificações às comunidades de plantas e animais, ainda mais quando ele vem associado a uma agricultura itinerante baseada na derrubada e queimada. Existem pesquisas ecológicas atuais que focalizam exatamente os impactos ambientais especificamente engendrados pelo *corte seletivo*. Apesar de ainda serem muito pouco conclusivas, mas sabe-se que esses impactos dependem, em larga medida, do grau de alteração estrutural imposta à floresta. Tais estudos mostram que, no modelo de extração “tradicional”, estas alterações são grandes: para cada árvore derrubada, em torno de 28 outras com DAP (Diâmetro Acima do Peito) maior que 10

---

<sup>31</sup> Note-se que excluo de meu campo de visão toda e qualquer atividade madeireira cujo objetivo seja a obtenção de energia, como é o caso da produção de lenha e carvão.

<sup>32</sup> Apesar de constituírem *processo produtivo*, a carpintaria e a marcenaria, por exemplo, não serão incluídas como objeto deste estudo.

centímetros são danificadas.<sup>33</sup>

Mas não será, no mínimo, perigoso, valer-se destas investigações contemporâneas, já que elas tratam de uma exploração madeireira dotada de técnicas e tecnologias infinitamente mais intensas do que aquelas com as quais contavam os lavradores florestais do século XVIII? E o que falar das condições experimentais de tais estudos, que isolam a ação de uma variável – a extração seletiva de madeira – das demais que com ela interagem no bojo do processo de apropriação do ambiente florestal – como a agricultura e a pecuária? Como ressaltou Carlos Ferreira de Abreu Castro,

[...] o impacto da exploração [madeireira] não pode ser avaliado apenas pelos efeitos da exploração *per se*. Uma das principais características da exploração de espécies madeireiras de alto valor comercial contemporânea é a de catalisar muitas das variáveis sócio-econômicas que levam ao desmatamento, dentre elas a abertura de estradas de acesso e o capital necessário para a derrubada.<sup>34</sup>

Ora, se isto é verdade na contemporaneidade, também o é – embora com certeza em menor escala – para a época pré-industrial.

Para além dos riscos inerentes à inexistência de métodos de trasladação confiáveis que viabilizem a utilização de resultados experimentais atuais, meu argumento é que o tema da “devastação” simplesmente não precisa ser considerado item obrigatório num estudo de história ambiental. As categorias destruição/degradação, de um lado, e proteção/preservação e conservação, de outro, devem ser concebidas, no seu conjunto, como um *sistema epistemológico*, isto é, um instrumento intelectual construído para inteligibilizar o passado e o presente da atividade florestal. Um momento importante na genealogia desse construto remonta ao começo do século XX, quando o geógrafo Ernst

---

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, JOHNS, J.; BARRETO, P.; UHL, C. “Logging damage in planned and unplanned logging operations and its implications for sustainable timber production in the Eastern Amazon”. **Forest Ecology and Management**, v.89, 1997, pp.59-77; VIDAL, E.; BARRETO, P.; JOHNS, J.; GERWING, J.; UHL, C. “Vine management for reduced-impacts logging in Eastern Amazon”. **Forest Ecology and Management**, v.98, 1997, pp.105-114.

<sup>34</sup> CASTRO, Carlos F. de Abreu. **Gestão florestal no Brasil Colônia**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Gestão Ambiental). Brasília-DF: Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB, 2002, p.161.



Friedrich cunhou o conceito de *Raubwirtschaft* (“economia de rapina”).<sup>35</sup> Mais tarde, esta idéia viria a ser utilizada por muitos outros geógrafos, inclusive pelo ultra-influente Carl O. Sauer, que traduziu e popularizou o conceito sob a rubrica “economia destrutiva” ou “exploração destrutiva” (*destructive economy/exploitation*). Em um artigo de 1938, intitulado *Theme of Plant and Animal Destruction in Economic History*, o célebre fundador da Escola de Berkeley deixa claro o caráter teórico-metodológico – e não, como pensam alguns, ontológico – dessa perspectiva:

In social science interpreted as culture history, there is a dominant geographic theme which deals with the growing mastery of man over his environment. Antiphonal to this is the revenge of an outraged nature on man. *It is possible to sketch the dynamics of human history in terms of this antithesis.*<sup>36</sup>

O importante aqui é ressaltar que há outras possibilidades de esquematização. Neste sentido, defendo – e, com efeito, procuro colocar em prática ao longo deste estudo – uma concepção *interacionista* de história ambiental, que entende o “mundo” como um irreversível e caótico devir histórico-geográfico, um processo metabólico que coloca em relação, através de mecanismos de distribuição e dissipação de energia, toda a matéria e todo o conjunto das formas de vida, conjunto este que, no decorrer do tempo, alargou-se para incluir o homem – e, neste contexto, ele pode ser considerado como uma espécie excepcionalmente bem dotada. A presença do homem na face da Terra muda completamente o sistema do mundo pelo fato de ser ele – o Homem – a única criatura capaz de ação reflexiva. É em torno do homem que o sistema da natureza conhece significados e, por conseguinte, valorizações.<sup>37</sup>

As árvores e seus produtos estão fortemente presentes no processo de construção material e simbólica das sociedades humanas. Ao longo da história, os seres humanos apropriaram-se das árvores para conquistar seu solo, coletar ou caçar seus

---

<sup>35</sup> FRIEDRICH, Ernst. “Wesen und Geographische der ‘Raubwirtschaft’“. **Petermanns Mitteilungen**, v.50, 1904, pp.68-79, 92-5.

<sup>36</sup> SAUER, Carl O. “Theme of Plant and Animal Destruction in Economic History”. In: LEIGHLY, J. (ed.). **Land and Life**. Berkeley: University of California Press, 1963, p.145.

<sup>37</sup> SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p.90.

alimentos, cortar a sua madeira, forjar suas etimologias, seus símbolos, suas analogias, suas estruturas de pensamento, seus emblemas de identidade, seus conceitos de continuidade e suas noções de sistema mais fundamentais.<sup>38</sup> Respeitadas, amaldiçoadas, estigmatizadas, sacralizadas, cultivadas, exploradas, as árvores apresentam-se, nas mais diversas sociedades, vivas e mortas, dotadas de *status* e funções as mais variadas.

Utilizando toda a sua sensibilidade para os problemas da relação homem-meio, Lucien Febvre formulou o que vem a ser a idéia-mote deste estudo: “É que o homem, pelo mesmo título que a árvore – e ainda melhor, e ainda mais, e *de outra forma* –, é um dos fatores essenciais da paisagem”.<sup>39</sup> Era investido desse espírito que, ainda na longínqua década de 1920, o cavalheiro do Franco Condado vislumbrava para nós, historiadores e geógrafos, “uma imensa perspectiva de trabalho, num futuro indefinido”.<sup>40</sup> *A Terra e a Evolução Humana* (1922) influenciou decisivamente todo o segundo quartel do século XX no que tange à escrita geográfica e historiográfica, francesa e mundial, “pariu” Fernand Braudel e a concepção iconoclasta de que a história é o homem, sim, mas também tudo o que o envolve e afeta: solo, clima, hidrografia, movimentos geológicos, doenças.<sup>41</sup> O futuro aberto pela obra de Febvre, escrito no contexto de um período de algumas décadas de forte desvalorização sociológica da natureza *per se*, faz-se presente hoje como um clássico no processo de invenção de um projeto intelectual generoso e fértil, que agora se identifica pelo nome de *história ambiental*.<sup>42</sup>

---

<sup>38</sup> HARRISON, Robert P. **Forests: The shadow of civilization**. Chicago: University of Chicago Press, 1992, pp.7-8.

<sup>39</sup> FEBVRE, **A terra e a evolução humana**, op. cit., p.69.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, p.330.

<sup>41</sup> BRAUDEL, Fernand. “Une vie pour l’histoire” (entrevista com F. Ewald e J. J.Brochier), **Magazine Littéraire**, v.212, p.22.

<sup>42</sup> Faça-se ressalva, aqui, de que esta leitura particular minha de uma certa continuidade – na falta de uma palavra melhor – “motivacional” entre a primeira geração da Escola dos *Annales* e a *environmental history* surgida nos anos 1970 deve ser lida muito mais como exarcação prospectiva e programática – tendo como base uma valorização dos clássicos, característica que considero fundamental para a solidificação de uma disciplina – do que verdadeiro resultado de um estudo sobre história da historiografia ou da epistemologia. Certamente que uma das principais fontes nas quais beberam os primeiros historiadores ambientais norte-americanos foi o legado

### ***Outras advertências preliminares***

Tendo em vista a quase inexistência de trabalhos de síntese sobre o tema específico da indústria madeireira colonial na historiografia brasileira, esta dissertação assume, na maior parte do tempo, os contornos de uma típica monografia histórico-regional – muito embora a “região” em tela seja concebida de um modo bem mais relacional e dinâmico do que nos moldes tradicionais. Neste sentido, os procedimentos descritivos ocupam um número consideravelmente maior de laudas do que os seus congêneres analíticos. As interpretações que proponho, aqui e ali, baseiam-se, em primeiro lugar, no diálogo e confronto, quando foi o caso, com as teses da já citada obra de S. W. Miller. Em segundo plano, num processo por vezes tenso e difícil, tanto no plano teórico como no empírico, procurei dialogar com historiadores e outros cientistas sociais que trabalharam com a socioeconomia colonial, principalmente na perspectiva dos sistemas e agentes agrários. Isto fez com que eu me valesse, muitas vezes, de procedimentos comparativos tendo como contraponto estudos empíricos concernentes a outras áreas do Rio de Janeiro e mesmo do Brasil como um todo, coevas ou não, procurando sempre, é claro, salvaguardar-me de correlações espaço-temporais espúrias.

A apresentação e discussão das fontes, bem como dos métodos utilizados para trabalhá-las estarão imiscuídos no corpo da dissertação. Este tipo de consideração aparecerá quando for preciso. Com isso, optei por um trabalho historiográfico mais “aberto”, com um pouco daquele aspecto de “canteiro de obras” de que falou Jacques Revel.<sup>43</sup>

O recorte cronológico (1763 – 1825) foi definido em função de dois parâmetros,

---

*annalista*, mas não há como negar as inúmeras rupturas ou, pelo menos, refrações às propostas daqueles historiadores franceses, sem falar em inovações teórico-metodológicas próprias à conjuntura do pensamento científico na qual emergiu a história ambiental, sendo o conceito de ecossistema talvez o melhor exemplo.

<sup>43</sup> REVEL, Jacques. “Prefácio”. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.18.

um de ordem teórico-historiográfica e outro de ordem empírico-documental. Em primeiro lugar, existe a grande conveniência de se abordar o que se convencionou chamar de *colonial tardio*<sup>44</sup>, período muito privilegiado pela historiografia nas últimas três décadas, o que rendeu muito afortunadamente a formulação de modelos específicos sobre o funcionamento desta socioeconomia. Em segundo lugar, os dois marcos temporais selecionados dão conta de um período de mais intensa produção de fontes administrativas, o que está obviamente relacionado com a transferência da sede do vice-reinado para o Rio de Janeiro, o que explica a primeira trave cronológica; a segunda tem que ver, simplesmente, com a data do “último” documento com o qual trabalhei.

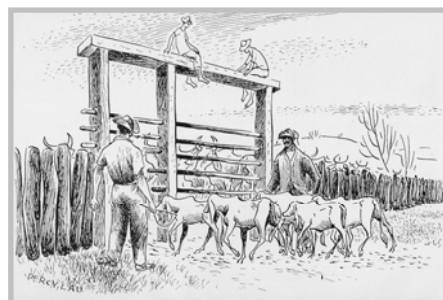
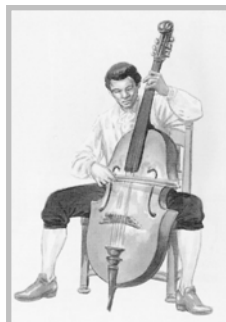
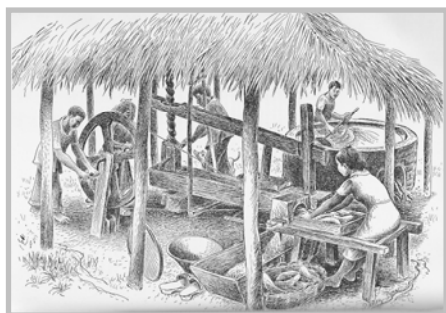
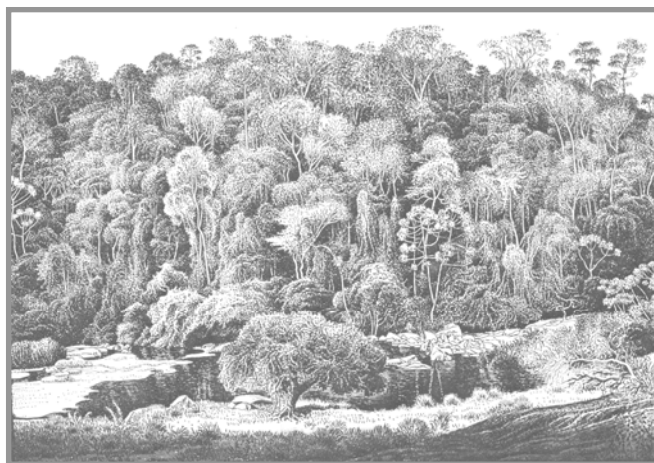
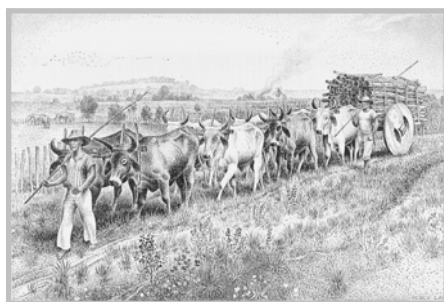
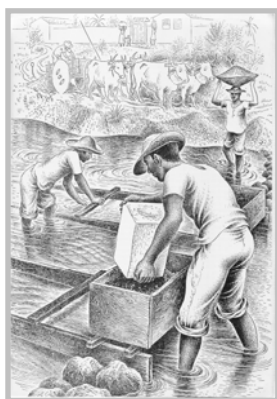
Desta feita, resta apenas dizer que os três capítulos que formam o miolo da dissertação foram (talvez ingenuamente) concebidos para “funcionar” cognitivamente de maneira orgânica, embora de forma relativamente autônoma. Por entender que os referidos capítulos constituíssem não propriamente “etapas” ou “degraus” de um raciocínio linear em direção a uma conclusão abrangente – uma resposta a um determinado problema –, mas sim representações de determinadas dimensões transversais do objeto estudado, minha ambição foi a de tornar possível a leitura de qualquer um deles, na ordem que bem parecesse ao leitor, sem grandes perdas estruturais de conteúdo; onde julguei que pudesse haver tal risco, procurei remeter a trechos alhures.

---

<sup>44</sup> A cunhagem do conceito se deve, originalmente, a Dauril Alden, e sua utilização procurava originalmente delimitar a transição da então hegemônica economia aurífera, em meados do setecentos, a um retorno à tradicional base agrícola, a qual passara – como então se acreditava – por um período de estagnação e mesmo de depressão, movimento este associado a mudanças políticas e sociais, notadamente as reformas administrativas pombalinas. O término do período dar-se-ia pela chegada da Corte portuguesa ao Rio, pondo fim ao pacto colonial. Cf. ALDEN, Dauril. “El colonial tardío”. In: BETHELL, Leslie. (org.). **História de la América Latina, vol.3**. Barcelona: Editorial Critica, 1990, pp.306-58.

## Capítulo I

# ‘PAU-PRA-TODA-OBRA’ Da paisagem florestal aos recursos madeireiros



*“Quais ricas vegetáveis ametistas  
As águas do Violete em várias castas,  
O áureo Pequiá com claras vistas,  
Que noutros lenhos por matiz se engasta:  
O vinhático pau, que quando avistas,  
Massa de ouro parece extensa e vasta;  
O duro pau, que ao ferro competira  
O Angelim, Tataipeva, o Supopira”*

— FREI JOSÉ DE SANTA RITA DURÃO

*“A forma da madeira [...] é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante, a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física”.*

— KARL MARX

### ***1.1. O problema da linha de base biofísica***

Em um artigo já clássico, Donald Worster afirmou sabiamente que “quando homens e plantas se encontram, nascem mais temas de história ambiental do que em qualquer outra circunstância”.<sup>45</sup> Mais do que qualquer outro elemento da *physis*, a planta é um elo fundamental no acoplamento da economia da natureza com a economia dos homens. Através dela, constrói-se um sistema unificado de produção, distribuição, consumo e realimentação (reciclagem) que reúne todos os seres do planeta – inclusive o homem – numa grande teia vital. “A planta”, explica-nos Lucien Febvre, “é o verdadeiro intermediário entre o mundo inorgânico e o outro. É a planta que, indo buscar ao primeiro – ao solo pelas suas raízes, à atmosfera pelo seu sistema respiratório – elementos químicos que decompõe para os assimilar”, produz, direta ou indiretamente, o melhor da alimentação humana, bem como os materiais essenciais para a construção das suas habitações, os elementos primordiais do seu vestuário e dos seus utensílios.<sup>46</sup>

A madeira é uma das *possibilidades* oferecidas ao homem pela abundância de matéria orgânica vegetal existente sobre a superfície terrestre. Essa possibilidade nasce da ocorrência, na fitomassa, de um componente específico, que é a aquele tipo de célula que os biólogos chamam de *fibra*. Esta é, em termos bastante simples, um tipo de célula que se distingue por seu formato achatado, bem mais comprido do que largo, numa proporção que varia de  $\frac{1}{25}$  até  $\frac{1}{3}$  de polegada (27,5 milímetros).<sup>47</sup>

Contudo, embora seja verdade que todas as plantas produzam fibras, não o é que todas produzam madeira. Que mecanismo da economia da natureza explica essa

---

<sup>45</sup> WORSTER, “Para fazer história ambiental, op. cit., p.203.

<sup>46</sup> FEBVRE, **A terra e a evolução humana**, op. cit., pp.116-7. Esta idéia do reino vegetal como a “ponte” fundamental entre as sociedades humanas e o meio físico foi tomada emprestada de seu mestre Vidal de La Blache, que afirmava que, “entre a geografia física e a geografia política, o elo intermediário é o estudo das plantas”. Citado por GOMES, Paulo Cesar da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.214.

<sup>47</sup> KOEHLER, Arthur. **The Properties and Uses of Wood**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1924, p.5.

diferenciação? Acredito que chegamos a uma boa resposta quando pensamos nos termos sugeridos pelo ecólogo Eugene P. Odum. Segundo este autor, pode-se classificar os ecossistemas do planeta de acordo com suas formas de obtenção de energia. Deste modo, teríamos as seguintes modalidades: (1) ecossistemas naturais que dependem estritamente da energia solar; (2) ecossistemas naturais que dependem da energia solar, mas que contam com outros subsídios energéticos naturais; (3) ecossistemas que dependem da energia solar e de subsídios energéticos antropogênicos; (4) ecossistemas urbano-industriais, movidos a combustível. Os ecossistemas da segunda categoria seriam aqueles naturalmente produtivos, pois, além de apresentarem uma grande capacidade de sustentação da vida, ainda produzem um excedente de matéria orgânica, o qual pode ser armazenado ou exportado a outros sistemas.<sup>48</sup> A floresta tropical úmida – classificação dentro da qual é, geralmente, enquadrada a Mata Atlântica brasileira – é um destes tipos de ecossistema: subsidiada pela abundância de ventos e chuva, ela pode produzir enormes excedentes de matéria orgânica, que se manifestam especialmente na forma de uma enorme densidade de árvores de grandes proporções.

Em outras palavras, conforme colocou o próprio E. P. Odum, trata-se de uma *utilização humana da produção primária líquida*.<sup>49</sup> A produção primária refere-se à assimilação de energia e produção de matéria orgânica pela fotossíntese. A energia total assimilada pela fotossíntese é chamada de produção primária bruta. As plantas usam parte desta energia para sustentar a síntese de compostos biológicos e para se manterem (respiração), logo sua biomassa contém substancialmente menos energia do que montante total assimilado. A energia acumulada nas plantas e que, portanto, está disponível para os consumidores (todos os organismos heterótrofos, dentre eles o homem), é chamada de produção primária líquida ou biomassa. É justamente parte desta biomassa – notadamente, a parte lenhosa – que é passível de ser “exportada” para o sistema social, convertendo-se, então, em madeira.

---

<sup>48</sup> ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988, p.105.

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*, p.73.

Ao longo da história, esta “exportação” nunca foi osmótica. Ela sempre envolveu trabalho e, conseqüentemente, dispêndio de energia. A origem desta energia, bem como as formas deste trabalho, variaram bastante, e de maneira complexa, ao longo do tempo e do espaço – a *silvicultura*, sendo, então, a forma mais acabada de controle humano sobre esta exportação, quando se passa a poder determinar o nível da oferta, através da domesticação das espécies vegetais. A outra ponta do espectro seria o *extrativismo*, isto é, a coleta pura e simples das árvores na sua área de ocorrência natural. Os produtos extrativistas madeireiros apresentam uma proporção muito baixa de capital, tecnologia e trabalho; por isso, a maior parte do valor desses bens é atribuível às suas *características naturais*.<sup>50</sup> Estas características não se podem compor a não ser ao longo de um “tempo geográfico” – para usar uma expressão braudeliana –, uma longuíssima duração de que precisamos dar conta, pela simples razão de que estes fatos da natureza possuem *valor explicativo*.

Não me refiro somente às propriedades físico-químicas das madeiras (dureza, claridade, trabalhabilidade, corrosibilidade, etc.) encontradas num dado ambiente, mas ao sistema ecológico como um todo. Partindo do princípio de que “o clima atua [sobre as atividades humanas] por intermédio do mundo botânico”, Lucien Febvre falou em “quadros climato-botânicos”. Mas isto não significa que ele tenha esquecido de que “esta ação [a do clima] exerce-se previamente sobre as formas terrestres, ou seja, sobre o modelado da crosta terrestre”.<sup>51</sup> Ora, se é leviano separar “o modelado da sua vestimenta vegetal”, então, devemos falar, obrigatoriamente, não em quadros compostos pela interação clima-vegetação, mas pelo sistema biofísico composto pelo clima, pelo relevo e pela vegetação. Não é outra senão esta, afinal, a idéia – bem mais recente – de Aziz N. Ab’Saber quando este nos fala de “padrão de paisagem”, combinação local “dos

---

<sup>50</sup> DRUMMOND, José Augusto. “Natureza rica, povos pobres? – Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea”. *Ambiente & Sociedade*, v.5(10), 2002, pp.8-13.

<sup>51</sup> FEBVRE, *A terra e a evolução humana*, op. cit., pp.113-19.



processos morfoclimáticos e dos fatores litológicos, topográficos e tectônicos”.<sup>52</sup>

Falo, então, de *paisagem* e não posso passar à francesa por aqui – podendo-se incluir um duplo sentido na frase. A paisagem é um dos maiores objeto(s) de estudo dos geógrafos desde o final do século XIX, os quais seguiram a tradição de Alexander von Humboldt e outros naturalistas influenciados pelo movimento romântico. Associou-se, pois, o termo paisagem a porções relativamente amplas da superfície terrestre, as quais se destacavam visualmente pela homogeneidade de seus atributos, assumindo uma individualidade. Desde então, os geógrafos muito se degladiaram pela apropriação conceitual do vocábulo – arena que se expandiu e complexificou, mais recentemente, pela entrada de não-geógrafos na disputa, notadamente os ecólogos.<sup>53</sup> Não ousarei me aventurar a expor tais controvérsias. Para mim, o importante é fazer notar que o geógrafo norte-americano Carl Ortwin Sauer incorporou o vernáculo alemão (*landschaft*), definindo a sua congênere anglo-saxã *landscape* como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais.<sup>54</sup> Resolvido o problema conceitual, Sauer propôs, então, o estudo dos processos através dos quais o Homem transforma as *paisagens naturais* em *paisagens culturais*, agenda que fundou toda uma linhagem de pesquisadores – a famosa Escola da Paisagem de Berkeley. A paisagem saueriana, portanto, antecede o homem, tem uma dinâmica própria, embora seja parcialmente modificada pela cultura, com a qual estabelece uma espécie de simbiose. Possivelmente, ninguém expressou esse amálgama melhor do que o romancista lusitano José Saramago, cujas frases – o abre-alas de seu clássico *Levantado do chão* – reproduzo:

---

<sup>52</sup> AB’SABER, Aziz N. “Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil”. **Geomorfologia**, v.20, 1970, p.3.

<sup>53</sup> Para uma introdução bastante objetiva ao sentido que os ecólogos dão ao termo paisagem, ver a nota editorial de Jesper Brandt ao volume 15 do periódico **Landscape Ecology** (2000, pp.181-5), “The landscape of landscape ecologists”. Para uma tentativa de conciliação conceitual, ver FREITAS, Simone R. “Landscape: where geography and ecology converge”. **Holos Environment**, v. 3 (2), 2003, pp.150-155.

<sup>54</sup> SAUER, Carl O. “A morfologia da paisagem”. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.23. [Originalmente em *Publications in Geography*, v.2 (2), 1925, pp.19-54).

O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano em que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho, ou negro. E também vermelho, em lugares, que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultiva, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim.<sup>55</sup>

O interesse do historiador-geógrafo, entretanto, restringe-se àquelas qualidades naturais da paisagem “que têm valor de habitat, presente ou potencial”.<sup>56</sup> O objetivo primordial deste capítulo é mostrar como as possibilidades oferecidas pela paisagem florestal de uma determinada área da superfície terrestre eram aproveitadas pelos homens, isto é, como elas eram transformadas em *recursos*. Dou-me, então, como primeira tarefa, reconstruir a matéria bruta da indústria madeireira – a paisagem de floresta tropical pluvial.<sup>57</sup>

Em se tratando da histórica ambiental de uma *meso-economia*<sup>58</sup>, o problema da linha de base biofísica não é, aqui, certamente, o de saber “como eram e como funcionavam [os ecossistemas florestais] antes que as sociedades humanas as penetrassem e modificassem”<sup>59</sup>, a fim de poder medir o grau de transformação que lhes foi imposta, bem como suas modalidades. Tampouco pretendo seguir a tradição das “introduções geográficas” aos estudos históricos, prática que, conscientemente ou não, tem, subjacente, o preceito da conformação biofísica de uma área como o palco sobre o qual foi encenado um determinado drama social.<sup>60</sup> Trata-se, isso sim, de saber como a matéria bruta de uma atividade extrativista (as árvores)

---

<sup>55</sup> SARAMAGO, José. **Levantado do chão**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.11.

<sup>56</sup> SAUER, op. cit., p.29.

<sup>57</sup> Valho-me, aqui, da distinção entre *matéria bruta* – as substâncias encontradas espontaneamente na natureza – e *matéria-prima* – as substâncias que já sofreram a intervenção humana, mas que ainda permanecem na cadeia produtiva. Cf. OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995, pp. 6-7.

<sup>58</sup> “Desde 1960 foi inventada uma palavra nova para designar a economia do ponto de vista do ramo de atividade: a meso-economia [...]”. MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p.161.

<sup>59</sup> WORSTER, “Para fazer história ambiental”, op. cit., p.203.

<sup>60</sup> BAKER, Alan R. H., **Geography and history: bridging the divide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p.86.

estava disponível à apropriação humana e como a configuração desta disponibilidade – suas quantidades, suas propriedades, sua distribuição espacial – condicionava os usos que eram feitos desse elemento da natureza.

Enquanto extensões fisionômico-paisagísticas, as florestas tropicais pluviais são bem mais complexas do que correntemente se supõe. Sua identificação como entidade espacial está fortemente atrelada à escala cartográfica na qual se procede a visualização de uma determinada extensão da superfície terrestre. Como demonstrou Christian Brannstrom, a Mata Atlântica, como realidade geocológica una e homogênea, perde a sua substância em grandes escalas (maiores ou iguais a um para vinte mil). Parafraseando, quando observada mais de perto, a imagem do grande manto florestal contínuo de 1,2 milhões de quilômetros quadrados esvai-se sob a constatação de um verdadeiro *mosaico vegetacional*, muito variável em sua composição, tanto ao nível regional como local.<sup>61</sup> Esta crítica da adoção de um conceito *a priori* por W. Dean – a saber, a classificação oficial do IBGE –, é complementada pela de Leonardo Costa de Castro, para quem o referido autor, propondo-se a escrever a História do Brasil do ponto de vista da floresta, “em momento algum aborda o problema da conceituação da mata atlântica de um ponto de vista histórico, isto é, o problema da construção histórica de uma representação simbólica que reuniu sob uma categoria única e unificadora, uma vasta porção de mundo ‘natural’”<sup>62</sup> – problema sobre o qual se debruça Castro em seu belo estudo. Estas ressalvas, contudo, longe de invalidarem o monumental trabalho de Dean, apenas vêm nos lembrar da importância de uma categorização mais fina e acurada da linha de base biofísica com a qual estamos trabalhando, a fim de captarmos o maior número de nuances possível, tarefa para a qual a adoção de pequenos recortes espaciais parecem oferecer um

---

<sup>61</sup> BRANNSTROM, Christian. “Rethinking the ‘Atlantic Forest’ of Brazil: new evidence for land cover and land value in western São Paulo, 1900-1930”. *Journal of Historical Geography*, v.28 (3), 2002, pp.424-31.

<sup>62</sup> CASTRO, Leonardo Costa de. **Da biogeografia à biodiversidade: políticas e representações da Mata Atlântica**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2003, p.43.

valioso instrumento.<sup>63</sup>

Na região do Recôncavo da Guanabara, em geral, e na bacia do Macacu, em particular, a paisagem compunha-se de uma congregação de formações botânicas que incluía todas as gradações altitudinais da floresta ombrófila densa ou Mata Atlântica *stricto sensu* (terras baixas, sub-montana, montana e alto-montana), além de campos sujos, manguezais, brejos, várzeas e restingas. Apesar de se saber que eram, de fato, as formações propriamente florestais aquelas de maior importância para a exploração madeireira, é importante não menosprezar o papel desempenhado pelos outros tipos de comunidades vegetais, notadamente os manguezais, que forneciam, por exemplo, excelentes madeiras para o encaibramento de edificações.<sup>64</sup>

Mas se o primeiro passo do historiador ambiental é sempre a reconstrução dos ambientes do passado, caberia perguntar: até que ponto devemos seguir o fio de Ariadne? Em outras palavras, até *onde* (escala espacial) e *quando* (escala temporal) devemos ir para dar conta da gênese de uma dada paisagem? Claro está que o historiador econômico não deve restringir-se ao estudo da paisagem cultural, prática que, conforme apontou Witold Kula, é recorrente.<sup>65</sup> De outra parte, todavia, também devemos observar que há limites além dos quais não faria sentido aventurarmo-nos, afinal de contas, “não [...] somos obrigados a remontar cada cadeia causal à época do *Big Bang*”.<sup>66</sup> Para H. C. Darby, não há resposta de caráter teórico-metodológico; o grande geógrafo histórico britânico argumenta que são as particularidades da *paisagem* e do *problema* que estamos investigando que nos dirão o quão fundo devemos mergulhar nas eras

---

<sup>63</sup> Justiça seja feita, Dean reconhece o elevado grau de generalização de sua descrição, o que poderia, segundo ele, “estimular outros historiadores a pesquisar esse vasto domínio natural de maneira mais local e minuciosa”. DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.28.

<sup>64</sup> ABREU, Maurício de Almeida. “A apropriação do território no Brasil colonial”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.235; SOFFIATI, Arthur. “Manguezais e conflitos sociais no Brasil Colônia”. In: **Anais do II Encontro da ANPPAS**, 2004 (CD-ROM).

<sup>65</sup> KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Ediciones Península, 1977, p.521.

<sup>66</sup> GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p.82, grifo no original.

geológicas.<sup>67</sup> Desde que a origem de toda paisagem remonta, em última instância, à fragmentação da *pangea* – ou, pelo menos, à entrada em cena da espécie humana, segundo a proposta saueriana<sup>68</sup> –, para que não sejamos seduzidos pelo canto da sereia e vejamo-nos, de repente, desenredando um carretel de milhões de anos de comprimento, acredito que devemos balizar nossas reconstruções de acordo com os fenômenos/processos que nos propomos a investigar – cujos recortes temporais podem muito bem ser *a priori* arbitrários, exploratórios. Pois, como todo objeto é *objeto construído pela mente do pesquisador*, cada um desses fenômenos/processos a que nos advogamos o direito de escrutinar *vão ter, por exigência de método e não por exigência do real*, um “tempo zero”. Deste modo, a não ser que nos aventuremos no terreno da geologia estrutural ou da paleontologia humana – algo nada recomendável para alguém com formação em ciências sociais –, as paisagens que devemos, como historiadores ambientais, reconstruir, serão “primevas”, “originais”, “prístinas”, sim, embora nunca em relação ao Homem enquanto espécie ou a qualquer uma de suas atividades, mas sim em relação aos fenômenos/processos empíricos que elegemos, devidamente recortados no tempo e no espaço. Com efeito, a indústria madeireira, na área da bacia do Macacu, não começou a ser realizada em 1763, nem mesmo dentro dos limites do século XVIII; sua origem está muito longe disso.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> DARBY, Henry Clifford. “On the relations of geography and history”. **Transactions and Papers**. London: The Institute of British Geographers, publication no.19, 1953, p.11.

<sup>68</sup> Para Sauer e seus discípulos, no que concerne ao alcance do método genético, a geografia diferenciar-se-ia da geologia na medida em que a primeira daria ênfase aos períodos posteriores à introdução do homem na “cena areal”. “Sob essa visão, os acontecimentos iniciais pertencem estritamente ao campo da geologia e seu tratamento histórico na geografia é somente um artifício descritivo empregado onde é necessário para tornar claro o relacionamento das formas físicas que são importantes para a ocupação humana. [...] No sentido universal, mas não necessariamente cosmológico, a geografia torna-se então aquela parte do último capítulo ou o capítulo humano na história da Terra que diz respeito à diferenciação da paisagem pelo homem”. SAUER, “A morfologia da paisagem”, op. cit., pp.42-3.

<sup>69</sup> Não se pode esquecer que a indústria madeireira dos povos indígenas era muito importante para a vida material e simbólica dessas sociedades. Os materiais e ferramentas e, em certa medida, as técnicas para a sobrevivência diária das populações nativas era quase sempre obtido da biomassa da floresta. As armações das moradas (*ocas*, *palhaças*, etc.) eram feitas de grossos esteios. Para o transporte fluvial e litorâneo, construíam canoas feitas de troncos de árvores inteiriços e jangadas (muito empregada para a pesca), composta de cinco ou seis paus redondos, da grossura do braço de um homem. Na guerra, a madeira fazia igualmente presente. Entre as armas dos silvícolas, destacavam-se o arco e a flecha, o tacape ou clava (uma arma sagrada talhada em

De fato, o que se vai tentar fazer é juntar algumas evidências fragmentadas para se ter uma idéia das oportunidades, dificuldades e facilidades que tinham os homens, na região norte-oriental do Recôncavo da Guanabara, para madeirar uma floresta que sabemos ter existido ao longo da segunda metade do século XVIII. Tentarei, portanto, construir uma *cross-section*, uma representação (textual) de um cenário geográfico num determinado momento do tempo – sem nenhuma preocupação, vale também lembrar, com o alcance do tempo presente, o que significa dizer que meu objetivo não é instrumentalizar o passado para explicar a paisagem atual.

Outrossim, é preciso advertir que toda *cross-section* tem uma determinada “espessura”, o que, em termos metodológicos, equivale a assumir que, dentro dessa nesga de tempo (que pode ter o tamanho de séculos ou anos, dependendo do caso), as forças de transformação da paisagem mantiveram-se razoavelmente inertes.<sup>70</sup> No caso do presente estudo, o corte *sincroniza* um período de mais ou menos um quarto de século: trabalha-se com a idéia de que a floresta da bacia do Macacu pouco se modificou ao longo dos últimos 25 anos da décima oitava centúria. Isto pressuposto, considero-me no direito de utilizar fontes produzidas entre 1778 e 1797 *como se tivessem sido produzidas no mesmo ano*.

Para compor essa *cross-section*, precisaremos, todavia, remontar, mesmo que brevemente, às origens do bioma de Mata Atlântica, bem como aos processos de alteração humana que explicam sua configuração no momento do tempo em questão – tudo isso no âmbito de uma escala que varia do local ao regional. Sigo, aqui, a orientação de Richard Hartshorne, que aconselhou ao estudioso que tivesse a coragem de se aventurar nesse campo interfacial (isto é, analisar a história sob o ponto de vista geográfico) que ele deveria, para o seu próprio bem, procurar seus materiais informativos

---

madeira rija) e os escudos. Cf. LIMA, Heitor Ferreira. **Formação industrial do Brasil (período colonial)**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, pp.73-87.

<sup>70</sup> ESTAVILLE JUNIOR, Lawrence E. “Organizing time in historical geography”. In: BROOKS GREEN, D. (ed.). **Historical geography: a methodological portrayal**. Savage, Maryland: Rowman and Littlefield Publ., 1991, p.317.

não nos compêndios e manuais gerais, mas sim nos menos ambiciosos – e mais numerosos – estudos regionais.<sup>71</sup>

Quando procedemos a uma redução de escala, a massa verde indistinta transforma-se em indivíduos com nome e sobrenome – às vezes com mais de um. A Mata Atlântica pode ser, então, apreciada por dentro, a partir dos seres concretos que a constituíam. Esse grau de proximidade torna necessário, contudo, a adoção de um método quase *prosopográfico*<sup>72</sup>; portanto, nomes de árvores é que não faltarão ao longo desse capítulo. Embora esteja ciente de que uma historiografia da taxonomia botânica colonial seja, por hora, um sonho muito distante da concretização – e Shawn Miller tem toda a razão em ressaltar isso<sup>73</sup> –, estou convencido de que não devemos, ou melhor, não podemos, esperar que essa tarefa hercúlea seja finalizada para iniciarmos um processo de redução de nossas escalas de análise. Até porque acredito que seja exatamente no âmbito desses estudos em nível micro que poderemos, de fato, começar a escrever tal história.

## ***1.2. O problema do recorte espacial: limites naturais, limites políticos***

Embora os historiadores nem sempre atinem para isso, uma estratégia adequada de recorte espacial – tanto quanto a de recorte temporal – é imprescindível para o bom andamento de qualquer investigação do passado. Conquanto a discussão sobre o *recorte* esteja sobreposta, de várias maneiras, à discussão sobre a *escala*, é judicioso não confundir as duas. O problema, aqui, não é o de estabelecer níveis de observação e seus inter-relacionamentos, mas sim de como delimitar, mais ou menos precisamente, os *limites geográficos de consideração do material empírico pertinente*.

---

<sup>71</sup> HARTSHORNE, Richard. **The Nature of Geography**. Westport: Greenwood Press, 1977, p.176.

<sup>72</sup> Que possam me perdoar os historiadores sociais pelo sacrilégio de usar, aqui, um termo que lhes é tão caro, com tão pouca propriedade. Mas achei que valeria a pena correr o risco, em troca da possibilidade de marcar bem nitidamente a mudança de perspectiva que desejo imprimir no presente estudo.

<sup>73</sup> MILLER, **Fruitless Trees**, op. cit., p.236.

Uma característica analítico-metodológica marcante da história ambiental é o conjunto de critérios adotados para a escolha e delimitação das áreas a serem estudadas. Esses critérios são, na maior parte das vezes, tomados emprestados das ciências naturais, principalmente da geomorfologia, da climatologia e da botânica, adotando-se, então, as divisões espaciais fornecidas por estas disciplinas. Em outras palavras, privilegia-se extensões territoriais “com alguma homogeneidade ou identidade natural”: um deserto, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial, etc.<sup>74</sup>

Essa é, decerto, uma estratégia de pesquisa plenamente justificável de acordo com a proposta da história ambiental. Se o objetivo é, como se diz, investigar o papel que as condições naturais (geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas e outras) – aquelas “que os homens encontraram já prontas”, como disseram Karl Marx e Friedrich Engels<sup>75</sup> – desempenharam na modelagem dos métodos produtivos, das relações sociais e das representações – assim como o inverso –, então nada mais coerente do que adotar desenhos experimentais que procurem “homogeneizar” determinadas variáveis ecológicas a fim de se poder perceber como elas atuaram em sua interação com os atores e grupos sociais, nos mais diversos contextos históricos. Em uma de suas famosas perguntas retóricas, Lucien Febvre já propunha:

[...] Não haverá quadros naturais, de desenho muito simples, de contorno assaz nítido para que não seja possível qualquer discussão sobre o seu caráter de unidade e que, servindo de base a pequenas sociedades humanas, permitam que se estude o seu desenvolvimento em função das condições geográficas que lhes são próprias? [...]<sup>76</sup>

Acredito que sim. E, procedendo desta forma, poderíamos mesmo conceber um verdadeiro método comparativo em história ambiental. Mas, para isso, é preciso que

---

<sup>74</sup> DRUMMOND, José Augusto. “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. **Estudos Históricos**, vol.4 (8), 1991, p.181.

<sup>75</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.108.

<sup>76</sup> FEBVRE, **A terra e a evolução humana**, op. cit., p.190.



empreendamos um esforço de sistematização das unidades de análise que utilizamos. Nesta empreitada, não estou certo de que o melhor caminho seja resgatar o conceito de *região*, restituindo-lhe a sua base natural, conforme advoga Arthur Soffiati.<sup>77</sup> Fazer isso requereria recuperar e dialogar com uma longuíssima tradição intelectual de quase século e meio – a geográfica. Associado genericamente à noção de diferenciação da superfície terrestre, o conceito de região tem se constituído, ao longo da moderna história do pensamento geográfico, num dos conceitos-chave da disciplina, em torno do qual está centrado um intenso debate teórico e metodológico.<sup>78</sup> Pouparmo-nos (*nós*, historiadores ambientais) de entrar nesse fogo cruzado, arriscando-nos talvez a encontrar uma bala que estivesse decididamente perdida, parece, pois, uma opção mais circunspeta. Entretanto, ao mesmo tempo, consentir com o samba do crioulo doido de aceitar qualquer recorte como sendo uma *região* – e, nisso, concordo, em gênero, número e grau, com Paulo César da Costa Gomes – significaria render-se ao sentido comum e privar o conceito de todo o seu potencial conteúdo explicativo.<sup>79</sup>

Ao invés de naturalizar a região, melhor seria, a meu ver, proceder da forma inversa e *culturalizar recortes naturalistas*. Para que, afinal de contas, falar de região, quando podemos falar de biomas, ecótonos, bacias (hidrográficas, tectônicas), deltas, costas, ilhas de calor, baías, populações (animais e vegetais), etc. – a não ser, é claro, dentro de formulações puramente indicativas e ingênuas como “nesta região...”? As ciências da natureza fornecem-nos uma miríade de categorias que podem muito bem servir como matéria-prima para nossas elucubrações. Parte-se, pois, dessas categorias e, apropriando-se delas sob o prisma dos processos históricos concretos, constrói-se uma nova gama de conceitos sócio-espaciais. Não

---

<sup>77</sup> SOFFIATI, “Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro”, op. cit., p.312. Uma outra perspectiva proposta para o resgate do referido construto – e que, com efeito, parece-me mais interessante – encontra-se no artigo de Francisco Carlos T. da Silva e Maria Yedda Linhares, “Região e história agrária”. **Estudos Históricos**, v.8 (15), 1995, pp.17-26.

<sup>78</sup> Para uma introdução muito sucinta e didática a esse debate, ver CORRÊA, Roberto Lobato. “Região: a tradição geográfica”. In: **Trajetórias geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp.183-96.

<sup>79</sup> GOMES, Paulo Cesar da Costa. “O conceito de região e sua discussão”. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.73.

se trata, absolutamente, de se deixar encobrir novamente pela sombra maligna do determinismo geográfico, mas sim de estabelecer parâmetros para o cotejo de processos que, embora separados por anos-luz de distância histórica “contextual”, ocorrem na interação com substratos físico-ecológicos semelhantes – e o mote da história ambiental não é exatamente este, de que a natureza tem, sim, um papel ativo na vida humana? Não foi, porventura, o próprio Lucien Febvre, o verdadeiro sistematizador da doutrina possibilista, quem nos falou dos vales de montanha como um

[...] tipo próprio da unidade geográfica real: unidade de povoamento, de cultura, de civilização? Considerem-se os vales tais como se apresentam nos Alpes, ou no Jura, ou nos Pireneus, Apeninos, Cáucaso, Himalaia: não se estará em presença de uma verdadeira família topográfica, entre cujos membros podem e devem, com utilidade, ser estabelecidas comparações? O mesmo se dá com as bordas dos grandes rios, as margens fluviais: não se encontrarão aí unidades do mesmo tipo, restritas, fáceis de conceber e de abranger num só relance, verdadeiramente elementares pela sua simplicidade, pela sua aparência exterior, pela sua estrutura interna, com todos os seus caracteres comparáveis? Não é verdade que atraíram numerosas e desenvolvidas colônias humanas, tendo mesmo, por vezes, provocado [...] o nascimento de uma humanidade quase anfíbia?<sup>80</sup>

A idéia da bacia de drenagem como um arcabouço apropriado para o estudo e a organização dos fatos físicos e humanos tem uma longa tradição na história do pensamento geográfico.<sup>81</sup> Já faz algum tempo que os geógrafos físicos perceberam-na como uma unidade de análise bastante interessante. William Morris Davis, o pai da geomorfologia, já dizia, em 1899:

Although the river and the hill-side waste sheet do not resemble each other at first sight, they are only the extreme members of a continuous series, and when this generalization is appreciated, one may fairly extend the ‘river’ all over its basin and up to its very divides. Ordinarily treated, the river is like the veins of a leaf; broadly viewed, it is like the entire leaf.<sup>82</sup>

Essa unidade topográfica, hidráulica e hidrológica é geralmente adotada, pois, como um *elemento paisagístico-erosional básico*, e isto se deve a duas grandes razões. Primeiro, porque ela é uma unidade de relevo limitada, conveniente, facilmente delimitável e

---

<sup>80</sup> FEBVRE, **A terra e a evolução humana**, op. cit., p.190.

<sup>81</sup> SMITH, C. T. “The Drainage Basin as an Historical Basis for Human Activity”. In: CHORLEY, Richard. J. (ed.). **Water, Earth, and Man: A Synthesis of Hidrology, Geomorphology, and Socio-Economic Geography**. London: Methuen & Co., 1969, p.101.

<sup>82</sup> DAVIS, William Morris, “The geographical cycle” apud CHORLEY, Richard J. “The Drainage Basin as the Fundamental Geomorphic Unit”. In: **Water, Earth, and Man**, op. cit., p.78.

desprovida de ambigüidades, disposta de forma hierárquica na base do ordenamento dos canais. Segundo, porque se trata de um sistema físico aberto em termos de *inputs* de precipitação e radiação solar e *outputs* de descarga (de água), evaporação e re-radiação.<sup>83</sup>

A verdade, porém, é que o entusiasmo com a bacia de drenagem como unidade de análise foi infinitamente menor entre os geógrafos que lidavam com as questões humanas. Com exceção de algumas poucas ovelhas negras (notadamente Jean Brunhes e C. B. Fawcett), a tendência geral era a de se adotar recortes político-administrativos ou mesmo outras unidades fisiográficas (planaltos, planícies, montanhas, etc.). Diante desse quadro, vejo-me na obrigação de justificar minha escolha. Como fazê-lo, tendo em vista a advertência de Marc Bloch de que “a zona escolhida tenha uma unidade real; não sendo necessário que tenha fronteiras naturais dessas que não existem mais do que na imaginação dos cartógrafos”?<sup>84</sup>

Conforme aponta C. T. Smith, essa justificativa não pode fugir a uma clara noção de historicidade. De fato, quando observamos o lapso de tempo entre os períodos pré-históricos de povoamento até a Revolução Industrial e à revolução dos transportes (notadamente o advento da ferrovia), a bacia de drenagem e as redes fluviais em geral estiveram diretamente ligadas às atividades humanas das mais diversas maneiras.<sup>85</sup> Em se tratando de uma sociedade atlântica pré-industrial – como a brasileira do século XVIII – vivente num meio pouquíssimo mecanizado, de “tempos lentos”, onde as “distâncias enormes, os obstáculos opostos ao trânsito num território [...] de relevo acidentado, de coberturas florestais”, são imensas<sup>86</sup> – a água desempenhava um papel absolutamente essencial como *elemento fluidificante das relações entre o homem e o meio*. Em regiões densamente florestadas, o transporte fluvial

---

<sup>83</sup> Idem, *Ibidem*, loc. cit.

<sup>84</sup> BLOCH, Marc, citado por SILVA & LINHARES, “Região e história agrária”, op. cit., p.21.

<sup>85</sup> SMITH, “The Drainage Basin”, op. cit., p.104.

<sup>86</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, p.237.

propicia o meio mais viável e eficaz de penetração, povoamento e exploração econômica.<sup>87</sup> Qual não foi o caso da expansão da ocupação neo-européia na América portuguesa, onde os rios serviram como filetes de baixa fricção alongando-se em meio a blocos maciços de Mata Atlântica onde, “tropeçando entre pernas de gigantes”, avançar era “galgar troncos caídos por vinte vezes ou mais”?<sup>88</sup> Pelo que possibilitaram o “alargamento vertical” da ocupação humana, afirmou Manuel Diegues Júnior, os rios foram elementos fundamentais no processo de apropriação do território brasileiro.<sup>89</sup> “A verdade”, sintetizou Gilberto Freyre com sua habitual elegância, “é que a água nos aparece em várias regiões como a nota dominante na *vida da paisagem. Da paisagem física como da cultural*”.<sup>90</sup>

Sobre o caso específico da Baixada Fluminense, Renato da Silveira Mendes pronunciou-se da seguinte maneira:

Sob o ponto de vista da circulação quase que se pode comparar a Baixada com um arquipélago, pois as relações entre os vários núcleos humanos, cidades, vilas e engenhos, se processavam através das águas. Todo aglomerado possuía o seu porto e daí o localizar-se não muito longe da costa, da lagoa ou do rio.<sup>91</sup>

Esses vários núcleos humanos, entendidos como nós de uma rede sócio-espacial, distribuíam-se segundo um padrão dendrítico, análogo ao seu suporte geomorfológico ou *ponto de apoio*, de acordo com a terminologia de Lucien Febvre, sobre a qual discorrei mais à frente. “A geografia humana da Guanabara em fins do setecentos”, afirma Alberto Ribeiro Lamego, “definia-se [...] como a de uma vasta zona com centenas de núcleos rurais irradiados de um só foco urbano” – o Rio de Janeiro.<sup>92</sup> A expressão *bacia de drenagem* adquire, portanto, o significado de uma verdadeira unidade de organização sócio-econômico-

---

<sup>87</sup> SMITH, “The Drainage Basin”, op. cit., p.106.

<sup>88</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., pp.28-9.

<sup>89</sup> DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960, p.37.

<sup>90</sup> FREYRE, **Nordeste**, op. cit., p.57.

<sup>91</sup> MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP), 1950, p.68.

<sup>92</sup> LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1964, p.228.

ambiental, na medida que representa a cristalização do funcionamento amalgamado de uma formação social historicamente contextualizada – a economia colonial tardia fluminense – e de um sistema geobiofísico – a bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. Tratava-se, pois, de um padrão de assentamento humano com claro sentido extrovertido, uma forma de organização espacial cuja função era “captar” e “drenar” recursos naturais (extrativistas/agrícolas) de uma vasta *hinterlândia*, o “móvel dinâmico da estrutura do porto carioca”.<sup>93</sup> A produção do ecúmeno urbano fluminense estava verdadeiramente baseada na drenagem, via rios do Recôncavo, de produtos como telhas, tijolos, areia, lenha, carvão e madeira.<sup>94</sup>

Durante toda a época colonial e mesmo depois disso, o rio Macacu foi um importantíssimo eixo de comunicação, por ser um dos caminhos de acesso ao norte do atual estado do Rio de Janeiro (Cantagalo, Nova Friburgo), ao sul de Minas e à região dos Lagos. Pelo rio Macacu e seus afluentes, como o Caceribu, circulavam mercadorias e pessoas, transportadas por pequenas e grandes canoas, em viagens que duravam dias. Sempre foi, porém, problemática essa circulação, porque os rios eram estreitos e assoreados, alguns deles só tendo água suficiente no período das chuvas, no verão; o próprio Macacu somente permitia a entrada e saída de barcos nas épocas de maré alta, devido aos altos bancos de areia existentes na sua desembocadura. Pequenos portos, muito pequenos e modestos, cercados por um aglomerado de barracos e algumas construções de alvenaria, localizavam-se ao longo dos rios, servindo para escoar os produtos agrícolas da região (principalmente a farinha de mandioca); os mais importantes eram o Porto das Caixas, no rio da Aldeia, e os de Vila Nova

---

<sup>93</sup> SANTOS, Corcino Medeiros dos. **O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993, p.49. Ver também, sobre este assunto, Roberto Lobato Corrêa (“Interações espaciais” in CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. (orgs.) **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.308-9) e Bernard Kayser, apud MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no ‘longo’ século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 274. Segundo Moraes, “A instalação portuguesa na América apresenta uma sucessão desses sistemas ao longo da costa, onde os principais núcleos urbanos ocupam sítios portuários”.

<sup>94</sup> FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p.100.

de São José e o Porto Sampaio, no então baixo vale do rio Macacu.<sup>95</sup>

Volto a frisar que não se trata de retomar a idéia de controle ou determinismo ambiental. De modo algum suponho que a unidade de área natural representada pela bacia hidrográfica permaneça como *unidade subjacente* através de todos os processos históricos de apropriação e transformação humana, uniformizando, deste modo, a conformação de uma paisagem cultural.<sup>96</sup> Simplesmente, a escolha e a delimitação da área de estudo é um procedimento que faz parte do processo de construção do objeto. Nesse sentido, a bacia parece ser, de um ponto de vista empírico, uma unidade de observação válida para o estudo da indústria madeireira colonial, principalmente por prover uma base sistemática para uma agenda comparativa, a qual pode ser levada adiante com a ajuda de outros pesquisadores. Apesar de haver registros de extrativismo madeireiro no Vale do Paraíba<sup>97</sup>, na ilhas da Baía de Guanabara<sup>98</sup> e na Baía da Ilha Grande<sup>99</sup>, o grosso da fibra lenhosa, ao longo do século XVIII, parece ter sido extraído das médias e altas porções das grandes bacias hidrográficas da Baixada Fluminense – como as do Macacu, do São João, do Macaé e do Muriaé – onde ainda remanesciam, pouco modificados, vultosos estoques de Mata Atlântica primária.<sup>100</sup> Por estes rios, assinalava José de Sousa Pizarro e Araújo, em 1794, “se conduzem do interior do sertão

---

<sup>95</sup> MENDES, **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**, op. cit., p.59; SANTOS, Ana Maria dos. “Auge e decadência econômica do Recôncavo da Guanabara: o caso de Itaboraá”. In: GRAHAM, Richard (org.). **Ensaio sobre a política e a economia da província fluminense no século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974, p.67; MACHADO, Lia Osório. **Gente do Caceribu: sua geografia, sua história**. Rio de Janeiro: Instituto Baía de Guanabara, 1997 (CD-ROM). Tudo isto que se acabou de dizer não deve elidir o fato de que, malgrado todas as dificuldades, o transporte terrestre não deixava de estar presente, e não de maneira desprezível, até mesmo porque o povoamento progredia para as áreas de interflúvio, donde se necessitava deslocar os produtos até o porto fluvial local. Assim é que, em 1778, havia 53 “carros de conduzir mantimentos além de outros de pescaria” no distrito de Santo Antônio de Sá. Cf. LAVRADIO, “Relatório – parte II”, op. cit., p.295.

<sup>96</sup> HARTSHORNE, **The Nature of Geography**, op. cit., p.182.

<sup>97</sup> Em 1798, por exemplo, o vice-rei Conde de Rezende solicita ao tenente-coronel Manuel Martins do Couto Reis, administrador da Fazenda de Santa Cruz, escravos para o corte de madeiras ao longo do rio Paraíba do Sul. ANRJ, códice 69, v.8, pp.49-50.

<sup>98</sup> MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. **O Rio de Janeiro imperial**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p.257.

<sup>99</sup> O distrito de Angra dos Reis da Ilha Grande era, em 1778, o terceiro maior produtor de tábuas da capitania. Cf. CABRAL, Diogo de Carvalho. “Madeireiros do Brasil colonial”. **Ciência Hoje**, v.212(36), 2005, pp.16-7.

<sup>100</sup> MENDES, **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**, op. cit., p.64.

as madeiras precisas aos edifícios e ao fabrico das embarcações”.<sup>101</sup>

Escolhi, então, como minha área de estudo, a maior destas “bacias madeiras”, tanto em extensão territorial (1.700 quilômetros quadrados) como em volume de produção (1.500 tábuas anuais) – a do Macacu, rio que drena toda a porção nordeste do Recôncavo da Guanabara.<sup>102</sup> Ao longo da extensa e pantanosa planície que, a pouco e pouco, à medida que se sobe o rio, dá lugar a morros e pequenas cadeias montanhosas que prenunciam a escarpa da Serra dos Órgãos, o corte das madeiras era uma das atividades mais importantes da economia rural, igualando-se mesmo às tradicionais lavouras de cana-de-açúcar e mandioca. Como ressalta José Matoso Maia Forte, “o comércio de madeiras representava uma apreciável riqueza, pela excelência das espécies existentes nas matas do município, aplicadas em variadas obras civis e hidráulicas”.<sup>103</sup> A história da produção madeireira nesta área parece ser antiga, remetendo mesmo às primeiras penetrações “oficiais” à montante do rio Macacu, por ordem de Martim Afonso de Souza. O próprio nome do rio estaria associado, segundo João Barbosa Pinheiro, à ocorrência de uma árvore homônima muito prestimosa – hoje supostamente extinta – que “teve larga aplicação na construção de embarcações costeiras, pontes e casas durante o período colonial”.<sup>104</sup>

Não obstante, a escolha de recortar nossa área de estudo segundo os limites de uma bacia hidrográfica trás consigo um problema que, se está longe de ser insolúvel, nem por isso desmerece nossa atenção e devido escrutínio, pois afeta diretamente dois pilares fundamentais da maneira científica de construir o conhecimento, a saber, a *reprodutibilidade dos procedimentos* e a *verificação dos resultados*. Refiro-me à questão da compatibilidade entre a unidade de análise exposta acima e as fontes das quais extraímos nossos dados. Muito

---

<sup>101</sup> Citado por LAMEGO, **O homem e a Guanabara**, op. cit., p.193.

<sup>102</sup> CABRAL, “Madeireiros do Brasil colonial”, op. cit., pp.16-7.

<sup>103</sup> MAIA FORTE, José Matoso. “Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá”. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, t.XLIV, 1934, pp.53-4.

<sup>104</sup> PINHEIRO, João Barbosa. **Pequena corografia especial do Município de Cachoeiras de Macacu**. Cachoeiras de Macacu/RJ: Gráfica Beira-Rio, 1982, s/p.

prudently ressaltam Francisco Carlos T. da Silva e Maria Yedda Linhares que o método de estabelecimento das áreas a serem estudadas – as “regiões” – devem irremediavelmente partir da avaliação da dinâmica de produção da documentação pertinente ao objeto, bem como o raio de ação coberto pelas agências por ela responsáveis.<sup>105</sup> Diferentemente da tendência que observamos a partir do final do século XX – qual seja, a preocupação dos órgãos produtores de dados de adequar seus procedimentos de coleta e comunicação a unidades geográficas mais pertinentes ao tratamento dos problemas ambientais (bacias hidrográficas, reservas florestais, etc.) –, os documentos que utilizamos em nossos estudos tomam como base, via de regra, divisões espaciais político-administrativas. Além disso, mesmo as regionalizações oficiais do presente não se acomodam às necessidades do historiador como, por exemplo, os quadros referenciais oferecidos pelo IBGE, os quais se baseiam em indicadores atuais, desconhecendo todo um enraizamento histórico.<sup>106</sup>

As fontes coloniais (sejam elas de origem executiva, legislativa, judicial-cartorária ou eclesiástica), por exemplo, circunscrevem-se aos limites das *capitanias*, *comarcas*, *termos*, *distritos*, *freguesias* e *paróquias*. Para a sorte do historiador ambiental, há uma certa sobreposição entre esses limites político-administrativos e as homogeneidades encontradas na natureza, principalmente para as menores unidades (distritos, freguesias e paróquias). Devido às dificuldades tecnológicas da época, era comum o uso dos atributos naturalmente oferecidos pelo território para a demarcação das divisões que visavam à gestão desses domínios. Sendo, muitas vezes, de travessia difícil ou mesmo intransponíveis, os rios provêm traçados naturais facilmente reconhecíveis na paisagem e foram, por estas razões, comumente usados como limites político-administrativos ao longo da história.<sup>107</sup> Esta foi uma prática bastante usual no Brasil Colônia, o que fazia com que houvesse um substancial grau de coincidência entre os

---

<sup>105</sup> SILVA & LINHARES, “Região e história agrária”, op. cit., pp.19-20.

<sup>106</sup> Idem, ibidem, pp.18-19.

<sup>107</sup> BECKINSALE, Robert P. “Rivers as Political Boundaries”. In: **Water, Earth and Man**, op. cit., p.344.



traçados das bacias hidrográficas e àqueles das unidades de gestão territorial.<sup>108</sup>

Segundo J. M. Maia Forte, a Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu tinha por *termo*

[...] desde a boca da barra do rio chamado Macacu, todo o seu comprimento até a vila. Pertenceriam, também, à vila toda povoação, morada, casal ou terra que estivesse pelos lados desse rio, tendo o seu 'adito' (entrada), saída e serventia pelo mesmo rio, por valas, riachos ou qualquer caminho de que os moradores costumassem usar ou se servirem para sua melhor comodidade [...] [O] termo, do lado dos rios, nunca excederia de seis léguas da vila, salvo as terras, lugares, moradas ou povoação que ficassem por cima da mesma vila contra a cidade [do Rio de Janeiro], de modo que fosse mais perto caminhar para a vila do que para a cidade, por ficar aquela mais próxima.<sup>109</sup>

Mais do que o aproveitamento de traçados naturais do terreno, transparece, aqui, de modo significativo, a idéia de *área de influência* do rio. Estariam encampados pela jurisdição administrativa da vila todos os assentamentos humanos que “convergissem” ou fossem “polarizados”, de alguma maneira, por aquela corrente superficial, seja pelo fornecimento de água ou outros recursos ambientais (peixes, por exemplo), seja pelo fato dela servir como “estrada natural”.

O estabelecimento dos limites mencionados, quando da fundação da vila, em 1697, não viriam impedir, contudo, que fosse muito difícil precisar quais freguesias encontravam-se dentro da jurisdição da vila. Grande parte dessa dificuldade advém do fato de que a freguesia era tanto uma divisão territorial eclesiástica quanto político-administrativa e militar. Isto não quer dizer que essas duas instituições ficassem apartadas no bojo do processo de apropriação e gestão do território colonial. Muito pelo contrário. Na verdade, Estado e Igreja tiveram papéis estreitamente imbricados, cujas maiores expressões foram os procedimentos de assentamento material e simbólico nos domínios de além-mar, quais sejam, aqueles ligados à doação de sesmarias e à necessária adjunção destas e seus habitantes – tanto novos quanto pretéritos – à santa fé cristã.<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> Não quero sugerir, aqui, de forma alguma, que isso fosse uma política adotada conscientemente pela administração colonial, até porque o próprio conceito de bacia de drenagem não fora, ainda, suficientemente elaborado à época.

<sup>109</sup> MAIA FORTE, “Vilas fluminenses desaparecidas”, op. cit., p.41.

<sup>110</sup> É necessário remarcar, contudo, que há uma relação de precedência nesse processo. A administração eclesiástica antecedeu em muito as estruturas de gestão civis. “Assim, tendo em visto as necessidades de

O início do povoamento da bacia do Macacu remonta a meados do século XVI, logo após a vitória dos portugueses sobre os franceses e seus aliados tamoios na batalha pela Baía de Guanabara. Iniciada a concessão das terras do recôncavo, é doada a Miguel de Moura – secretário particular de D. Sebastião, mas que, curiosamente, jamais pensou em vir ao Rio de Janeiro – sesmaria de 4.500 braças (9.900 metros) de testada, em meio ao rio Macacu, e 12.000 (26.400 metros) de sertão, a maior de todas as que foram concedidas na Guanabara durante o século XVI. A segunda sesmaria, de 6.000 braças de largura e 9.000 de comprimento para o sertão do mesmo rio, onde acabavam as de Miguel de Moura, foi doada a Cristóvão de Barros, que foi capitão-mor da frota de três galeões, vinda de Portugal para socorro do Rio de Janeiro na referida batalha. Mais tarde, Miguel de Moura fez doação de sua sesmaria aos jesuítas, que venderam parte dela a Manoel Fernandes Ozouro, fundador de uma capela entre os rios Cacerebú e Guapi-açú, sob a invocação de Santo Antônio, em 1612. Para o patrimônio da capela, Ozouro e sua mulher, Isabel Martins, doaram 350 braças de terras. Criado o curato, com sede na capela, os fundadores aumentaram a dádiva, doando à Igreja, além das terras do adro e da capela – que estavam dentro das 350 braças – mais 100 braças em quadro por trás do pequeno templo e as alfaias deste.<sup>111</sup>

Este procedimento era uma forma de apropriação territorial muito comum no Brasil Colônia, como nos informam diversos autores;<sup>112</sup> trata-se dos *patrimônios religiosos*, isto é, glebas cedidas por um ou vários proprietários fundiários para que os trabalhadores sem terra

---

catequese – pilar da colonização lusa – criar-se-iam, de forma precoce, as estruturas da paróquia e, somente bem mais tarde, chegariam os forais estruturadores das câmaras e vilas. Decorria, dessa forma, com naturalidade, que o poder público recorresse aos párocos para obter informações e serviços de que necessitava, compondo-se, assim, a estrutura básica do padroado”. SILVA & LINHARES, “Região e história agrária”, op. cit., p.22.

<sup>111</sup> MAIA FORTE, “Vilas fluminenses desaparecidas”, op. cit., pp.35-7; ABREU, Maurício de Almeida. “Processo de conquista e apropriação do território: Capitania do Rio de Janeiro, 1564-1600”. **Anais do VI Encontro da ANPUR**. Belo Horizonte, 2003, pp.12-13.

<sup>112</sup> MORAES, R. B. “Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII”. **Geografia**, v.1, 1935, p.69-87; DEFFONTAINES, Pierre. “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”. **Boletim Geográfico**, v.14, p.141-148; v.15, 1944, p.299-308; AZEVEDO, Aroldo de. “Embrões de cidades brasileiras”. **Boletim Paulista de Geografia**, v.25, 1957, p.31-69; MARX, Murilo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: EdUSP/Nobel, 1991; ABREU, Maurício de Almeida. “A apropriação do território no Brasil colonial”. In: **Explorações Geográficas**, op. cit., pp.197-245.

pudessem ali fixar residência. A cessão, entretanto, não se fazia diretamente a eles. O beneficiário era sempre o orago de uma capela já existente ou que se queria erigir no local, cabendo à Igreja, em nome do padroeiro, administrar esse patrimônio. Para tanto, era comum a instituição de uma irmandade, que aforava então aos colonos as terras recebidas. Garantia-se assim uma renda regular à capela, condição que o juízo eclesiástico impunha para que os serviços religiosos pudessem ser oferecidos com a regularidade e decência exigidas pelas leis canônicas.<sup>113</sup>

Como observa Maurício de A. Abreu, da repartição desses patrimônios surgiam, frequentemente, pequenos arraiais, alguns dos quais prosperaram e tornaram-se freguesias; muitos foram, mais tarde, elevados à categoria de vilas.<sup>114</sup> Foi exatamente essa a trajetória de Santo Antônio de Sá. Em 1644, o curato foi elevado à categoria de paróquia, estendendo-se a então freguesia de Santo Antônio de “Caserabú” dez léguas para o norte. Finalmente, em 1697, quando então governava a Capitania do Rio de Janeiro Artur de Sá e Menezes, fundou-se a vila no lugar da igreja matriz da referida freguesia (localizando-se junto à confluência dos rios Macacu e Caceribu), dando-lhe o nome de “Santo Antônio”, por ser este o orago, e “Sá”, em homenagem ao representante de Sua Majestade.

A vila de Santo Antônio de Sá de Macacu foi o primeiro núcleo urbano com esse *status* estabelecido na capitania do Rio de Janeiro.<sup>115</sup> Essa inexistência de vilas no recôncavo até quase fins do segundo século de colonização está ligada, segundo Alberto Ribeiro Lamego, à base agrária da estrutura sócio-espacial, em conexão com os fatores da geografia física da região guanabarina. As curtas distâncias entre os núcleos produtores rurais e o centro consumidor/redistribuidor urbano, a facilidade de transporte fluvial e marítimo, assim como a

---

<sup>113</sup> ABREU, op. cit., p.233.

<sup>114</sup> Idem, ibidem, pp.233-4.

<sup>115</sup> MAIA FORTE, “Vilas fluminenses desaparecidas”, op. cit., p.41. No Brasil colonial, chamavam-se *ciudades* todos aqueles centros urbanos fundados diretamente por ordem régia, enquanto as *vilas* se tratavam de núcleos de povoamento fundados por governadores ou pelos próprios donatários (cf. ABREU, “A apropriação do território no Brasil colonial”, op. cit., pp.213-5). O Rio de Janeiro, vale lembrar, já havia “nascido” como cidade.

própria situação financeira dos rurícolas – empenhados aos comerciantes do Rio de Janeiro que lhes adiantavam o capital em troca da produção agrícola – eram condições que dificultavam a presença de intermediários nos pequenos portos da baixada. Embora uma larga tarja de lavoura bordejasse a Guanabara, os produtos alimentícios de consumo imediato, tais como a farinha, o feijão, o milho e o arroz, além das caixas de açúcar, rumavam diretamente das fazendas para o mercado carioca. Explica-se, destarte, o desinteresse dos grandes proprietários, absortos em suas plantações e “isolados em seus clãs rurais” para a fundação de novos centros administrativos que, ademais, viriam cercear o seu poder político localmente estabelecido.<sup>116</sup>

Sem fazer menção às fontes das quais extraiu essa informação, José Matoso Maia Forte afirma que a Vila de Santo Antônio de Sá era composta, em 1778, pelas freguesias de Santo Antônio de Sá (sede), Santíssima Trindade, Nossa Senhora d’Ajuda de Cernambitigba – ou Sarnambitiba, ou ainda de Guapi-mirim –, Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, Nossa Senhora do Desterro de Itambi e São João de Itaboraí. Esses limites teriam mudado em 1789, quando da fundação da Vila de Magé.<sup>117</sup> Segundo Balthazar da Silva Lisboa, o termo da vila incluiria, no ano de 1796, todas as freguesias mencionadas acima, com exceção da de Guapi-mirim.<sup>118</sup> *A Descrição do que contém o Districto da Villa de Santo Antônio de Sá de Macacú*, por sua vez, reduz ainda mais o território da vila, excluindo as freguesias de Itambi, Itaboraí e Rio Bonito, embora incluindo Guapi-mirim.<sup>119</sup> Tendo em vista os objetivos deste capítulo, considero que é melhor assumir a delimitação fornecida por esta última fonte, afinal

---

<sup>116</sup> LAMEGO, **O homem e a Guanabara**, op. cit., p.199.

<sup>117</sup> MAIA FORTE, “Vilas fluminense desaparecidas”, op. cit., p.43.

<sup>118</sup> LISBOA, Balthazar da Silva. **Anais do Rio de Janeiro**. tomo V. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967 [1834-5], p.165.

<sup>119</sup> *Descrição do que contém o Districto da Villa de Santo Antônio de Sá de Macacú, a qual foi mandada tirar pelo Ilmo e Exmo Sor Conde Vice Rey, em 7 de Abril de 1797*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos, Caixa 165, nº 62. Uma cópia deste documento – bem como de todos os outros do referido arquivo utilizados ao longo desta dissertação – foram-me muito gentilmente cedida pelo professor Maurício de Almeida Abreu, sem a qual eu não poderia ter realizado a minha monografia de graduação, orientada professor Maurício e submetida ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro no começo de 2004.

de contas, o grande “norte”, em termos de evidências empíricas, nessa parte do trabalho, é a relação de árvores que se encontra anexada ao final do referido documento. Minha área de estudo, destarte, encontra-se cartografada na figura 1.1.

### ***1.3. Os pontos de apoio***

O relevo é um aspecto fundamental da paisagem geográfica. Ele é, por assim dizer, o chão donde se levantam as searas e as árvores, levantam-se os animais que correm pelos campos ou voam por cima deles, levantam-se os homens e as suas esperanças. Para estes últimos, o relevo é o piso, por vezes escorregadio, por vezes quebradiço, por vezes íngreme, por vezes encharcado, mas sempre e sempre basilar, sobre o qual se fixar e desenvolver as atividades diárias e os modos de viver.<sup>120</sup> Foi tendo isso em mente que Lucien Febvre propôs a noção de *pontos de apoio*:

Na verdade, [os homens] só podem representar um papel ativo num certo meio vegetal e animal, só podem insinuar-se utilmente numa região botânica e zoológica, para a modificar, organizar, adaptar às suas necessidades, se, desde o início, dispuserem dum certo número de *pontos de apoio* favoráveis ao desenvolvimento do seu livre esforço.<sup>121</sup>

Para ir até a floresta, achar as árvores corretas, cortá-las e serrá-las, os homens precisavam se mover sobre uma determinada superfície, sobre determinados pontos de apoio. Como se compuseram, ao longo do tempo, e como se apresentavam estes pontos de apoio em meados do século XVIII? Responder a esta questão será nossa primeira grande tarefa e, para fazê-lo, será preciso mergulhar na escala de tempo geológica, recorrendo aos trabalhos dos cientistas naturais que estudaram a área em questão.

A Baixada Fluminense, uma das três “províncias topográficas” do território

---

<sup>120</sup> MARQUES, Jorge Soares. “Ciência geomorfológica”. In: GUERRA & CUNHA, **Geomorfologia**, op. cit., p.25.

<sup>121</sup> FEBVRE, **A terra e a evolução humana**, op. cit., p.179.

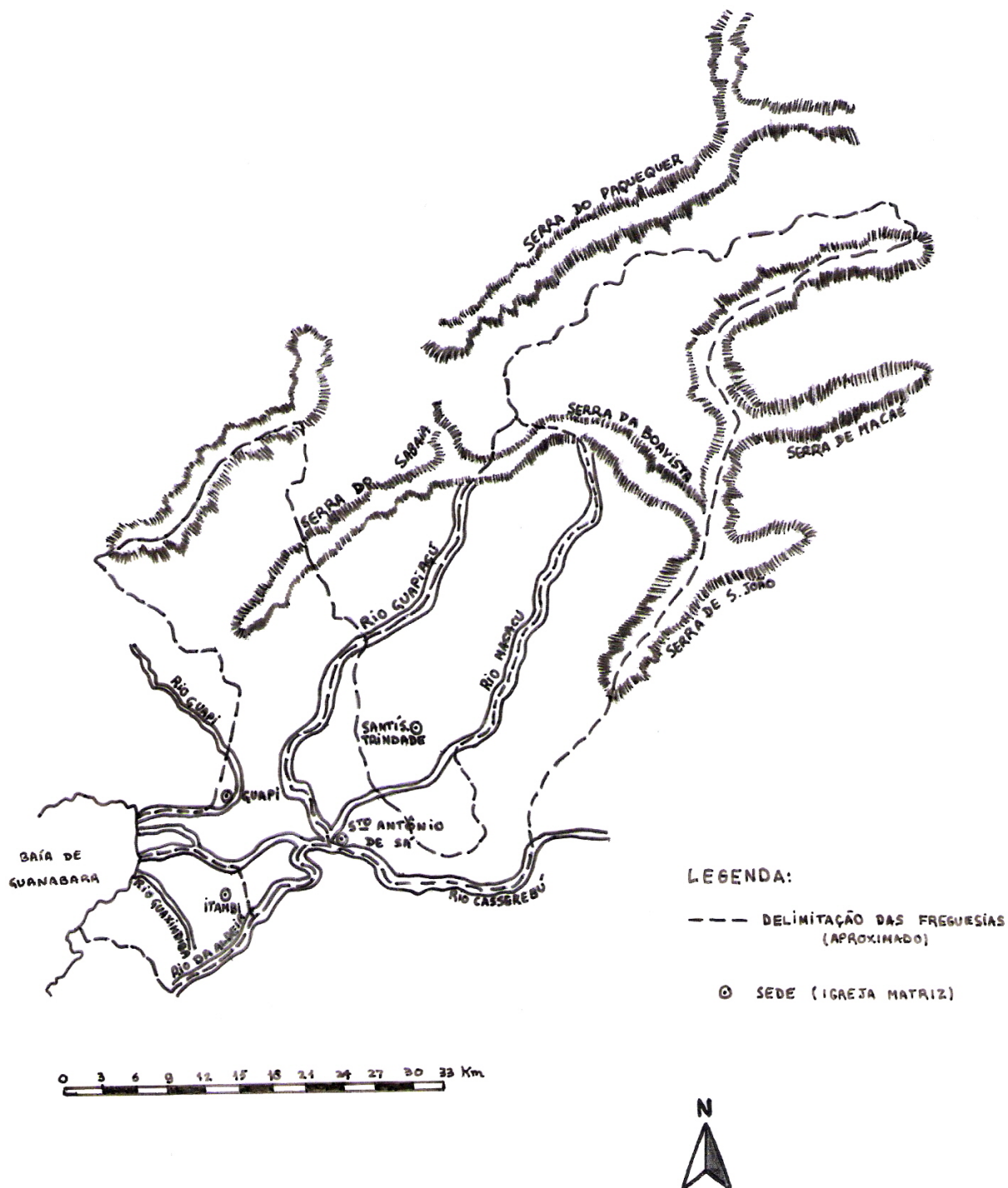


Figura 1.1. Área de estudo. Fonte: FUNDREM. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Itaboraí*. Rio de Janeiro, 1982 (adaptado).

fluminense apontadas por José Augusto Drummond,<sup>122</sup> é uma depressão alongada, de direção leste-nordeste, com extensão de, pelo menos, 200 quilômetros, disposta entre o morro de São João e a Baía de Sepetiba. Em artigo clássico, Francis Ruellan foi o primeiro autor a reconhecer esta depressão como um *graben*, situado entre blocos falhados e adernados para norte-noroeste.<sup>123</sup> Estudos posteriores confirmaram as inferências do geógrafo francês, indicando que a área seria um *rift* – isto é, um bloco rebaixado tectonicamente, limitado por falhas.<sup>124</sup>

A origem deste relevo está relacionada a movimentos tectônicos iniciados há aproximadamente 80 milhões de anos, ainda no período Cretáceo (entre 135 e 65 milhões de anos atrás), com um amplo soerguimento da borda do continente em todo o sudeste do Brasil, desde o Estado do Paraná até a região de Vitória, no Espírito Santo. Com o aumento do soerguimento de um lado, houve rompimento e conseqüente rebaixamento dos blocos adjacentes por falhas normais (fraturas que apresentam movimento de um bloco em relação ao outro), gerando vales por afundamento tectônico (*grabens*), bordejados por áreas altas (*horsts*). As áreas altas correspondem às serras do Mar e da Mantiqueira e aos Maciços Litorâneos do Estado do Rio de Janeiro. Nas áreas afundadas formaram-se pequenas *bacias sedimentares* com idades entre 65 e 35 milhões de anos, como as de São José de Itaboraí e do

---

<sup>122</sup> As outras duas seriam a Serra do Mar e o Vale do Paraíba. Cf. DRUMMOND, **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**, op. cit., pp.75-7.

<sup>123</sup> RUELLAN, Francis. “Evolução geomorfológica da Baía de Guanabara e das regiões vizinhas”. **Revista Brasileira de Geografia**, v.6(4), 1944, pp.445-508.

<sup>124</sup> ALMEIDA, F. F. M. “The system of continental rifts bordering the Santos Basin, Brazil”. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.48 (suplemento), 1976, pp.15-26; ASMUS, H. E.; FERRARI, A.L. “Hipótese sobre a causa do tectonismo cenozóico na região sudeste do Brasil”. In: Aspectos estruturais da margem continental leste e sudeste brasileira. **Série Projeto REMAC**, v.4, 1978, pp.75-88; HASUY, Y.; GIMENEZ, A. F.; MELO, M. S. “Sobre as bacias tafrogênicas continentais do sudeste brasileiro”. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Geologia**, v.1, 1978, pp.382-91; PENHA, H. M.; FERRARI, A. L.; RIBEIRO, A.; AMADOR, E. S.; PACIULO, F. V. P.; JUNHO, M. C. B.; BRENNER, T. L. Projeto Carta Geológica do Estado do Rio de Janeiro. Convênio DRM/UFRJ: Projeto Folha Petrópolis, Rio de Janeiro, v.1, relatório final (inédito); PETRI, S.; FULFARO, V. J. **Geologia do Brasil (Fanerozóico)**. São Paulo: EDUSP, 1983; FERRARI, A. L. “A geologia do ‘rift’ da Guanabara (RJ) na sua porção centro-ocidental e sua relação com o embasamento pré-cambriano”. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Geologia**. Natal (RN), 1990, pp.2858-72.

Macacu, no Graben da Guanabara e as de Volta Redonda, Resende e Taubaté, no Graben do Paraíba do Sul.

Até o último período inter-glacial, há cerca de 200 mil anos atrás, a drenagem da Baixada Fluminense, compreendendo os atuais rios Macacu e Guapi-Açu, era dirigida para a Baía de Sepetiba. Na entrada da atual Baía de Guanabara, aproveitando uma linha estrutural orientada no sentido norte-sul, desenvolvia-se uma pequena bacia de drenagem similar e concordante com as de Marica e Jacarepaguá. Com o clima úmido inter-glacial, esta bacia aprofundou e recuou seu leito em direção remontante, até atingir a área deprimida da Baixada, em estágio posterior, quando o nível do mar estava baixando e o clima tornando-se cada vez mais seco, na última era glacial. Estava aberta, então, entre os blocos dos maciços costeiros da Carioca e Niterói, uma brecha que passaria a capturar toda a drenagem da Baixada. Este antigo canal remanesce no assoalho da atual baía como o talvegue principal, que chega até a altura de Paquetá.

No último inter-glacial, capturada a drenagem da Baixada pelo *paleo-rio-Guanabara*, com a erosão remontante e a dissecação do relevo pedimentar, a drenagem finalmente organiza-se. Um divisor baixo, representado por colinas e tabuleiros instala-se, separando, de um lado, a Bacia do rio Guandu, que continuou drenando para a Baía de Sepetiba e, ou outro lado, as Bacias dos rios Meriti, Iguaçú e Acari, que passaram a drenar para o *paleo-rio-Guanabara*. Este sistema fluvial, na entrada da Guanabara, iria abrir uma passagem no maciço litorâneo e modelar, através, do processo de recuo das encostas e entalhamento vertical dos leitos, as formas de pães-de-açúcar e caninos.

Há mais ou menos 18 mil anos, na transição entre o Pleistoceno e o Holoceno, teve início a transgressão marinha chamada, na literatura especializada, de *Flandriana*.<sup>125</sup> Esta transgressão, relacionada ao aquecimento global e o conseqüente derretimento das geleiras

---

<sup>125</sup> FAIRBRIDGE, R. W. "Convergence of evidence on climatic change and ice-ages". *Annals of the New York Academy of Sciences*, v.95, 1961, pp.542-579.



continentais, produziu o afogamento da plataforma continental e dos vales fluviais. O atual nível do mar é atingido, pela primeira vez, há cerca de sete mil anos. No entanto, o máximo transgressivo só é alcançado no chamado *ótimo climático*, ocorrido entre seis e cinco mil anos atrás, quando o nível do mar atinge uma posição entre três a quatro metros acima do atual.<sup>126</sup>

No seu máximo avanço, a antiga bacia fluvial da Guanabara foi inteiramente afogada. O mar, avançando pelos canais fluviais, atingiu a base da Serra do Mar. No máximo transgressivo holocênico, o espelho d'água da Baía de Guanabara era de cerca de 800 quilômetros quadrados – o dobro da superfície atual. Para se ter uma idéia, posições atualmente situadas a mais de 30 quilômetros do litoral, eram alcançadas pelas águas marinhas. Como se pode ver na figura 1.2, as maiores “conquistas” foram alcançadas na porção norte-oriental, onde o mar chegou até a altura do médio vale do atual rio Guapi-Açú.

Após a *Transgressão Flandriana*, a região costeira experimentou novas oscilações de nível do mar de pequena amplitude. Atingido o nível máximo em torno de 5.600 anos A.P., teve início um movimento regressivo do mar que, partindo de 4 metros acima do nível atual, atinge cerca de 1 metro abaixo deste por volta de 4.200 anos atrás.<sup>127</sup> Os rios, com a variação do nível de base, tiveram o perfil de equilíbrio ligeiramente modificado, acarretando uma erosão remontante e mudança no tipo e quantidade de sedimentos transportados. Este maior aporte de sedimentos foi responsável pelo desenvolvimento de extensos bancos de lamas flúvio-marinhas nos estuários da baía, por sobre os quais se estenderam canais meândricos de maré e manguezais. A flora diversifica-se. Conforme aponta o estudo palinológico de Ortrud M. Barth e colaboradores, a floresta tropical ombrófila densa já colonizara a maior parte do

---

<sup>126</sup> FAIRBRIDGE, R. W. “World sea-levels and climatic changes”. *Quaternaria*, v.6, 1962, pp.111-34; Ver também BIGARELLA, J. J. “Variações climáticas no Quaternário Superior e sua datação radiométrica pelo método do carbono 14”. *Paleoclimas*, v.1.

<sup>127</sup> AMADOR, E. S.; PONZI, V. R. A. “Estratigrafia e sedimentação dos depósitos flúvio-marinhos da orla da Baía de Guanabara”. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.46(3/4), 1974, p.693; AMADOR, E. S.; PONZI, V. R. A. “Evolução geomorfológica da Baía de Guanabara no Quaternário”. *Anais do III Congresso Brasileiro de Geógrafos*, vol. de comunicações, pp.6-9.

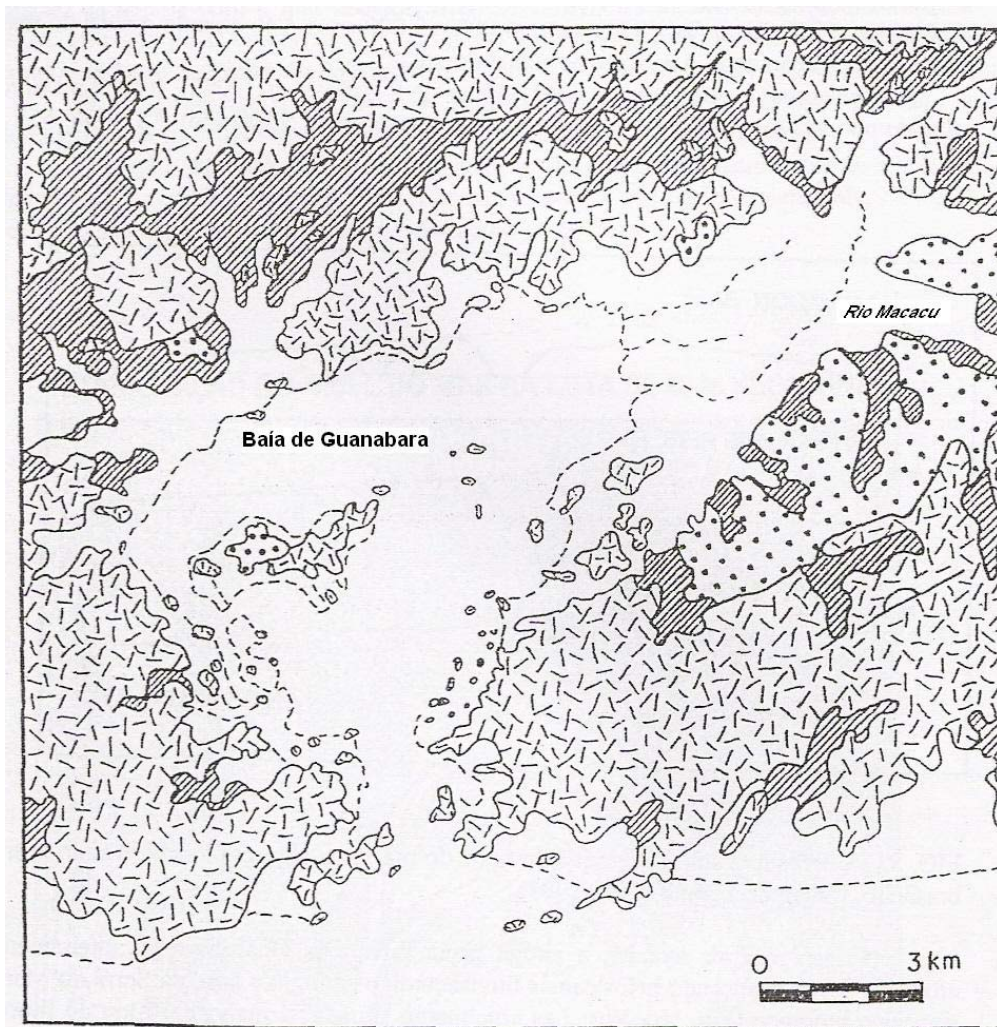


Figura 1.2. Máximo transgressivo holocênico (entre 6.000 e 5.000 anos A.P.) Fonte: AMADOR, *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos*, op. cit., p.130.

entorno da baía.<sup>128</sup> Além da exuberante Mata Atlântica, são acrescentadas à paisagem do Recôncavo da Guanabara as vegetações de restinga, dunas, brejos e mangues. Entre 3.800 e 3.600 anos atrás, uma nova fase transgressiva eleva o nível do mar em cerca de 1,5 a dois metros acima do atual, produzindo uma nova linha de litoral. O afogamento marinho fez recuar a faixa de manguezais e interiorizar o alcance das marés. Com isso, a flora dos mangues é bastante afetada e reduzida, bem como a produtividade biológica geral de toda a

<sup>128</sup> BARTH, Ortrud M.; BARRETO, Cíntia F.; COELHO, Luciane G.; LUZ, Cyntia F. P. "Pollen record and paleoenvironment of a 4210 years B.P. old sediment in the Bay of Guanabara, Rio de Janeiro, Brazil". *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.76(3), 2004, p.550.

baía. Finalmente, há cerca de 3.000 anos atrás, deu-se uma segunda regressão holocênica do nível do mar, sendo atingida, ao seu término, uma posição bem próxima ao nível atual.

O Recôncavo norte-oriental da Guanabara abrangia as bacias dos maiores rios tributários da Baía de Guanabara, a saber: o Guapi, o Guaraí, o Macacu e o Guaxindiba. O primeiro dos sobreditos rios – o Guapi – tinha uma largura de mais de 200 metros em sua foz, sendo formado pelos rios Guapi-Açú e Guapi-Mirim, ambos com nascentes na Serra dos Órgãos, em altitudes de cerca de 2.000 metros. O Guapi-Açú possuía uma bacia de 574 quilômetros quadrados e um curso de 50 quilômetros até sua desembocadura no Guapi. O Guapi-Mirim, com uma bacia de 133 quilômetros quadrados, desenvolvia um percurso de 30 quilômetros e se caracterizava, entre os rios da baía, por descrever os meandros de maré mais simétricos.

A seguir aparecia o Rio Guaraí (rio dos guarás, em língua tupi), que não possuía descarga própria, consistindo numa bifurcação do Guapi próximo à sua foz, que descreve um percurso muito sinuoso e largo, com uma extensão de aproximadamente 15 km numa bacia de apenas 23 quilômetros quadrados. O Guaraí possuía um afluente (Guaraí-Mirim), que se comunicava com o Guapi, isolando como ilha estuarina uma extensão de 6 quilômetros quadrados.

Dominando uma ampla planície de maré, com extensos lodaçais, surgia o rio Macacu, o maior em extensão e superfície de bacia, que deságua na Baía de Guanabara. O rio Macacu, que tem uma foz com a largura de 450 metros, nasce na Serra da Boa Vista (Serra dos Órgãos), a 1.100 metros de altitude, drena uma bacia de 750 quilômetros quadrados e possui um curso de 74 quilômetros até a Baía de Guanabara – embora apenas 34 deles fossem navegáveis. Recebia como afluentes, entre outros, os rios Casseribu, Aldeia, Covas e Batatal. No rio Macacu e em seu afluente principal, o Casseribu, existiam lagoas de meandros abandonados. Descrevendo amplos meandros de maré até as proximidades de Porto das

Caixas-Sambaetiba, o Macacu, a partir daí, serpenteava com meandros cada vez menores, desenvolvidos sobre sedimentos mais antigos, até as proximidades de Cachoeiras de Macacu, a partir de onde tinham lugar corredeiras e cachoeiras.<sup>129</sup>

O último grande rio dessa seqüência é o Guaxindiba, que nasce na Serra de Taipú, possui uma bacia de 200 quilômetros quadrados e um percurso de 13 quilômetros, formando um amplo estuário com largura superior a 300 metros, em frente do qual existia uma grande ilha lamosa colonizada por *Spartina*.

As formas de relevo encontradas nestas bacias de drenagem são de três tipos: as (1) escarpas pouco dissecadas dos maciços montanhosos, os (2) esporões rebaixados da Serra do Mar, as (3) colinas isoladas ou agrupadas em pequenos aglomerados e os (4) fundos planos ou quase planos das depressões entre essas colinas.

As escarpas são encontradas nos altos cursos dos rios supracitados. Este domínio serrano se caracteriza pelo relevo acentuado, com cotas médias acima dos 700 metros. Predominam montanhas assimétricas com escarpas abruptas, de contornos sinuosos, onde uma série de pontas em forma de “caninos” ou “pães de açúcar” se orientam obliquamente à direção do escarpamento. Do lado atlântico, observa-se o desenvolvimento de patamares, com presença de cumes arredondados e desnudos e vertentes em vales muito largos de fundo chato, cujas altitudes decrescem rapidamente até encontrar os relevos de nível de colina, que

---

<sup>129</sup> Quem hoje visita esta área encontra uma configuração deveras modificada em relação a esta que acabo que descrever. Atualmente, a partir da confluência do Guapiaçu com o Macacu inicia-se o Canal de Imunana, construído pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) com o objetivo de drenar as áreas adjacentes freqüentemente inundadas. Com a construção do canal o curso natural do Macacu foi desviado e ele se uniu ao Guapimirim. Sua área de drenagem, por essa razão, foi enormemente aumentada e o rio Guapimirim, após receber as águas do Macacu/Guapiaçu passou a ser chamado de Guapi até a sua foz na Baía de Guanabara. O rio Caceribu, que também era afluente do Macacu pela margem esquerda, ganhou, a partir das obras do DNOS, desembocadura independente, ocupando o antigo baixo leito e a foz do Macacu na Baía de Guanabara. Toda essa obra de macro-saneamento trouxe profundas mudanças nos padrões de ocupação e uso do solo, mas isto é conversa para outra oportunidade. Para algumas considerações introdutórias ao assunto, ver CABRAL, Diogo de C.; FISZON, Judith T. “Padrões sócio-espaciais de desflorestamento e suas implicações para a fragmentação florestal: estudo de caso na bacia do rio Macacu, RJ”. **Scientia Forestalis**, v.66, 2004, pp.13-24

fazem a transição para a baixada.<sup>130</sup>

Como braços que se prolongam do alinhamento da Serra do Mar em direção ao oceano, os esporões rebaixados – também chamados de contrafortes – dizem respeito a níveis de ombreiras escalonadas a altitudes variadas e que representam os interflúvios dos rios que descem a escarpa da Serra do Mar na direção da Baixada da Guanabara. Os esporões têm formas alongadas e relativamente estreitas, com os topos sensivelmente inclinados na direção do oceano. A grande bacia do Macacu é delimitada a leste e sudeste por um desses esporões, a Serra de São João, constituída por sucessivas montanhas com altitudes médias de 500 metros.

Apresentando-se numa gradação de altitude entre a escarpa e o litoral da Guanabara – poucas vezes alcançando os 300 metros –, delimitados a oeste pelo grande contraforte de São João, distribuem-se de modo disperso ou nucleado pequenas e médias colinas convexas em forma de meia-laranja. Entramos, aqui, naquele domínio paisagístico que Pierre Deffontaines, em trabalho clássico, chamou de “mar de morros”.<sup>131</sup> Coube, entretanto, a Aziz N. Ab’Saber a sistematização dos seus traços fisiográficos. Dentre as mais importantes, relativamente à minha área específica de estudo, podem ser citadas: (a) decomposição profunda e universal das rochas cristalinas, desde 3-8 até 40-60 metros de profundidade; (b) presença extensiva de latossolos nas vertentes e interflúvios dos morros arredondados; (c) mamelonização universal das vertentes baixas e médias, até níveis altimétricos de 1100-1200 metros, fato que incide tanto nos outeirinhos, insulados nas baixadas litorâneas, como até mesmo nos taludes de alguns tipos de terraços fluviais e de paleopedimentos dissecados; (d) drenagem perene até para os menores ramos das redes hidrográficas, altamente dendrificadas e muito densas; (e) lençol de água subterrânea alimentando permanentemente, durante e entre

---

<sup>130</sup> PENHA, H. M.; FERRARI, A. L.; AMADOR, E. S.; PACIULO, F. V. P.; JUNHO, M. C. B.; BRENNER, T. L. “Geologia da Folha Petrópolis”. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Geologia**, v.5, 1980, apud AMADOR, **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos**, op. cit., p.33.

<sup>131</sup> DEFFONTAINES, Pierre. “Geografia humana do Brasil”. **Revista Brasileira de Geografia**, ano I, nº 1, janeiro de 1939, pp.16-67.

as chuvas, a correnteza dos rios.<sup>132</sup>

Ainda segundo Ab'Saber, “o domínio dos mares de morros é o meio físico mais complexo e difícil do país em relação às construções e ações humanas”<sup>133</sup>. Muito pequena é a disponibilidade de amplos sítios urbanizáveis, como também o é a abertura e conservação dos caminhos terrestres e pontes, pelo que se faziam motivos recorrentes de reclamação e de grande mobilização de verbas pela Câmara Municipal, ao tempo da colônia.<sup>134</sup> Causa principal disso é a elevada precipitação, que transformava as estradas em verdadeiros lamaçais nas épocas de chuvas<sup>135</sup>, onde as rodas dos veículos atolavam e os cavalos e bestas quebravam as patas:

Estas [...] Estradas, principalmente as Reallengas, nem sempre se conservão prontas, e limpas; porq<sup>e</sup> em quanto os Povos não cuidão na Reedificação dellas, quando se arruinão, se encontrão em varias partes dificuldades para a passage; q<sup>e</sup> são águas encharcadas, Estivas arruinadas de alguns Córregos, q<sup>e</sup> as atravessão, e as de alguns Brejos por onde indispensavelmente passão as sobreditas Estradas em varias partes, por não haverem lugares p<sup>a</sup> se disviarem p<sup>f</sup> causa da ellevação de alguns Montes, q<sup>e</sup> se encontrão, Grotas, e Dispinhadeiros, p<sup>f</sup> onde hé na verdade difícil a sua formação; e de tal sorte, q<sup>e</sup> tem havido occasioens de se experimentar prejuisos na perda de alguns Animaes; [...] <sup>136</sup>

Neste ambiente sufocado pela abundância de água, valorosas eram as porções da paisagem capazes de sustentar uma habitação a salvo do afogamento sazonal, não somente pelos estragos causados à lavoura, mas também pelo grau de insalubridade que propiciavam. A par do seu caráter de improdutividade biológica, esses pântanos constituíam o habitat dos *anofelíneos*<sup>137</sup> transmissores da malária, um mal que assolou a comunidade macacuana desde os seus primórdios, tornando-se uma doença epidêmica a partir do segundo quartel do século XIX.<sup>138</sup> Nitidamente inspirado em Lucien Febvre, Renato da Silveira Mendes notou que o

---

<sup>132</sup> AB'SABER, Aziz Nacib. “O domínio dos mares de morros no Brasil”. **Geomorfologia**, n<sup>o</sup> 2, 1966, s/p.

<sup>133</sup> Idem, *ibidem*, s/p.

<sup>134</sup> SANTOS, “Auge e decadência econômica do Recôncavo da Guanabara”, *op. cit.*, p.68.

<sup>135</sup> FRIDMAN, **Donos do Rio em nome do Rei**, *op. cit.*, p.92.

<sup>136</sup> *Discripção...*, *op. cit.*, cap.3.

<sup>137</sup> De *anófele*, um gênero de mosquitos.

<sup>138</sup> MAIA FORTE, “Vilas fluminenses desaparecidas”, *op. cit.*, p.54-9. *A febre de Macacu*, como viria a ser conhecida posteriormente, acabou por despovoar por completo a antiga sede da vila, que se tornou uma grande tapera no final dos oitocentos.

“papel desempenhado por essas colinas de poucas dezenas de metros de altitude na conquista da região pelo homem foi das mais notáveis, pois serviram de *ponto de apoio* para a fixação do colonizador que dificilmente poderia se localizar nas planícies periodicamente inundáveis”.<sup>139</sup>

#### ***1.4. A floresta macacuana na segunda metade do século XVIII***

Fazendo uso de uma abordagem bastante eclética (combinação de mapeamentos geológicos, foto-interpretção, cartografia antiga, iconografia, documentos e relatos históricos) – apesar de metodologicamente “hermética” –, o geógrafo Elmo da Silva Amador reconstituiu a paisagem da bacia da Baía de Guanabara como ela teria existido por volta do ano de 1500, apresentando-a em mapas na escala 1:100.000 (um para cem mil).<sup>140</sup> Este trabalho me foi muito útil como uma primeira aproximação, uma visão bastante ampla da cobertura vegetal da área do Recôncavo da Guanabara como um todo.

Considerando toda a área do Recôncavo, a Mata Atlântica – incluindo suas diversas subdivisões – ocupava uma superfície de 3.335 quilômetros quadrados, correspondendo a 91 por cento da superfície total da região. A mata havia atingido uma situação clímax, com docéis de porte superior a 30 metros, onde se destacavam jequitibás e cedros. A grande amplitude topográfica determinava uma gradação característica do bioma, observando-se tipos vegetacionais de terras baixas, baixo-montana, montana e alto-montana, com variações de composição florística.

Os manguezais ocupavam uma superfície aproximada de 257,9 quilômetros quadrados – o que representavam 5,62 por cento da superfície da bacia –, estendendo-se desde a foz do rio Berquó, no litoral ocidental, até a Lagoa de Itaipu, no litoral oriental. Estas

---

<sup>139</sup> MENDES, **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**, op. cit., p.23, grifo meu.

<sup>140</sup> AMADOR, **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos**, op. cit., pp.215-40.

associações vegetais só eram interrompidas, ao longo da orla, onde ocorriam promontórios, pontões, costões rochosos, falésias e praias arenosas. As maiores extensões ocorriam junto ao Saco de São Diogo, Estuário de Manguinhos, Ilha do Governador, ilhas do Fundão, foz dos rios Meriti, Estrela, Saracuruna, Irirí, Magé, Guapi, Macacu, Guaxindiba, Imboacica e ainda nas enseadas da Praia Grande e de São Gonçalo, em Niterói. Os brejos, alagados e pântanos, por sua vez, ocupavam uma superfície de aproximadamente 235 quilômetros quadrados, correspondendo a cerca de 5,14 por cento da superfície total do recôncavo.

Esses tipos de ecossistema semi-terrestres, semi-aquáticos, originam-se de um conjunto de fatores. A elevada pluviosidade na escarpa da Serra do Mar, por onde passam as isoietas anuais de 1.800 a 2.400 milímetros, ocasiona a formação de um grande número de cursos d'água que se dirigem para o mar atravessando as planícies de muito fraca declividade e de solo argiloso, impermeável. Durante a época das chuvas, de outubro a março, os rios transbordam e as águas se espriam pelas depressões. Deve-se levar também em consideração a pluviosidade na própria baixada, pois, embora menor do que na Serra, ela é geralmente elevada: as isoietas anuais de 1.100 a 1.300 milímetros atravessam toda a região. Troncos de árvores e galhos caídos bem como a vegetação aquática, também contribuem para a formação dos pântanos, dificultando o escoamento das águas. Em certos trechos, a preamar, determinando a penetração do mar pelos estuários até distâncias que alcançam em alguns rios a 6 quilômetros, ocasiona a inversão da corrente e a elevação das águas e conseqüente inundação das margens.<sup>141</sup>

Na bacia do Macacu, o acúmulo sazonal de águas e sedimentos nas planícies fluviais era responsável pela manutenção de uma área de 179,1 quilômetros quadrados de manguezais, o que correspondia a cerca de 10 por cento da sua superfície total. O pequeno gradiente topográfico ocasionava transbordamentos de águas muitas vezes catastróficos, tendo sido,

---

<sup>141</sup> MENDES, **Paisagens culturais da Baixada fluminense**, op. cit., p.26.



desde o início, um fator limitante à expansão da lavoura, principalmente a canavieira. Assim se pronunciou o autor anônimo da *Descrição* sobre o problema: “Nesta plantação há anos q’ os Lavradores experimentão grandes prejuisos [...] p<sup>r</sup> causa das enchentes, quando estas são extraordinarias, tendo os Canaviaes em terras baixas, estando ainda pequenas as Canas de pouco tempo plantadas, p.<sup>r</sup> q.<sup>e</sup> as mata [...]”.<sup>142</sup> A “inutilidade” dessas terras – que eram muitas – era contornável apenas quando fossem seus donos “opulentos”, pois usavam da técnica do “esquartejamento com valas”, drenando-as. E em algumas delas, porém, nem isso remediava, “p.<sup>r</sup> q.<sup>e</sup> [...] se encontrão dificuldades pelo mão assento do terreno, e não permitirem exgoto p.<sup>a</sup> parte alguma”.<sup>143</sup> Não escapava a esse inconveniente nem mesmo a produção madeireira: “[...] he de tal sorte a velocidade da sua água corrente q<sup>e</sup> suspende muitas Madeiras fabricadas, e pesadas, lirando as dos Portos em q<sup>e</sup> estão p<sup>a</sup> serem conduzidas [...]”.<sup>144</sup>

A Mata Atlântica *stricto sensu* começava a surgir à medida que o nível de alagabilidade ia diminuindo. Essas partes mais altas da paisagem, cobertas de floresta, eram consideradas pelos coevos como aquelas compostas pelos melhores solos da região: “He a terra do Districto de Macacú na maior parte bastante fertil, principalmente as q’ são mais proximas às Caxoeiras de todos os Rios”.<sup>145</sup>

Para uma primeira aproximação da extensão da cobertura florestal da bacia do Macacu, atentemos para o mapa do Sargento-mor Manoel Vieira Leão. Desenhado em 1767 a pedido do Conde de Cunha e no contexto da transferência da capital do vice-reinado da colônia do Brasil para o Rio de Janeiro, o mapa mostra a região do médio e alto vale do rio Macacu ainda cobertas de florestas, representadas por tons mais escuros e técnicas de

---

<sup>142</sup> *Descrição....1797*, op. cit., cap.10.

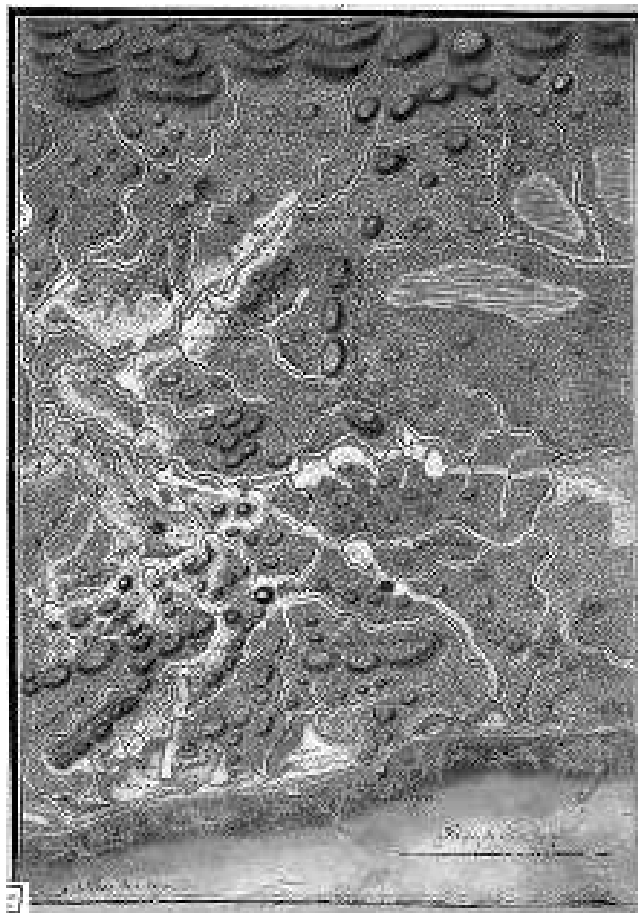
<sup>143</sup> *Idem*, cap.3.

<sup>144</sup> *Idem*, cap.1.

<sup>145</sup> *Idem*, cap.10.

sombreamento (figura 1.3). Os engenhos dessa região Leste dos Recôncavos do Rio de Janeiro, em número de 46, na sua grande maioria localizavam-se nas margens dos pequenos cursos d'água como os rios Guaxindiba, da Aldeia, Matuapira e outros.

Façamos um esforço de quantificação. Uma estimativa da área ocupada por floresta ainda de pé pode ser obtida através dos dados fornecidos pelo relatório do Marquês do Lavradio sob a rubrica de “terras q<sup>e</sup> se achão por cultivar”. Supondo que essas áreas fossem realmente sertões florestais e trabalhando com uma área total da bacia de 1.700 quilômetros quadrados, podemos inferir que cerca de 17 por cento (ou 286 quilômetros quadrados) do



**Figura 1.3. “Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro, folha 07”. BNRJ, Seção de Cartografia, CAM.02,008.**

setor norte-oriental do Recôncavo ainda eram cobertos por florestas, as quais remanesciam, principalmente, na margem esquerda do médio-alto vale do Macacu e também no alto vale do rio Guapi-Açu.<sup>146</sup> Considerando-se que estão excluídos deste valor as datas do capitão Pedro Corrêa Lima e dos Carmelitas, além das “[t]erras por cultivar e vacuadas por Ordem do Ill.<sup>mo</sup> e

---

<sup>146</sup> LAVRADIO, Marquês de. “Relação – parte II”. **RIHGB**, v.76, 1946 [1779], pp.293-4.

Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Conde da Cunha a doze annos”<sup>147</sup> – cujas dimensões não são especificadas pelo documento –, acredito que se pode trabalhar com uma estimativa conservadora de 20 a 25 por cento de cobertura florestal na bacia, no final da década de 1770. Essas conjecturas são tanto mais plausíveis quanto se considere que esse “sensor” (o documento com o qual trabalhamos) parece realmente sensível a oscilações na dita variável: num distrito como o de Guaratiba, por exemplo, localizado muito mais próximo à área urbana, a mancha florestal devia ser bem menor, dado que não havia “terras devolutas”:

[...] as terras, q’ se achão por cultivar são os Sertões dos Engenhos, e Fazendas, os q<sup>es</sup> são necessários indispensavelm.<sup>te</sup> aos mesmos Eng.os p.<sup>a</sup> em cada anno tirarem delles o grd.<sup>e</sup> n.<sup>o</sup> de Carros de Lenha, q’ conforme a moagem: tirarem páos p.<sup>a</sup> moendas, madeiras de carros, taboas p.<sup>a</sup> Caixões, madeiras p.<sup>a</sup> a reedificação dos Eng.<sup>oz</sup> e haverem terras novas p.<sup>a</sup> seplantarem as Canas.<sup>148</sup>

Do mesmo modo, também não achavam, no distrito de Irajá (que continha as freguesias de Engenho Velho, Inhaúma e Irajá), terras devolutas, “porq’ todas estão ocupadas e cultivadas”.<sup>149</sup>

Se atentarmos para as “terraz devolutaz” relatadas no capítulo décimo nono da *Discripção*, então chegamos à conclusão de que, ao final do século XVIII, a mata parece ter se praticamente extinguido, pois os valores fornecidos pela fonte indicam que restava pouco mais de um quilômetro quadrado de área florestal, já nos pontos mais altos da Serra dos Órgãos, “cujas terras são [...] chamadas do Povo”.<sup>150</sup> Apesar de ser muito provável que tenha havido, realmente, uma não-desprezível redução do tecido florestal no último vicênio do século, não devemos, contudo, dar muito crédito a esta última cifra, e isto devido a duas razões. Em primeiro lugar, há uma probabilidade muito grande do relator ter tomado toda apropriação territorial *de jure* por apropriação *de facto*. Por volta de 1770, praticamente todo o território do distrito de Macacu já se encontrava *sesmariado*. De acordo com Edval de

---

<sup>147</sup> Idem, ibidem, p.293.

<sup>148</sup> Idem, ibidem, p.329.

<sup>149</sup> LAVRADIO, “Relação – parte II”, op. cit., p.316.

<sup>150</sup> *Discripção...1797*, op. cit, cap.19.

Souza Barros, entre os anos de 1750 e 1778, o termo da Vila de Santo Antônio de Sá concentrou mais de 14 por cento das sesmarias concedidas pela Coroa, a maior porcentagem verificada no período, igualada somente pelo distrito de Cabo Frio.<sup>151</sup> O recorte temporal de Barros não me permite averiguar, mas é provável que estas concessões tenham se realizado até meados dos anos 1760, momento a partir do qual a administração metropolitana adota uma rígida política de controle sobre aquela área, devido ao problema do contrabando do ouro das minas dos sertões do Macacu. O próprio autor afirma, mais à frente, que “em fase de ocupação na década de 1760, o avanço da fronteira nesta região foi retardado duas décadas por decreto real”.<sup>152</sup>

Em segundo lugar, em estreita consonância com o que se disse acima, tenho motivos para crer que a maior parte do desflorestamento ocorrente nesse período deu-se sobre florestas secundárias. Das três freguesias que formavam o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu, a que mais se destacava na produção de farinha era a de Santíssima Trindade. Baseando-se nos dados do relatório do Marquês de Lavradio, Maia Forte calcula que esta freguesia produziu, no ano de 1778, 1 milhão de litros de farinha.<sup>153</sup> Considerando-se necessários 4,5 metros cúbicos de madeira para a secagem de 50 quilos farinha<sup>154</sup>, pode-se estimar grosseiramente que, em se mantendo mais ou menos constante o nível da produção, derrubavam-se, anualmente, cerca de 14.000 árvores (com uma média de 12 metros de altura) para este fim. Deste modo, imaginando a exploração de uma floresta secundária com uma densidade média de 50 indivíduos úteis por hectare e da qual se extraísse todos os tipos de árvores, sem distinção, a devastação produzida pelas fábricas de farinha teria afetado,

---

<sup>151</sup> BARROS, Edval de Souza. **Proprietários rurais e Estado português em meio ao avanço da fronteira agrária escravista – A capitania do Rio de Janeiro entre 1763 e 1808**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997, p.81.

<sup>152</sup> Idem, *ibidem*, pp.153-4.

<sup>153</sup> FORTE, “Vilas fluminenses desaparecidas”, *op. cit.*, p.46.

<sup>154</sup> DEFFONTAINES, Pierre. “A floresta a serviço do homem no Brasil”. **Boletim Geográfico**, v.28, 1945, p.567.

anualmente, 2,8 quilômetros quadrados de matas secundárias da freguesia de Santíssima Trindade, no último quartel do século XVIII.

Conforme aponta José Augusto Drummond, o despontar da mineração nas Gerais foi uma faca de dois gumes no que tange aos impactos sobre os recursos florestais fluminenses. Se, de um lado, ele “talvez tenha retardado o crescimento das pressões ambientais diretas sobre as terras do Rio de Janeiro” – em razão do deslocamento dos fatores de produção (escravos e capital) para as minas –, por outro, ela “gerou pressões próprias” – notadamente, o crescimento das cidades portuárias e o subsequente aumento da demanda pelos recursos naturais das *hinterlands* florestais.<sup>155</sup>

No caso dos sertões do Macacu, a mineração sem dúvida desempenhou um duplo papel – destrutivo e conservativo – mas por razões muito mais “imediatas” do que aquelas apontadas por Drummond. O retardamento do crescimento das pressões diretas advindas da expansão da área cultivável de fato ocorreu, mas não por falta de fatores de produção – pelo menos não *somente* nem *principalmente* por isso –, mas sim por causa das interdições da Coroa numa área que produzia ouro em pleno último quarto do século XVIII, alimentando, assim, as ilusões metropolitanas de que o sonho dourado não se havia perecido. Já as “pressões próprias” não se faziam sentir via drenagem dos recursos florestais para os centros urbanos, uma vez que a região fora evacuada desde a administração do Conde da Cunha, na década de 1760; elas advinham, isso sim, da implantação de todo um aparato físico-territorial imprescindível à gestão e fiscalização da produção aurífera – alojamento para os soldados que guardavam a entrada das minas, ranchos para o armazenamento dos mantimentos, olaria para prover os “materiaes para se fazerem as obras indispensaveis com que se deve principiar aquella Povoação”<sup>156</sup>, etc.

---

<sup>155</sup> DRUMMOND, **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**, op. cit., p.89.

<sup>156</sup> Luis de Vasconcelos e Sousa. “Off. dando conta individual de tudo, quanto se tem passado a respeito do novo descobrimento de Macacú...”. BNRJ, Seção de Manuscritos, I-28, 28, 4, f.19.

É preciso registrar que, apesar das proibições formais e das (ingênuas) tentativas de implementar uma espécie de “cordão de isolamento”<sup>157</sup>, havia, desde meados da centúria, uma ocupação humana neo-européia dessa paisagem. Tratava-se da falange de contrabandistas de ouro chefiado pelo lendário “Mão de Luva”, alcunha sob a qual era conhecido um tal Manoel Henriques, mulato que perdera uma das mãos em luta com um pelotão de soldados que o tinha surpreendido quando da realização de suas atividades ilícitas; no lugar da mão perdida, usava uma luva cheia de algodão, o que lhe rendeu o apelido. Esse “comunidade”, contando com uma população de aproximadamente 300 pessoas, extraía ouro nos “minas novas de Macacu” e mesmo no interior da capitania de Minas Gerais, mantendo um depósito em Cantagalo, de onde enviavam o metal para o Rio de Janeiro.<sup>158</sup> Aparentemente, esse estabelecimento territorial era bastante estável, como podemos inferir a partir do relato do ministro Martinho de Mello e Castro:

[...] com tambom sucesso que a estabelecerão [a comunicação entre o sertão do Macacu e as Minas Gerais], não por algum caminho occulto, ou escondido, nem com as nimias cautelas que os culpados costumão tomar em semelhantes transgreçoens; mas com tanta franqueza, publicidade, segurança, e desenvoltura, que o dito Chefe, Mão de Luva, e os Coligados com ele tendo suas próprias casas, e famílias nessa Capitania, ahi mesmo comprão a escravatura que lhes he necessária, e as provizoens, e mantimentos de que também precizão; ahi mesmo alugão bestas a diferentes particulares, e se servem das suas próprias carregando-as todas com os ditos mantimentos, e provizoens; e fazendo-as conduzir até hum serto Destricto, onde se descarregão; para depois os transportarem eles mesmos com a sua escravatura aos ranchos, e lavras que tem estabelecido no referido Sertão; sendo tal a liberdade com que estes factos se praticão, que até os próprios pays, persuadidos da tolerância, ou consentimento deles, mandão sem algum rebuço, ou disfarce seus filhos, com provimentos, e escravos para o novo Descoberto, como eles lhe chamão [...]<sup>159</sup>

Algumas tentativas de desagregação desse complexo de extravio (incluindo “espionagem”) foram empreendidas pelo governo colonial, ao longo do terceiro quartel dos setecentos, todas elas mal sucedidas, até que, em 1786, uma força do exército (composta por elementos do

---

<sup>157</sup> Em 1765, o Conde da Cunha foi franco em carta ao ministro Mendonça Furtado: “Porem Ex<sup>mo</sup> Snr. o vedar a entrada nas terras mineraes proximas a Macacú é o maior impossivel que se pode intentar, por que uma tão larga extensão de Serras em districtos desertos; ou habitados de gentio bravo, que formalidade poderá haver para que estes innumeraveis homens, que n’esta Capitania e na de Minas Gerais, andam procurando este apetecido terreno, se não mettam n’elle ainda que lhe custe os maiores trabalhos?”. BNRJ, Seção de Manuscritos, I-28, 32, 47, n° 2, p.2.

<sup>158</sup> VON TSCHUDI, Johann Jakob. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980, pp.86-7.

<sup>159</sup> “Ofício de Martinho de Mello e Castro a Luiz da Cunha Menezes, Governador de Minas Gerais, sôbre a entrada dos contrabandistas e extravaiadores....1785”. BNRJ, Seção de Manuscritos, I-28, 28, 9.



Regimento de Cavalaria e dos Corpos de Auxiliares) conseguiu desbaratar a referida organização, fazendo alguns prisioneiros – dentre os quais não figurava Mão de Luva, que conseguiu desaparecer na floresta com alguns de seus comparsas.<sup>160</sup>

O saldo, contudo, parece ter sido positivo, com as florestas dos “sertões do Macacu” – toda essa área montanhosa desde a Serra da Boa Vista até Cantagalo – sendo mantidas relativamente a salvo dos processos destrutivos de larga escala, durante a segunda metade do século XVIII. O único engenho estabelecido neste ermo era o de Brás Carneiro, distante mais de 150 quilômetros das minas (a localização deste estabelecimento pode ser visualizada na figura 1.4).<sup>161</sup> Fora isso, relata o Vice-Rei Luis de Vasconcelos e Sousa ao ministro Mello e Castro, em janeiro de 1787,

[...] do lugar da cachoeira [do Macacu], aonde tem principio aquelle vasto sertão até o Canta Gallo não há outras casas, roças, e algum outro estabelecimento mais do que os ranchos, que de ordem minha se formado de distancia em distancia para os Destacamentos, que rodeião, e circulão aquelles sítios, e para a guarda, e reserva dos mantimentos, com que estou fornecendo os m.<sup>tos</sup> indivíduos occupados naquella diligencia, afim de serem socorridos a tempo, e não experimentarem maior precisão naquelles *terrenos agrestes, e incultos*. [grifo meu]<sup>162</sup>

Em 1818, Auguste de Saint-Hilaire teve a oportunidade de um avistamento panorâmico da paisagem da bacia do Macacu a partir do nascedouro do rio, na Serra da Boa Vista (ver figura 1.1), o que obrigou o naturalista a reconhecer que “seu nome era justo”:

Comecei a descer, e logo o mais majestoso espetáculo se ofereceu aos meus olhos. Ao redor de mim altas montanhas, cobertas de espessas florestas, dispunham-se em semicírculo. Abaixo da cadeia minha vista mergulhava-se numa imensa extensão de colinas *onde matas são entremeadas de*

---

<sup>160</sup> BNRJ, Seção de Manuscritos, I-28, 28, 9; VON TSCHUDI, **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**, op. cit., p.87.

<sup>161</sup> VON TSCHUDI, op. cit., p.87.

<sup>162</sup> “Off. dando conta individual de tudo”, op. cit., f.19-20.

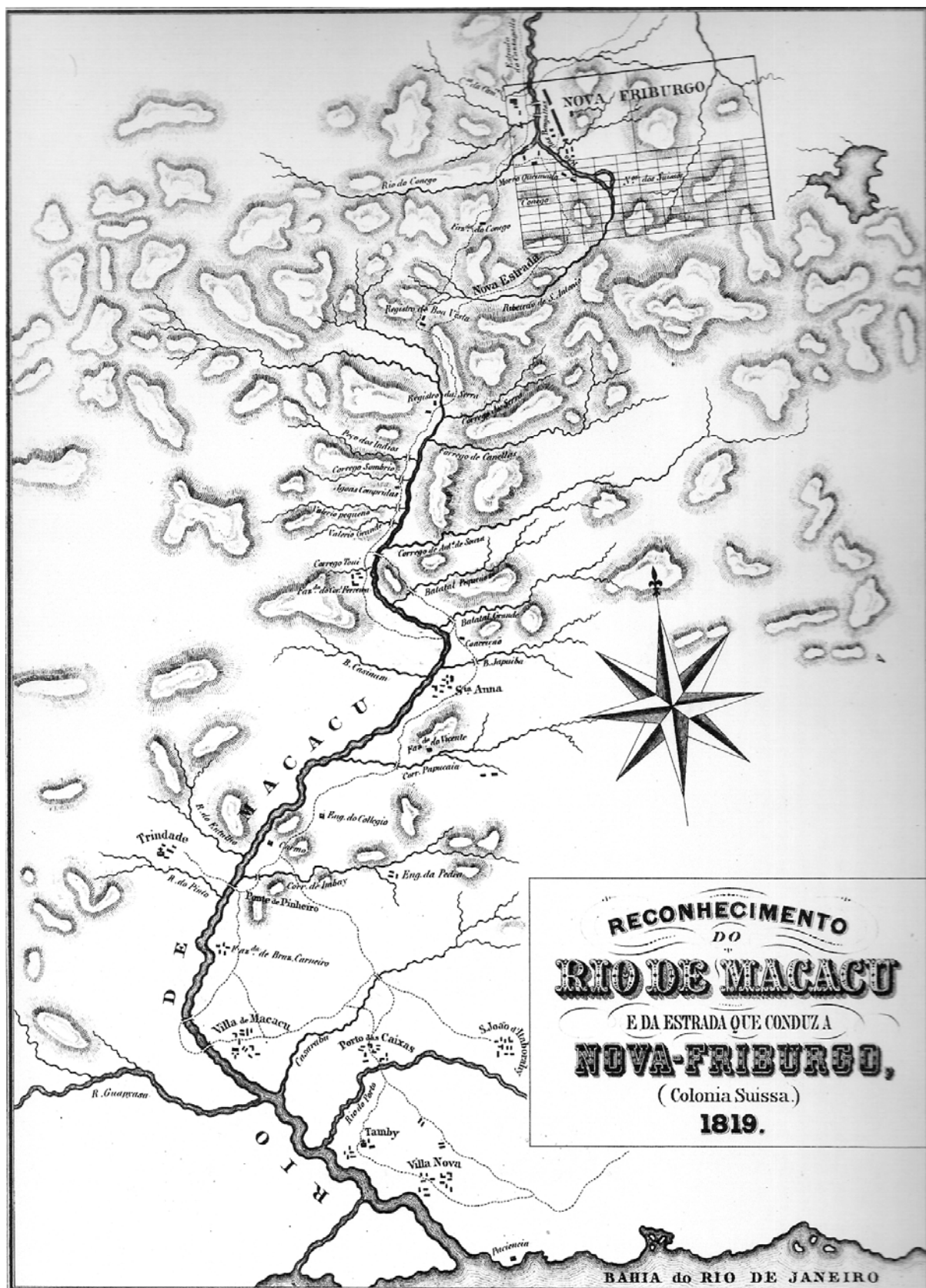


Figura 1.4. Representação cartográfica do rio Macacu feita em 1819 para subsídio da instalação da Colônia de Nova Friburgo, instalada na fazenda do Morro Queimado, com 30 famílias provenientes do Cantão de Fribourg (Freiburg). Litografia de Ludwig & Briggs. Rio de Janeiro, s.d. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 150 anos. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990, p.251 (original depositado na Biblioteca Nacional, Seção de Cartografia, ARC.003,13,026).

*plantações; [...]*.<sup>163</sup>

O relato acima desenha um quadro no qual a parte baixa da bacia compunha-se dum mosaico de florestas e lavouras. O naturalista francês pôde, mais tarde, confirmar isto que vira de longe e ainda refinar seu diagnóstico ambiental:

Entre o Guaxindiba e o Cabeçu [...] a região é ondulada, e, à direita, bem como à esquerda, vêem-se ainda colinas. [...] O campo, alegre e animado por todos os lados, apresenta uma alternativa de tufos de árvores, pastagens, terrenos cultivados e principalmente *plantações de cana-de-açúcar*. É evidente que esta região foi, outrora, coberta de matas virgens, mas atualmente não se vê nenhum resto delas; as terras que se não acham cultivadas foram entretanto devastadas um dia, e reconhece-se pelo pouco vigor das maiores árvores, que elas substituem a outras.<sup>164</sup>

As pastagens, como se nota na descrição acima, também se faziam presentes, principalmente nas terras baixas, onde apareciam na forma de campos de vegetação rala, periodicamente cobertas por águas. É muito provável que tais formações vegetais fossem o resultado de diversas regenerações secundárias mal-sucedidas, realizadas num sistema agrícola de pousio florestal demasiado curto. Já em 1778, João Duarte do Couto havia vendido suas terras, localizadas na freguesia de Itambi, por serem elas “fracas e alagadissas” e “não produzirem Canas”. O antigo proprietário desmontou o engenho de açúcar que nelas havia construído – e que se mantivera em funcionamento por 120 anos – e as vendeu sem benfeitorias para compradores desconhecidos, que passaram a usá-las como pastagem.<sup>165</sup>

Em 1816, John Luccock observou, na área de confluência entre os rios Pirassununga e Macacu (noroeste da bacia), uma propriedade de mais de sete mil km<sup>2</sup> cuja inteira extensão já deveria ter sido desmatada pelo menos uma vez. Isto infiro do fato de que, apesar das “extensas matas” com que eram cobertas o sítio, elas serviam, pelo que dá a entender nosso observador, apenas para lenha, indicando um estado geral de florestas secundárias. Luccock comenta que, nesta sua visita, teve a oportunidade de conversar com um senhor de 90 anos que, em sua mocidade, havia conhecido o lugar como “inteiramente mato”. Além disso, a

---

<sup>163</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974, p.124, grifo meu.

<sup>164</sup> SAINT-HILAIRE, **Viagem pelos distritos dos diamantes**, op. cit., p.132.

<sup>165</sup> LAVRADIO, “Relação – parte II”, op. cit., p.290.

fazenda estava à venda, naquele ano, por dois contos de réis mais o pagamento da décima real, uma quantia irrisória para a região do Recôncavo nessa época<sup>166</sup>; como sabemos, o montante de matas era um atributo que valorizava a terra.

As observações de outro transeunte, o príncipe de Wied-Neuwied, Maximilian Alexander Philipp, destoam do panorama geral até aqui visto. Em sua viagem do Rio de Janeiro a Cabo Frio, feita no ano de 1815, ele passou pelo rio Guaxindiba, descrevendo-o como “um riacho que serpeia, num gracioso leito de areia, *entre densas matarias*”.<sup>167</sup> Proponho, aqui, dois argumentos para preterir este cenário àquele de Saint-Hilaire. Em primeiro lugar, prefiro dar mais crédito a um botânico treinado e que se familiarizou à ecologia vegetal brasileira ao longo de seis anos de trabalho de campo sistemático do que a um zoólogo amador que permaneceu na colônia muito menos tempo. Em segundo lugar, ao consultar-se o Relatório do Marquês de Lavradio, de 1779, verificamos que a freguesia de Itambi era uma grande produtora de açúcar, abrigando alguns dos maiores e mais tradicionais engenhos do Recôncavo norte-oriental da Guanabara, como o de João de Macedo Portugal, possuidor de um respeitável plantel de 123 escravos e produtor de 70 caixas de açúcar ao ano.<sup>168</sup> As “densas matarias” de Wied-Neuwied certamente eram florestas secundárias, muitas talvez em avançado grau de regeneração, mas certamente secundárias.

Já quanto àquela porção da paisagem de relevo mais acidentado (médio e alto vale do Macacu), é muito provável que tenha permanecido com uma baixíssima densidade demográfica até o século XIX<sup>169</sup>, com seu imenso estoque florestal tendo sido conservado durante um bom tempo. Uma ótima fonte para averiguar esta hipótese é o relato do cientista natural alemão Hermann Burmeister que, no final do ano de 1850, foi do Rio de Janeiro a

---

<sup>166</sup> LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.232.

<sup>167</sup> WIED-NEUWIED, Maximiliano de. **Viagem ao Brasil**. 2 tomos. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1989 [1820-21], p.38, grifo meu.

<sup>168</sup> LAVRADIO, op. cit., p.289.

<sup>169</sup> MACHADO, **Gente do Caceribu**, op. cit..

Minas Gerais subindo a Serra do Mar pelo vale do Macacu, trajeto que até então não se costumava realizar pelos viajantes, que tomavam a estrada do rio Inhomirim – o que resultou na lamentável escassez de depoimentos coevos sobre esta área. O traslado compreendido desde a foz do rio até a altura do atual centro urbano de Cachoeiras de Macacu foi descrito por Burmeister como uma “região ainda despida de florestas”. A mataria começava a aparecer, embora muito gradualmente, a partir da localidade de Águas Compridas, por onde se seguia através de uma estrada larga, “ao longo de outeiros cobertos de vegetação”. “Não era ainda a mata virgem, apenas cerrados, entre os quais se destacava, cá e lá, uma grande árvore, com sua copa frondosa. Onde havia declives íngremes era o matagal, mas nos lugares menos inclinados, especialmente nas baixadas, espalhavam-se os campos cultivados”. Passados estes “trechos monótonos e devastados”, o viajante deparou-se com um “mato grande, se bem que não completamente intacto”, cobrindo as faldas da montanha.

[...] A paisagem adquire, nessa zona, um tom imponente e grandioso [...]. Mal tinha tempo de observar os diversos grupos de árvores que marginavam a estrada; a cada passo surgiam espécies novas, acima e abaixo do nosso caminho; se detinha um pouco a vista, ao voltar-me já outros exemplares se confundiam no imenso mar vegetal.<sup>170</sup>

Para a produção de um indicador mais indireto e de muito menor acurácia – mas que vem compor, de alguma forma, a nossa “colcha de retalhos” –, podemos utilizar a fauna mencionada no capítulo décimo quarto da *Descrição*, intitulado “No qual se trata dos animais quadrúpedes agrestes”. Apesar de não se enquadrar inteiramente em nenhum dos três tipos de fontes catalogadas por Ricardo Ferreira Ribeiro em seu estudo sobre a etnozoologia colonial<sup>171</sup> – “narrativas de exploradores”, “obras de cronistas” e “estudos de história natural” – o documento do qual fazemos uso ficaria, de acordo com as características listadas pelo referido autor, muito mais próximo da crônica:

Nos capítulos dedicados à fauna, os cronistas apresentam listas de vários animais, acompanhadas de

---

<sup>170</sup> BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980, pp.92-7.

<sup>171</sup> RIBEIRO, Ricardo Ferreira. “Bestiário brasílico: a nossa fauna no imaginário colonial”. In: **Anais do II Encontro da ANPPAS**, 2004 (CD-ROM).

descrições sucintas, embora com maior profundidade que a grande maioria daquelas encontradas nas narrativas de viagem, onde destacam as principais características de cada espécie. Apresentam os vários nomes que as identificam, tanto em línguas indígenas, onde predominam as do tronco tupi-guarani, e, também, as suas denominações em um ou mais idiomas da Europa. Os aspectos físicos apontados permitem uma idéia mínima do animal e vêm acompanhados de algumas informações sobre seu comportamento (habitat, alimentação, reprodução, etc.), seus possíveis usos e técnicas de caça.<sup>172</sup>

Com exceção do detalhamento onomástico, o capítulo décimo quarto da *Discripção* apresenta-se bastante fiel a esse perfil. Os animais mencionados na fonte são o veado, a paca, o porco do mato, o quati, o tatu, o gambá, o lagarto, o coelho, a cotia, o tamanduá, três “qualidades” de macaco, o sagüi, o gato do mato, o caxinguelê, a capivara, o ouriço, a preguiça, a preá, a irara, o guaximim, quatro “qualidades” de onças e a anta. Consultando os estudos zoológicos atuais, conseguimos obter estimativas dos *espaços vitais*, isto é, das áreas de habitat necessárias à sobrevivência dessas espécies de animais, o que poderia nos dar uma idéia do quanto extensa era essa floresta.

Uma espécie que me parece bastante interessante para esse exercício especulativo é a onça-pintada (*Panthera onca*). É de conhecimento comum, ainda hoje, nos brasis profundos, que “matas já conquistadas, rasgadas por estradas, diminuídas pelas queimadas” são matas “de onde já haviam desaparecido as onças”, como disse Jorge Amado.<sup>173</sup> Na condição de maior carnívoro das florestas neotropicais, este enorme felino (um indivíduo adulto pesa, em média, 61 quilos) ocupa o topo da cadeia trófica. Em um artigo clássico, o ecólogo John W. Terborgh sugeriu que esta espécie, bem como a onça-parda (*Puma concolor*), seriam *espécies-chave*<sup>174</sup> desses ecossistemas, devido ao seguinte mecanismo: populações de herbívoros de porte médio e abundantes, como porcos do mato, pacas e cutias, seriam mantidas sob controle pelas onças. Já estes herbívoros, devido ao seu tamanho, seriam responsáveis pelo consumo das sementes relativamente grandes espalhadas pelo chão da floresta. A eliminação das onças, pela caça ou pela destruição dos seus habitats, levaria à

---

<sup>172</sup> Idem, ibidem, s/p.

<sup>173</sup> AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. 48ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, p.45.

<sup>174</sup> Conceito ecológico para designar uma espécie, frequentemente um predador, com uma influência dominante na composição e estruturação da comunidade, a qual pode ser revelada quando ela é removida.

proliferação das suas presas, as quais, então, exerceriam maior pressão sobre as sementes grandes. Com o passar do tempo, haveria redução das taxas de recrutamento das espécies de árvores que produzem estas sementes; conseqüentemente, a eliminação das onças causaria um efeito cascata que, em última instância, culminaria na alteração da composição florística.<sup>175</sup> Conforme argumenta Athayde Tonhasca Júnior, apesar da teoria não ter sido empiricamente confirmada, ela tampouco está inteiramente incorreta, já que diversos levantamentos populacionais indicam que a abundância de herbívoros na floresta neotropical está associada à presença de predadores em geral.<sup>176</sup>

A onça ocupa um espaço importante na cultura popular brasileira, resultado de uma história de intensas interações de nossos antepassados com esse animal. Em *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda nos conta um pouco dessa história. Os que se aventuravam nas trilhas meândricas da mata fechada tinham que se ver com os seus habitantes pretéritos, dos quais se lhe estava tirando o lar. O perigo que representava a onça para os sertanistas tornava-se tanto maior quanto não se conheciam muitos meios eficazes de defesa contra seus assaltos. Movendo-se entre as brenhas da mata com rapidez e agilidade extremas, conseguiam preparar ataques sem o menor prenúncio sonoro.<sup>177</sup> Estudos zoológicos atuais mostram que este animal é extremamente arredio e evita ao máximo o contato com os seres humanos, apesar de ter o hábito de flunar por picadas e estradas abertas na mata devido ao fato destes “ambientes de clareira” facilitarem a localização de suas presas.<sup>178</sup> Por ser muita avistada, a onça me parece ser uma boa espécie indicadora, pois o monitoramento da sua ocorrência era relativamente fácil e de boa continuidade temporal.

Havia, no distrito de Macacu, segundo o autor anônimo da *Descrição*, quatro

---

<sup>175</sup> TERBORGH, John W. “Maintenance of diversity in tropical forests”. *Biotropica*, v.24, 1992, pp.283-92.

<sup>176</sup> TONHASCA JÚNIOR, Athayde. *Ecologia e história natural da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Interciência, 2005, p.90.

<sup>177</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, pp.106-9.

<sup>178</sup> RABINOWITZ, A. R.; NOTTINGHAM JÚNIOR, B. G. citados por TONHASCA JÚNIOR, op. cit., p.43.

“qualidades” de onça, todas elas “de forcas extraordinárias, e devorão não só a gente, como todos os mais animais p.<sup>a</sup> a sua sustentação”:

*Tigres*, q.<sup>e</sup> são de cor preta, *Sussuranas*, q.<sup>e</sup> são avermelhadas com húa lista preta larga p.<sup>f</sup> sima do lombo até o extremo da cauda, *Pintadas*, q.<sup>e</sup> são todas malhadas de diversas cores, e as *Japutangas*, q.<sup>e</sup> são muito menores, e tem a cor vermelha; são em tudo semelhantes ao Gato a excepção do tamanho p.<sup>f</sup> terem de altura nos pés, e maonz três palmos, e comprimento te doze, a grossura he proporcionada ao comprimento os peitos m.<sup>o</sup> largos, as unhas bastantemente grandes agussadas, e curvas; [...].<sup>179</sup>

Apesar da grande variabilidade entre populações de diferentes locais, estima-se que *cada onça adulta* necessite de 30 a 100 quilômetros quadrados de área de floresta para sobreviver.<sup>180</sup> Trabalhando com um número médio de 65 quilômetros quadrados e assumindo que havia, pelo menos, uma população de 20 onças adultas (10 por cento do número total de indivíduos existentes em toda a extensão de Mata Atlântica remanescente no atual território brasileiro)<sup>181</sup>, então a mata, nos sertões do Macacu, estender-se-ia por 1.300 quilômetros quadrados, uma área onze vezes maior do que a do atual Parque Nacional da Serra dos Órgãos – o qual, vale dizer, não contabiliza, hoje em dia, um único indivíduo das espécies citadas. Embora esses cálculos sejam baseados em um valor completamente arbitrário para a variável população de onças, o exercício ainda parece válido na medida em que indica a existência de matas estruturalmente conservadas.

Estas florestas, muito provavelmente, extrapolavam os limites da bacia, formando uma enorme mancha de Mata Atlântica contínua que abarcava, além de toda a extensão da Serra dos Órgãos, grande parte da bacia do rio São João, notadamente seu médio-alto curso, a partir da serra do mesmo nome, a qual constitui o divisor de águas oriental da bacia do Macacu. Em seu cartograma sobre a ocupação e uso da terra na Baixada Fluminense em fins

---

<sup>179</sup> *Discripção... 1797*, op. cit., cap.14.

<sup>180</sup> Essa estimativa encontra-se na obra de TONHASCA JÚNIOR (**Ecologia e história natural da Mata Atlântica**, op. cit., p.44), que se baseou, por sua vez, nos estudos de G. B. SCHALLER e P. G. CRAWSHAW JÚNIOR “Movement patterns of jaguar”. **Biotropica**, v.12, 1980, pp.161-68; C. B. KOFORD. “*Felis onca*”. In: JANZEN, D. H. (ed.). **Costa Rican natural history**. Chicago: The University of Chicago Press, pp.470-71; P. G. CRAWSHAW JÚNIOR e H. B. QUIGLEY. “Jaguar spacing, activity, and habitat use in a seasonally flooded environment in Brazil”. **Journal of Zoology**, v.223, 1991, pp.357-70.

<sup>181</sup> Estimativa de M. R. P. LEITE, R. L. P. BOULHOSA, F. GALVÃO & L. CULLEN JÚNIOR. **Conservation of jaguars in protected areas of Atlantic coastal forest**, citado por TONHASCA JÚNIOR, op. cit., p.44.



dos setecentos, Renato da Silveira Mendes mostra a bacia do São João como um interstício florestal entre as duas zonas canavieiras de então – a primeira, a velha região do Recôncavo, que ia desde Itaguaí até Araruama, e a outra, a fronteira em expansão da planície dos Goitacazes.<sup>182</sup> Este cenário parece bastante plausível quando se examina o estudo de história agrária de Hebe Mattos sobre a freguesia de Capivary (atual município de Silva Jardim). Segundo a autora, que acompanhou o processo de ocupação dessa área através de mapas da época pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional e da Mapoteca do Itamarati, ainda em fins do século XVIII, “[n]os sertões do então município de Cabo Frio, o verde sombrio da mata tropical ainda predominava na paisagem”.

É bem verdade que, após as doações de 1760, os sesmeiros do Rio Capivary haviam instalado alguns engenhos nas divisas da planície com o alto curso do Rio São João, às margens do ‘lago de Juturnahya’. Pela primeira vez, uma parte mesmo que pequena daqueles sertões era legalmente apropriada e se fixavam na região cabedais e escravos. A maior movimentação do relevo, entretanto, quebrando a monotonia da baixada como que preparando a escarpa da Serra, tornava cada vez mais escasso o solo argiloso da planície, desestimulando o avanço do homem branco com suas lavouras de cana e fábricas de açúcar. Talvez pela proximidade dos colonos com seus engenhos e pastagens, mesmo a população indígena era rara, concentrando-se no sopé da serra no lugar que ainda hoje é conhecido como Aldeia Velha e nas margens do Rio São João, onde conviviam com brancos e mestiços pobres que ali faziam suas roças. A inexistência de estradas e caminhos fazia das margens dos rios vias de comunicação naturais onde brancos, mestiços e indígenas, sem cabedais ou escravos, precariamente se instalavam, *sem chegar a alterar com suas lavouras itinerantes o verde sombrio que se destacava na paisagem*.<sup>183</sup>

Já no que tange à *composição florística* desses ecossistemas, não obstante, os problemas que se deve enfrentar para montar o quebra-cabeças são bem maiores. Temos aqui uma questão teórico-metodológica que, mais dia menos dia, os historiadores ambientais terão que enfrentar diretamente, qual seja, o da utilização de resultados inventariais/experimentais de estudos fitossociológicos atuais para a reconstrução de cenários históricos. Podemos, realmente, supor que a regeneração de florestas arrasadas num passado mais ou menos remoto – o que os ecólogos chamam de *sucessão secundária* – dá origem a comunidades, senão iguais, pelo menos bastante semelhantes àquelas existentes “originalmente”? Podemos tomar

---

<sup>182</sup> MENDES, **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**, op. cit., p.47.

<sup>183</sup> CASTRO, Hebe Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.7-8.

como base o que existe hoje para reconstruirmos o que existiu antes?

Há, sem dúvida, uma *comparabilidade* entre situações presentes e passadas. É preciso dizer, contudo, que esta comparabilidade deve ser *construída* sobre documentação pertinente; a simples projeção de linhas de base biofísicas do hoje, estabelecidas através de sensores atuais (mapeamentos, fotografias, imagens de satélite, etc.), pode levar a narrativas ambientais equivocadas.<sup>184</sup> Parece-me necessário desenvolver métodos de controle que utilizem os registros do passado para “validar” ou, pelo menos, matizar os quadros ecológicos estimados através de pesquisa de campo. Após estudo empírico no sul da Austrália, Sophia Bickford e Brendan Mackey concluíram que, *se utilizados em separado*, nem os dados da vegetação remanescente, nem os registros históricos fornecem bases informativas seguras para a reconstrução de cenários passados, principalmente quando se trata de áreas de povoamento antigo.<sup>185</sup> Em 1930, ao discutir a utilidade do imageamento aéreo para a história agrária, Marc Bloch já nos chamava a atenção para isso: “[...] acho que, para enfrentar tão grandes questões, algumas fotografias aéreas, por mais interessantes que sejam, não poderiam bastar; é preciso também um estudo minucioso e, antes de tudo, largamente comparativo, dos mapas das glebas e, mais ainda, dos costumes agrários”.<sup>186</sup> Além do mais, em última instância, se nos acostumarmos a assumir que o que existiu antes é sempre igual ao que existe hoje, como justificar a própria idéia de uma história e de uma historiografia ambiental?

Elmo da Silva Amador baseia-se em trabalhos contemporâneos, como o Projeto Radambrasil, do Departamento Nacional de Produção Mineral – que foi criado com objetivo principal de realizar o levantamento aerofotogramétrico do território brasileiro como também o mapeamento integrado dos recursos naturais com base em imagens de radar e outros

---

<sup>184</sup> BRANNSTROM, “Rethinkin the ‘Atlantic Forest’ of Brazil”, op. cit., p.420.

<sup>185</sup> BICKFORD, Sophia; MACKAY, Brendan. “Reconstructing pre-impact vegetation cover in modified landscapes using environmental modelling, historical surveys and remnant vegetation data: a case study in the Fleurieu Peninsula, South Australia”. **Journal of Biogeography**, v.31, 2004, p.802.

<sup>186</sup> BLOCH, **A terra e seus homens**, op. cit., p.71.

sensores<sup>187</sup> – e estudos botânicos gerais, como o de Carlos Toledo Rizzini<sup>188</sup> ou mais localizados, como o de A. Lamberti<sup>189</sup>.

Devido à grande extensão de sua planície de inundação, todo o baixo e uma parte do médio curso do rio Macacu eram cobertos por manguezais – assim como nos demais rios da bacia. É reduzido o número de espécies vegetais que compõem a associação deste ecossistema. Entre as espécies dominantes de porte arbóreo ocorriam: *Rhizophora mangle*, conhecida popularmente como mangue verdadeiro ou mangue vermelho; *Laguncularia racemosa*, conhecida como mangue branco ou mangue rasteiro; *Avicennia nitida*, o mangue amarelo; *Avicennia schaueriana*, também denominada mangue siriúba. Ocorre ainda nos manguezais o *Hibiscus tiliaceus*, a embira do mangue, um arbusto.<sup>190</sup>

Estes amplos manguezais, cobrindo cerca de 160 quilômetros quadrados, para o interior, davam lugar a brejos e alagados, que se confundiam com as áreas de aluvião. Brejos e alagados são ecossistemas úmidos caracterizados pela existência de uma lâmina delgada de água que preenche depressões, podendo secar parcial ou totalmente durante a estação seca. A associação vegetal típica destes ecossistemas, de acordo com Carlos Toledo Rizzini, é formada por vários tipos de hidrófitos submersos, natantes livres e bem como fixados no fundo. Quanto às espécies arbustivas, destaca-se o ipê *Tabebuia cassinoides*, por suas folhas coriáceas e flores alvas, sendo a arvoreta típica dos brejos.<sup>191</sup>

As colinas meia-laranja que emergiam da planície periodicamente alagada funcionavam como suportes de “ilhas” de Mata Atlântica de terras baixas, por vezes pouco

---

<sup>187</sup> ALLEVATO, S. R. “Memória central do projeto Radambrasil”. **Revista Brasileira de Cartografia**, v.25, 1979, pp. 31-6.

<sup>188</sup> RIZZINI, Carlos Toledo. **Tratado de fitogeografia do Brasil – aspectos sociológicos e florísticos**. São Paulo: EdUSP, 1979.

<sup>189</sup> LAMBERTI, A. “Contribuição ao conhecimento da ecologia das plantas do manguezal de Itanhaem”. **USP Fac. Ci. Let., Bol.317** (Bot 23), pp.1-21.

<sup>190</sup> LAMBERTI, “A devastação dos manguezais” apud AMADOR, **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos**, op. cit., p.148.

<sup>191</sup> RIZZINI, **Tratado de fitogeografia do Brasil** apud AMADOR, op. cit., p.157.

diferenciadas do “mar” brejoso. Esta floresta abrangia os ambientes situados entre cerca de 5 metros acima do nível do mar e a altitude de 50 metros, estando assentadas sobre rochas do embasamento cristalino, rochas alcalinas e sedimentos da Formação Macacu. Na parte bem drenada ocorriam os grupamentos vegetais mais estáveis que, além de conservarem alguns componentes das fases anteriores, apresentavam um estrato dominante de cerca de 25 metros de altura, com tanoeiro, sangue-de-drago, figueira do brejo, ipê-do-brejo; um estrato dominado de cerca de 20 metros de altura com bicuíba, pindaíba, freijó, pau jacaré, angico-branco; um estrato intermediário de aproximadamente 10 metros de altura com ingá, *Posoqueira* sp., candiúba e um estrato inferior onde predominava a bananeira-do-mato em meio à ocorrência generalizada de Palmae, Bromeliaceae, Orquidaceae e Pteridophytae.<sup>192</sup>

Nos morros maiores e nos estreitos contrafortes já podíamos observar uma Mata Atlântica submontana, prolongamento da densa floresta montanhosa existente na Serra do Mar. Estando assentadas sobre rochas do embasamento cristalino e rochas alcalinas, pode ser caracterizada por possuir estrutura fanerófita, com ocorrência de canéfitas, epífitas (dentre elas as orquídeas e bromélias) e lianas e a presença de um estrato de até 25-30 metros de altura com murici ou pau-tucano, baguaçu, faveira, jacatirão, canelas, sangue-de-drago; pela ocorrência de palmito e também do xaxim.<sup>193</sup>

Feita esta incursão mais geral utilizando fontes secundárias, voltemos, agora, a atenção para a documentação primária disponível. As últimas duas décadas do século XVIII produziram registros inestimáveis para o historiador ambiental que se interesse em reconstruir a floresta costeira do Brasil de então. Embora as ciências naturais portuguesas ficassem apenas na periferia das conquistas do *Século das Luzes* europeu, elas o acompanharam na medida em que puderam. Em 1764, o Marquês de Pombal indicou para a Universidade de Coimbra Domenico Vandelli, um doutor da Universidade de Pádua e correspondente de Carl

---

<sup>192</sup> RADAMBRASIL apud AMADOR, **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos**, op. cit., pp.138-40.

<sup>193</sup> Idem, pp.141-2.

Linnaeus. Pombal reformaria o currículo de Coimbra em 1772, substituindo a filosofia escolástica pelas ciências. O mestre italiano formou, então, toda uma geração de cientistas naturais, muitos deles brasileiros, que procuraram, através de missões científicas e pesquisas de campo em geral, levar ao Estado o conhecimento das riquezas naturais dos territórios lusitanos, muitas delas já quase exauridas.<sup>194</sup> Um dos pioneiros desse novo influxo, o baiano Balthazar da Silva Lisboa (formado em leis e filosofia em Coimbra), volta ao Brasil, em 1787, com duas missões: assumir o cargo de Juiz de Fora, no Rio de Janeiro, e estudar a Mata Atlântica da Serra dos Órgãos, tarefa para a qual Martinho de Melo e Castro recomenda ao vice-rei Luis de Vasconcelos e Souza que “facilite todos os meios de a pôr em pratica auxiliando o por todos os meios possiveis, e cooperando para huma averiguação tam importante”.<sup>195</sup> Os estudos de Silva Lisboa, embora fossem concluídos apenas tardiamente (entre os meados das década de 1820 e 30) deram origem a uma magnífica relação botânico-madeireira incluída em sua obra *Anais do Rio de Janeiro*.<sup>196</sup>

O segundo lustro da década de 1790 assistiria a uma série de ordens emitidas por Rodrigo de Souza Coutinho, então Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, destinadas a preservar a madeira de valor naval. Em 1795, num Alvará que procura regularizar a situação fundiária da capitania, proíbem-se as derrubadas de matas para a preservação de perobas e tapinhoãs. O ano de 1797, em particular, é decisivo para a produção de fontes de história florestal. Neste ano, pela Carta Régia de 13 de março, a rainha declarava serem propriedade de sua “Real Coroa todas as matas e arvoredos que estão à borda da costa, ou de rios navegáveis”.<sup>197</sup> Por meio desse instrumento legal, a Coroa requisitava a propriedade total, não

---

<sup>194</sup> DEAN, *A ferro e fogo*, op. cit., p.135; PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, pp. 39-41.

<sup>195</sup> ANRJ, cód.67, vol.12, f.128.

<sup>196</sup> LISBOA, *Anais do Rio de Janeiro*, tomo I, op. cit., pp.203-89.

<sup>197</sup> Carta Régia de 13 de março de 1797, apud SOUZA, Paulo Ferreira de. **Legislação florestal**. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1934, pp.20-1.

só das espécies de “madeiras de lei”, mas de todas as árvores existentes na faixa de 10 léguas (aproximadamente 66 quilômetros) da costa e das margens de “rios que desemboquem imediatamente no mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até as praias”.<sup>198</sup> A inspeção dessas reservas por engenheiros, juízes conservadores ou outros funcionários da burocracia portuguesa produziu uma documentação fantástica. Segundo Warren Dean, levantamentos desse tipo “registram o estado das florestas costeiras na virada do século XIX; de fato, oferecem mais informação que qualquer outra coisa que foi escrita desde 1500 concernente à distribuição das espécies arbóreas”.<sup>199</sup> São produtos típicos deste crescente movimento de apropriação cognitiva da floresta, por exemplo, o apêndice das *Providências interinas para a conservação das mattas e páos da costa desta capitania*, escritas pelo então governador de São Paulo, Antônio Manuel de Mello Castro, em 1799,<sup>200</sup> e *Das matas de Alagoas*, escrito em 1809 por José de Mendonça Matos Moreira, então juiz conservador daquela capitania.<sup>201</sup>

Por coincidência, no mesmo ano de 1797, nos arredores do Maciço do Mendanha (localizado na zona oeste do atual município do Rio de Janeiro), nasceu Francisco Freire Alemão Cisneiros, médico, botânico e, segundo José Augusto Pádua, “um dos autores fundamentais da crítica ambiental pós-bonifaciana no Brasil monárquico”.<sup>202</sup> Filho de agricultores sitiantes e apadrinhado do senhor de engenho local, Freire Alemão viveu sua infância e juventude imerso nas belas florestas que, à época, cobriam quase toda aquela área. A socialização em meio a essa paisagem rústica explica o grande interesse afetivo e científico

---

<sup>198</sup> SOUZA, op. cit., pp.20-1.

<sup>199</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.152.

<sup>200</sup> CASTRO, Antônio Manuel de Mello. “Providências interinas para a conservação das mattas e paos reaes da costa desta capitania [1799]”. **Documentos interessantes para a historia e costumes de S. Paulo**, v.44, 1915.

<sup>201</sup> MOREIRA, José Mendonça de Matos. “Das matas de Alagoas, [1809]”. **RIHGB**, v.7, outubro de 1845,.

<sup>202</sup> PÁDUA, **Um sopro de destruição**, op. cit., p.165.

que o acompanhou ao longo de toda a sua carreira.<sup>203</sup> Sua vasta obra inclui minuciosas taxonomias, as quais nos permitem, mesmo que de modo rudimentar, ligar grande parte da nomenclatura “vulgar” à nomenclatura científica e, deste modo, aumentar o grau de comparabilidade dos inventários históricos com os atuais. Usarei a lista de madeiras preparada por Freire Alemão para ser enviada a Carl F. P. von Martius, em 1847<sup>204</sup>, a qual foi complementada por uma segunda, de 1850<sup>205</sup> – necessária em razão de haverem lacunas ocasionadas pela impossibilidade, à época, da observação da floração de algumas espécies. Nesse sentido, essas fontes representam, no presente estudo, algo como uma ponte metodológica entre os dois grandes períodos de classificação botânica no Brasil, quais sejam, aquele que vai até o primeiro quartel do século XIX, no qual se significava a floresta usando uma apropriação européia bastante passiva das denominações indígenas, principalmente do ramo tupi –  $\frac{2}{3}$  dos nomes comuns de árvores tinham essa origem<sup>206</sup> – e aquele no qual se começa a utilizar o sistema binomial desenvolvido por Carl Linnaeus, na sua obra *Species plantarum*, de 1753.

Minha fonte básica para a análise histórica da composição florestal da bacia do Macacu será um documento pertencente ao primeiro dos períodos referidos acima, a *Relação das Madeiras que abundão os vastíssimos sertões do Districto da Villa de Santo Antonio de Sá de Macacú, e dos seus nomes, quantidade, e préstimos; a exceção daquellas que somente servem para lenha*. Vejamos a origem desta fonte.

Preocupado em mapear rapidamente as alternativas econômicas da colônia pós-mineração<sup>207</sup>, uma das primeiras medidas de Rodrigo de Sousa Coutinho ao assumir o

---

<sup>203</sup> PÁDUA, **Um sopro de destruição**, op. cit., p.184.

<sup>204</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. [Madeiras do Brasil]. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, v.81, 1961, pp.159-73.

<sup>205</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. “Relação de algumas árvores que floresceram de 1848 a 1849 (Mandada ao Dr. Martius)”. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, v.81, 1961, pp.187-92.

<sup>206</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.104.

<sup>207</sup> SANTOS, Corcino Medeiros dos. **O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993, p.55; DEAN, op. cit., p.134.

Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 1796, foi requisitar um levantamento geral da situação das capitanias. Em ofício datado de 14 de setembro do mesmo ano, Sousa Coutinho ordena ao Conde de Rezende que

[...] para o fim de que haja nesta Secretaria de Estado melhor informação do estado phizico e politico dos Domínios Ultramarinos, e para que as providencias necessarias a promover o bem dos seus vassallos sejam dadas com todo o conhecimento de cauza, V. Exc. proceda logo ao exame circunstanciado de todos os objectos aqui annunciados; e dos mesmos me remeta todas as informações que poder haver, seja em relações circunstanciadas, seja em mappas individuados de cada um dos mesmos objectos.<sup>208</sup>

Os “objectos” requisitados por Sousa Coutinho eram, resumidamente: (1) a descrição geográfica (física) do território; (2) aspectos demográficos como a composição racial da população (brancos, negros e pardos) e o número de nascimentos, mortes e casamentos; (3) a relação quali-quantitativa da produção econômica, especificando-se o que era exportado e o que era importado; (4) a relação dos impostos pagos pela população e a arrecadação Real nos últimos três anos; (5) a relação dos gastos efetuados pelo governo, com a especificação das despesas com o Exército, Marinha, Administração de Justiça e Fazenda; (6) o estado da tropa regular e auxiliar, bem como a qualidade e quantidade de oficiais, soldados e armamentos; (7) propostas para as promoções militares, as quais deviam ser mandadas anualmente; (8) observações quanto à introdução de possíveis novas culturas, bem como melhoramentos da Fazenda Real.

Em resposta a este requerimento, o Conde de Rezende escreve, em 3 de dezembro de 1797:

[...] só me he possível dirigir a V. Ex. nesta ocasião o Estado actual da Povoação desta Cidade dividida em tres Bairros, e de toda a Capitania por Freguesias (...). Também remeto as relações que me dirigirão... [os] Officiaes incumbidos da vesita geral que mandei fazer nos Districtos subordinados a este Governo [...]<sup>209</sup>

*A Discripção do que contém o Districto da Villa de Santo Antônio de Sá de Macacú* é, exatamente, uma destas “relações” enviadas ao Conde de Rezende. Como anexo deste

---

<sup>208</sup> ANRJ, códice 67, v.21, f.72-3.

<sup>209</sup> ANRJ, códice 68, v.13, f.280.



documento, a *Relação* compila 81 espécies arbóreas, existentes no termo da Vila de Santo Antônio de Sá, com algum tipo de préstimo madeireiro.<sup>210</sup> Referindo-se a elas por meio de nomes “vulgares” da época, o documento contém, ainda, o diâmetro e o comprimento dos troncos (medidos em palmos<sup>211</sup>), sua quantidade (“maior” ou “menor”) e seus préstimos. O menor diâmetro de tronco encontrado é de 0,22 metros (relativo ao palmito), enquanto o maior é de 1,54 metros (relativo ao gequitibá). O menor comprimento de tronco relacionado é de 2,2 metros (relativo ao camará), enquanto o maior é de 19,8 metros (relativo ao oleo pardo e ao oleo de copahiba). Apenas 19 das 81 espécies ocorriam em quantidade “menor”. Ao todo, as 81 espécies serviam a 64 tipos de emprego, sendo que apenas 6 deles não eram relacionados, diretamente, à construção (carvão, uso medicinal, tinta, frutas, lenha e casca para curtume de solas).

O uso mais óbvio dessa fonte parece ser, à primeira vista, a reconstituição florística da comunidade vegetal que então existia nos sertões norte-orientais do Recôncavo da Guanabara. Há, contudo, muitas dificuldades. A mais gritante delas diz respeito à determinação das abundâncias de cada espécie: “maior” e “menor” não são, exatamente, o tipo de mensuração mais propício a um diagnóstico fitossociológico – pelo menos como ele é entendido atualmente. Torna-se impossível até mesmo uma estimativa das abundâncias relativas. O outro grande problema refere-se à ausência de nomenclatura científica. Os nomes ditos “vulgares” possuem um grau muito variável de continuidade histórica e, ao que parece, este é tanto maior quanto menor seja o nível de regionalismo etno-botânico. Árvores como o

---

<sup>210</sup> É deveras interessante notar que o catálogo só relaciona aquelas espécies que serviam para *outros préstimos que não o de lenha*, indicando que o uso para fins energéticos era reservado apenas àquelas árvores que não serviam para mais nada (ver CASTRO, **Gestão florestal no Brasil Colônia**, op. cit., p.95). Isto reforça a idéia, já colocada por W. Dean (**A ferro e fogo**, op. cit., p.210), de que os pequenos produtores não cortavam árvores “vivas” para queimar, até porque a madeira teria de ser estocada para secar – demandando conhecimentos, habilidades e instalações que estes indivíduos não deviam dispor – dando-se preferência aos arbustos e galhos mortos do chão das capoeiras. A floresta macacuana estava, portanto, muito longe da classificação simplista proposta por Pierre Deffontaines, qual seja, “florestas de madeira para queimar” (*forêts à bois de feu*) e “florestas de madeira para trabalhar” (*forêts à travail du bois*). Cf. DEFFONTAINES, Pierre. **L’homme et la forêt**. Paris: Éditions Galimard, 1969, p.90.

<sup>211</sup> Deliberamos transformar a unidade “palmos” em metros, com a equivalência entre 1 palmo e 0,22 metros.

ipê (*Tabebuia serratifolia*), o jequitibá (*Cariniana legalis*) e a peroba (*Aspidosperma ramiflorum*), por exemplo, de extrema dispersão por grande parte do bioma da Mata Atlântica, guardaram, quase intactos, seus nomes populares.<sup>212</sup> Também conta, obviamente, o grau de rarificação que sofreu a espécie ao longo do processo histórico de desflorestamento. O tapinhoã (*Mezilaurus navalium*), por exemplo, mal passou por estes dois “gargalos”: com uma ocorrência natural que, ao que tudo indica, concentrava-se mais fortemente na região do Rio de Janeiro e, ao mesmo, tempo, produtora da madeira mais procurada para a construção naval na colônia<sup>213</sup>, o nome vulgar desta espécie quase não sobreviveu ao tempo – atualmente, os manuais botânicos referem-se a ela como “canela marmelada”.

Contudo, a despeito destes problemas, acredito que seja possível usar esta fonte, senão para “reconstituir” floristicamente a comunidade vegetal, pelo menos para diagnosticar, mesmo que, a grosso modo, seu estado de desenvolvimento e conservação. Como fazer isso? Comparando esta relação com uma lista produzida num estudo botânico atual, realizado na mesma região. A comparação encontra utilidade no fato de que o referido estudo concluiu que a mata estudada encontra-se, possivelmente, em *clímax*<sup>214</sup> ou estágio sucessional muito próximo.

Bruno Coutinho Kurtz e Dorothy Sue Dunn de Araújo fizeram um levantamento fitossociológico em 150 pontos de amostragem, dentro de uma área de aproximadamente 2,5 hectares, na Estação Ecológica Estadual do Paraíso, localizada nos atuais municípios de

---

<sup>212</sup> O ipê (*ipé*, na grafia da época) distribuía-se pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pará. O jequitibá (*gequitibá*, na grafia da época) ocorria no Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Espírito Santo. A peroba (mesma grafia), por sua vez, distribuía-se por Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraíba. MILLER, **Fruitless Trees**, op. cit., pp.235-52.

<sup>213</sup> Idem, ibidem, p.251.

<sup>214</sup> O termo “clímax” refere-se ao “estágio final de sucessão de uma comunidade vegetal, em certa área, influenciada pelas condições ambientais locais, especialmente as climáticas e pedológicas [...]”. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2002, p.53.

Guapimirim e Cachoeiras de Macacu.<sup>215</sup> Esta unidade de conservação, cuja administração está a cargo da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), situa-se na vertente atlântica da Serra dos Órgãos, e faz parte do centro de diversidade e endemismo de plantas das serranias do Rio de Janeiro.<sup>216</sup> As altitudes variam entre 60 metros, cuja curva de nível define o limite sul da Estação, e 1.350 metros, no alto da serra do Subaio, predominando o relevo fortemente ondulado. A área estudada situa-se inteiramente no município de Cachoeiras de Macacu, numa altitude em torno de 200 metros, tendo como coordenadas geográficas aproximadas 22°29' S e 42°55' W. Segundo os autores, essa área foi escolhida, entre outras razões, por se tratar de uma mata pouco perturbada. As informações obtidas através do levantamento do histórico de ocupação da área, consultas a fotografias aéreas e a antigos moradores, além de incursões ao campo, indicaram não ter havido, nos últimos 60 anos, desmatamentos ou cortes seletivos mais intensos no trecho escolhido.<sup>217</sup>

Uma primeira observação a ser feita diz respeito à estratificação da comunidade vegetal. O estudo de Kurtz e Araújo mostrou a ocorrência de dois estratos arbóreos praticamente contínuos, além de árvores emergentes. O estrato inferior, situado entre 1,8 e 18 metros, é composto pela grande maioria dos indivíduos vivos amostrados (89,4 por cento do total). O estrato superior, formado por árvores de 20 a 30 metros, não chega a constituir um dossel fechado, acima do qual sobressaem os emergentes, que podem atingir até 45 metros de altura. Deste modo, todas as espécies inventariadas em 1797 pertenceriam ao primeiro estrato (a maior altura assinalada é, exatamente, de 18 metros). Este resultado desvia-se substancialmente do esperado, já que os manuais atuais dizem que as referidas árvores têm

---

<sup>215</sup> KURTZ, Bruno Coutinho; ARAÚJO, Dorothy Sue Dunn de. "Composição florística e estrutura do componente arbóreo de um trecho de Mata Atlântica na Estação Ecológica Estadual do Paraíso, Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro, Brasil". *Rodriguésia*, v.51(78/115), 2000, pp.69-112.

<sup>216</sup> GUEDES-BRUNI, R. R.; LIMA, H. C. de. "Mountain ranges of Rio de Janeiro – South-eastern Brazil". In: WWF & IUCN. *Centres of plant diversity. A guide and strategy for their conservation*. Cambridge, IUCN Publications Unit, v. 3, 1997, pp.376-380.

<sup>217</sup> KURTZ e ARAÚJO, op. cit., p.73.

alturas muito superiores àquelas relatadas pelo documento do final do século XVIII.

Analisemos alguns casos específicos. Segundo os manuais modernos, o jacarandá (*Dalbergia nigra*) tem uma altura que varia entre 15 e 25 metros; segundo a *Relação*, sua altura seria de apenas 13,2 metros. A sapucaia (*Lecythis pisonis*), segundo os estudiosos, tem uma altura que varia de 20 a 30 metros; de acordo com a *Relação*, este valor caía para 13,2 metros. O caso de discordância mais espetacular é o do jequitibá (*Cariniana estrellensis*) que, atualmente, parece espichar-se até 35-45 metros; segundo a *Relação*, ele iria até somente “miseros” 17,6 metros. Isto poderia ser explicado pela existência de uma exploração madeireira “predatória”, na qual se cortassem as árvores antes que elas atingissem seu mais alto grau de desenvolvimento? Se dermos algum crédito ao que consta na variável “quantidade”, não parece ser o caso: das três espécies citadas acima, apenas a população do jacarandá é assinalada como “menor”, o que poderia ser interpretado como maior intensidade de exploração. Também há casos em que os valores de altura são coincidentes como, por exemplo, o vinhático (*Plathymenia reticulata*) – 6-12 metros atualmente e 13,2 metros em 1797 – e a canafístula (*Senna multijuga*) – 6-10 metros atualmente e 8,8 metros em 1797; mas estes são, definitivamente, muito menos numerosos do que os casos de discrepância.

Por outro lado, pode-se interpretar essa constatação como o resultado de um modelo de gestão florestal de caráter altamente *utilitário*. Botânica era sinônimo de “botânica econômica”. Em seus *Apontamentos sobre a conservação e corte das madeiras de construção naval*, Francisco Freire Alemão preconiza:

Como as matas reservadas têm por fim especial a construção naval, onde de ordinário não têm emprego os paus de desmarcada grandeza, e como é sabido que o crescimento das árvores em altura, e grossura não é sempre progressivo, mas antes, que tendo elas chegado a uma certa grandeza (o que nas nossas [condições] é ainda desconhecido cientificamente) as formações anuais, partindo das de maior vigor vão progressivamente diminuindo, convém que logo que as árvores tenham chegado ao ponto de dar, depois do falquejo, e em boa madeira, as peças requeridas, sejam cortadas; pois nenhuma economia há em deixar a árvore tomar dimensões supérfluas, e exposta a ser acidentalmente destruída.<sup>218</sup>

---

<sup>218</sup> ALEMÃO, FRANCISCO FREIRE. *APONTAMENTOS SOBRE A CONSERVAÇÃO E CORTE DAS MADEIRAS DE CONSTRUÇÃO NAVAL*. *Anais da Biblioteca Nacional*, v.81, 1961, pp.180.

Constituíam exceção a essa recomendação aquelas árvores que pudessem fornecer mais de um tipo de peça, como o putumuju, o vinhático, o louro, o cedro e outras. “A estas”, salienta o botânico, “se deve dar tempo a tomar todo o seu desenvolvimento possível, enquanto se não reecar a sua ruína por acidente ou velhice”.<sup>219</sup>

Uma outra hipótese que poderia explicar essas dissonâncias é a de que os “palmos de comprido” indicados na *Relação* fossem referentes ao *fuste* ou altura comercial das árvores e não às suas alturas totais (figura 1.5). Lembremo-nos de que lidamos com um documento administrativo, utilitário, produzido, portanto, sob a ótica da *madeira* e não da *floresta*. Neste sentido, é bastante plausível que a altura a ser medida não fosse àquela dos indivíduos arbóreos inteiros, mas somente da parte que realmente importava, ou seja, o tronco (a parte da árvore desprovida de galhos, compreendida entre o nível do solo e o primeiro galho mais grosso) – o que, com efeito, provoca diferenças bastante significativas nos valores.

Foram amostrados, no estudo de Bruno Kurtz e Dorothy Araújo, 592 indivíduos vivos, os quais se distribuem por 42 famílias, 83 gêneros e 138 espécies. Para designar essas espécies, foram utilizados apenas 48 nomes vulgares, número significativamente menor do que os 81 nomes listados na *Relação*. Usando o catálogo de Freire Alemão para trasladarmos o conjunto de nomes vulgares da *Relação* para a nomenclatura científica, conseguimos identificar, com um grau razoável de acurácia, apenas 25 espécies.<sup>220</sup> A dificuldade dessa conversão fica evidente quando levamos em consideração que o catálogo do botânico carioca arrola um total de 122 espécies. Essa dificuldade se deve, principalmente, à grande variação da onomástica popular, bem como à incipiência da aplicação da taxonomia científica, donde

---

<sup>219</sup> ALEMÃO, “Apontamentos”, op. cit., pp.180-1.

<sup>220</sup> São elas: *Silvia navalium* (Tapinhuan), *Acacia maleolens* (Vinhatico), *Apuleia polygamica* (Gurapiapunha), *Bignonia longiflora* Veloso (Ipê), *Machaerium heteropterum* (Angelim), *Centrolobium robustum* (Araribá), *Pterocarpus niger* Veloso (Cabiuna), *Melanoxylum braúna* (Guraúna), *Peltogyne guarabu* (Gurabu), *Terminalia merendiba* (Mirindiba), *Laurinia atra* Veloso (Canela preta), *Nissolia legalis* (Jacarandá), *Cabrarea cangerana* (Cangerana), *Arariba rubescens* (Arariba), *Chrysophyllum buranhém* (Gurahen), *Royalal legalis* (Cutucanhem), *Caesalpinia ferrea* (Pao ferro), *Ferreirea spectabilis* (Sipipira), *Lasiandra calypttrata* (Jaracatirão), *Tabebuia uliginosa* (Tabibuya), *Cedrela brasiliensis* (Sedro), *Cordia odoratissima* (Louro), *Lucuma fissilis* (Gurassica), *Astronium fraxinifolium* (Inhubatan) e *Mimusops elata* (Massaranduba).

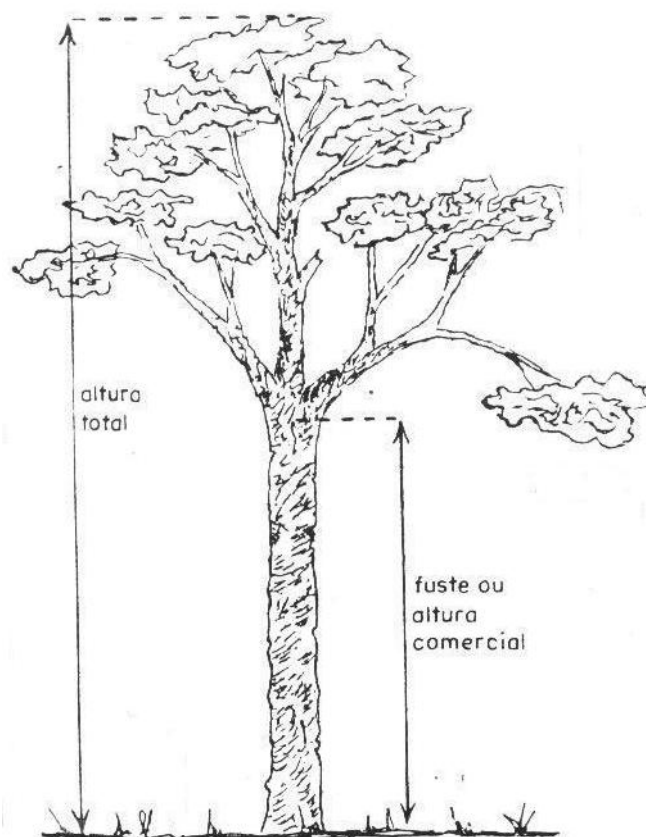


Figura 1.5. Altura total e fuste. Fonte: MOREIRA, Ziede C. “Uma campanha florestal no território fluminense”. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**, nº 10, 1957, p.97 (adaptado).

decorre que muitos nomes científicos adotados por Freire Alemão tenham se modificado, em maior ou menor grau, daqueles tempos para cá (o tapinhoan, por exemplo, passou de *Silvia navalium* para *Mezilaurus navalium*).<sup>221</sup>

Apesar desses embaraços, acredito que a comparação pura e simples entre o número total de nomes populares arrolados seja um indicador interessante para um aferimento sobre a riqueza da comunidade vegetal local. Partindo das premissas de que (1) o conhecimento empírico da vegetação tende a aumentar com o tempo, que (2) há uma substancial

<sup>221</sup> Encampado, sobretudo, pelos ingleses, o esquema lineano nunca foi totalmente incorporado às práticas de classificação biológica realizadas no âmbito do império português, tendo convivido com outros sistemas taxonômicos de influência mais restrita. Poucos animais e plantas brasileiros nomeados pelos homens de ciência de então resistiram ao passar do tempo. Muitos desses remanescentes atribuem-se à atuação do naturalista pernambucano Manuel Arruda da Câmara, na primeira década do século XIX. Cf. KURY, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.11 (suplemento 1), 2004, pp.115-7.

continuidade histórica da classificação “popular” em relação às árvores e que (3) em ambos os inventários, um mesmo nome popular tende a designar mais de uma espécie botânica, e observando que o critério para inclusão no inventário de 1797 foi um diâmetro do tronco igual ou maior a um palmo (0,22 metros) e o critério para inclusão no estudo de 2000 foi um diâmetro do tronco à altura do peito (1,30 metros) maior ou igual a 5 centímetros – isto é, 4 vezes menor –, pode-se imaginar que os 81 nomes vulgares arrolados na *Relação*, em contraposição aos 48 listados por Kurtz e Araújo, indiquem uma floresta ainda bastante conservada.

### ***1.5. O conhecimento da floresta e os usos da madeira***

Em contraste com os europeus que haviam colonizado a América temperada – os quais, com efeito, encontraram florestas e árvores que eram bastante semelhantes àquelas que eles haviam deixado para trás – os portugueses depararam-se com um entorno biofísico que lhes era, em grande medida, exótico. Apesar das experiências prévias nas costas africanas, muito tímidas principalmente em vista dos flagelos impostos pela malária, os colonizadores do Brasil tiveram em mãos uma matéria-bruta florística largamente desconhecida. Transformar os elementos dessa fitomassa variada em recursos úteis à economia e à sociedade luso-brasileiras foi um processo extremamente lento, pois se, por um lado, havia inúmeras populações humanas autóctones com reservatórios culturais elaborados ao longo de milhares de anos de contato com a Mata Atlântica, esse conhecimento estava longe de ser o suficiente para abastecer as demandas de uma nova sociedade, muito maior e materialmente complexa.

A seleção de madeiras para qualquer aplicação, sobretudo a construção naval, requeria a consideração de uma infinidade de pré-requisitos físicos e biológicos e se demorava algumas décadas no método de tentativa e erro até que a espécie certa para um determinado emprego fosse encontrada. A escolha das madeiras era o resultado de um longo processo de

experimentação por parte dos trabalhadores dos estaleiros e da troca de informações entre estes e os tripulantes, que passavam informações valiosas, principalmente sobre a durabilidade dos lenhos.<sup>222</sup> Passados mais de dois séculos de ocupação efetiva, o grau de conhecimento da floresta costeira ainda suscitava comentários como o de John Byron, que disse que as “árvores altíssimas, próprias para variados usos”, eram “completamente estranhas para os europeus”.<sup>223</sup>

Apesar do exagero do Comodoro britânico – que escreveu essas palavras em 1764 –, um dos motivos que ajuda a explicar essa possível lentidão cognitiva era a ultra-diversidade da flora dos trópicos. A variedade de espécies vegetais e o pequeno número de indivíduos de uma mesma espécie em uma determinada área constituem os aspectos mais notáveis das florestas pluviais tropicais.<sup>224</sup> A riqueza e a variedade das madeiras da Mata Atlântica supera até mesmo a da Floresta Amazônica: muitos dos tipos equatoriais não somente refinam em qualidade, como também multiplicam-se em espécies. Os jacarandás mostram muito maior desenvolvimento, variando não somente em espécies como em gêneros e abundam principalmente entre 12° e 22°; do grupo das madeiras brancas que contam o pau-pombo no norte, aparece o gonçalo-alves e outras espécies com ele relacionadas; as canelas tomam grande desenvolvimento em inúmeras variedades (preta, parda, amarela, canela-capitão, tapinhoã, etc.); as goiabeiras e araçás, em geral de pequeno porte, avançando para o sul desenvolvem-se, fornecendo madeiras preciosas (principalmente as guaraiúvas); os louros também melhoram em qualidade de madeiras (louro-branco, louro-amarelo, frei-jorge,

---

<sup>222</sup> RODRIGUES, Jaime. “Arquitetura naval: imagens, textos e possibilidades de descrições dos navios negreiros”. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.90.

<sup>223</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.110.

<sup>224</sup> MORAN, Emilio F. **Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica**. São Paulo: EDUSP, 1994, p.311.



etc.).<sup>225</sup>

Sem especificar suas fontes, S. W. Miller trabalha com uma cifra genérica de 100 espécies arbóreas por hectare.<sup>226</sup> De acordo com estudos fitossociológicos atuais, as florestas tropicais pluviais possuem entre 40 e 87 diferentes espécies arbóreas por hectare. Atlântica.<sup>227</sup> Considerando que, na *Relação*, encontram-se compiladas 81 espécies de árvores com, no mínimo, 20 centímetros de diâmetro – isto é, o dobro, do valor considerado na tabela acima –, com exceção daquelas que só prestavam para lenha e “de outras de q.<sup>e</sup> se não sabe os Nomes, e prestimos”, então poder-se-ia arriscar dizer, com uma certa margem de segurança, que *se conhecia, no final do século XVIII, mais de um hectare de toda a diversidade de espécies arbóreas da Mata Atlântica existente na bacia do rio Macacu.*

Isso é pouco? Acredito que não. Se, nos dias atuais, com todos os recursos humanos e tecnológicos de que dispomos, mais de dois séculos de pesquisa taxonômica sistemática, temos catalogados apenas 10 por cento da diversidade biológica total do planeta<sup>228</sup>, tenho comigo que os rurícolas fluminenses do final dos setecentos não faziam feio. Outro fato que sublinha quase que ironicamente esta constatação é o lançamento, realizado Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em outubro de 2006, de um “amplo” banco de dados na internet que lista 80 espécies de árvores madeireiras utilizadas para fins comerciais. Considerando-se que esta xiloteca abarca todo o espectro florístico brasileiro e que, igualmente, inclui não somente espécies nativas, mas também exóticas, a *Relação* de 1797 aparece como uma brilhante realização cultural, uma obra de botânica econômica das mais notáveis quando nos resguardamos de todos os relativismos históricos.

Como fenômeno sócio-ecológico, isto remete àquilo que Lucien Febvre chamou de

---

<sup>225</sup> CAMPOS, Gonzaga de. “Mapa florestal do Brasil”. *Boletim Geográfico*, v.9(1), 1943, p.15.

<sup>226</sup> MILLER, *Fruitless Trees*, op. cit., p.16.

<sup>227</sup> BROWN JÚNIOR, K. S. “Conclusions, synthesis, and alternative hypothesis”. In: WHITMORE, T. C. & PRANCE, G. T. (eds.). *Biogeography and quaternary history in tropical America*. Oxford: Clarendon Press, 1987, p.180.

<sup>228</sup> PURVIS, Andy; HECTOR, Andy. “Getting the measure of biodiversity”. *Nature*, v.405, 2000, p.213.

“paradoxo aparente”, isto é, “a extrema abundância produz por vezes num lugar os mesmos deploráveis efeitos causados noutros pela extrema penúria”.<sup>229</sup>

[...] se a floresta equatorial ainda hoje escapa bastante à exploração humana, é sem dúvida, entre outras razões, porque a extrema variedade dos seus elementos essenciais constitui para ele [o homem] uma dificuldade permanente que o distrai: a riqueza botânica prejudica, de algum modo, a riqueza comercial e contrasta desagradavelmente, por exemplo, com essa feliz monotonia dos países escandinavos: pinheiro bravo, epícea; epícea, pinheiro bravo. Mais nenhuma outra espécie e, por isso, nenhuma complicação; a cega brutalidade de um trabalho industrial.<sup>230</sup>

Nesse sentido, a analogia feita por Pierre Deffontaines entre a exploração da floresta tropical e a *prospecção* realizada pelo minerador tem todo o sentido.<sup>231</sup>

Não obstante, se é verdade que o conhecimento da biota brasileira mereceu uma atenção relativamente pequena por parte das autoridades portuguesas – pelo menos durante os dois primeiros séculos e meio<sup>232</sup> –, isso não significa que a floresta tenha permanecido à margem do escrutínio apropriativo do homem comum. Mesmo levando-se em consideração o caráter fundamentalmente escravista da formação social, sabe-se que o número de homens livres e sem posses não parava de aumentar na colônia em movimento, principalmente ao longo do século XVIII. Era preciso produzir os meios de existência num ambiente social e ecologicamente hostil e a opção de investir tempo na investigação dos préstimos das madeiras – um material versátil, fácil de se trabalhar, resistente e disponível em enormes quantidades – era, no final das contas, bastante racional.

De qualquer maneira, mais importante do que o número de espécies arbóreas conhecidas e usadas de uma determinada região, é o *grau em que o uso dessas madeiras atendia às necessidades materiais da sociedade em tela*; ou, colocado de forma mais clara, a *importância dessa produção madeireira para a vida colonial*. Considerando que praticamente

---

<sup>229</sup> FEBVRE, **A terra e a evolução humana**, op. cit., p.173.

<sup>230</sup> Idem, *ibidem*, p.152.

<sup>231</sup> DEFFONTAINES, “A floresta a serviço do homem no Brasil”, op. cit., p.566.

<sup>232</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.101. Desde o aparecimento dos *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, de Garcia da Orta, em 1563, pouco foi publicado a respeito da história natural das colônias portuguesas. As iniciativas nesse sentido só seriam tomadas com mais afinco a partir da fundação da Academia de Ciências de Lisboa, em 1779. Cf. KURY, “Homens de ciência no Brasil”, op. cit., pp.117-8.

não havia materiais substitutos para a madeira – isto é, ou as coisas eram feitas com madeira ou, simplesmente, *não eram feitas* – isto pode ser acessado, pelo menos indiretamente, pela análise dos préstimos que são atribuídos às árvores na *Relação*.

Como disse anteriormente, as madeiras encontradas nos sertões norte-orientais do Recôncavo da Guanabara serviam para 58 tipos diferentes de emprego construtivo. Classificamos estes 58 préstimos dentro de sete grandes categorias: construção naval, construção civil, *woodworking*<sup>233</sup>, indústria açucareira, navegação fluvial, transporte terrestre e instrumentos de trabalho. Esta classificação, bem como a tabela de frequências desta distribuição são apresentadas na tabela 1.1 e no gráfico 1.1.<sup>234</sup>

Pode-se observar que a madeira dos sertões do Macacu encontrava utilidade em quase todos os setores da vida material da colônia. Predominavam, sobretudo, os préstimos relacionados à construção civil. Tal fato não deve ser aceito de forma naturalizada. De fato, a paisagem urbana colonial não se desvelava facilmente ao observador destreinado ou desatento quando se trata de identificar seus elementos edificantes. A madeira, definitivamente, não saltava aos olhos de quem contemplasse as cidades dos trópicos lusitanos. Quando se examina os relatos de viajantes, verifica-se ser quase consensual a opinião de que o Rio de Janeiro era um artefato esculpido em rocha. “As casas, na suagrande maioria, são de pedras”, disse o militar espanhol Juan Francisco de Aguirre, em 1782.<sup>235</sup> De passagem pelo Rio de Janeiro no início de 1791, o cirurgião inglês George Hamilton relatou que a cidade era “toda construída em pedra”.<sup>236</sup> Descrição essencialmente igual às duas precedentes, porém mais detalhada, deu o oficial da marinha britânica James Tuckey, em 1803: “A cidade do Rio de Janeiro é inteiramente construída de granito, o qual, juntamente com uma espécie de mármore branco

---

<sup>233</sup> Marcenaria e demais ofícios mecânicos que se valem da madeira (e.g., sapateiros).

<sup>234</sup> Lembro que um mesmo préstimo pode se encaixar em mais de uma categoria. A cossoeira, por exemplo, é uma peça que pode ser empregada tanto na construção civil como naval.

<sup>235</sup> FRANÇA, *Visões do Rio de Janeiro colonial*, op. cit., p.152.

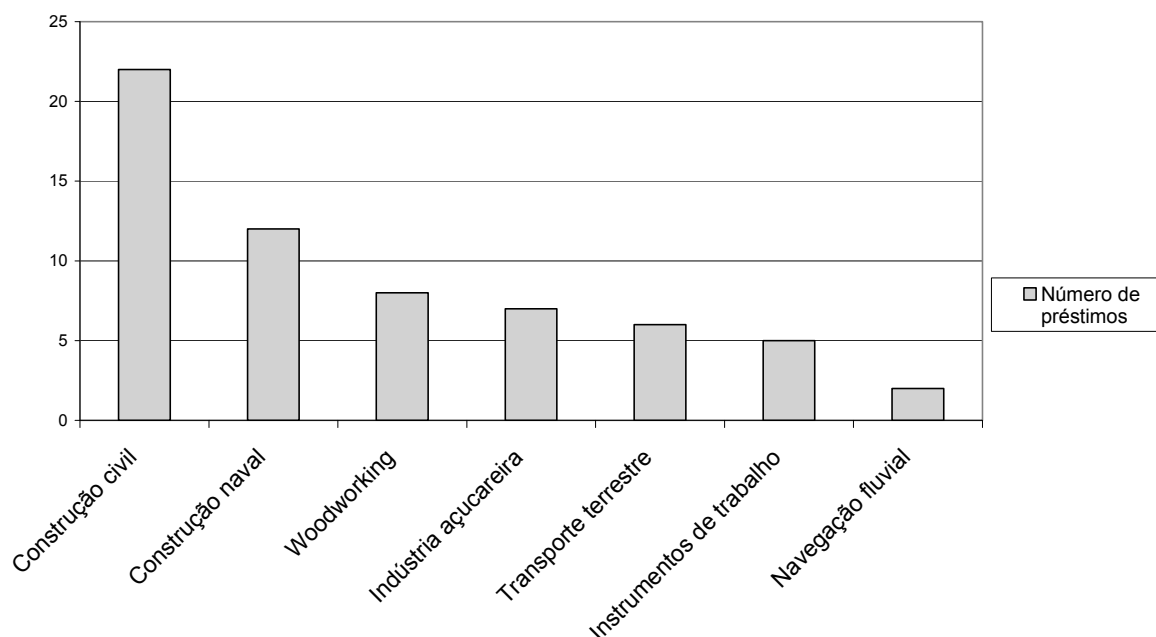
<sup>236</sup> FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p.244.

**Tabela 1.1. Categorização dos préstimos de acordo com os setores de emprego**

<b>SETOR DE EMPREGO</b>	<b>PRÉSTIMOS</b>
(1) Construção Naval	Taboado de embarcações Cossoeiras Curvas Curvas de embarcações Pranchões Mastros de embarcações grandes Táboas para forro Curvas de embarcações grandes Lemes Lemes de barcos
(2) Construção Civil	Cossoeiras Taboado geral Assoalhos de casas Vigas Frechais Paus de Prumo Esteios Pernas-de-asna Portas Pranchões Forros de casas Casas Taboado de casas Taboado ordinário Táboas para forro Taboado muito ordinário Caibros Ripas Tábuas de portas interiores Portais Madeiras do asramento Hastes
(3) <i>Woodworking</i>	Obras de marcenaria Obras de entalhadores Tamancos Saltos de sapato Colheres Retábolos Molduras Imaques
(4) Indústria açucareira	Obras de engenhos Caixões de Açúcar Madeiras de engenhos Madeira para moenda Aduelas de pipas Tabuados de caixas de açúcar Dentaduras de moendas
(5) Transporte Terrestre	Carros Madeiras de carros Obras de carros Eixos de carros Varais de sege Cáibas de rodas de carros e de seges
(6) Instrumentos de trabalho	Machado Pilões Gamelas Cochos Raiz para gamelas
(7) Navegação fluvial	Canoas Remos

Fonte: *Relação das Madeiras....*, 1797. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Seção de Avulsos, caixa 165, n.º 62.

**Gráfico 1.1. Frequência dos préstimos de acordo com os setores de emprego**



Fonte: *Relação das Madeiras....*, 1797. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Seção de Avulsos, caixa 165, n.º 62.

e preto, parece ser a única pedra encontrada nessas plagas”.<sup>237</sup> O conde Thomas O’Neill, imediato de uns dos navios da esquadra inglesa que atravessou o Atlântico escoltando a Família Real portuguesa, aproveitou os 16 meses que passou por aqui para colocar no papel suas observações sobre a nova sede da monarquia lusitana e acabou por notar algo muito importante: se a “maioria das casas é de pedra e, em geral, bem construída”, as “residências pobres”, por sua vez, “são de madeira, com janelas de treliças, o que permite a livre circulação do ar e torna os vidros dispensáveis”.<sup>238</sup>

O que o conde observou foi uma clara manifestação da diferenciação sócio-ecológica no que se refere à dinâmica de produção do espaço. Assim como as roupas compartmentam o

<sup>237</sup> Idem, ibidem, p.260.

<sup>238</sup> FRANÇA, *Outras visões do Rio de Janeiro colonial*, op. cit., p.317.

*eu* individual, a arquitetura veste a identidade do grupo familiar/doméstico e demarca seus limites em relação ao *corpus* social mais abrangente. De acordo com o antropólogo Michael Herzfeld, a casa é uma metáfora adequada da vida social por causa do seu estreito envolvimento com a experiência diária.<sup>239</sup> Mas não se trata somente da arquitetura, da aparência externa da morada, simplesmente porque ela depende dos elementos físicos que a sustentam.<sup>240</sup> Nesse sentido, os materiais de construção também codificam mensagens sociais. Em Pangia (Papua Nova Guiné), por exemplo, o tipo de madeira utilizada na construção de uma casa cerimonial pode denotar a animosidade de seu construtor-anfitrião em relação aos convidados, uma forma de significação que prescinde de qualquer tipo de elaboração verbal.<sup>241</sup>

No caso do Brasil colonial urbano, poder-se-ia dizer que quanto maior fosse o papel da madeira como material constitutivo de uma habitação, menor era o *status* social de seu ocupante. Terá sido por acaso que Fernand Braudel alocou a madeira, juntamente à terra e aos panos, na categoria de “material pobre de construção”?<sup>242</sup> Luciana Martins e Maurício Abreu observam que, antes da chegada da corte portuguesa, o ambiente construído urbano diferenciava-se socialmente de acordo com o número de andares e o material empregado: seguindo uma escala descendente, encontravam-se as pedras e o cimento usados pela população mais abastada e, mais abaixo, a “taipa de mão”, a “taipa de pilão” e finalmente, o binômio madeira e barro.<sup>243</sup> Como veremos mais à frente, a madeira não é, de um modo geral, o material mais adequado à construção civil na ecologia tropical – ela é, por assim dizer, um

---

<sup>239</sup> HERZFELD, Michael. **Anthropology through the Looking Glass: Critical Ethnography in the Margins of Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p.113.

<sup>240</sup> Isto já havia sido ressaltado por Maria Beatriz Nizza da Silva ao tratar da habitação carioca no seu clássico **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977, p.41.

<sup>241</sup> STRATHERN, Andrew; STEWART, Pamela J. “Dangerous woods and perilous pearl shells: The Fabricated Politics of a Longhouse in Pangia, Papua New Guinea”. **Journal of Material Culture**, v.5(1), 2000, pp.69-89.

<sup>242</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível**. Lisboa: Edições Cosmos, 1970, p.218.

<sup>243</sup> MARTINS, Luciana L.; ABREU, Maurício A. “Paradoxes of modernity: imperial Rio de Janeiro, 1808-1821”. **Geoforum**, v.32, 2001, p.539.

*acessório* ou um *substituto barato* (como no caso das treliças que substituíam os vidros). A habitação que deixasse entrever suas madeiras, porque fossem muitas, significava um “descuido” somente aceitável para os mais miseráveis, incapazes de levantar uma “digna” casa de alvenaria.

Todavia, mesmo esta última demandava uma quantidade significativa de madeira para a confecção do piso, do telhado, das esquadrias (janelas, portas), escadas, etc.<sup>244</sup> Louis de Freycinet, durante sua estada no Rio de Janeiro, entre 1817 e 1820, observou que o vigamento das casas era constituído de peças de grande espessura, colocadas muito próximas umas das outras, indicando um uso intensivo de madeira.<sup>245</sup>

Praticamente tudo o que se precisava para o *madeiramento*<sup>246</sup> (figura 1.6) de uma habitação podia ser fornecido pela floresta macacuana. “Taboa” era uma designação genérica para toda peça de madeira plana, que podia ser de diferentes grossuras e comprimentos. Existia uma gradação de qualidade, de acordo com a madeira a partir da qual era falquejada, bem como especificações técnicas, que adjetivavam a tábua: “taboado geral”, “taboado ordinario”, “taboado muito ordinario”, “taboados de casa”, “taboado para forro”; 44 por cento das árvores catalogadas serviam para algum tipo e/ou qualidade de tábua. As “vigas” eram as traves dos edifícios; os “frechais” eram as peças que eram assentadas na parte superior das paredes e sobre a qual se erigia o asramento do edifício; os “paus-de-prumo” serviam como balizamento vertical; as “asnas” se referiam às peças inclinadas que, partindo do extremo da linha ou trave junto à parede, vai ter ao pendural, por cima do qual se assenta a cumeeira; os

---

<sup>244</sup> Agradeço imensamente as preciosas informações muito cordialmente fornecidas pelo arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti.

<sup>245</sup> Citado por outro grande arquiteto-historiador, Adolfo Morales de los Rios Filho (**O Rio de Janeiro imperial**, op. cit., p.152-3), para quem a referida observação indicava não um desejo, por parte dos proprietários, em exibir sua falta de parcimônia – como argumentou Freycinet –, mas sim o “desconhecimento completo da resistência dos materiais”.

<sup>246</sup> O *madeiramento* ou *asramento* é o conjunto de peças de madeira que forma o esqueleto da cobertura ou telhado de um edifício. Cf. AZEVEDO, Cornélio Carneiro de Barros e; MARQUES, Alfredo de Azevedo. **Auxiliar do Construtor contendo a nomenclatura tecnológica e alfabética de construção, os detalhes para a organização dos orçamentos, etc.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Typ. da Papelaria Ribeiro, 1897, p.35.

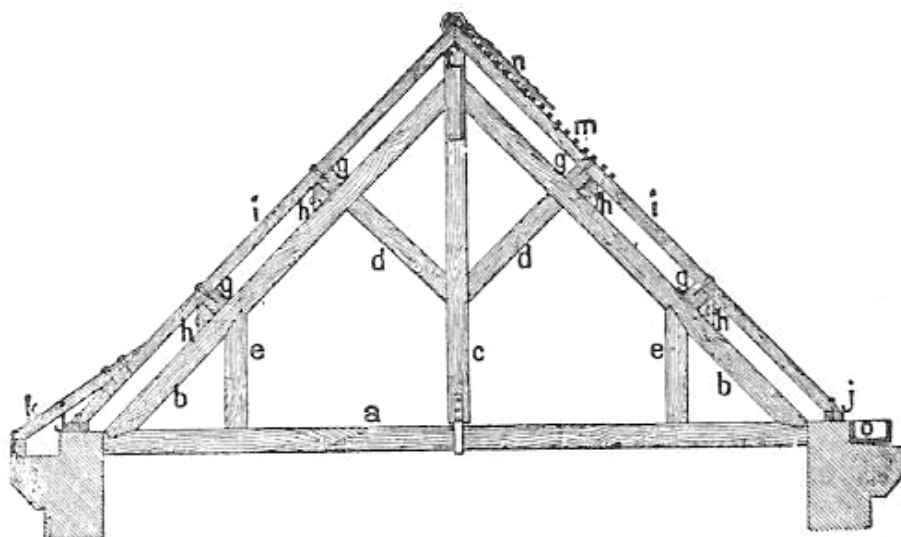


Figura 1.6. Esquema de um asramento: a, linha; b, pernas; c, pendural, d, escoras (esteios); e, paus-de-prumo; f, cumeeira; g, madres; h, calços ou chapuzes; i, barrotes ou caibros; j, frechais; k, contrafeito; m, ripas; n, telhas; o, caleira. Fonte: AZEVEDO & MARQUES, *Auxiliar do Construtor*, op. cit., p.315.

“caibros” eram as peças ou varas que iam do frechal à cumeeira e onde eram pregadas as ripas para receberem as telhas; as “ripas” eram réguas estreitas de tábuas ou tiras que se pregam nos caibros e onde se assentavam as telhas.<sup>247</sup>

Quando analisam o desenvolvimento das cidades, historiadores, geógrafos humanos e demais cientistas sociais geralmente esquecem que o espaço urbano, esse “sistema de localizações”, “mosaico relacional”, “*locus* de reprodução social”, é ambiente construído – com *coisas* provenientes da natureza. Sem elas, as relações sociais de produção são pura abstração. Mas, definitivamente, não basta ficar sobrevoando o problema com assertivas teóricas genéricas e recicladas como, por exemplo, “a natureza é a matéria-prima a partir da qual se realiza o trabalho, através da qual o homem atua”<sup>248</sup>. Precisamos, urgentemente, avançar para além da simples assunção da axiomaticidade do embasamento físico da vida econômica e social. Que “natureza” é essa de que sempre falamos? Talvez o problema esteja

<sup>247</sup> AZEVEDO & MARQUES, *Auxiliar do construtor*, op. cit., pp.19, 29, 40, 44, 47, 52.

<sup>248</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p.256.



aí mesmo: Natureza, esse fantástico guarda-chuva conceitual que reúne toda a multiplicidade das coisas e dos processos vitais do mundo.<sup>249</sup> Estou convencido de que devemos trabalhar com categorias mais facilmente empiricizáveis – como madeira, rochas, minérios, etc. – que nos permitam visualizar como o processo de construção e manutenção do ecúmeno humano conecta a economia da *physis* e a economia dos homens. Erik Swyngedouw, um dos poucos a reconhecer e formular epistemologicamente este princípio, apontou que a urbanização só é possível através da “transformação [...] de sistemas ecológicos inteiros, areia e argila metabolizadas em construções e urbanidade concretas”.<sup>250</sup>

Quando a indústria da construção civil começou a galgar importância na vida econômica carioca, no início dos setecentos, não houve um aumento de demanda apenas em relação a telhas, tijolos e pedras, conforme apontou Fania Fridman.<sup>251</sup> A importância da madeira era tão grande que, na visão de um observador coevo, eram simplesmente indispensáveis “os cortes das madeiras p.<sup>a</sup> a construção das fabricas, e construçoenz das propriedades desta cidade, *pelo contrario cessava tudo*”.<sup>252</sup> Um esplêndido documento da Biblioteca Nacional nos dá uma boa idéia do quanto a madeira tropical era usada para levantar as moradias da cidade do Rio de Janeiro. Esta fonte nos deixa a par das despesas feitas com a construção de uma casa de dois sobrados na Rua do Rosário, iniciada em 13 de julho de 1796 e, aparentemente, terminada em 31 de março do ano seguinte. De um total de 773\$190 réis gastos com material de construção<sup>253</sup>, 166\$975 ou 22 por cento desse valor fluiu para as mãos dos negociantes de madeira, que abasteceram o mestre de obras com frechais, pernas-de-asna,

---

<sup>249</sup> WILLIAMS, Raymond. **Problems in materialism and culture**. London: Verso, 1980, p.68.

<sup>250</sup> SWYNGEDOUW, Erik. “A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e ‘urbanização-cyborg’”. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.87.

<sup>251</sup> FRIDMAN, **Donos do Rio em nome do Rei**, op. cit. p.31.

<sup>252</sup> COUTINHO, Ambrosio de Sousa. “Offícios de auctoridades militares a respeito das sesmarias”. [1797] ANRJ, cód.807, vol.16, p.188.

<sup>253</sup> Não foram contabilizados os gastos com o transporte da madeira.

vigotas, taboas e caibros, entre outras peças.<sup>254</sup>

Outros tipos de edificação requeriam uma quantidade relativa de madeira ainda maior. Para comemorar a chegada do primeiro filho homem do príncipe regente D. João e da princesa Carlota Joaquina, nascido em 21 de março de 1795, a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, entre outras homenagens prestadas, reformou a praça de touradas do Campo de Santana. Nesta obra, os gastos com madeira ultrapassaram 50 por cento dos custos totais com material de construção.<sup>255</sup>

Para se tornarem mais confiáveis e representativos, esses valores deveriam ser ponderados pela média dos preços dos materiais adquiridos, bem como contextualizados na história desses preços. Infelizmente, tal tarefa extrapola os limites deste estudo. Como se isso não bastasse, os preços das madeiras são extremamente difíceis de serem aferidos e, conseqüentemente, comparados, dado que as fontes são muito escassas e fragmentadas, além de se apresentarem, muitas vezes, sob diferentes unidades de medida (unidade, dúzia e pé cúbico eram as mais usadas). Outro problema diz respeito às diferenças esperadas entre os preços “de mercado” e aqueles praticados nas ribeiras e arsenais.<sup>256</sup> De qualquer maneira, é bastante provável que o preço das madeiras tenha aumentado significativamente nos anos que se seguiram à transferência da sede do império português para o Rio de Janeiro, em 1808, que provocou um verdadeiro *boom* na indústria de construção civil, tanto no *core* urbano como nos seus arrabaldes.<sup>257</sup> Outro evento importante para a inflação do mercado madeireiro local

---

<sup>254</sup> “Construção de casa [século XVIII]: contas de despesas”. BNRJ, Seção de Manuscritos, 26, 4, 89.

<sup>255</sup> CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa à chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, pp.330-1, 441.

<sup>256</sup> Ernesto Cruz informa, por exemplo, que as tábuas e pranchas paraenses eram vendidas a Lisboa, em 1783, por um valor que variava de 1\$700 a 1\$800 réis a unidade. Cf. CRUZ, Ernesto. “A exportação da madeira do Pará para Portugal no século XVIII”. **RIHGB**, v.234, 1957, p.38. Francisco Freire Alemão transcreveu um documento de 1792 que relaciona preços, utilizando a unidade de pés cúbicos. Cf. “Inventário geral das madeiras de construção do Brasil”. BNRJ, 5, 4, 30, nº 201.

<sup>257</sup> BROWN, Larissa V. “Urban growth, economic expansion, and deforestation in late colonial Rio de Janeiro”. In: STEEN, Harold K.; TUCKER, Richard P. (eds.). **Changing tropical forests: Historical perspectives on today’s challenges in Central and South America**. Durham: Forest History Society, 1992, p.166.

foi a proibição, por parte do Senado da Câmara, da utilização do pinho nas edificações da cidade, provavelmente logo após a chegada da Corte joanina, muito embora haja indícios de que a lei não tenha vingado.<sup>258</sup> Algumas observações sobre os outros tipos de materiais de construção podem ser feitas a partir do trabalho de Harold B. Johnson Jr., que estudou a economia monetária do Rio de Janeiro entre 1763 e 1823. Os preços dos tijolos e da cal, por exemplo, mantiveram-se relativamente estáveis até o início do século XIX<sup>259</sup>, o que dá uma certa segurança à representatividade da porcentagem encontrada para o caso apresentado mais acima.

A despeito de tudo isso, sejam quais forem os parâmetros adotados, não há como negar que a construção civil brasileira setecentista incorporava muito menos madeira do que suas congêneres européias, por exemplo, feitas quase que inteiramente com fibra lenhosa. O “empilhamento” (*l’empilage*), método construtivo que consiste no acomodamento horizontal das peças de madeira, falquejadas ou não, é um exemplo bastante representativo desse uso intensivo da matéria florestal. Este tipo de moradia está geralmente associado às florestas de coníferas da Europa setentrional e montanhosa: a casa dos Alpes, dos Cárpatos, a *isba* russa e siberiana, a *kota* finlandesa. Estas construções em troncos quase inteiriços requer um enorme consumo de madeira. Pierre Deffontaines apresenta as seguintes cifras: para a manutenção dos 3.500 edifícios da paróquia de Saint-Maxime-en-Beaufort, no sudeste da França, eram

---

<sup>258</sup> Jean Baptiste Debret relata que não encontrara pinho em construções datadas de 1809-10. Diz ainda que, desde a arribada da missão francesa, em 1816, os marceneiros seus compatriotas começaram a empregar o pinheiro nas decorações das festas e no teatro; “desde então a indústria o adotou e foi ele introduzido impunemente nos vigamentos internos das casas particulares” (Cf. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, tomo I**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978, p.237). Deve ser devido a esta onda de insubordinação que, em 1819, o Senado baixa uma nova proibição, alegando-se que os edifícios levantados com a referida madeira eram “instáveis” e “fracos”, além de facilmente incendiáveis. Considerava-se, além do mais, que “nem o Publico, nem os Particulares podem experimentar oppressão, ou inconveniencia em consumir ou empregar em lugar das sobreditas madeiras de pinho, as *madeiras do pais*, pelas quaes se evita interinamente o principal inconveniente [...]”. AGCRJ, “Minuta de um edital prohibindo o uso de madeiras de pinho”, códice 46-2-11, grifo meu.

<sup>259</sup> JOHNSON JÚNIOR, Harold B. “A preliminary inquiry into money, prices and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823”. In: Dauril ALDEN (ed.). **Colonial roots of modern Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1973, p.248.

necessárias 4.416 árvores por ano.<sup>260</sup>

Mas há explicações ecológicas razoáveis para essas discrepâncias. Nestor Goulart Reis Filho, uma das maiores autoridades em história da arquitetura brasileira, explica que a principal razão pela qual a utilização da madeira, como material de construção, foi, no Brasil, muito menor do que em outros países (principalmente os da faixa temperada) é que a madeira perece facilmente em nosso clima, preponderantemente quente e úmido (se considerarmos a grande porção tropical do território), muito propício à proliferação de insetos e outros organismos que desgastam e consomem a matéria lenhosa.<sup>261</sup> Manoel Martins do Couto Reis, um cartógrafo que visitou muitos lugares do Brasil na segunda metade do setecentos, condenou o emprego da madeira na construção civil, principalmente, nos esteios ou arrimos, justamente em razão da menor durabilidade – segundo ele, deveria se usar pedra.<sup>262</sup> A existência de uma arquitetura fortemente assentada na madeira em áreas como o norte e o oeste paranaense só vem confirmar a existência desse padrão de uso do referido material, tanto na dimensão histórica quanto na geográfica.<sup>263</sup> Acredito mesmo que, para pensar a história da indústria madeireira no Brasil, há que se trabalhar com o conceito de *culturas arquitetônicas regionais*, como bem propôs Antonio Carlos Zani, isto é, os conjuntos formados pelos processos construtivos, os vocabulários arquitetônicos e os usos das construções por determinados grupos sociais, em áreas e períodos específicos.<sup>264</sup> São de pouca valia, nesse sentido, tipologia gerais como aquela apresentada por Jean Tricart – “casas de pedra”, “casas de argila” e “casas vegetais” – mesmo que se deva reconhecer que o modelo

---

<sup>260</sup> DEFFONTAINES, L’*homme et la forêt*, op. cit., pp.119-20.

<sup>261</sup> “Vilas e cidades do Brasil Colonial”. Entrevista à Prof.<sup>a</sup> Regina Helena Porto Francisco. **Revista Eletrônica de Ciências**, n.º10, agosto de 2002, <[http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art\\_10/vilacolonial.html](http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_10/vilacolonial.html)>.

<sup>262</sup> Citado por FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.357.

<sup>263</sup> CATALDO, Delnida Martinez. “Casas de madeira do Paraná”. In: **Tipos e aspectos do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1970, p.378. Para um estudo aprofundado sobre a arquitetura em madeira no norte do estado, entre 1930 e 1970, ver ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura em madeira**. Londrina: Eduel, 2003.

<sup>264</sup> ZANI, **Arquitetura em madeira**, op. cit., p.7.

é permeado por ressalvas sobreposicionais.<sup>265</sup> No Brasil tropical atlântico do período colonial, a cultura arquitetônica era extremamente complexa, não sendo possível reduzi-la, no que tange aos materiais de construção, somente a um ou outro elemento. No atual estágio de nossos conhecimentos, o mais prudente seria dizer que as habitações dessa província ecológica usavam os três tipos de materiais assinalados acima, em maior ou menor grau, numa combinação que resultava, ainda, do caráter distintivo mais geral dos seus espaços de ocorrência – se urbanos ou rurais – e, também, dos mecanismos de estratificação sócio-econômica.

Se a “casa brasileira dos campos utilizou muito mais as folhagens, ramagens, palhas e mais ainda a terra do que os troncos de árvores”, como observou Pierre Deffontaines<sup>266</sup>, era talvez porque seus moradores não esperassem poder ficar muito tempo sob aquele mesmo precário teto. Não me refiro, aqui, àquela “espécie de habitação sumária e portátil”, verdadeiros *bunkers* dos desbravadores sertanistas sobre os quais dissertou Cassiano Ricardo<sup>267</sup>. Mesmo assim, não se deve esquecer que as casas da população mais modesta eram feitas em estrutura de “gaiola”, com paredes de pau-a-pique. Essa técnica construtiva consiste em uma trama de paus verticais com as pontas em formato de lança (daí o nome pique, que deriva da palavra celta *pic*). Essas pontas mergulham em furos dos baldrames, que são vigas horizontais de madeira amarradas aos esteios verticais. Sobre os piques, também chamados “enxaiméis”, fixam-se fasquias horizontais, formando um gradeado trançado que será preenchido com barro<sup>268</sup> (figura 1.7) – ou, como se chama regionalmente, *tabatinga*.<sup>269</sup> A

---

<sup>265</sup> TRICART, Jean. **Cours de géographie humaine. Fascicule I – L’habitat rural**. Paris: Centre de Documentation Universitaire, Sorbonne, 1949, pp.6-26.

<sup>266</sup> DEFFONTAINES, “A floresta a serviço do homem no Brasil”, op. cit., p.566.

<sup>267</sup> RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste: a influência da ‘bandeira’ na formação social e política do Brasil. Vol. I**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942, pp.57-8.

<sup>268</sup> KATINSKY, Júlio Roberto. “Sistemas construtivos coloniais”. In: VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: UNESP, 1994, p.84.

<sup>269</sup> Os solos das planícies fluminenses são predominantemente argilo-arenosos e se apresentam bastante diversificados, desde a argila quase pura até perfeitos areais; o colorido desses solos varia desde os tons azulados

cobertura era de palha: “Muitas, ou a maior parte das Casas [do distrito de Santo Antônio de Sá], principalmente do Povo pequeno são cobertas de Palha, a q’ chamão Sapé”. Muito pertinente, nesse sentido, é o comentário de Leila Mezan Algranti: “Sobre o primitivismo da maioria dos lares coloniais, lembre-se [...] o trabalho árduo para a sobrevivência, que não deixava muito tempo livre para se pensar em requintes na moradia”.<sup>270</sup> Os que não se preocupavam com o que comer, por sua vez, os integrantes dos altos estratos da sociedade colonial, a chamada *nobreza da terra*, fixava-se ao território sobre bases muito mais firmes, “em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros”.<sup>271</sup> “De pau-de-lei”, escreveu Gilberto Freyre, “como o jacarandá, o angelim, o pau-de-óleo, o sapucaia, o vinhático, o pau-d’arco, é que se faziam [...] o madeiramento do edifício do engenho e da casa-grande”.<sup>272</sup>

Hierarquias sociais e hierarquias ecológicas que se manifestavam, também, nas relações funcionais entre o campo e a cidade. Os edifícios e, de um modo geral, toda a infraestrutura urbana, precisava de muita madeira para ser erguida e mantida (isto é, periodicamente reparada), mas esta não podia ser produzida dentro dos limites dos *termos*, não somente porque sofria-se da sua escassez *in situ*, mas também porque não havia, dentre os seus moradores, quem conhecesse as árvores necessárias aos vários empregos arquitetônicos. Os artífices ou “oficiais mecânicos”, como eram mais conhecidos, sabiam reconhecer muito bem se as nergas de madeira que lhes eram oferecidas eram de boa ou má qualidade, se

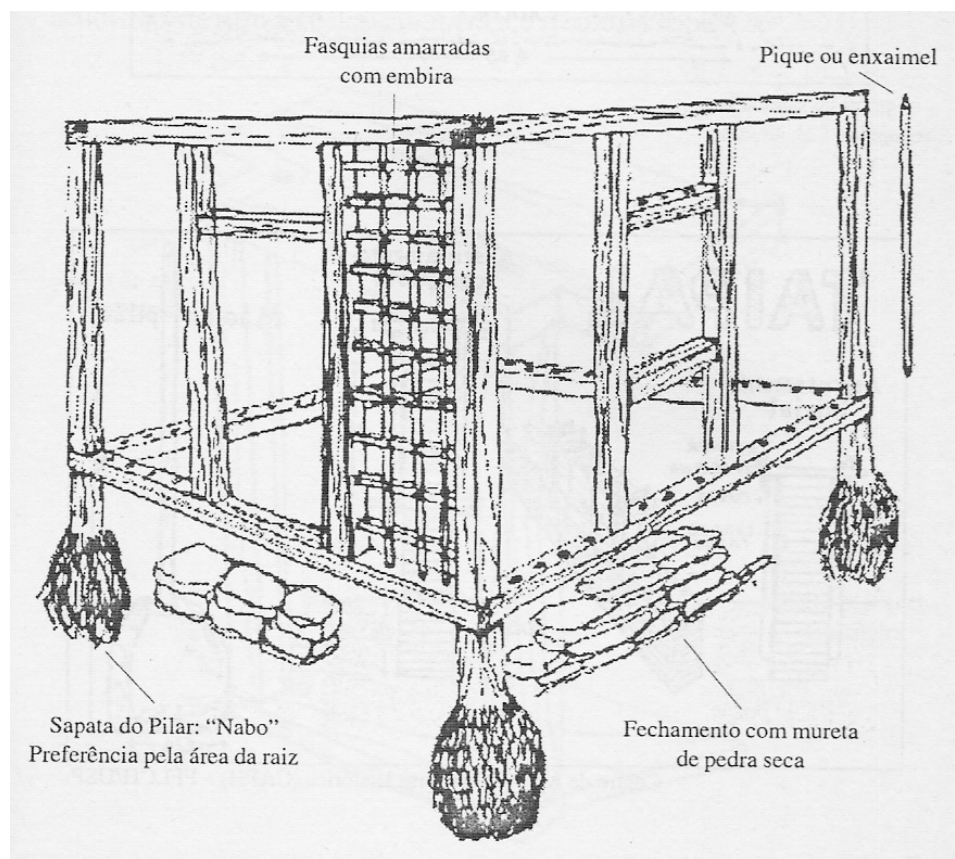
---

até os cremes, passando pelas cores esverdeadas e acinzentadas. Regionalmente são conhecidos pelo nome de “tabatinga” e são bastante utilizados para a construção de habitações. Na planície do Macacu, a camada de tabatinga é muito espessa, pois o rio, após descrever longo trajeto em zonas serranas, trás consigo grande quantidade de aluviões, depositando-as na planície, antes de lançar-se na Guanabara. Cf. MENDES, **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**, op. cit., p.24; CAMPOS, M. G. C. “Causas geográficas do desenvolvimento das olarias na baixada da Guanabara”. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**, v.10, 1957, p.129.

<sup>270</sup> ALGRANTI, Leila M. “Famílias e vida doméstica”. In: SOUZA, Laura de Mello (org.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.111.

<sup>271</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1994, p.17.

<sup>272</sup> FREYRE, Gilberto. “A cultura da cana no Nordeste”, apud DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960, p.116.



**Figura 1.7. Estrutura em gaiola (Fonte: KATINSKY, “Sistemas construtivos coloniais”, op. cit., p.85.)**

estavam ou não apodrecidas, mas dificilmente saberiam achar, no meio da selva bruta, as árvores que foram mutiladas para que lhe fossem chegadas aquelas peças. Os carpinteiros, os marceneiros<sup>273</sup>, os entalhadores<sup>274</sup>, os sapateiros e demais beneficiadores secundários da matéria lenhosa – que eram muitos, no Rio de Janeiro dos anos 1780<sup>275</sup> – conheciam apenas

<sup>273</sup> Os marceneiros podiam executar tanto “obras brancas” (carpintaria de construção) como “obras pretas” (mobiliário), enquanto os carpinteiros restringiam-se aos trabalhos de madeira necessários às edificações e construções navais. Cf. CANTI, Tilde. **O móvel no Brasil**. São Paulo: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980, p.84; GONTIJO, Moema Moreira; NUNES, Cristina Pereira. **Tempo & Memória: a trajetória de uma entidade sindical patronal**. Belo Horizonte: SINDIMOV-MG, 1999, p.14.

<sup>274</sup> O mesmo que *ensambladores*. Eram os artesãos especializados na confecção de encaixes e articulações. As peças de madeira ligam-se entre si por meio de entalhes apropriados a cujo conjunto dá-se o nome de ensambladuras, as quais têm por finalidade tornar a junção indeformável. A maneira como são feitas essas ligações dependa da natureza das peças e juntar, bem como do tipo de madeira, dando lugar a diferentes tipos de ensambladuras. Essas técnicas eram utilizadas sobretudo na cidade, onde havia quem as conhecesse, mesmo que fossem relativamente poucos. No campo, elas permaneceram desconhecidas até provavelmente meados do século XIX. Em 1818, passando por Irajá, Saint-Hilaire notou que “[e]m geral, a arte de carpintaria tinha então em toda essa região, grande necessidade de ser aperfeiçoada. Usavam apenas pregos para fixar peças de madeira, ignorando-se o uso dos encaixes”. **Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil**, op. cit., p.122.

<sup>275</sup> “Among the city’s artisans, woodworkers [...] figured in large number. The town’s 128 shoemaking shops made the strongest showing, followed by 89 clothiers, but cabinet shops were a robust third at 53, more common

os pedaços, quase nunca o todo.<sup>276</sup>

A confecção de móveis e equipamento doméstico em geral, além de categorias correlatas de *woodworking* – como, por exemplo, artefatos de adorno como retábulos e imáques – faziam-se substancialmente presentes. Entendo que o mais útil, aqui, seja a discussão sobre o que se chamava, à época, de “obras pretas”. Em seu estudo sobre os ambientes domésticos coloniais, Leila Mezan Algranti aponta uma generalizada “modéstia do mobiliário” – muito embora a autora tenha a prudência de ressaltar certas diferenças regionais: “[p]oucas cadeiras, uma ou duas mesas com seus bancos, além de algumas caixas e baús é o que se encontra na maior parte das vezes, por exemplo, nos inventários paulistas”.<sup>277</sup> Para o Rio de Janeiro joanino, Jurandir Malerba encontrou ricas indicações nos inventários *post-mortem*: “abundam mesas, cadeiras, camas e cômodas, geralmente em jacarandá, um pouco menos em mogno”. Outros elementos com presença constante nos documentos são candeeiros, caixas, barris, tachos, cabideiros e guarda-roupas. Decerto que os inventariados examinados por Malerba eram, em sua maioria, grandes potentados da Corte, donde é natural encontrar lares mais bem equipados. Mas, para além da questão da maior ou menor “modéstia” do mobiliário, o importante é notar que esse habitat era quase todo feito de madeira. Juan Francisco de Aguirre já notara, em sua passagem pelo Rio, em 1782, que “os portugueses apreciam muito os móveis em madeira”.<sup>278</sup> Sintomático em relação a isso é o fato de que o termo “madeiras” era amiúde usado, nos inventários, para designar as obras e não a matéria-prima em si (os toros).<sup>279</sup>

---

than barber shops, bakeries, smithies, leather shops, lapidarists, or gunsmiths. In addition to the cabinet shops, there were 16 cooperages, 5 turneries, 15 carvers, 5 wainwrights, and 5 guitar makers, all benefiting from the variety and quality of the region’s native timbers”. MILLER, **Fruitless Trees**, op. cit., p.104.

<sup>276</sup> Exceção talvez possa ser feita aos carpinteiros, principalmente os das ribeiras. Muitos deles acompanhavam e, mais do que isso, orientavam o trabalho de prospecção e derrubada, no seio da floresta.

<sup>277</sup> ALGRANTI, “Famílias e vida doméstica”, op. cit., p.105.

<sup>278</sup> FRANÇA, **Visões do Rio de Janeiro colonial**, op. cit., p.160.

<sup>279</sup> No inventário de João Siqueira da Costa (1811), por exemplo, arrolam-se separadamente os itens “madeiras e “louças”: sob a primeira rubrica, constavam mesas de meio, de canto, sofás, cadeiras, camas, cabideiros,



Das duas espécies nativas da Mata Atlântica citadas por Malerba (jacarandá e gonçalo)<sup>280</sup>, apenas a primeira existia na floresta macacuana. Nessa reserva natural, havia, além do jacarandá, outras oito espécies propícias ao trabalho dos marceneiros: araribá, cabiúna, óleo-pardo, óleo-de-cupahiba, pequeha, camará, mussutuahiba e prapituiba. Mas era o jacarandá a verdadeira vedete do espetáculo doméstico carioca: conforme aponta Malerba, a presença da *marquesa*<sup>281</sup> feita dessa madeira em todos os inventários consultados pelo autor “pode ser tomada como índice de sua ‘aclimação’, ou adaptação de seu uso a um novo meio, geográfica e socialmente diverso”.<sup>282</sup> Em outras palavras, a ubiqüidade de um tipo de assento tipicamente europeu, mas construído com madeira brasileira, mostra a capacidade da nova cultura cortesã em influenciar o processo de recursalização da floresta nativa. Após serem trabalhadas por artistas europeus de renome, o jacarandá, o vinhático, o pau-santo e outras madeiras nativas retornavam ao Brasil acrescidas de valor econômico e simbólico, isto é, sob a forma de móveis para requintar a casa das elites – madeiras nobres (ou enobrecidas?) para casas nobres.<sup>283</sup>

Em 1787, o tenente-capitão britânico Watkin Tench pôde constatar a prodigalidade do porto carioca neste gênero de mercadorias: “Os futuros viajantes podem com segurança procurar esta praça para se reabastecerem”. Entre os produtos disponíveis por ele citados, encontramos a “madeira de qualidade para trabalhos de marcenaria”.<sup>284</sup> Além das madeiras imediatamente aproveitadas no reparo das embarcações, os navegantes passantes pelo litoral brasileiro adquiriam madeiras para serem vendidas em diversos mercados do império, como

---

cômodas, etc.Cf. MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, pp.148-9.

<sup>280</sup> Lembre-se de que o mogno é originário da Floresta Amazônica.

<sup>281</sup> Espécie de canapé largo, com assento de palhinha.

<sup>282</sup> MALERBA, **A corte no exílio**, op. cit., p.149.

<sup>283</sup> MAURO, Frédéric. **La vie quotidienne au Brésil au temps de Pedro Segundo (1831-1889)**. Biarritz : Hachette, 1980, pp.30-1.

<sup>284</sup> FRANÇA, **Visões do Rio de Janeiro colonial**, op. cit., p.192.

Portugal, Angola e etc.<sup>285</sup> Neste sentido, é muito provável que a escassez notada por John Mawe realmente adviesse do grande choque de demanda ocasionado pela instalação da corte joanina.<sup>286</sup>

Tal como as *sobre-coberturas fixas* (os telhados), as *sub-coberturas móveis* (os calçados) constituíam outro elemento do ecúmeno advindo da fibra lenhosa que era particularmente revelador das diferenças de *status* existentes entre os homens. Os tamancos eram calçados grosseiros feitos de um só pedaço de tabibuya (*Tabebuia cassinoides*) ou caroba (*Jacaranda micrantha*) e cobertos, geralmente, com couro bovino. A caroba também se prestava para salteirar sapatos. Segundo Adolfo Morales de los Rios Filho, o uso desses calçados, no Rio de Janeiro, era muito pequeno – “os escravos andavam descalços e as pessoas livres só enfiavam borzeguins para sair à rua, preferindo, em casa, o chinelo ou o pé no chão” –, situação que só viria a mudar substancialmente com o desenvolvimento da cidade e o aumento da população estrangeira pós-1808.<sup>287</sup> Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda: “É sabido que o calçado teve com bastante freqüência um prestígio quase mágico em terras de portugueses, valendo como prova de nobreza ou da importância social de quem o usava”.<sup>288</sup> Houve mesmo quem dissesse que, no Brasil colonial, os sapatos eram “o verdadeiro distintivo da liberdade”; raríssimo seria encontrarmos escravos ou mesmo negros e mulatos forros com proteções de madeira sob os pés. Ainda quando não constituíssem, de forma generalizada, privilégio de homens livres, os sapatos indicariam, de qualquer modo, certa dignidade e ascendência, principalmente nos espaços urbanos de sociabilidade. Era uma espécie de instrumento asséptico: ao entrar nas vilas, o transeunte amiúde tinha o cuidado de

---

<sup>285</sup> HUTTER, Lucy Maffei. “A madeira do Brasil na construção e reparos de embarcações”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v.26, 1986, p.51. Pode-se levantar a hipótese de que as exportações de madeira brasileiras são, geralmente, subestimadas por não levarem em consideração outros portos de chegada que não os reinóis.

<sup>286</sup> MILLER, *Fruitless trees*, op. cit., p.41.

<sup>287</sup> MORALES DE LOS RIOS FILHO, **O Rio de Janeiro imperial**, op. cit., p.273.

<sup>288</sup> HOLANDA, **Caminhos e fronteiras**, op. cit., p.25.

calçar-se, depois de limpar cuidadosamente os pés, para livrar-se dos bichos e da poeira, toda aquela imundice extra-muros.<sup>289</sup>

Tanto quanto a caminhada, o transporte terrestre sobre rodas era realizado com a ajuda indispensável da madeira. Embora *carro* constituísse um nome genérico para os vários tipos de carruagens existentes na América portuguesa, esse termo aplicava-se mais facilmente aos veículos de menor prestígio social, exatamente porque ligados ao mundo do trabalho – como o carro-de-bois, discutido mais adiante. No espaço urbano, o chamado carro-de-negros era uma forma de transporte de mercadorias muito utilizada na alfândega. Tratava-se de uma carreta de quatro pequenas rodas cheias, de 18 polegadas de diâmetro, construída inteiramente de madeira e movida por seis escravos de ganho. Constituíam-se o veículo de uma tábua de quatro pés de largura por seis de comprimento, montada sobre dois pares de rodas cujos eixos giratórios executavam seu movimento graças a um encaixe cômodo formado por enormes pinos aderentes a ambos os lados do estrado.<sup>290</sup> Já *sege* designava um veículo mais específico, próprio do uso de pessoas mais abastadas; não é de surpreender, nesse sentido, que fosse preferencialmente tracionada a cavalo.<sup>291</sup> Tratava-se de uma carruagem pequena, com duas rodas, para circulação urbana. Um modelo que o dicionário de Bluteau identifica como “sege de campo” constituía uma variante em que a mesa era fechada com uma cobertura arcada e retrátil.<sup>292</sup>

Os recipientes para armazenamento e transporte de materiais também se faziam

---

<sup>289</sup> Idem, p.26.

<sup>290</sup> DEBRET, **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, op. cit., p.322.

<sup>291</sup> Na ecologia social da América portuguesa, o boi e o cavalo sempre marcaram muito claramente as distinções estamentais, o primeiro sempre atrelado à idéia de trabalho e, conseqüentemente, à figura do servo, vagarosos mas constantes, companheiros de labuta e sofrimento dos escravos, sem nenhuma regalia alimentícia; enquanto que o cavalo, majestoso e tratado de tal modo a fazer “inveja aos negros, aos brancos e caboclos dos mucambos”, era o símbolo do poder patriarcal, o pedestal ambulante sobre o qual o senhor comandava seu exército. A síntese dessa oposição, do ponto de vista do dominado, materializa-se na festa do bumba-meu-boi. A análise completa pode ser encontrada em FREYRE, **Nordeste**, op. cit., pp.97-108.

<sup>292</sup> BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. CD-ROM. Rio de Janeiro: UERJ/Diretoria de Informática, 2000.

presentes no processo de recursalização madeireira da floresta macacuana. O *cocho* era uma espécie de vasilhame de madeira genérico com mais ou menos oito palmos de comprimento, feito de um tronco de árvore inteiriço vagamente esquadrejado e escavado. Era utilizado para os mais diversos fins. Nos engenhos de açúcar, era com ele que se recolhia o caldo da cana prensada; nesse caso, acrescentava-se-lhes, na parte superior, pequenas tábuas sobre as quais se pudesse descansar os potes no momento de enchê-los com o licor espremido e que devia ser levado ao local da fervura. Montado sobre pedras, o cocho era empregado também como manjedoura para os animais de carga, que neles comiam a sua ração de milho.<sup>293</sup> O termo *gamela* podia referir-se tanto a uma (1) banheira muito pesada, também confeccionada de uma só peça de madeira, medindo de cinco a oito pés de comprimento como a um (2) pequeno recipiente (donde também se a conhecia como *bacia*), com três a cinco palmos de largura, normalmente utilizada para ensaboar e lavar roupa com água fervente. Nas residências mais abastadas, ambas eram substituídas por objetos congêneres feitos de zinco e, no caso da banheira, podia mesmo ser fixada sobre uma tábua com rodinhas.<sup>294</sup>

O recurso à fibra lenhosa era essencial ao pleno funcionamento do complexo agro-industrial açucareiro. Essas unidades produtivas tinham todos os elementos ou “fases” do metabolismo madeireiro: matas, serraria, marcenaria, carpintaria.<sup>295</sup> Tolénare conta que as obras de carpintaria eram “de uma execução perfeita”.<sup>296</sup> Com a possível exceção dos petrechos de construção naval, é muito plausível que todos os préstimos encontrados na

---

<sup>293</sup> DEBRET, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, op. cit., p.187.

<sup>294</sup> Idem, *ibidem*, p.189.

<sup>295</sup> Minha intenção, aqui, não é corroborar a já ultrapassada imagem da auto-suficiência das unidades açucareiras. Sugestivamente, o reconhecimento da economia madeireira como uma criadora de laços de solidariedade econômica interna ao espaço colonial aparece nos mesmos autores que difundiram e consolidaram a idéia dos engenhos como unidades autárquicas. Celso Furtado, por exemplo, o co-fundador da velha escola dependetista, escreveu que “o engenho realizava um certo monte de gastos monetários, principalmente na compra de gado (para tração) e de lenha (para as fornalhas). Essas compras constituíam o principal vínculo entre a economia açucareira e os demais núcleos de povoamento existentes no país”. Cf. **Formação econômica do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976, p.44.

<sup>296</sup> TOLENARE. “Notas dominicais”. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*, v.XI, marca de 1904, n° 61, p.410.

*Relação* fossem efetivados no interior dos engenhos.<sup>297</sup> Em um estudo recente e inovador sobre o engenho do Camorim (situado no maciço da Pedra Branca, zona oeste do atual município do Rio de Janeiro), Carlos Engemann e colaboradores mostraram que as cinco principais demandas de produtos madeireiros eram: (a) instalação de cercas, (b) madeiramentos dos edifícios, (c) fabrico e manutenção dos carros de bois, (d) construção de caixas para embalagem do açúcar e (e) fornecimento de lenha para as caldeiras.<sup>298</sup>

Minha documentação permite visualizar préstimos relacionados a todos esses quatro grandes setores empregatícios madeireiros. O madeiramento já foi discutido anteriormente e o esquema construtivo não diferia de maneira substancial entre os espaços urbano rural. Apesar do sistema agrícola extensivo ter apartado a atividade criatória para os sertões, os engenhos açucareiros dependiam em muito do gado bovino como animais de carga e força motriz para as moendas; Dean estima que um engenho de porte médio empregava cerca de cem bois.<sup>299</sup> O uso de cercas para o confinamento desse rebanho era essencial.

A fabricação dos carros de bois está representada, nos préstimos macacuanos, por designações bastante genéricas como “carros”, “madeiras de carros”, “obras de carros”, e algumas mais especificativas, como “eixos de carros” e “cãibas de rodas de carros”. É muito provável que, sob o guarda-chuva das três primeiras designações, estivesse agrupada a maioria das peças individuais listadas por Carlos Engemann e colaboradores (canga, canzil, cambão, mesa, chumaço e fueiro).<sup>300</sup> A embalagem das mercadorias produzidas nos engenhos (açúcar e aguardente) eram feitas nas caixas (ou caixões) e pipas, feitas, preferencialmente,

---

<sup>297</sup> Mesmo assim, há que se ressaltar que os cortes reais eram realizados, muitas vezes, nas matas pertencentes aos engenhos, e fazendo uso dos seus recursos produtivos (escravos e bois). Falarei extensamente sobre isso no capítulo seguinte.

<sup>298</sup> ENGEMANN, Carlos; CHAGAS, Juliano; SANTOS, Rogério da Silva; BORGES, Alexandre Chaboudt; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. “Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial: o caso do engenho do Camorim, RJ”. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. (org.). **As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005, pp.124-36.

<sup>299</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.92.

<sup>300</sup> Idem, *ibidem*, pp.128-9.

com madeiras que não conferissem cor ou sabor ao produto, como o gequetibá, a figueira, a gurarema, o imbahibussú e o imbirussú. Mas, sem dúvida, o mais importante era a fabricação e o reparo do verdadeiro coração do “doce inferno”: a moenda. Construí-la e mantê-la funcionando era tarefa dos mestres-carpinteiros, um dos profissionais livres e especializados mais importantes do complexo produtivo açucareiro.<sup>301</sup> Além da modelagem propriamente dita do material, ele tinha que gerir todo o processo de seleção, extração e condução dos toros de árvores como o jacarandá, a sapucaya, o pao-ferro, a sipipira, a mendoeira, a mussutuahiba e a prapitiúba. Os reparos eram constantes e, a cada três anos, todo o equipamento devia ser trocado.<sup>302</sup>

Chegamos, finalmente, à construção naval. Acredito que seja, então, o momento de testarmos uma hipótese central de S. W. Miller, qual seja, a de que quase todas as espécies florestais madeiráveis eram reservadas à Coroa sob a tão propalada rubrica das “madeiras de lei”.<sup>303</sup> Esta averiguação será feita de forma indireta. Meu raciocínio não é dos mais complicados: se constatarmos que, proporcionalmente falando, poucas árvores prestassem-se à indústria de construção naval, então acredito que fosse razoavelmente lógico que poucas fossem as espécies postas sob o monopólio real.

Dada a imensa variedade arbórea disponível, era de se esperar que nem todas as madeiras de construção encontradas e potencialmente exploráveis na floresta tropical costeira fossem empregáveis na indústria naval. Havia uma série de pré-requisitos físicos e biológicos que condicionava a aplicabilidade do lenho, os quais variavam de acordo com a parte da embarcação a ser fabricada. Às vezes acontecia de, no processo de experimentação, uma espécie se conformar bem às exigências de um uso, mas, com o tempo, mostrar-se inadequada para outros – o vinhático, por exemplo, foi empregado como tabuado com excelentes

---

<sup>301</sup> CASTRO, *Gestão florestal no Brasil Colônia*, op. cit., p.100.

<sup>302</sup> FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar (século XVI a XVIII)*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.37.

<sup>303</sup> MILLER, *Fruitless Trees*, op. cit., pp.48-9.

resultados, embora deixasse muito a desejar como cavernas e braços.<sup>304</sup> Para as peças que iriam compor o costado do navio, a curvatura natural dos troncos e principais ramos era fundamental (figura 1.8), a qual era encontrada em algumas poucas espécies ocorrentes na floresta macacuana, como a gurapiapunha, o ipê, a urucurana, a cangerana, a sapucaya e algumas variedades de canela. Com a redução das populações dessas espécies, começou-se a aproveitar de uma característica muito peculiar das árvores dos neotrópicos, a saber, o desenvolvimento de gigantescos e densos sistemas radiculares – atributo este que está diretamente ligado à imperiosidade de reter os nutrientes antes das lixiviações, muito freqüentes no ambiente quente e úmido. O recurso às raízes das árvores para a produção de *curvas*<sup>305</sup> foi um expediente posto em prática inicialmente no Pará. Em outubro de 1797, D. Rodrigo de Souza Coutinho expõe ao Conde de Rezende a necessidade de adotar essa estratégia no Rio de Janeiro:

[...] sendo aqui muito necessarias Madeiras tortas, e devendo procurar-se aquelas que naturalmente tenham a curvatura necessaria para o serviço a que se destinão, se devem tirar as ditasMadeiras das Raizes das Arvores que se cortão, por serem as ditas raízes as que mais facilmente tem a configuração que se quer [...]<sup>306</sup>

O mastro, por seu turno, exigia o oposto: devia ser cilíndricamente retilíneo o mais possível. Antes de tomarem conhecimento das maravilhas da flora neotropical, os portugueses costumavam construir os mastros com ensamblamentos, pois não havia disponibilidade de árvores com fustes de 30 e diâmetros de 1,30 metros, dimensões precisas ao mastro de grandes naus (27 metros de quilha).<sup>307</sup> Além disso, deviam ter uma determinada esbelteza

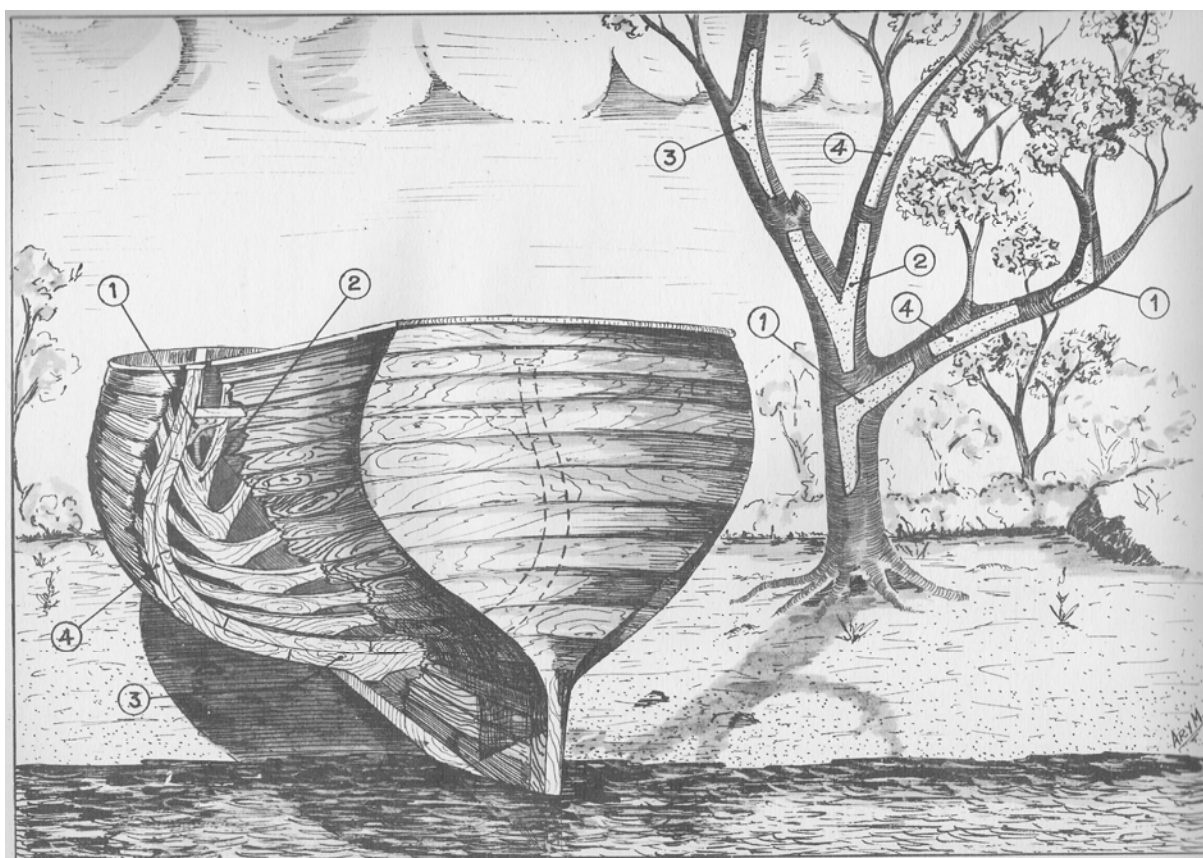
---

<sup>304</sup> LAPA, *A Bahia e a carreira da Índia*, op. cit., p.35.

<sup>305</sup> “Curvas” são – como já se pôde, acredito, depreender – as madeiras arqueadas componentes do costado do navio. Existem elas de vários tipos: pés-de-carneiro, que eram cada uma das colunas verticais entre vaus dos pavimentos dos navios, servindo para consolidá-los; “barra do cabrestante” era cada um dos paus que uma vez introduzidos nas casas do chapéu do cabrestante, dão-lhe movimento manual; e outras.

<sup>306</sup> ANRJ, códice 67, v.22, f.218.

<sup>307</sup> BARATA, João da Gama Pimentel; MOURA, Carlos Francisco; GUEDES, Max Justo. “A navegação à vela no litoral brasileiro”. In: *História Naval Brasileira*. v.1, tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, p.89.



**Figura 1.8. Aproveitamento da curvatura natural das árvores (Fonte: GREENHALGH, Juvenal. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1951, p.219).**

(relação comprimento-altura) a fim de que não rachassem com o pender das velas insufladas. Miller sustenta que a única árvore da Mata Atlântica considerada útil para a confecção de mastros era o óleo-vermelho (“óleo de cupahiba”, na grafia da *Rellação* e, como afirmou corretamente o referido autor, uma espécie do gênero *Copaifera*).<sup>308</sup> Em Santo Antônio de Sá, contudo, duas outras espécies eram consideradas adequadas para “mastros de embarcações grandes” – gequitibá (*Cariniana legalis*) e óleo pardo – além do louro (*Linocera hassleriana*) que, pelos seus reduzidos diâmetro e altura, servia somente para embarcações de menor porte.

Todas essas “árvores navais” possuíam, todavia, populações muito dispersas. Estimase, por exemplo, que a peroba – uma das duas meninas dos olhos dos mestres carpinteiros da ribeira fluminense, a outra sendo o tapinhoã, a que costumavam chamar, pela sua

<sup>308</sup> MILLER, *Fruitless Trees*, op. cit., p.27. O nome vulgar evoluiu para o atual “copaíba”, que pode representar as espécies *Copaifera langsdorfii*, *Copaifera multijuga* e *Copaifera martii*.



impressionante dureza, “tabuado de ferro” – ocorre, em média, três ou quatro vezes por alqueire (dois hectares e meio) de floresta tropical pluvial.<sup>309</sup> E, como bem lembrou Fernando Segadas Vianna, “a utilização de uma espécie depende [...] da frequência e densidade de ocorrência”.<sup>310</sup>

A análise da documentação mostra que, *comparativamente* – isto é, em relação às suas potencialidades globais – as possibilidades entreabertas pela floresta macacuana à indústria de construção naval eram restritas. Apenas 21 das 81 árvores catalogadas na *Relação* (25 por cento) tinham algum préstimo específico para os estaleiros reais (ver tabela 2).<sup>311</sup> E os contemporâneos pareciam ter uma boa noção disso. Consultado pelo príncipe regente D. João sobre a eficácia da lei de cinco de outubro de 1795, promulgada com o objetivo de regularizar a propriedade fundiária e demais assuntos concernentes à apropriação e uso dos recursos ambientais, nos limites das sesmarias – dentre eles, a conservação das madeiras-de-lei –, o tenente-coronel Ambrósio de Sousa Coutinho assim se pronunciou:

Quanto ao cap. 1º., deve ter lemitação, p.r q.e prohihe os cortes dos mattos aonde há madeiras de L., e das rezervadas p.<sup>a</sup> as construçoenz das Embarçaçoenz de V. Mag.<sup>e</sup>, q.<sup>e</sup> são – Tapinhoans, e Perobas –: *deve-se advertir, q.<sup>e</sup> em todo o territorio desta cap.<sup>na</sup>, não há mattos desta natureza, como há na Europa, q.<sup>e</sup> são plantados, e nos dillatados mattos deste paiz, os páos desta qualidade se achão distantes hunz dos outros [...]*.<sup>312</sup>

De fato, a “apanha” de algumas poucas árvores preciosas no meio da selva densa era algo bastante distante da exploração monótona dos pinhais plantados portugueses – dentre os quais o primeiro e mais importante era o de Leiria – ou mesmo da própria *silvicultura*<sup>313</sup>, um ramo do saber que já vinha se desenvolvendo, de forma mais sistemática, no Velho

<sup>309</sup> DEFFONTAINES, “A floresta a serviço do homem no Brasil”, p.567.

<sup>310</sup> VIANNA, Fernando Segadas. “Os diferentes tipos de vegetação do Brasil e sua possibilidade de exploração e utilização”. **Revista Brasileira de Geografia**, abr.-jun. de 1964, p.231.

<sup>311</sup> As árvores eram: tapinhoan, vinhático, gurapiapunha, ipê, jequitibá, merendiba, óleo-pardo, óleo-de-copaíba, canela preta, canela capitão-mor, canela mirim, canela massapé, canela tapinhoan, urucurana, cangerana, gurahan, sapucaia, camará, louro, mendoeira e jundiahiba.

<sup>312</sup> COUTINHO, “Offícios de auctoridades militares a respeito das sesmarias”, op. cit., p.188, grifo meu.

<sup>313</sup> “[...] o corte de árvores em florestas naturais é *extração*, mas o corte de árvores plantadas para esse fim é uma forma especial de agricultura, a *silvicultura*”. DRUMMOND, José Augusto. “Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea”. **Ambiente & Sociedade**, vol.5, n.10, 2002, p.8, grifo meu.

Continente, desde a publicação do famoso livro de John Evelyn, *Sylva, or a Discourse of Forest-Trees and the Propagation of Timber in his Majesty's Dominions*, em 1664. A partir do século XVIII, o cultivo de bosques para o fornecimento de madeira para a marinha tornou-se uma atitude comum na Inglaterra, tanto na esfera pública quanto na privada, mas principalmente nesta última. Na verdade, entre 1740 e 1830, a madeira para real armada britânica provinha esmagadoramente de proprietários privados, ao invés de florestas estatais; e entre 1760 e 1835, estima-se que tais fazendeiros plantaram, no mínimo, cerca de 50 milhões de árvores para corte.<sup>314</sup> No Brasil do mesmo período, contudo – e apesar das recomendações de alguns otimistas, como Manuel Ferreira da Câmara e Balthazar da Silva Lisboa<sup>315</sup> –, a plantação de árvores com fins comerciais ainda era um pensamento que passava ao largo das iniciativas e estratégias econômicas dos agentes agrários. A *domesticação* – afinal de contas, conforme ressaltou Carlos Augusto Taunay, “a história de todas as mais plantas que, em cuja educação, o lavrador se emprega”<sup>316</sup> – das espécies madeireiras ainda estava longe de se tornar uma realidade.<sup>317</sup> O suprimento de madeira para navios deveria ser sustentado, então, apenas através do cauteloso manejo das florestas existentes, o que incluía o

---

<sup>314</sup> THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p.251.

<sup>315</sup> Ferreira da Câmara sugeria ao Estado a imposição da obrigação “a todos porem os meios” para a “reprodução” das madeiras de construção, a qual não julgava impossível. Quando ocupava o cargo de juiz conservador das matas em Ilhéus, Lisboa propôs o estabelecimento de viveiros e plantações em “caminhos públicos, nas bordas das fazendas dos particulares e nas terras vagas e devolutas”. Era preciso, segundo ele, conseguir com que os proprietários não fizessem “corte das árvores sem substituírem aquelas por outras plantadas” e que fossem constrangidos a “cercarem as margens das estradas, onde estão situadas as suas fazendas, com árvores de construção”. Cf. PÁDUA, **Um sopro de destruição**, op. cit., pp.94, 105) Outro exemplo é o comentário do coronel Francisco Xavier de Azeredo Coutinho que, retornando à Coroa o pedido de consultoria sobre a já referida lei de 1795, disse que “ainda que se cortem os paus podem-se reduzir a madeira e guardarem-se, e como quase todos dão semente ser obrigados os Rosseiros a plantarem-nos e conservallos, haverão sempre madeiras nos tempos vindouros ainda os mais remotos” (ANRJ, código 807, v.16, p.192).

<sup>316</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. Organização de Rafael B. Marquese. São Paulo: Cia. das Letras, 2001 [1839], p.213.

<sup>317</sup> Conforme apontou Keith Thomas, o plantio de árvores era um investimento de retorno no longo prazo, o que requeria um grau substancial de “segurança política e um sistema de herança que oferecesse confiança na transmissão da propriedade” (THOMAS, **O homem e o mundo natural**, op. cit., p.251), nada mais distante das condições estruturais que envolviam os pequenos rurícolas brasileiros – os candidatos “naturais” para assumir essa função –, sempre atormentados pela aguda instabilidade do assentamento no espaço colonial. As plantações destinadas à produção de madeira, no Brasil, só viriam a tornar-se realidade, como atividade econômica, na virada do século XIX para o XX, principalmente em São Paulo. Cf. LEÃO, **A floresta e o homem**, op. cit., pp.207-8.

corte seletivo e o incentivo à regeneração das espécies de maior valor.<sup>318</sup>

Esse cenário conduz à reflexão sobre um tópico-chave na investigação da indústria madeireira colonial – o verdadeiro significado da instituição das “madeiras de lei”. S. W. Miller chama a atenção para a vacuidade da legislação madeireira, que não explicitava quais espécies eram, de fato, reservadas à Coroa. Para o referido autor, o fato de que nenhum colono tenha deixado registro de ignorância a respeito do status de uma árvore sugere que ou a lista era pequena o bastante para todos se lembrarem, ou muito grande que praticamente qualquer madeira útil era considerada propriedade real.<sup>319</sup> Do meu ponto vista, nenhuma das duas opções. De início cabe observar que ninguém, até hoje, encontrou um documento único e abrangente que relacionasse aquelas madeiras sobre as quais incidia a suposta lei – nem mesmo Miller.<sup>320</sup> De acordo com as inspeções de engenheiros navais, relatórios de juízes conservadores ou simplesmente por indicação de qualidade feita por mestres construtores, se iam descobrindo, a pouco e pouco, as espécies mais apropriadas para construção naval, as quais passavam, por meio de uma legislação algo caótica, a ser de *acesso preferencial*<sup>321</sup> da Coroa.

A própria expressão “madeiras de lei”, levada tão a sério e ao pé da letra por Miller, deve ser interpretada com mais flexibilidade; se é certo que a origem do termo remonta aos reclamos de exclusividade da Coroa portuguesa, em meados do século XVII, também é certo que ele foi mudando de significado ao longo do tempo, deslocando-se de sua acepção puramente jurídica para uma outra, mais ampla, ligada à qualidade da madeira<sup>322</sup> – o que é demonstrado pelo uso largamente difundido entre engenheiros florestais, agrônomos e

---

<sup>318</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.153.

<sup>319</sup> MILLER, **Fruitless Trees**, op. cit., pp.48-9.

<sup>320</sup> Idem, *ibidem*, p.48.

<sup>321</sup> Uma feliz expressão cunhada por Larissa Brown, “Urban growth, economic expansion, and deforestation”, op. cit., p.165.

<sup>322</sup> PAULA, José Elias de; ALVES, José Luiz de Hamburgo. **Madeiras nativas: anatomia, dendrologia, dendrometria, produção e uso**. Brasília-DF: Gutenberg, 1997, p.29.

fazendeiros nossos contemporâneos, os quais, a despeito disso, ignoram sua origem.<sup>323</sup> Minha documentação corrobora essa linha de pensamento: percorrendo-a do início ao fim, não se encontra na *Relação das Madeiras que abundão os vastíssimos serotoens do Districto da Villa de Santo Antonio de Sá de Macacú*, nenhuma vez sequer, a expressão “madeira de lei”.

Por outro lado, não faz sentido imaginar que toda árvore com algum tipo de utilidade madeireira fosse reservada à apropriação estatal. Primeiro, porque a Coroa dependia do pleno funcionamento da economia colonial – da qual tirava proveito através de taxações –, o que não ocorreria caso se entravasse o acesso dos agentes privados às madeiras de que precisavam para produzir, inclusive na forma carbonizada. Na mesma argumentação na qual defendia a impossibilidade de uma exploração madeireira intensiva – em razão do padrão fitogeográfico da Mata Atlântica –, Ambrósio de Sousa Coutinho afirma que não se “deve impedir as derrubadas p.<sup>a</sup> augmento da Agricultura, e beneficio do Publico, e dos Reaiz Dízimos”.<sup>324</sup> Em segundo lugar, a restrição dos arroteamentos tendia a ter um grave efeito sobre o sistema de abastecimento alimentar, um argumento muitas vezes utilizado – e até de forma alarmista – pelos agricultores de víveres como instrumento de pressão política, o que não significa que não houvesse um considerável calçamento concreto. “Pello q. respeito a prohibição das derubadas parese impraticável porq. não as havendo não hão plantaçoins e conseqtem.te frutos e parese q. senão devem conservar matos com prejuizo do povo na falta de mantimentos [...]”<sup>325</sup>, exortava o coronel Francisco Xavier de Azeredo Coutinho, referindo-se exatamente à Vila de Santo Antônio de Sá, em dezembro de 1797.

Qual não fosse o caso, a floresta oferecia à iniciativa privada madeiras de múltiplas

---

<sup>323</sup> BRANNSTROM, Review of *Fruitless Trees*, op. cit., p.176. Talvez seja isto que devemos inferir do exame de muitos dos inventários madeireiros, principalmente da primeira metade do século XIX, que usam a denominação “madeiras de lei”, mas que, na verdade, prestam-se tão-somente a listar espécies de alta qualidade. Parece ser este o caso, por exemplo, de PEREIRA, Adriano. “Relação de madeiras de lei”. [Rio de Janeiro, s.d.] (Autógrafo). Coleção Freire Alemão. BNRJ, Seção de Manuscritos, I-28, 10, 43.

<sup>324</sup> COUTINHO, “Offícios de auctoridades militares a respeito das sesmarias”, op. cit., p.188.

<sup>325</sup> COUTINHO, Francisco Xavier de Azeredo. “Offícios de auctoridades militares a respeito das sesmarias”, op. cit., p.192, grifo meu.

aptidões e que, na maioria das vezes, *não coincidem com aquelas necessárias à construção das embarcações imperiais*.<sup>326</sup> Isto definia “nichos” razoavelmente diferentes quanto ao aproveitamento dos recursos silvestres, embora houvesse, sim, conflitos em torno da apropriação de algumas madeiras (todas as 21 espécies de árvores relacionadas na *Relação* que se prestavam ao emprego naval também serviam a outros setores produtivos). Contudo, com algumas pouquíssimas exceções – notadamente o ipê, o jequitibá e a canela preta –, havia substitutos à altura e os conflitos podiam ser dirimidos pela utilização de congêneres, quase sempre do lado mais fraco, isto é, dos produtores rurais. A riqueza da floresta tropical atlântica da bacia do Macacu era tamanha que ela podia servir aos interesses estatais e privados, sem a necessidade de grandes conflitos.

Tentemos, então, concluir este capítulo, deixando um prólogo para aqueles que estão por vir. Se o século XVIII representou, de fato, um *turning point* na história da Mata Atlântica brasileira, em geral, e fluminense, em particular, no sentido de taxas de desflorestamento exponencialmente maiores<sup>327</sup>, a bacia do Macacu parece ter constituído, ainda no final da centúria, um grande “refúgio” do bioma. Este vasto estoque de floresta apresentava uma enorme variedade de espécies vegetais propícias à exploração madeireira, com finalidades múltiplas. Uma única árvore – que não precisava ser, necessariamente, uma espécie climática – podia ter até oito préstimos distintos, como, por exemplo, o ipê, que servia para obras de engenho, vigas, frechais, paus-de-prumo, esteios, carros, curvas e varais de sege.<sup>328</sup> Quanto ao

---

<sup>326</sup> À mesma conclusão chegou Amaral Lapa em seu estudo sobre a capitania baiana. Para o referido autor, poderia ter havido uma exploração mais racional e menos conflituosa das matas, “uma vez que não eram idênticas as espécies vegetais que serviam a engenhos e estaleiros”. LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a carreira da Índia**. São Paulo: Editora Nacional, 1968, p.33.

<sup>327</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.109; AMADOR, **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos**, op. cit., pp.270, 275. Para DRUMMOND (**Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**, op. cit., pp.84-5), esse ponto de inflexão dar-se-ia somente no século XIX, com o espraio mais substancial da cafeicultura.

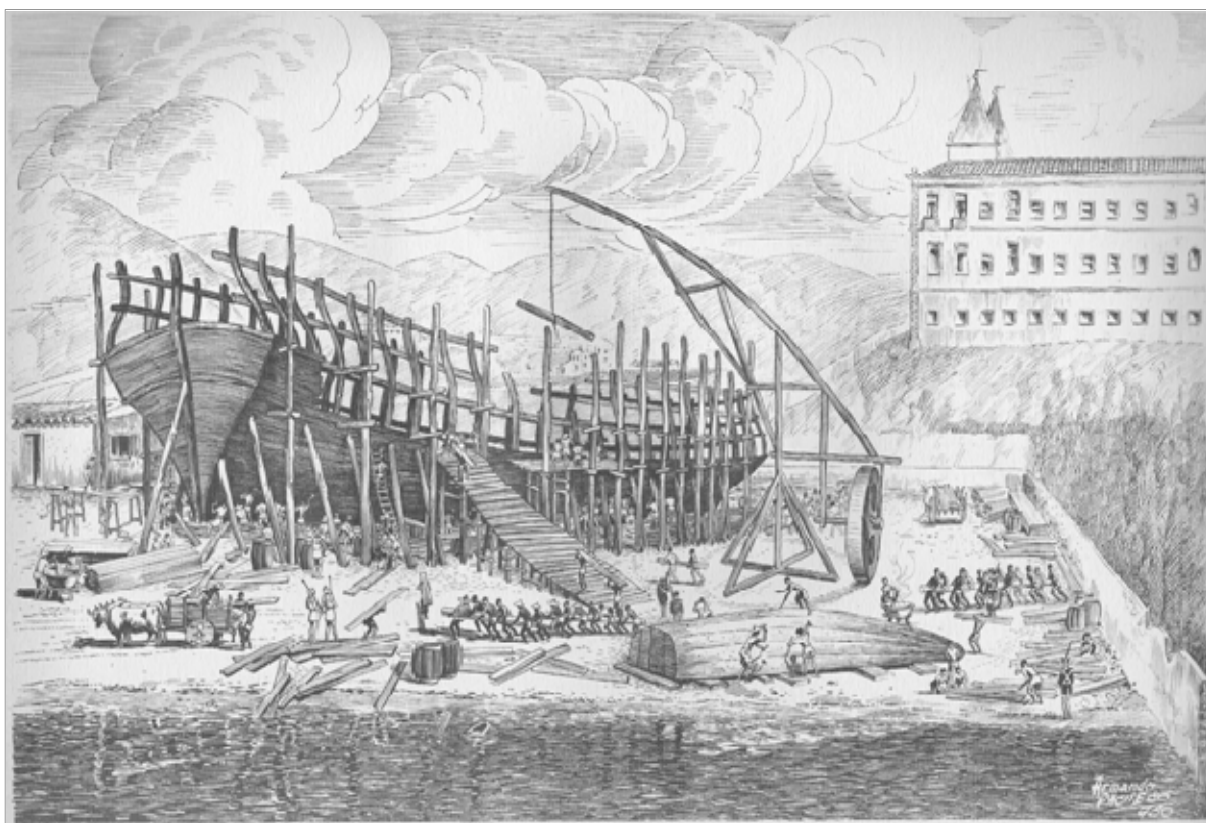
<sup>328</sup> Como observou Auguste de Saint-Hilaire no final da década de 1810, o ipê era uma espécie comum nas formações secundárias: “Nas capoeiras úmidas, observei a espécie de *Bignoneácea* que chamam vulgarmente ipê. [...] Seu lenho, de um branco amarelado e extrema dureza, é muito procurado pelos habitantes do país: empregam-no em carpintaria e carroçaria, e utilizam-no também no fabrico de bengalas e excelentes cabos de ferramentas”. SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.37.

tapinhoan e ao jacarandá, então, nem se fala: por si só, justificam o título deste capítulo: além de tabuado de embarcações, raiz de gamelas, obras de marceneiros, dentaduras de moendas, serviam “para tudo o mais que quiserem” – eram verdadeiras “árvores da providência”. Em resumo, o que os documentos analisados (principalmente a *Relação*) mostram é uma floresta que era, de fato, uma *paisagem geográfica*, isto é, um espaço ao mesmo tempo natural e cultural. Um espaço apropriado pelo homem, talvez (ainda) mais simbólica do que materialmente, mas apropriado, sem dúvida. A floresta macacuana, na segunda metade do século XVIII, era um *locus* de indústria, de metabolismo ativo entre o homem e a natureza.

## Capítulo II

# DO SERTÃO À RIBEIRA, DA COLÔNIA AO IMPÉRIO

## Legislação florestal e corte das madeiras navais



A construção da Nau São Sebastião (Desenho de Armando Pacheco).

*“Troncos vários em côr e qualidade,  
Que inteiriças nos fazem as canoas,  
Dando a grossura tal capacidade,  
Que andam remos quarenta, e cem pessoas:  
E há por todo o Brasil em quantidade  
Madeiras para fábricas tão boas,  
Que trazendo-as ao mar por vastos rios,  
Pode encher tôda a Europa de navios.”*

—FREI JOSÉ DE SANTA RITA DURÃO

*“Hum dos objectos intereçantes a Administração  
das Potencias Maritimas he o augmento das forsas  
navaes, as quaes pelas suas vantagens contribuem  
muito para a concervação do respeito com que  
devem manter as mesmas Potencias. Portugal, que  
entra no numero destas, pela sua lemitada extensão  
na Europa parece, que nada poderia contribuir  
para a existencia de forsas tão importantes;  
contudo quando elle tinha menos, foi quando se fez  
mais respeitavel pelas suas conquistas, impregando  
nellas somas concideraveis nos aprestos das  
grandes armadas, que sugeitarão os vastos  
territórios da Azia, África, e América.”*

—JOSÉ CORRÊA RANGEL DE BULHÕES

## ***2.1. A madeira e a formação do império ultramarino português***

Como pressuposto para a configuração de sua teoria do “sistema atlântico português” – uma nova abordagem dos determinantes da economia colonial –, João Fragoso e Manolo Florentino acentuam o papel da expansão ultramarina como pré-condição para a reiteração de uma estrutura social radicalmente arcaica – que “chegava a diferir até mesmo dos padrões clássicos que marcavam as sociedades do Antigo Regime” –, com uma aristocracia e um clero inchados sugando um setor campesino atrofiado tecnológica e demograficamente. Este é, segundo os autores, o contexto que nos permitiria entender o expansionismo luso a partir da alta Idade Média:

Em face do perigo representado por uma fidalguia ociosa – o que aumentava as tensões internas e levava a incursões aventureiras no país vizinho, à revelia do rei –, D. João I optou por Ceuta. A expedição de 1415 representava a possibilidade de direcionar para o Marrocos a aristocracia em crise, garantindo assim a estabilidade social interna e postergando os problemas com Castela. Mais do que isto, esta expedição foi levada a cabo em nome da monarquia, o que reforçava a autoridade de *El Rey*. Começava a desenhar-se uma política para a qual a expansão para além-mar surgia como possibilidade de fortalecer o Estado e afirmar a nova dinastia.

O reino percebia-se como uma ilha, cuja condição de sobrevivência, em função de sua debilidade no tabuleiro político e econômico europeu, dependia da neutralidade, virando as costas para a Europa e *voltando-se para o oceano* [...].<sup>329</sup>

E o que, em termos ecológicos, significa “voltar-se para o oceano” senão voltar-se, concomitantemente, para as florestas? De acordo com Shawn W. Miller, o navio de madeira foi a mais elevada expressão da cultura material do período moderno bem como a grande ferramenta de expansão, dominação e comercialização europeus.<sup>330</sup> Embora as embarcações fabricadas com fibra lenhosa não fossem, em absoluto, uma novidade, a evolução da técnica e da tecnologia náuticas, atuando num mecanismo de retro-alimentação positiva junto à expansão qualitativa e quantitativa das trocas comerciais no âmbito de uma embrionária economia-mundo, modelou um cenário geopolítico no qual gestão do comércio externo, das conquistas militares e gestão florestal entrelaçavam-se até o último nó. São os navios de madeira que, pelos fins do medievo, lançam os portugueses na epopéia das conquistas

---

<sup>329</sup> FRAGOSO & FLORENTINO, **O arcaísmo como projeto**, op. cit., pp.43-4, grifo meu.

<sup>330</sup> MILLER, **Fruitless Trees**, op. cit., p.4.



ultramarinas, firmando as bases da formação do que viria a ser o primeiro grande império colonial moderno.

Considerando-se que a navegação marítima (transoceânica e de cabotagem) e fluvial desempenhou, desde o começo, papel de relevo singular na formação histórica do Brasil, depara-se, novamente, com aquele fenômeno historiográfico que qualificamos, na introdução desta dissertação, de “ubiquidade invisível”. Para não me alongar muito, desenvolverei apenas um breve exemplo. Ao abrir o quarto capítulo de sua tese, Jaime Rodrigues pede ao leitor que imagine uma cena do tráfico de escravos. Como se trata de um estudo sobre a sociabilidade cotidiana das viagens dos navios negreiros entre o Brasil e Angola, o autor pretende, com a dita requisição, chamar a atenção para a importância de se considerar a historicidade do espaço físico onde eram amontoados os cativos – o porão dos navios, a “representação do tráfico por excelência”.<sup>331</sup> Eu, por meu turno, pediria o mesmo exercício imaginativo, mas com um propósito um tanto diferente: atentar para o fato de que esse vastíssimo fornecimento de africanos – que representavam não somente um fluxo criativo de mão-de-obra, mas também de genótipo, biodiversidade e cultura – que, afinal de contas, ajudou a construir os pilares mais fundamentais de nossa estrutura social, não poderia ter existido sem que houvesse um material que, jogado à água, flutuasse; os mais de setecentos mil negros que desembarcaram no Rio de Janeiro entre 1790 e 1830<sup>332</sup> não o teriam feito sem a madeira que os fazia deslizar sobre as agruras do Atlântico. Por tudo isso, apontou Pearce Paul Creasman, “um estudo desses navios que modelaram nosso mundo não pode prescindir da compreensão dos materiais e das pessoas que proporcionaram sua construção”.<sup>333</sup>

---

<sup>331</sup> O argumento do autor é que houve mudanças técnicas e espaciais importantes que influíram na maneira através da qual os africanos eram trazidos da África. Cf. RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos e tripulantes no tráfico negreiro (Angola – Rio de Janeiro, 1780-1860)**. Tese (Doutorado em História Social). Campinas-SP: UNICAMP, 2000, pp.146-7.

<sup>332</sup> FLORENTINO, Manolo G. **Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p.58.

<sup>333</sup> CREASMAN, Pearce Paul. “Forest Management Practices in Early America, c.1500-c.1862”. **The Early America Review**. Tampa, FL. Archiving Early America (Fall 2005).

Com a expansão da indústria naval, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, as árvores passaram a ser consideradas como patrimônio nacional e usadas, inclusive, como instrumento de manobra de política externa. As potências européias buscariam, então, a partir de um arsenal de políticas intervencionistas inspiradas no paradigma mercantilista, garantir o suprimento de madeira necessário à construção e manutenção de frotas mercantes e de guerra, desenhando legislações e políticas públicas para deter a depleção de seus estoques florestais, inclusive – e, talvez, principalmente – nos domínios ultramarinos, os quais representavam, afinal de contas, uma reabertura da fronteira de recursos ambientais. No caso de Portugal, um país cuja história de exaustão florestal começara ainda no século XII<sup>334</sup>, o achado de uma terra que, ao estender-se-lhe o olhar em horizonte “não se podia ver senão arvoredos”<sup>335</sup>, apresentava-se como uma renovação súbita das reservas não só de “terra virgem”, mas também de madeira<sup>336</sup> – e, subsequentemente, também das possibilidades de manutenção e até mesmo de extensão do seu poderio naval.

Desde o emblemático momento em que os marinheiros da esquadra cabralina confeccionaram a tosca cruz de madeira sob a qual se ritualizou a pretensão de controle sobre o novo território, as políticas de Portugal em relação às florestas brasileiras foram, estruturalmente, na direção da conservação das espécies vegetais úteis ao aumento do poder imperial. Observando-se sinopticamente a história da legislação colonial, constata-se, todavia, conjunturas de “alta” e de “baixa”, isto é, períodos de maior e menor intensidade na atividade legislativa, bem como no esforço de implementação e forcejamento desses sistemas

---

<sup>334</sup> A escassez de madeira é um problema enfrentado por Portugal desde os primórdios de sua formação territorial como Estado monárquico. Sob a pressão do aumento do contingente populacional e da demanda derivada do despertar do comércio externo que se manifestam na região a partir do século XII, aumenta a procura de madeira e de lenha para as necessidades cotidianas, como também para o desenvolvimento do artesanato e dos arsenais. Também o arroteamento de novas terras reduzia consideravelmente as áreas fornecedoras de madeira, que se afastavam cada vez mais do litoral. As primeiras referências documentais sobre importação de madeira no Porto remontam a meados do século XVIII (1254), vinda da França, Rochela ou outras partes (MARQUES, J. M. da Silva. **Descobrimientos portugueses**. v.1. Lisboa, 1944, p.7).

<sup>335</sup> CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963, p.26.

<sup>336</sup> DRUMMOND, **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**, op. cit., pp.63-4, 86.

reguladores. Grosso modo, pode-se identificar três períodos de alta: entre o começo da ocupação efetiva do território, em 1532, quando as cartas de sesmarias já interditavam o acesso dos concessionários ao pau-brasil, até a captura da coroa portuguesa pela dinastia espanhola, em 1580; da restauração até o final do século XVII, período marcado por um esforço normativo numa etapa de consolidação do poder dos Bragança<sup>337</sup>; e, finalmente, as últimas três décadas de domínio luso, quando, num contexto de decadência imperial e crise financeira pós-ciclo da mineração, tenta-se arrochar o pacto colonial, o que se expressa no plano florestal pela (tentativa de) monopolização régia de todas as matas à borda do mar e de todos os rios navegáveis (1797).

É importante salientar que, à exceção da ibirapitanga, a exploração das madeiras da floresta brasileira não seguiu o processo tradicional da concessão de poderes e privilégios a empreendedores particulares em troca da assunção, por parte destes, dos riscos e investimentos iniciais – concessões essas que se iam restringindo à medida que aumentavam os índices de rentabilidade dos negócios.<sup>338</sup> Desde o começo da colonização, a Coroa encarou a matéria como um assunto que tocava a manutenção da sua soberania, reservando para si a tarefa de gerenciar esse naipe de recursos. De fato, conforme aponta Richard Grove, as preocupações dos Estados coloniais de longo prazo em relação aos problemas de suprimento de recursos naturais tendia, na maioria das vezes, a entrar em desacordo com os interesses de curto prazo dos comerciantes e demais agentes capitalistas.<sup>339</sup> Quase não há indícios de que empresas privadas tenham entrado no comércio externo de fibra lenhosa brasileira: a única que consegui identificar está no estudo de Jorge Miguel Viana Pedreira, que cita a casa de

---

<sup>337</sup> MONTEIRO, Nuno G. Freitas. “A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. São Paulo: Unesp, 2000, pp.127-48.

<sup>338</sup> SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985, p.47.

<sup>339</sup> GROVE, Richard H. “Colonial conservation, ecological hegemony and popular resistance: towards a global synthesis”. In: MACKENZIE, J. (ed.). **Imperialism and the Natural World**. Manchester: Manchester University Press, 1990, p.18.

comércio anglo-suíça Purry & De Visme, a qual, segundo o autor, “costumava negociar em diamantes e madeiras do Brasil”.<sup>340</sup>

No final do século XVIII, no contexto dos conflitos militares que prenunciaram e se seguiram à Revolução Francesa, a preocupação dos governantes portugueses para com o suprimento de madeira aumentou exponencialmente. Para Balthazar da Silva Lisboa, tratava-se nada menos do que o “mais importante ramo da indústria, defesa e segurança pública”, o qual havia sido francamente desprezado pelos vice-reis de até então, “ficando exposto o grande Império do Brasil aos projetos dos infames invasores que tanto tem destruído pela pirataria a Marinha Mercantil”.<sup>341</sup> Nas duas últimas décadas da centúria, a reestruturação da gestão florestal portuguesa seria intensa, adquirindo um caráter supostamente mais científico. Aliada a esta disposição reformista, a grande demanda por recursos financeiros, acentuada devido à catástrofe representada pelo terremoto de Lisboa, ocorrido em 1755, bem como por madeira para a reconstrução da cidade e de parte da frota lusitana, levou a uma alteração na postura do governo em relação à administração de seus estoques florestais coloniais.<sup>342</sup>

O segundo lustro da década de 1790 assistiria a uma série de ordens emitidas por D. Rodrigo de Souza Coutinho, então Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, destinadas a preservar as madeiras prestimosas à construção naval. Entre 1795 e 1799, Souza Coutinho emitiu ordens sobejamente específicas no sentido de preservar essas madeiras tão importantes para a Real Armada portuguesa. A autorização para cortar madeiras apropriadas para a construção naval, algumas vezes denominadas “madeiras-de-lei”, estava reservada aos governadores, que eram auxiliados por “juízes conservadores das matas”, oficiais

---

<sup>340</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995, p.156.

<sup>341</sup> LISBOA, **Anais do Rio de Janeiro**, tomo I, op. cit., p.401.

<sup>342</sup> KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Entre o rei e a lei: natureza, legislação ilustrada e conflitos no final do período colonial”. **Textos de História**, v.11 (1/2), 2003, p.47-8; CASTRO, **Gestão florestal no Brasil Colônia**, op. cit., p.123.

encarregados da fiscalização, regulamentação e autorização. Essas espécies de madeira de maior valor para a indústria naval deveriam ser vendidas exclusivamente aos estaleiros reais a preços fixados pelos governadores.<sup>343</sup>

Em seu livro *Fruitless Trees*, Shawn W. Miller avança com uma teoria que convencionei, aqui, chamar de “entrave monopolístico estatal”. Basicamente, ela estabelece uma relação de causalidade direta entre uma legislação florestal portuguesa que o autor considera altamente coercitiva e um intenso desflorestamento que não se aproveitou do valor-de-troca da biomassa não-carbonizada para a geração e acumulação de capital. Para Miller, o “conservacionismo” luso acabou por atuar no sentido contrário, isto é, incentivou os desmatamentos não-produtivos, na medida em que dificultou o aproveitamento comercial das madeiras pelos próprios fazendeiros, estimulando com isso a queima pura e simples das matas:

[...] colonial forest policy declared that Brazil’s best trees, whether rooted on public or private land, held neither present nor future value for the colonists, for they were exclusive property of the king. Hence, the opportunity cost of slashing and burning the forest was almost nonexistent: one could expect no immediate returns while waiting for exhausted soils to recover, and there was no legal opportunity to turn the forest’s trees to personal profit. Hence there are no examples of private conservation. One lost nothing and gained much by the destruction of the forest. The abundance of forested soils and timber’s declared value of zero to the populace were the real incentives to cut it down and set it afire – of not just deforesting it, but destroying it. Due to the crown’s unparalleled monopolization of timber resources, which it justified as conservation policy, timber trees remained obstacles to the pursuit of prosperity in Brazil, rather than serving as vehicles to that end, as they had in North America and elsewhere.<sup>344</sup>

No presente capítulo, procuro analisar os aspectos político-administrativos da teoria, qual seja, a instituição das “madeiras-de-lei”.<sup>345</sup> Minhas pesquisas parecem apontar na direção de um alcance jurídico bem menor e uma política de implementação muito mais flexível do que supôs o historiador norte-americano. O objeto que se constrói, então, é a relação entre os textos legais e as práticas de gerenciamento florestal, as quais se consubstanciavam nas operações madeireiras direta ou indiretamente

---

<sup>343</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit. p.151.

<sup>344</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.9.

<sup>345</sup> Sendo assim, concentrar-me-ei na produção madeireira vinculada à indústria régia de construção naval (isto é, à atividade dos estaleiros e arsenais da Marinha), deixando para o capítulo seguinte considerações sobre o setor privado da referida atividade.

administradas pela Coroa. Destacava J. R. do Amaral Lapa, em 1968, que essas operações representavam uma instituição até então não estudada.<sup>346</sup> De lá para cá, apenas F. W. O. Morton e S. W. Miller parecem ter se sensibilizado com a acusação desta lacuna.

O esclarecimento dessa dinâmica institucional passa, a meu ver, pelo exame de fontes outras que não as legislativas, as quais foram privilegiadas por Miller. Se a legislação colonial procurava “disciplinar as relações concretas, políticas e sobretudo econômicas”<sup>347</sup>, a concretude dessas relações só pode ser captada a partir da compreensão das negociações cotidianas que (se) conformavam (sobre) essa base jurídico-formal. Um dos textos fundadores do moderno pensamento histórico brasileiro chama a nossa atenção para o fato de que, no período colonial,

[...] as leis não só não eram uniformemente aplicadas no tempo e no espaço, como frequentemente se desprezavam inteiramente, havendo sempre, caso fosse necessário, um ou outro motivo justificado para a desobediência. E daí, a relação que encontramos entre aquilo que lemos nos textos legais e o que efetivamente se pratica é muitas vezes remota e vaga, se não redondamente contraditória. Sendo assim, e como é esta prática que mais nos interessa aqui, e não a teoria, temos que recorrer com a maior cautela àqueles textos legais, e procurar de preferência outras fontes para fixarmos a vida administrativa da colônia, tal como realmente ela se apresentava.<sup>348</sup>

A correspondência oficial prodigaliza informações sobre a matéria aqui estudada. “Seria bastante”, ressalta J. R. do Amaral Lapa, “lerem-se por exemplo as cartas trocadas entre os vice-reis do Brasil [...] e a Côrte, durante a segunda metade do século XVIII”.<sup>349</sup> Nesse sentido, erijo a maior parte de minha argumentação a partir da análise da correspondência administrativa ativa e passiva entre a colônia e a metrópole de fins do século XVIII e início do XIX. Para completar o grosso do *corpus* documental – e, com efeito, para poder trazer a análise, mais concretamente, ao nível micro-regional –, lanço mão de dois outros tipos de fontes: a correspondência interna ao governo da capitania (principalmente a

<sup>346</sup> LAPA, **A Bahia e a carreira da Índia**, op. cit., p.38.

<sup>347</sup> NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1983, p.58.

<sup>348</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, p.301.

<sup>349</sup> LAPA, **A Bahia e a carreira da Índia**, op. cit., p.26.

comunicação entre o vice-rei e o intendente da Marinha) e a lista nominativa de habitantes anexa à já citada *Discripção do que contém o Districto da Villa de Santo Antonio de Sá de Macacú*<sup>350</sup>. Além disso, há o importante relatório oficial sobre os Cortes Reais instalados na Posse e em Papocaya, bem como o inventário *post-mortem* de Antonio de Oliveira Braga, proprietário das terras onde estava instalado um dos ditos cortes. E, é claro, os sempre úteis relatos textuais e memórias também terão o seu papel – que, aliás, aumenta com o caráter do conhecimento técnico de quem as escreve, exatamente o caso das *Memórias* do engenheiro militar José Correia Rangel de Bulhões.

## 2.2. A indústria naval no Rio de Janeiro

Embora tenham sido a Bahia e o Pará os mais importantes centros de construção naval da colônia<sup>351</sup>, o Rio de Janeiro também teve a sua relevância nesse ramo de produção. Na expedição enviada, em 1648, para a reconquista de Angola, comanda por Salvador Corrêa de Sá, participaram muitos navios construídos na capitania fluminense. Há muitas chances dessas embarcações terem sido construídas na Ilha Grande, sítio favorecido pela enorme disponibilidade de madeira, onde chegou a se cogitar a instalação de uma ribeira permanente – embora não sem peleja, como de resto sempre acontecia quando se ideava a construção naval em territórios de além-mar.<sup>352</sup>

---

<sup>350</sup> “Relação dos Engenhos, das Fabricas, das Olarias, das Fazendas, dos Possuidores, Familias, Escravos, Gados, Madeiras, e do Rendim.<sup>to</sup> Annual pertencente a cada hum dos Moradores do Destricto da Villa de S.<sup>to</sup> An.<sup>to</sup> de Sá”.

<sup>351</sup> LIMA, **Formação industrial do Brasil**, op. cit., p.193.

<sup>352</sup> Afora alguns pontos “menores”, como a falta de fortificações na Ilha Grande, a contenda girava em torno dos custos que tal empreendimento requereria. Os missivistas a favor chamavam atenção, principalmente, para o barateamento proporcionado pela abundância de madeiras cuja durabilidade era reconhecidamente muito superior àquelas tradicionalmente usadas nos estaleiros reinóis. Os missivistas contra argumentavam, por sua vez, ressaltando os encarecimentos advindos da falta de infra-estrutura *in loco*, pois se tratava de um ermo florestal muito distante da cidade. Cf. RAU, Virgínia; SILVA, Maria Fernanda Gomes da. (eds.). **Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil, v.1**. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955, pp.425-9. Ironicamente, os primeiros a se interessarem pela construção naval, na colônia, foram os espanhóis, durante o período da união ibérica. Um relatório não datado e não assinado, provavelmente escrito no começo do século XVII, exaltava as possibilidades de instalação dessa indústria em Santos e no Rio de

A ordem para a criação da ribeira só viria, contudo, pela carta régia de dois de janeiro de 1666, a qual mandava criar uma Fábrica de Fragatas em local a ser definido pelo diretor Sebastião Lamberto.<sup>353</sup> Foi escolhida a Ponta do Galeão, na atual Ilha do Governador, provavelmente pela sua posição geográfica, mais próxima da cidade, o que facilitava sua defesa. Esse estaleiro construiu navios de porte, dentre os quais a fragata *Madre de Deus*, a nau *Capitânia Real* e, principalmente, a famosa nau *Padre Eterno*, descrita, à época, como a maior maravilha do oceano.<sup>354</sup>

Outra fase na produção naval do Rio de Janeiro começa quando tem início a estabelecimento do Arsenal de Marinha, durante o vice-reinado do Conde da Cunha, em 1763. A conjuntura geopolítica, à época, era conformada, em larga medida, pelas disputas ibéricas na região platina. O perigo encontrava-se vizinho, sendo representado pelas pretensões revanchistas dos ministros e generais espanhóis, confiantes que estavam na possibilidade de estenderem seus domínios americanos sobre os territórios do Brasil meridional. A marinha portuguesa, em plena decadência e abandono desde a expulsão dos holandeses, em 1654<sup>355</sup>, e desnecessária que era diante da garantia de proteção assegurada pela frota inglesa – senhora absoluta dos mares depois da estrondosa vitória na Guerra dos Sete Anos –, tentou timidamente reerguer-se, retomando a construção de embarcações próprias e diminuindo a dependência em relação à antiga aliança com os ingleses, ela mesma posta sob suspeita nos anos 1760.<sup>356</sup>

---

Janeiro. O autor alegava serem as madeiras do Rio, de longe, as melhores, sendo muito abundantes e resistentes. Cf. MILLER, *Fruitless trees*, op. cit., p.191.

<sup>353</sup> LISBOA, *Anais do Rio de Janeiro*, tomo IV, op. cit., p.150.

<sup>354</sup> TELLES, *História da construção naval no Brasil*, op. cit, p.22.

<sup>355</sup> Mesmo antes disso, durante o período da união das coroas ibéricas, os reis espanhóis negaram-se a manter e conservar a frota portuguesa. A situação viria a piorar ainda mais ao longo da guerra contra os holandeses, quando mais de 80 por cento da armada lusa foi capturada somente nos anos 1647 e 1648. Cf. MAURO, Frédéric. “Political and Economic Structures of Empire”. In: BETHELL, Leslie (ed.). **Colonial Brazil**. Cambridge: Cambridge UP, 1987, p.51.

<sup>356</sup> Pensou-se, inclusive, na possibilidade de uma invasão britânica ao Rio de Janeiro, decerto um alarme bastante exagerado. Para uma análise completa dessa conjuntura, ver o capítulo 3 de BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



Nascendo, em largo grau, da iniciativa do tenente-general João Henrique Bohm – oficial enviado pela Corte, juntamente com três regimentos de infantaria, para organizar as forças de defesa da capital<sup>357</sup> –, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro foi instalado ao pé do Morro de São Bento, entre este e o mar. A madeira necessária ao empreendimento foi, em parte, doada pelos monges beneditinos e, em parte, encomendada às “pessoas que assistem no termo de Macacu, e costumam fazer negócio em madeiras”, segundo relatou o Conde da Cunha, em dezembro de 1763. Todavia, com o andar da obra, viu-se que era necessário utilizar troncos de grande comprimento, exigência que os fornecedores privados se mostraram incapazes de atender, obrigando o vice-rei a enviar carpinteiros e oficiais militares para extraírem das matas do vale do Macacu a madeira requisitada.<sup>358</sup>

A área ocupada pelo Arsenal foi ampliando-se aos poucos, embora se mantendo espremida entre o mar e o morro. Em 1808, comprou-se o terreno do atual prédio Almirante Tamandaré (1º Distrito Naval); em 1825, incorporou-se o antigo Armazém do Sal (prédio onde hoje se encontra o Comando do 1º Distrito Naval, próximo à Praça Mauá); e, em várias ocasiões, foi ganho terreno graças aos desmontes no sopé do morro. O Arsenal possuía também alguns armazéns e depósitos na Ilha das Cobras, onde havia uma máquina de carenagem e onde também, a partir de 1824, começou-se a construir um dique seco escavado na rocha, para reparo dos navios.<sup>359</sup>

Em 1808, o Arsenal possuía oficinas de ferraria, tanoaria, casa do breu (calafates) e os telheiros da ribeira, onde se executavam propriamente os trabalhos de arquitetura naval. O complexo dispunha de duas carreiras de construção: a “Ribeira Velha” e uma outra equipada com guincho para içar as embarcações. Além disso, possuía trapiches, depósitos e residências de empregados. O incremento do aparato de

---

<sup>357</sup> DRUMMOND, Victor. **Rio de Janeiro capital do Brasil, v.1 (1763-1822)**. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara/Secretaria-Geral de Educação e Cultura, s/d, pp.11-12.

<sup>358</sup> CAVALCANTI, **O Rio de Janeiro setecentista**, op. cit., p.84

<sup>359</sup> TELLES, **História da construção naval no Brasil**, op. cit., pp.26-7.

construção naval pós-1808 fazia parte de um esforço mais amplo no sentido de recrudescer as atividades marítimas na nova sede da monarquia portuguesa.<sup>360</sup> Ainda em 1808, foi instalada uma fábrica de lonas e de cabos, anexa ao Arsenal, em um prédio da rua do Valongo, mas de dimensões tão exíguas que parte do trabalho era feita em pleno logradouro. Entre 1810 e 1822, foram criadas as oficinas de funileiros, vidraceiros, canteiros, pintores, bandeireiros, polieiros e a casa das velas; ao cabo desse período, a oficina de ferreiros compreendia também as atividades de limadores, fundidores e caldeireiros de cobre. Em 1819, foi construída uma segunda carreira de construção, a “Ribeira Nova”<sup>361</sup> (Figuras 2.2 e 2.3).

A primeira embarcação construída no referido arsenal foi a nau *São Sebastião*. Sua carreira de construção, situada próxima à ladeira que conduz ao mosteiro, era inclinada em relação à costa para que o navio, ao ser lançado ao mar, não corresse o risco de colidir com a Ilha das Cobras, à frente. A fabricação iniciou-se em 1764 e findou em fevereiro de 1767. Tinha 59,6 metros de quilha, 15,5 metros de boca e 13 metros de pontal, pesando cerca de 1.400 toneladas; seu custo final foi de 50 contos de réis, fora as madeiras e os fretes pagos pelos monges de São Bento. Como novidade, guardava uma distância de 2,55 metros entre as cobertas, muito grande e inusitada para a época. Seus mastros eram de pinho do Paraná, então empregado pela primeira vez. O cadaste era constituído de uma enorme peça inteiriça de cedro, o que causou grande admiração a alguns visitantes estrangeiros, dentre eles John Byron.<sup>362</sup>

Ao contrário do que encontramos registrado na historiografia, a nau *São Sebastião*

---

<sup>360</sup> RODRIGUES, “Arquitetura naval”, op. cit. p.88.

<sup>361</sup> TELLES, **História da construção naval no Brasil**, op. cit., pp.27-8.

<sup>362</sup> FRANÇA, **Visões do Rio de Janeiro colonial**, op. cit., p.109.

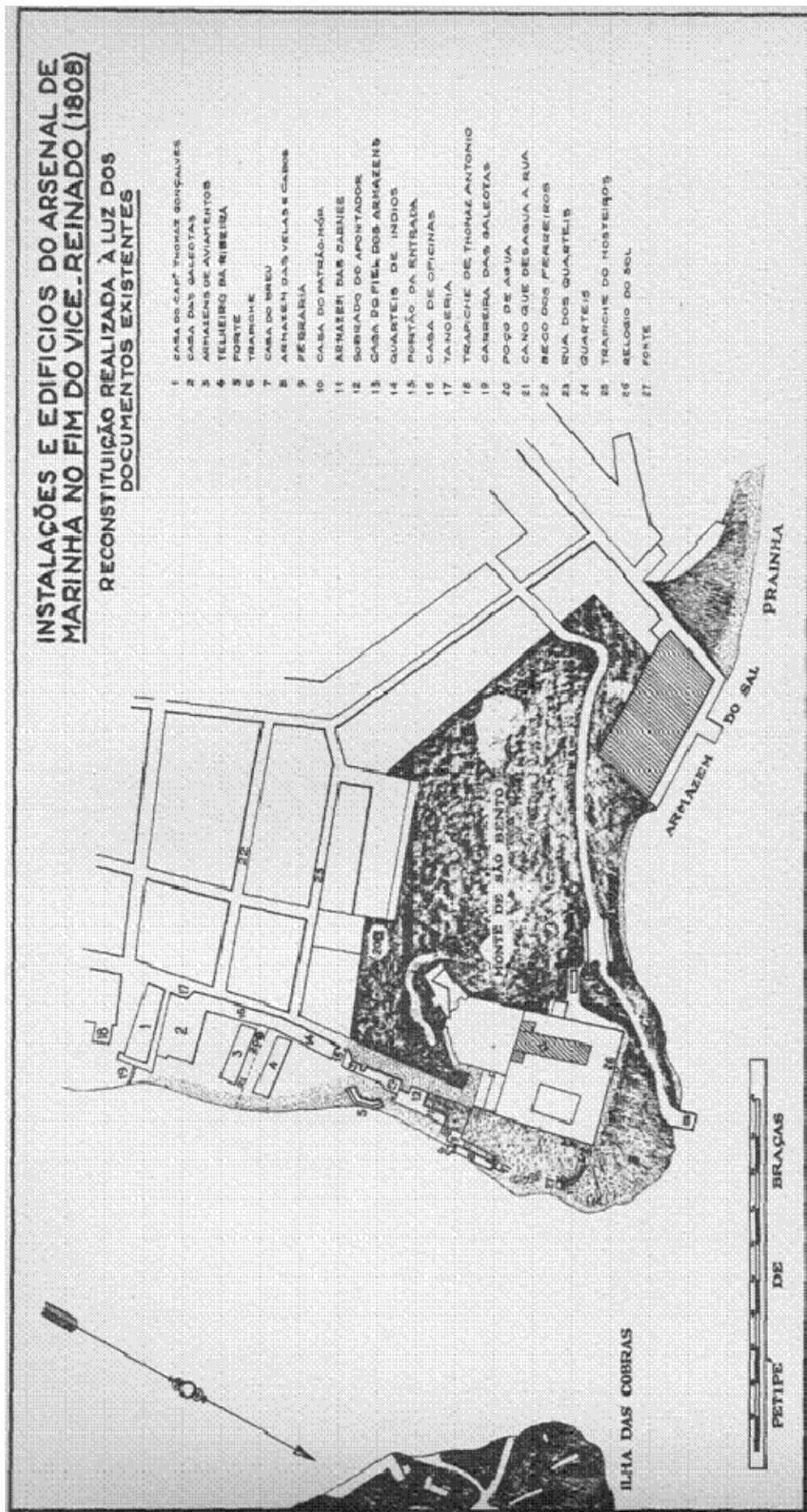
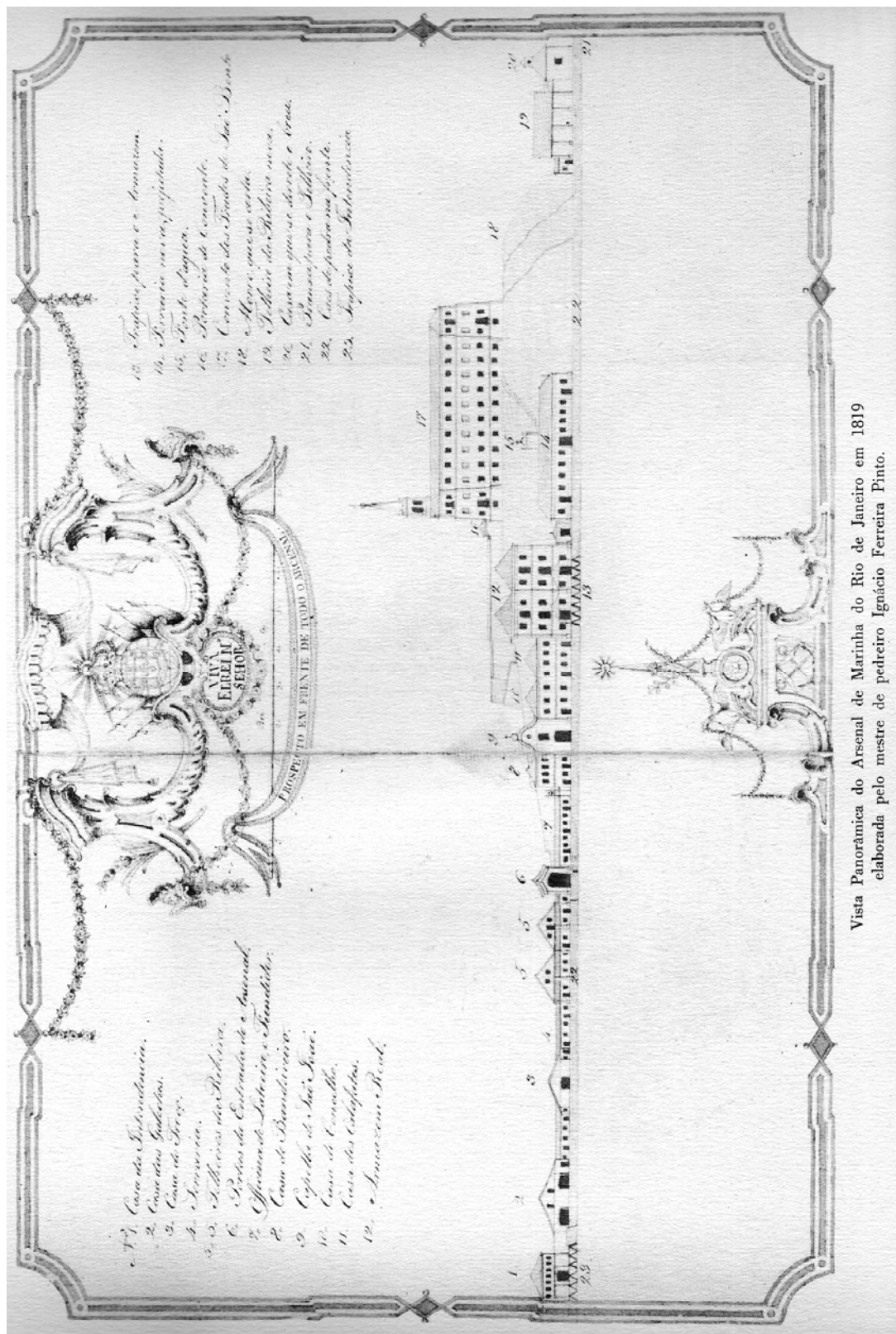


Figura 2.2. Fonte: GREENHALGH, O arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, op. cit., p.51.



Vista Panorâmica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro em 1819 elaborada pelo mestre de pedreiro Ignácio Ferreira Pinto.

Figura 2.3. Fonte: GREENHALGH, O arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, op. cit., p. 123.

não foi filha única. Na virada do século XVIII, reanimaram-se, consideravelmente, os trabalhos no arsenal carioca. Nesses anos, sabemos que se achavam em fabricação, na carreira, as naus *Conde Henrique* e *Medusa*, a fragata *Amazona*, o bergantim *Voador*, uma barca artilheira e um barco de cabotagem concebido especificamente para trazer as madeiras de Campos dos Goitacazes até a capital. Apesar do crônico problema da escassez de materiais de construção – principalmente madeiras –, é muito provável que elas tenham sido finalizadas. Os esforços para isso vinham sendo grandes: somente no mês de maio de 1799, foram gastos 625\$260 réis em madeiras para a construção de embarcações.<sup>363</sup>

### **2.3. O que se escreve e o que se faz**

No século XVIII, na esteira das transformações culturais advindas da difusão do pensamento ilustrado, o direito florestal europeu passou a receber a influência da doutrina do liberalismo econômico e seus corolários diretos e indiretos. O desafio da engenharia política seria, portanto, deslocado para a coordenação do postulado da livre iniciativa privada – que, com efeito, significava transformar em (ou assumir como uma) mercadoria algo cujo ritmo de produção estava em completo descompasso com o mecanismo de mercado – com a necessidade de intervenção do poder público para a reserva de um nível-base de madeira que garantisse a manutenção das funções soberanas do Estado-Nação.

Ao mesmo tempo, esta necessidade de conciliação seria facilitada por outro componente ideológico importante do movimento das Luzes, isto é, a crença de que o principal beneficiário da racionalização das práticas administrativas deveria ser o Estado como um todo e não os interesses privados.<sup>364</sup> Ao editar a monumental *Encyclopédie*, Diderot convidou o diretor do Parque de Versalhes, Monsieur Leroy, para assinar o verbete *floresta*.

---

<sup>363</sup> ANRJ, caixa 498, pct. 01.

<sup>364</sup> KURY, “Homens de ciência no Brasil”, op. cit., p.110.

Após uma definição formal, o autor avança em direção a uma concepção tipicamente ilustrada de gerenciamento florestal, ou seja, utilitária, cientificista e normativista. Para Leroy, uma boa administração do patrimônio florestal de uma nação seria aquela que lograria conciliar os dois interesses fundamentalmente opostos e conflitantes existentes em uma sociedade, o particular e o público:

The state needs wood of all sorts and for all time; it must above all carefully cultivate large trees. If one exploits woods for present needs, one must also conserve them and plant in advance for future generations. On the other hand, the particular owners are anxious to profit from their woods, and at times their eagerness is justified [...]. *It is therefore necessary that those who are charged with overseeing the maintenance of forests by the state be very experienced, have seen and observed much, and know enough not to outrage the owners; furthermore they must know the workings of nature, so that they may fulfill the spirit of the law and not only its letter.*<sup>365</sup>

Embora a “doutrina” de Leroy deva ser vista muito mais como uma crítica à legislação colbertiana do que propriamente como um reflexo de uma realidade jurídico-administrativa de fato existente na França de então, a passagem reproduzida possui a capacidade sintetizar de forma bastante lúcida minha hipótese relativa ao espaço-tempo aqui estudado. De um certo ponto de vista, pode-se admitir que as prescrições do enciclopedista francês acabaram por se efetivar no contexto do Brasil colonial tardio, por uma complexa confluência de fatores políticos, econômicos e culturais historicamente específicos que veremos mais adiante. Nesse sentido, ressalvo que minha intenção é usar o discurso de Leroy como instrumento heurístico e não como uma descrição mais ou menos exata da realidade florestal luso-brasileira.

A cultura humanista e utilitarista do Iluminismo transformou, no mundo ocidental, as florestas em meros recursos materiais, isto é, estoques latentes de madeira. Em uma espécie de ontologia às avessas, o ser da floresta passava a residir exatamente *no fato dela possibilitar outra coisa que não ela mesma*, a floresta existindo à medida que se desfazia.<sup>366</sup> Para as monarquias européias, a filosofia natural revelou-se um instrumento fundamental para a melhor exploração dos seus recursos silvestres. Substituindo deuses, gênios e ninfas, os *forstwissenschaftlers* – ou engenheiros florestais, uma profissão

<sup>365</sup> Citado por HARRISON, *Forests*, op. cit., pp.117-8, grifo meu.

<sup>366</sup> DUARTE, “Olhares Estrangeiros”, op. cit., pp.282-3.

inventada pelos alemães –deveriam promover a maximização dos seus proventos, observando e aprendendo com a economia da natureza a fim de prescrever os melhores procedimentos de exploração madeireira, aqueles que iriam atender tanto aos interesses públicos quanto aos privados. Mas o texto de Leroy deixa claro que não bastava aos novos guardiões da floresta o conhecimento técnico, a biologia das associações vegetais; era-lhes também imprescindível o conhecimento *político*, a familiarização com as estruturas de poder locais e regionais, que só poderiam ser adquiridas com o tempo, com a vivência nas comunidades florestais. Ao imiscuírem-se nessas redes sociais, os administradores poderiam alcançar e aplicar não somente o que estava prescrito pelas leis – que, se levadas ao pé da letra, levariam a ultrajar os proprietários privados – mas aquilo que realmente importava, isto é, seu *espírito*.

Inevitavelmente, contudo – e agora falo em meu próprio nome –, ao se integrarem nessa sociedade, os administradores cairiam do limbo da “neutralidade estatal” para se tornarem atores imiscuídos nas tramas políticas locais e regionais. Ganha importância, por conseguinte, o papel desempenhado por esses agentes sociais que, em seu conjunto, foram chamados de “burocracia florestal” por E. P. Thompson no clássico *Senhores e Caçadores*. Segundo o historiador inglês, esses indivíduos devem ser encarados “como um grupo específico de interesses e não como servidores leais de uma presença real”.<sup>367</sup> O mais importante, então, de acordo com essa concepção – e aqui sublinho que o recurso ao pensamento thompsoniano é de caráter teórico-metodológico e não empírico-comparativo –, passa a ser o modo como esses atores que estavam investidos de poder interpretavam e manuseavam, de acordo com os seus recursos cognitivos (sociais e ambientais) e a margem de manobra política que lhes era oferecida no momento, bem como seus interesses pessoais, o conjunto de regras que lhes cabia, como oficiais da Coroa, fazer cumprir.

A historiografia brasileira não está alheia a estas reflexões. A investigação

---

<sup>367</sup> THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987, p.119.

recente das redes governativas imperiais vem demonstrando que “muito mais que meros agentes administrativos, responsáveis por se fazer cumprir, implementar, no ultramar, determinações emanadas da metrópole, os oficiais podem, e devem, cada vez mais, ser analisados como ‘privilegiados instrumentos de conhecimento’”.<sup>368</sup> Como esse conhecimento e a sua instrumentalização interferiam na dinâmica das instituições administrativas florestais?

A política portuguesa voltada para um melhor aproveitamento das matas brasileiras, no que tange ao abastecimento da Real Armada, dependia, entre outros fatores, do apoio de um corpo de funcionários não apenas identificados com as diretrizes da Coroa, mas também intelectualmente preparados para lidar com os dados do ambiente natural. É nesse contexto que Souza Coutinho estabelece uma rede de contatos e influências com naturais da colônia formados na Universidade de Coimbra, nomeando-os para cargos administrativos condizentes com seu projeto.<sup>369</sup>

Não obstante, não era a formação ilustrada adquirida em Coimbra a mais adequada à prossecução desse projeto. Em grande medida, ela chocava-se com a realidade da colônia e o otimismo inicial dos bacharéis com as possibilidades de progresso logo cediam espaço ao desânimo quando da constatação do atraso das técnicas agrícolas, da mentalidade “rústica” e extremamente conservadora dos habitantes e, principalmente, do não cumprimento da legislação régia.<sup>370</sup>

De fácil acesso pela orla litorânea, as matas brasileiras sempre ensejaram, desde os primórdios da colonização, o estabelecimento de fortes relações de produção e

---

<sup>368</sup> GOUVEIA, Maria de Fátima; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735”. *Topoi*, v.5 (8), 2004, p.124. Ver também GOUVEIA, Maria de Fátima. “Pode político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp.285-315.

<sup>369</sup> KIRSCHNER, “Entre o rei e a lei”, op. cit., p.48.

<sup>370</sup> Idem, *ibidem*, p.49.



troca, dentro e fora da lei.<sup>371</sup> Mesmo que as proibições reais do corte de madeiras de lei negassem, em princípio, os direitos de domínio pleno da propriedade da terra, essas interdições recaíam, quase sempre, sobre áreas onde eram de aplicação quase impossível e fáceis de burlar, ainda mais no contexto de uma sociedade de movimentos “curtos” e “lentos” (precária mobilidade espacial dos indivíduos) – fator que se potencializava especialmente nas áreas mais interioranas – e de uma burocracia florestal quantitativamente insuficiente e qualitativamente despreparada. Sob este viés, é razoável supormos que, embora o acesso às matas estivesse sob a supervisão formal de “guardas-mores” e administradores de vários tipos, houvesse um grande espectro de estratagemas dos quais podiam lançar mão madeireiros e comerciantes para levar a cabo suas atividades. As possibilidades de expedientes iam desde o simples ludíbrio dos (pouquíssimos) fiscalizadores – o velho e eficaz “fazer sem ser visto” – até tentativas de acoplamento de interesses barganhados à base de toda sorte de favorecimentos, isenções ou mesmo compensações monetárias.<sup>372</sup>

Isto era, algumas vezes, reconhecido pelos próprios agentes de dentro do aparelho de Estado. Recebendo ordem para que se encarregasse da inspeção dos cortes reais, bem como da fiscalização dos roçados nas matas que possuíssem as madeiras adequadas à construção naval, nomeando pessoas de sua confiança para executarem tais diligências, o Marquês de Lavradio as deu aos mestres de campo. “[P]orem”, argumentou o circunspeto vice-rei, “esses como a maior parte são interessados por terem muitos matos daquellas madeiras, sempre receio não sejam os mais propios para executar a Real Ordem como ella recomenda”.<sup>373</sup> Tanto procedia a dúvida do vice-rei que Alexandre Alves Duarte e Azevedo – descendente dos Azevedo Coutinho, uma das famílias mais antigas e influentes da região, colaborando na formação da primeira

---

<sup>371</sup> LAPA, **A Bahia e a carreira da Índia**, op. cit., p.25.

<sup>372</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., pp.151, 176.

<sup>373</sup> LISBOA, **Anais do Rio de Janeiro**, tomo II, op. cit., p.157.

nobreza da terra dos sertões do Macacu<sup>374</sup> –, Mestre de Campo e Comandante do terço de milicianos do distrito de Santo Antônio de Sá e pessoa de alto conceito do Marquês de Lavradio<sup>375</sup> possuía, em 1778, uma extensão de mais de seis quilômetros quadrados e meio de terras incultas nos sertões do Macacu (freguesia de Santíssima Trindade)<sup>376</sup>, as quais certamente guardavam muitos exemplares da riqueza botânica local analisada no capítulo anterior.

A unidade organizacional básica para a extração das madeiras-de-lei era constituída pelas chamadas *feitorias reais* ou *cortes reais*. No topo da estrutura burocrática estavam os *inspetores* e, mais tarde (a partir de 1797), os *juizes conservadores das matas*, autoridades com jurisdição sobre toda uma capitania, responsáveis pela supervisão de toda a cadeia de atividades madeireiras, desde a “colheita” até o transporte para os arsenais. Conforme explica Miller, a função institucional do “juiz conservador” não era, em absoluto, nova para os portugueses:

The title ‘judge conservator’, without its genitive, would suggest a new office created specifically to improve and protect the afflicted Brazilian forests, but in reality it was a post with a very long history throughout Portuguese dominions, and it had no connection to the forest or to resource conservation of any kind. Nearly all institutions with recognized privileges (for instance, the students of Coimbra University, ecclesiastical and lay brotherhoods, foreign merchants) had their own judge conservators whose principal function was to insure that each party’s specific entitlements and immunities were not violated. Indeed, those who held the post were referred to in general as conservators of the privileged (*conservadores dos privilegiados*).<sup>377</sup>

Os juizes conservadores das matas não eram, em realidade, nem juizes nem muito menos “conservacionistas” – na acepção pós-moderna da palavra –, estando mais próximos de prosectores e, acima de tudo, supervisores das operações de derrubada

<sup>374</sup> “O ato de criação da vila de Santo Antonio de Sá seria uma mera curiosidade histórica, não fosse o fato de que a descrição da solenidade constitui uma fonte rica de informações sobre a estrutura social que estava sendo criada no sertão do Macacu. Não só a maior parte das terras pertencia a um grupo muito pequeno de indivíduos, como os laços familiares entre eles garantiam o controle das terras, fosse por casamento ou herança. Assim, estavam presentes naquela solenidade membros das famílias dos Duque Estrada, dos Sardinha, dos Silva, dos Costa Soares, dos Pacheco e dos Azevedo Coutinho”. Cf. MACHADO, **Gente do Caceribu**, op. cit.

<sup>375</sup> Assim refere-se o vice-rei ao seu subordinado: “[...] é homem muito honrado e verdadeiro, conserva respeito, e não me consta que tenha feito opressão aos seus súbditos: as suas informações são exactas, e sempre-se tem prestado com muita promptidão para tudo o que lhe tenho determinado do Real Serviço”. LAVRADIO, Marquês de. “Relatório do vice-rei do Rio de Janeiro”. **RIHGB**, v.16, janeiro de 1843, pp.436-7.

<sup>376</sup> LAVRADIO, “Relação – parte II”, op. cit., p.293.

<sup>377</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.53.

feitas em nome do rei nos domínios ultramarinos. No Brasil, este cargo tinha responsabilidades semelhantes ao seu congênere metropolitano, se bem que um tanto maiores, em razão mesmo das imensas dimensões territoriais que jaziam sob sua jurisdição.<sup>378</sup> Outra diferença diz respeito ao caráter bastante informal que o cargo adquiriu ao atravessar o Atlântico; note-se que este posto não é encontrado na abrangente lista oferecida por Graça Salgado.<sup>379</sup> Mais do que uma função formal, tratava-se de algo como um “posto-apêndice”, até mesmo um título honorífico dado àqueles indivíduos já investidos nalgum cargo jurídico ou administrativo (como, por exemplo, juizes de fora ou ouvidores) com notório saber em ciências naturais e interessados no problema da degradação florestal – que, como bem demonstrou Pádua, significava, à época, degradação do Estado.<sup>380</sup> Outrossim, os juizes conservadores não eram remunerados por suas tarefas – pelo menos, não pela Coroa.<sup>381</sup>

A função de juiz conservador foi preenchida, no Rio de Janeiro, pelo paulista Diogo de Toledo Lara Ordonhez (1752 – 1826), membro esquecido da chamada geração ilustrada luso-brasileira, o “primeiro grupo de intelectuais nascidos no país que absorveu as concepções de filosofia natural, direito e economia – e também o espírito pragmático e progressista – que caracterizaram o Iluminismo europeu”.<sup>382</sup> O “sábio Diogo Ordonhez”, conforme referiu-se a ele Auguste de Saint-Hilaire, era um homem pacato e estudioso, tendo dedicado boa parte de sua vida ao aprendizado de ciências naturais e jurídicas. Decerto que Ordonhez não pode ser alocado no interior do restritíssimo grupo,

---

<sup>378</sup> Idem, *ibidem*, p.54.

<sup>379</sup> SALGADO, **Fiscais e meirinhos**, op. cit., pp.448-52.

<sup>380</sup> PÁDUA, **Um sopro de destruição**, op. cit., pp.13-4, 283-4.

<sup>381</sup> O livro de Guillermo Palacios, recentemente traduzido para o português, desenha um cenário no qual o juiz conservador de Alagoas, José de Mendonça Mattos Moreira, tinha “fácil trânsito nos círculos de empresários madeireiros”. Nesse sentido, é sumamente plausível que as pressões que davam forma às iniciativas do governador da capitania para expulsar os pequenos agricultores das matas ricas em madeiras nobres – e que eram encaminhadas por Mattos Moreira – fossem “incentivadas” monetariamente pelos maiores interessados, isto é, os madeireiros. Cf. PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Brasília-DF: Ed. da Universidade de Brasília, 2004, pp.312-23.

<sup>382</sup> PÁDUA, **Um sopro de destruição**, op. cit., p.14.

subconjunto daquele maior – a “minoría dentro da minoría” –, que viria a constituir o que Pádua chamou de “fundadores da crítica ambiental brasileira”<sup>383</sup>; mas se pudéssemos conceber um *continuum* que se estendesse desde estes últimos até os outros oitocentos e poucos indivíduos que se formaram em Coimbra entre 1722 e 1822<sup>384</sup> e não chegaram a adotar uma atividade de produção intelectual regular ou algum tipo de crítica à realidade colonial, acredito que se não incorreria em grande erro ao situar Ordonhez num ponto equidistante às duas extremidades. Ingressando na referida universidade no exato ano em se deu a importantíssima reforma no ensino superior português, afastando-o do domínio da escolástica medieval e aproximando-o das novas idéias advindas da filosofia natural e da economia política, Ordonhez estudou, por exemplo, com Alexandre Rodrigues Ferreira, um dos pioneiros da reflexão sobre a destruição dos recursos naturais na colônia.

Provavelmente em fins de 1797 ou começos do ano seguinte, Ordonhez é nomeado para o posto de Intendente Geral do Ouro, no Rio de Janeiro. Em agosto de 1798, ele viria a ser nomeado, adicionalmente, Juiz Conservador das Matas da dita capitania, em carta assinada pelo ministro Souza Coutinho:

Havendo sua Magestade despachado para Intendente Geral do Ouro nessa Capitania o Desembargador Diogo de Toledo Lara Ordonhes, e julgando a Mesma Senhora, que este Magistrado tenha aptidão para exercer o Emprego de Juiz Conservador das Mattas do Rio de Janeiro: Há Sua Magestade Servida, que V.Ex.<sup>a</sup>, na conformidade da Carta Regia que em 13 de Março de 1797 lhe foi expedida, empregue o referido Magistrado no exame daquellas mattas, que precisão, pela sua extensão e fertilidade, de hum Juiz Conservador, e que depois de conhecidas as que delle precisão, V.Ex.<sup>a</sup> o empregue na referida qualidade de Juiz Conservador das Mattas, e informe disto mesmo por esta Secretaria de Estado.<sup>385</sup>

A julgar pela escassez de registros das suas atividades, o juiz parece não ter sido muito atuante na fiscalização das matas fluminenses. É provável que isto estivesse ligado à desconfiança do então vice-rei D. Fernando José de Portugal que, pensando que os afazeres de Ordonhez como Intendente Geral do Ouro não lhe dariam folga

---

<sup>383</sup> Idem, *ibidem*, loc. cit.

<sup>384</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. **RIHGB**, v.278, 1969, p.107.

<sup>385</sup> ANRJ, código 67, v.23, f.78.

necessária para as tarefas ligadas à fiscalização e administração florestal, preferia confiar no forcejamento da cláusula contida nas cartas de sesmarias (referente à proibição do corte dos paus reais) pelos Ouvidores das Comarcas e Coronéis de Milícias dos distritos – o que teria anulado, na prática, a função de juiz conservador no Rio de Janeiro.<sup>386</sup> De toda forma, a única atividade conhecida de Ordonhez na área florestal ocorreu logo depois de seu desembarque na capital, quando se embrenhou nas matas dos sertões norte-orientais do recôncavo com o Intendente da Marinha, José Caetano de Lima, para examinar os cortes navais instalados em Itaboraí e Santo Antônio de Sá (localizados na bacia do Macacu); desta inspeção resultou um longo e pormenorizado relatório, o qual foi expedido para Lisboa nos primeiros dias do mês de agosto de 1800.<sup>387</sup> Depois disso, nada mais se encontra sobre suas atividades florestais.<sup>388</sup> Em 1814, sabe-se que ele exercia o cargo de Conselheiro da Fazenda, ainda no Rio de Janeiro.<sup>389</sup> Nesse sentido, é bem provável que ele tenha se mantido, pelo menos formalmente, no cargo de juiz conservador das matas até o fim de sua vida – ocorrido em 1826 –, dado que a função de fiscalização e supervisão das reservas florestais somente saiu da alçada do Conselho Fazendário em 1827.<sup>390</sup>

A dispersão das operações madeireiras da Coroa ao longo do território florestado levou, até mesmo devido à política descentralizadora do Conde de Rezende, à crescente nomeação de *administradores* para cortes específicos. Estes cargos eram, normalmente, assumidos por notáveis locais (geralmente grandes senhores de terras) subordinados, pelo menos em tese, ao inspetor, juiz conservador das matas ou à própria Intendência da Marinha – o que fazia deles funcionários da Coroa. Na prática, contudo, a

---

<sup>386</sup> “Regimento que trouxe Roque da Costa Barreto [...] com varias observações feitas pelo Vice-Rei D. Fernando José de Portugal”. BNRJ, **Documentos Históricos**, v.4 (4), 1928, pp.377-8.

<sup>387</sup> ANRJ, código 67, v.26, f.71-6 (carta datada de 31 de julho). Essa inspeção deve ter durado por volta de 15 dias, visto que, em 2 de julho, Caetano de Lima envia correspondência a Souza Coutinho dizendo-se “prompto, quando V.Ex.<sup>a</sup> for servido, para hir com o Juis Conservador ver as Matas”. ANRJ, caixa 498, pct. 01.

<sup>388</sup> Nem Miller, nem Costa e Silva (até onde eu saiba, seu único biógrafo) conseguiram rastrear quaisquer informações sobre esse aspecto da vida de Ordonhez.

<sup>389</sup> COSTA E SILVA, **Diogo de Toledo Lara Ordonhez**, op. cit., p.26.

<sup>390</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.176.

situação era outra. F. W. O. Morton demonstrou que os administradores dos cortes baianos eram, na prática, empresários locais que constantemente burlavam os trâmites legais, reclamando salários de trabalhadores não-existentes, apropriando-se dos salários daqueles que de fato trabalhavam e/ou vendendo madeira real para consumidores privados.<sup>391</sup>

Acredito não haver razões para supormos algo muito diferente no que concerne ao Rio de Janeiro do mesmo período. O administrador do corte de Papocaya, por exemplo, era o alferes Antônio de Amorim Lima, dono do maior engenho de açúcar de Guapimirim e onde estava localizada a capela-sede da paróquia, a de Nossa Senhora da Conceição.<sup>392</sup> No referido relatório redigido por Diogo Ordonhes e José Caetano de Lima, as duas autoridades assim comentam a postura do alferes:

A administração do [...] Corte, e da condução das Madeiras está confiado por V. Ex<sup>a</sup> ao Alferes Antonio de Amorim Lima, Official que pela sua actividade, honra e zelo no desempenho da sua Comissão, tem merecido de V. Ex<sup>a</sup> as mais honrozas expreçoens. Com tudo sendo como hé, muito mais fácil o transporte das ditas Madeiras por terra, do que as da Posse [no distrito vizinho de Itaboraí], elle encontra iguaes dificuldades em falta de Boys que as puxem p<sup>or</sup> não se cumprirem, *segundo diz elle*, exactam<sup>te</sup> as respeitáveis ordens de V. Ex<sup>a</sup> [...].<sup>393</sup>

Aos administradores dos cortes era reservada a prerrogativa de reclamar bois e escravos dos fazendeiros para o transporte das madeiras régias, obrigação da qual todos, obviamente, procuravam livrar-se. A despeito do discurso oficial em defesa da compensação justa pela deterioração desses meios de produção pegos de empréstimo – notadamente os bois<sup>394</sup> –, na prática, isso quase nunca acontecia. Dispensar de bom grado os proprietários mais opulentos da cessão dos seus preciosos meios de produção em troca de favores políticos e econômicos devia ser, com efeito, um expediente amiúde usado pelos administradores – donde derivava, muitas vezes, a impossibilidade de

<sup>391</sup> MORTON, “The Royal Timber in Late Colonial Bahia”, op. cit., pp.44-5.

<sup>392</sup> LAVRADIO, “Relação – parte II”, op. cit., p.290; MAIA FORTE, “Vilas fluminenses desaparecidas”, op. cit., pp.45 e 49.

<sup>393</sup> ANRJ, código 67, v.23, fls.71-6, grifo meu.

<sup>394</sup> “He de toda a razão, e justiça que os Bois q.e morrerem por cauza do trabalho das conduçoens das madeiras, sejam pagos pelo seu justo valor, a custa da Fazenda Real”, exortavam Caetano de Lima e Diogo Ordonhes ao ministro Sousa Coutinho, em 1800. ANRJ, código 67, v.23, fl.76.

alcançar os resultados cobrados pela Coroa. Parece ter sido este o caso do corte gerenciado por Amorim Lima, pois, conforme diziam os dois pareceristas, “os carros de bois”

[...] são bastantes para se fazer o transporte das Madeiras, sem detrimento dos Povos, logo que haja igualdade, *q<sup>e</sup> supomos não ter havido* na prestação deste Serviço. Para que elle seja regular quanto for possível nas actuaes circumstancias em que não há outros recursos, se faz necessario que o Coronel de Milicias do Districto, e o dito Alferes Antonio de Amorim, formem cada hum seu Mappa de todos os Senhores de Engenho e Lavradores, que possuirem Bois de Carro, para V. Ex<sup>a</sup> mandar, a vista de ambos os Mappas, formar outro em que com attenção as possibilidades, e distancia em que vivessem os donos dos Bois, se distribua com igualdade por todos, o Real Serviço, *ao qual ninguém se recuzará, conhecendo que nem o ódio, nem a amizade tem parte naquella distribuição.*<sup>395</sup>

Diferentemente de áreas ainda parcamente povoadas e conectadas à economia regional como a Ilhéus do último quartel do século XVIII, o problema, na bacia do Macacu, não era, propriamente, o abastecimento de gado<sup>396</sup> mas, antes, o recrutamento daquele possuído pelos produtores rurais. Voltarei a este assunto mais à frente.

Conforme observou certo autor a respeito da legislação colonial, as leis eram feitas “sem a mínima noção, por parte de seus autores, das condições essenciais do âmbito de sua vigência”<sup>397</sup>. Mas, se por um lado, a política florestal brasileira era formulada no outro lado do Atlântico, a partir do ponto de vista de uma sociedade marcada pelo quase completo despojamento de seus recursos florestais nativos, por outro, os oficiais da Coroa no além-mar certamente entendiam a impossibilidade prática de trasladar, pura e simplesmente, a legislação em vigor na metrópole para o espaço colonial.<sup>398</sup> Exatamente em decorrência dessa consciência dos embaraços engendrados pela realidade local, inclusive no aspecto ecológico, os administradores das florestas na colônia mostravam uma grande capacidade de flexibilizar o que estava prescrito pelas cartas régias e alvarás e fazer a legislação funcionar na prática. Um expediente inventado

---

<sup>395</sup> Idem, grifo meu.

<sup>396</sup> Sobre as dificuldades encontradas pela Coroa para a criação de um fluxo de fornecimento regular de muare para Ilhéus, ver MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., pp.142-3.

<sup>397</sup> SCHMIDT, Carlos Borges. **Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais**. Brasília-DF: Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1976, p.43.

<sup>398</sup> MILLER, op. cit., p.46.

em meados dos setecentos, por exemplo, foi a possibilidade dos colonos quitarem seus débitos públicos cortando e transportando madeira para a Coroa. Até mesmo crédito real era oferecido àqueles que se dispusessem a matejar a serviço de El-Rei.<sup>399</sup>

Evidentemente que essas flexibilizações e adaptações dependiam muito da inteligência e sensibilidade política das autoridades encarregadas. Essas virtudes eram, na maioria das vezes, demonstradas não pelos bacharéis de Coimbra – que volta e meia viam-se metidos em conflitos com a população rural local, que tendia a enxergá-los “como inimigos e não como protetores da justiça”<sup>400</sup> –, mas sim pelos funcionários mais experientes da política colonial. Por carta de oito de março de 1773, dirigida ao Marquês de Lavradio, El-Rey mandava proibir aos particulares o corte das madeiras, não só as de tapinhoã, mas todas as mais que se costumavam empregar na confecção das naus, de modo que não tivessem outro destino que não o armazém do Arsenal de Marinha.<sup>401</sup>

Assim respondeu o vice-rei:

Logo que recebi a sobredita ordem expedi a ordem aos Mestres de Campo dos competentes Districtos, para que fizessem notificar, assim aos senhores dos matos que têm madeiras, como aos fabricantes que cortão, para que se houvesse de observar o que El-Rei meu senhor nessa parte me determina. E assim se ficará praticando em quanto o mesmo Senhor não mandar o contraio. *Porém sou obrigado a dizer a V.Ex. parao pôr na Real Presença do nosso Augustissimo Amo, em primeiro lugar que he necessario dar-se providencias por conta dos navios mercantes que vêem a este porto, e estes não têm outras madeiras senão as daquela qualidade para fabricarem os seus navios, não só para os construirem de novo, mas para concertarem os que já navegão, e lhes repararem as ruinas com que chegão em todas as viagens; e como segundo a Real Ordem que acabo de receber de nenhuma das madeiras daquela qualidade se pôde dispor a respeito dos particulares, sem expressa licença de El-Rei meu Senhor, expedida pela Secretaria de Estado, poderá esta prohibição geral vir a fazer grande damno ao giro da navegação e commercio. Pelo que verá V.Ex. o quanto se faz precisa huma providencia sobre esta materia.*<sup>402</sup>

Não se limitando a apontar a incongruência, o hábil político também sugeriu uma solução:

Assim me parece que vindo ordem para que justificando cada hum dos donos das embarcações o concerto que ellas necessitão, e precedendo-se a hum exame pelos Officiaes da Ribeira desta Capitania, justificando-se por essa forma a precisão que têm, o numero e qualidade das madeiras que necessitão, fazendo-se de todo o referido hum termo,

<sup>399</sup> Idem, ibidem, p.125.

<sup>400</sup> KIRSCHNER, “Entre o rei e a lei”, op. cit., pp.49-50.

<sup>401</sup> LISBOA, **Anais do Rio de Janeiro**, tomo I, op. cit., p.399-400.

<sup>402</sup> LISBOA, **Anais do Rio de Janeiro**, tomo IV, op. cit., p.156.



que se lhes permita, elles a possão receber dos armazéns de El-Rei meu Senhor, entregando o seu importe na mesma conformidade que pela Real Fazenda forão pagos. Deste modo não só ficão sendo obrigados os particulares e fabricantes a trazerem as madeiras aos armazéns Reaes, mas como os Comerciantes que são quem as comprão, as têm aqui certas sempre que precisarem dellas, escusavão de andarem cogitando meios com que possão ser extraviadas as mesmas madeiras.<sup>403</sup>

Fiéis à velha tradição colonial lusa de erborragia jurídica (a famosa “legislação extravagante”), os reclamos estatais por essas madeiras mais valiosas eram realizados à base de cartas régias e alvarás que, num regime francamente randômico, aportavam à mesa dos vice-reis interditando o acesso dos particulares a essa ou àquela árvore. Conforme foi visto no capítulo anterior, é altamente provável que relativamente poucas espécies da Mata Atlântica fluminense fossem sistematicamente empregadas na construção naval e, conseqüentemente, fossem objeto, senão de uma monopolização propriamente dita, pelo menos de uma atitude administrativa que engendrasse um acesso preferencial da Coroa. Para a capitania do Rio de Janeiro, as espécies de árvore cuja preferência de exploração pertencia ao Estado eram apenas três: o tapinhoan (*Mezilaurus navalium*), a peroba (*Aspidosperma polyneuron*) e o vinhático (*Platymenia foliosa*) – as duas primeiras oficialmente interditadas pelo alvará que regulamentou a concessão de sesmarias, em 1795, enquanto a última era frequentemente requisitada (embora nunca tivesse sido propriamente interditada aos particulares), como, por exemplo numa carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho, de 1797.<sup>404</sup>

Em linhas bem gerais, o processo tinha início com a detecção de uma demanda no estaleiro lisboeta ou outras fábricas navais metropolitanas, seja derivada da necessidade de reparos (calafetagem), seja da construção propriamente dita. Despachava-se, então, uma solicitação para o vice-reinado (os códices 67 e 68 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro contêm inúmeras correspondências que se encaixam nessa descrição). Essas solicitações de remessa de madeiras podiam vir com menores

---

<sup>403</sup> Idem, ibidem, p.157.

<sup>404</sup> WEHLING, Arno. **Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)**. Brasília-DF: FUNCEP, 1986, p.65; ANRJ, cód.67, v.22, fl.72; ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO (**O Rio de Janeiro imperial**, op. cit., p.45) fala de uma lei de 15 de outubro de 1827 que proibia o “corte das madeiras reservadas por lei, que eram a peroba, o tapinhoã e o pau-brasil”.

ou maiores especificações. Em março de 1797, por exemplo, D. Rodrigo de Souza Coutinho encaminhou o seguinte requerimento, bastante genérico: “Para o Arsenal da Marinha desta Corte se faz precisa hua grande quantidade de Madeira de Tapinhoão, Paroba e Vinhático: E he Sua Majestade servida, que V. Ex.<sup>a</sup> remeta por todos os Navios, que sahirem desse Porto, a maior porção, que poder, das ditas Madeiras”.<sup>405</sup> De modo semelhante, em 1802, José Caetano de Lima, o primeiro intendente naval da capitania e que havia sido nomeado quatro anos antes, recebeu ordens para mandar 150 pranchas de peroba e vinhático para Lisboa.<sup>406</sup>

Noutras ocasiões, contudo, os requerimentos eram muito mais detalhados quanto às madeiras a serem remetidas, contendo especificações relativas aos tipos de peças e às suas dimensões. Essas demandas eram escritas pelos próprios mestres de ribeira ou por auxiliares seus. Em junho de 1805, foi enviada ao Rio de Janeiro a seguinte lista, preparada por João Filippe da Fonseca, oficial da Secretaria de Estado:

Sintas direitas de 11 a 12 polgadas de grosso, e de largo 16 a 18 ditas com o maior comprimento que poderem ter ~~~~~  
~~~~~

Ditas de volta para a Proa e amura que tragão mais grossura para os empenos ~//

Ditas para dormentes de 9 a 10 polgadas de grosso e largura e comprimento o maior que poder ter

Ditos de volta para a Proa e Amura que tragão mais grossura para os empenos

Ditos para Trincaizes de 10 a 12 polgadas de grosso, e de largo 18 com o maior comprimento que poderem ter.

Ditos de volta para a proa e amura com as mesmas dimensões acima.

Taboado para o fundo e couceiras de 4½ a seis polgadas de grosso, comprimento e largura o mais que poderem ter

Paos de volta para cachimbos e costado, e couceiras na proa e na amura.

Curvas para o alto e abertonas de 8 a 11 polgadas de grosso a maior quantidade que poder ser

Paos para Paos de 14 por 16 polgadas de grosso, e de comprido 60 a 4/pez.

Paos para cavernas de Pródigos e 1º e 2º braços ditos de 13 a 14 polgadas de grosso.

Ditos que possam servir de Baçardas para a Proa e Popa de 14 a 15 polgadas de grosso.

<sup>405</sup> ANRJ, códice 67, v.22, f.72.

<sup>406</sup> BROWN, Larissa. “Urban Growth, Economic Expansion, and Deforestation in Late Colonial Rio de Janeiro”. In: STEEN, H. K. & R. P. TUCKER (eds.), **Changing Tropical Forests**. Durham, N.C.: Forest History Society, 1992, p.167.

Paos para Rodas de Proa e Capetos, e Madres de Boque de 15 polgadas de grosso.  
 E alguns para colunas e paos e encher a Proa.  
 Taboado de Tapinhuam para forro.  
 Dito de fundo de Barca de 2 polgadas de grosso.  
 [...] <sup>407</sup>

Tudo leva a crer que o conjunto desses documentos esparsos, desconexos e, muitas vezes, contraditórios, era o que, na verdade, constituía a legislação florestal portuguesa para a colônia. Isto não significa, contudo, corroborar a tese de Dean a respeito da incapacidade portuguesa de gerenciar as madeiras que daqui eram exportadas. Acredito que o referido autor tenha sido mais uma vez traído pela sua pré-concepção sobre o caráter irracionalista e destrutivista da gestão metropolitana ao afirmar que a “atividade [de exploração florestal] deve ter sido mal administrada, a despeito da extraordinária abundância de árvores gigantes nas florestas costeiras”. <sup>408</sup>

Creio que o fato dos estaleiros reais lusitanos continuarem, em pleno século XVIII, a importar madeira da Nova Inglaterra e dos países bálticos, é muito mais plausivelmente explicável por uma combinação de dois grandes fatores. Em primeiro lugar, não se pode negligenciar o fato de que Portugal passou muito tempo sem saber que madeiras explorar <sup>409</sup> – pelo menos não numa quantidade tal que dispensasse a importação de outros países. As experiências com o pinho paranaense (*Araucaria angustifolia*) na mastreação – a espécie atlântica considerada mais promissora nesse tipo de emprego –, realizadas somente no final dos setecentos, foram, em grande medida, decepcionantes; embora alta, retilínea e relativamente leve, essa árvore não continha as resinas comuns às suas congêneres bálticas, o que diminuía drasticamente sua durabilidade. <sup>410</sup> Desse modo, a indústria naval fluminense continuou largamente dependente dos suprimentos norte-europeus. Em julho de 1797, o

<sup>407</sup> ANRJ, código 67, v.31, f.40-1.

<sup>408</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.150.

<sup>409</sup> CASTRO, **Gestão florestal no Brasil Colônia**, op. cit., p.129.

<sup>410</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.27.

Conde de Resende ordenou que o Arsenal de Marinha se abastecesse com os carregamentos de um navio dinamarquês que arribara no porto carioca; entre outros materiais, compraram-se três mastros de pinho, pagando-se 100\$000 réis a unidade.<sup>411</sup>

O outro fator importante na manutenção da posição de Portugal como importador de madeira era a existência de uma estrutura de oferta consolidada, na longa duração, na Europa do norte, em franco contraste com o incipiente e desorganizado mercado brasileiro. A importação sistemática de madeiras por parte de Portugal remonta a fins do século XIV:

Da origem destas importações de produtos florestais testemunham os termos de ‘pinheiro de Flandres’, assim denominado por esta região desempenhar um importante papel de intermediário comercial entre a Hansa e Portugal, ou ‘pinheiro de Riga’, para designar o pinheiro silvestre, espécie climática na floresta boreal da Europa Setentrional. A partir do fim do século XIV, os produtos florestais (madeira em toros e tabuado, breu e resina) são sempre, juntamente com os cereais, referenciados na carga dos barcos que chegam dos portos de Hansa ou dos seus intermediários.<sup>412</sup>

De qualquer forma, a análise do *Inventário do Armazém da Madeira* nos mostra um panorama diferente daquele sugerido por Dean. O referido documento é parte de um levantamento geral (concluído em fevereiro de 1792) que se mandou fazer por decreto régio de 30 de setembro de 1791 e que visava a obtenção de um panorama geral do estoque de madeiras de construção dos armazéns da Ribeira das Naus de Lisboa, dos da Boa Vista e das Caldeiras de Alcântara.<sup>413</sup> No “Alfabeto do Inventario”, encontram-se sumarizados, sob a rubrica de “Madeira do Brazil” – a primeira do índice –, 27 categorias de peças, a saber: quilhas, capelos de roda de proa, cavernas, primeiros braços, segundos braços, terceiros braços, aposturas, gios, enchimentos, paus de volta, paus direitos, cintas direitas, cintas de volta, vaos, curvas de coraes, cadastes, pranchas de vinhático, tábuas de vinhático, pranchas de peroba, tábuas de peroba, tábuas de tapinhoã do Rio de Janeiro, pés de carneiro, curvas,

<sup>411</sup> ANRJ, Vice-Reinado, caixa 498, pct. 01, n° 2.

<sup>412</sup> DEVY-VARETA, Nicole. “Por uma geografia histórica da floresta portuguesa: as matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia (Porto)*, vol.I, 1985, p.57.

<sup>413</sup> BNRJ, Seção de Manuscritos, 2, 4, 13.

tábuas de tapinhoã da Bahia<sup>414</sup>, pranchões, liames e pau de pêzo para poliame. Com exceção dos enchimentos, dos liames e das categorias em cuja própria designação acha-se especificada a única espécie vegetal fornecedora da madeira (pranchas e tábuas de vinhático, pranchas e tábuas de peroba e tábuas de tapinhoã), todas as outras provêm de, no mínimo, duas e, no máximo, dez espécies de árvores diferentes. A variedade total é, decerto, bem reduzida em relação à magnífica diversidade biológica da flora brasileira: apenas 27 espécies, com uma enorme dominância estatística da sucupira (provavelmente *Diploptropis incexis*), que perfaz 70 por cento ou mais das “qualidades” das peças<sup>415</sup> – o que corrobora o argumento do capítulo precedente. Por outro lado, o valor monetário das madeiras estocadas de origem brasileira (91:323\$314 réis) é muito substancial, correspondendo a 78 por cento do valor total inventariado.<sup>416</sup>

Infelizmente, não é possível identificar, no referido inventário, quais eram as madeiras provenientes da bacia do Macacu. Não obstante, há como fazer inferências indiretas. Há abonadas razões para pensarmos que boa parte das 507 dúzias e duas tábuas de tapinhoã do Rio de Janeiro (cujo equivalente monetário era de 8:114\$666 réis) viessem das matas macacuanas.

Ao longo de toda a segunda metade do século XVIII, os cortes das madeiras navais do Macacu eram, sem sombra de dúvida, os mais importantes da capitania.<sup>417</sup> Em carta

---

<sup>414</sup> O que contraria a afirmação de Miller de que a referida espécie só ocorreria no Rio de Janeiro. Cf. MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.251.

<sup>415</sup> Os enchimentos e os liames, por exemplo, eram feitos exclusivamente dessa madeira.

<sup>416</sup> É claro que este valor não tem quase nenhuma representatividade no âmbito das relações de troca globais entre Brasil e Portugal. Quando comparamos a mencionada cifra, por exemplo, à média anual das exportações da colônia entre os anos de 1796 e 1807 (10.914:695\$000 réis), obtemos uma ínfima relação de menos de um por cento. ARRUDA, José Jobson de A. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980, p.626.

<sup>417</sup> O distrito de Campos dos Goitacazes também foi uma importante fonte de madeiras para a construção naval, embora não se tenha notícias mais pormenorizadas sobre a organização dos cortes por aquelas bandas. Temos duas notícias para meados da centúria. Por aviso do Secretário de Estado Diogo da Mota Corte Real de 27 de julho de 1754 encomendaram-se, pela Provedoria da Fazenda Real, muitas dúzias de tapinhoan para os tonéis da aguada da Marinha Real. Em 1760, pelo Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mandou-se encaminhar para o Arsenal de Lisboa 9.000 aduelas para trezentos tonéis; e para os reparos das fortalezas e fortes do Maranhão, 1.500 pranchões de vinhático e 400 paus para eixos dos mesmos reparos. Todas essas madeiras foram cortadas nos Campos dos Goitacazes, onde abundavam e onde se tinha toda a facilidade de

endereçada à Corte e datada de setembro de 1802, o intendente naval José Caetano de Lima afirmava que, no Rio de Janeiro, a maior parte da atividade madeireira estatal estava concentrada em Macacu e na Posse (Itaboraí), que essas matas vinham sendo intensamente madeiradas e utilizadas pelo Arsenal de Marinha nos cinco anos precedentes e que essas reservas florestais não eram tão cheias de madeiras como aquelas da Bahia, Pernambuco e Pará somente por causa da distância em que estavam situadas.<sup>418</sup> Logo depois de assumir a Intendência da Marinha do Rio de Janeiro, José Caetano de Lima foi requisitado a fornecer as madeiras precisas à fabricação da Nau Medusa. Dando satisfações (provavelmente ao vice-rei) sobre as maneiras através das quais se poderia adquirir o referido material, escreveu, em setembro de 1798, “sendo informado do melhor modo e mais prompto de se fazerem conduzir as Madeiras [...] Hé de Macacu, pelo Rio Guapiasú”. E caso se não encontrassem as espécies adequadas nestas brenhas, deveriam, então, dirigir-se ao “Mato da Posse”.<sup>419</sup> Novamente, em fins de 1799, quando o vice-rei ordenou a construção de uma embarcação especificamente para a condução das madeiras do distrito de Campos para o Rio de Janeiro, foi o Corte de

---

exportação e condução por água até os portos de embarque (Cf. LISBOA, **Anais do Rio de Janeiro**, tomo I, op. cit., pp.400-1). As 860 dúzias de tabuados produzidos pelo distrito, em 1778, não incluem “Tapinhoans, nem Parobas *por que destas, só vão as quantidades que mandão as receitas da Fazenda Real*” (LAVRADIO, “Relação – parte II”, op. cit., p.333).

As referências às madeiras navais de Campos diminuem sensivelmente no último quartel do século XVIII, o que pode muito bem significar uma real diminuição do estoque florestal e, conseqüentemente, das remessas. A despeito disso, há indicações de que a riqueza vegetal da região ainda fosse bastante grande. Em 1785, um carregamento de pau-brasil em direção ao Arsenal Real de Lisboa contabilizava 12 toras provenientes do distrito campista, a segunda maior contribuição, atrás apenas do distrito de Guaratiba – uma posição facilmente explicável pela presença da Fazenda de Santa Cruz (AHU, Seção de Avulsos, caixa 135, doc. 42, n.3). Mais de trinta anos depois, Aires de Casal ainda apontava a existência de três qualidades de ibirapitanga na área de Campos (CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica**. São Paulo: Edições Cultura, 1943, p.78). Em 1819, um observador exaltava a prodigalidade dos sertões de Macaé, relatando que as serrarias desses rincões haviam produzido, no ano de 1815, 1150 dúzias de peças (ANRJ, cód. 807, p.169).

De todo o modo, concorria sensivelmente contra a viabilidade dos cortes nessa região a distância em relação ao porto carioca – muito maior do que aquelas que separavam as matas do Recôncavo do mesmo porto e que, com efeito, aumentava à medida que o desmatamento empurrava a franja florestal para o interior das planícies aluviais – e a natureza do transporte aquático que tinha de ser empreendido: a navegação de cabotagem não deixava de ser uma navegação oceânica, sujeita portanto a dificuldades oceanográficas consideravelmente maiores do que aquela praticada pelas vias fluviais e dentro das águas protegidas da Baía da Guanabara. Em 1799, tentando dar maior utilidade às madeiras de Campos, o Conde de Rezende mandou construir, na ribeira carioca, uma embarcação cujo expediente seria especificamente o de trazer os lenhos campistas para a capital. Cf. ANRJ, caixa 498, pct. 01.

<sup>418</sup> BROWN, “Urban growth, economic expansion, and deforestation”, op. cit., p.167.

<sup>419</sup> ANRJ, caixa 498, pct. 01.

Papocaya o requisitado a aprontar as peças de madeiras para a execução da obra. Em março do ano seguinte, já haviam de lá chegado dois barcos trazendo 115 peças de diferentes qualidades.<sup>420</sup> Embora pudesse ter havido mudanças na geografia dos cortes navais fluminenses entre o começo e o fim da década de 1790, é pouco provável que elas tenham trazido alterações radicais no quadro geral das contribuições das diversas áreas da capitania, o que indica a persistência da bacia do Macacu como a grande fornecedora de madeira para a manutenção da Real Armada portuguesa.

Ao receber pedidos como aqueles listados acima ou quando chegavam instruções metropolitanas ordenando a construção de algum tipo de embarcação, o vice-rei acionava a administração do Arsenal de Marinha. Além, evidentemente, de construir e reparar navios, o Arsenal tinha como responsabilidade a captação e o armazenamento das madeiras provenientes dos cortes reais e que seriam, posteriormente, embarcadas para Lisboa. Contudo, no estado ocioso em que se manteve a ribeira em quase todo o vice-reinado – com um pequeno surto de atividades na virada no século XVIII para o seguinte – e mesmo durante a estada da Corte joanina, o que deveria ser a princípio uma função adicional, acessória, acabou por se tornar o *leitmotiv* do complexo. Os oficiais incumbidos de zelar pelo estoque de madeira, renovando-o quando necessário, eram o Fiel do Armazém das Madeiras, o Mestre-Carpinteiro e o Contra-Mestre da ribeira; o primeiro cargo era ocupado, em 1799, por Antonio Nunes<sup>421</sup>, enquanto o segundo foi ocupado, durante muito tempo (desde fins da década de 1780 até 1812, ano em que faleceu), pelo 1º Tenente Agostinho José de Lima – sobre o terceiro cargo, não consegui apurar com precisão o ocupante, mas há indícios de que tenha sido, no começo da década de 1790, Manoel Francisco de Mendonça.<sup>422</sup> O Mestre e o Contra-

---

<sup>420</sup> Idem.

<sup>421</sup> As madeiras eram guardadas num armazém próprio, separado do armazém “geral” do arsenal, cujo zelo estava a cargo de José Pinto Cardoso. “Pessoas que ocupão os empregos e offícios de maior consideração e dependencia nas varias repartições da administração publica desta cidade”. **RIHGB**, v.21, 2ª ed., 1858, p.103.

<sup>422</sup> GREENHALGH, **O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro**, op. cit., p.75; ANRJ, Caixa 498, pct. 01, nº 2.

Mestre eram os que lideravam e supervisionavam as expedições aos distantes distritos florestais situados nos sertões da cidade, onde faziam conduzir as madeiras dos particulares que se achavam “feitas dentro dos mattos, ou nos pórtos prontas para embarcarem”.<sup>423</sup>

Como decorrência do mecanismo institucional das madeiras-de-lei, os agentes da administração florestal estavam investidos de uma singela prerrogativa que lhes permitia, a qualquer momento, o “confisco remunerado” de peças de madeira produzidas por agentes particulares. E não eram somente os oficiais da Marinha que dele se valiam: os do Exército, notadamente aqueles servindo nas diversas fortalezas que protegiam a cidade e na Casa do Trem – o arsenal do Exército –, construída em 1762 pelo Conde de Bobadela.<sup>424</sup> Nas suas *Memórias sobre os cortes das madeiras da Capitania do Rio de Janeiro*, escritas no ano de 1800, o sargento-mor José Correa Rangel de Bulhões, engenheiro do Real Corpo da Academia Militar, conta serem as madeiras, neste caso,

[...] compradas por hum preço sempre mais inferior ao seu valor, e que quem as vende deve fazer quer queira, quer não huma viagem a Capital para receber o producto das madeiras, e para isto mesmo deve passar pelos incommodos de esperar certos despachos, para receber o importe, o que tudo contribue para maior prejuízo do vendedor, que pelo commum he sempre hum dos habitantes dos Districtos mais distantes da Cidade, o qual se remetesse as mesmas madeiras aos seus correspondentes, receberia o seu importe muitas vezes sem o incommodo de huma viagem nem sair das suas fabricas.<sup>425</sup>

Mas este não era o único método para a obtenção de madeira por parte do Estado. Seguindo o relato de Bulhões, defrontamo-nos com um procedimento que poderia ser caracterizado como um meio termo entre o “confisco remunerado” e o corte naval: nem tão casuístico como o primeiro nem tão sistemático como o segundo. Tratava-se, em suma, de

<sup>423</sup> BNRJ, Seção de Manuscritos, I-11, 01, 019, pp.6-7; ANRJ, 498, pct. 01, nº 2. Os Mestres Construtores de Embarcações (Joaquim Corrêa dos Santos e Domingos Gonçalves dos Santos ocupavam o posto, em 1792), por seu turno, não acompanhavam a colheita florestal, responsabilizando-se apenas pelo que era feito à madeira chegada ao arsenal.

<sup>424</sup> O *Plano em que se declarão as Dimensões e Preços de todas as Madeiras precisas para o Real Serviço*, publicado pelo governador da capitania do Pará, em 1791 (BNRJ, Seção de Manuscritos, 7, 4, 64) – talvez o documento mais abrangente sobre “madeiras-de-lei” jamais produzido pela administração colonial –, por exemplo, lista conjuntamente as madeiras necessárias ao trabalho nos arsenais da Marinha e do Exército, bem como os preços que deviam ser praticados na compra das peças aos particulares.

<sup>425</sup> BNRJ, Seção de Manuscritos, I-11, 01, 019, pp.6-7.



[...] mandar o Official escolhido acompanhado de hum ou dois Officiaes inferiores, e soldaddos falqueijadores, e serradores tirados dos Regimentos, os quaes em chegando aos matos em que devem cortar as madeiras, tratão tudo como patrimonio alheio, e a destruição he infalível, porque precisando-se cortar uma grande arvore, elles não atendem, para que lado ella deve cahir de sorte, que não faça mal, as que estão se criando na sua proximidade, vindo por este modo a derrotar, e destruir, as que poderão servir passados mais alguns annos, o que não acontece, sendo ellas lançadas a terra pelos proprietários dos matos, ou por peçôas do seu consentimento.<sup>426</sup>

Em tese, devia-se pagar pelas madeiras e/ou árvores confiscadas e/ou extraídas, mas, na prática, não era sempre assim que acontecia. Muitas vezes, davam-se “letras” aos proprietários cuja liquidação era por demais incerta; no mínimo, podia-se ter a certeza de um considerável atraso. E o não pagamento das mercadorias degradingolava todo o processo produtivo dos madeireiros particulares, pelo que não podiam “ajustar-se” com os trabalhadores a quem frequentemente davam emprego (falquejadores e serradores) – os quais não deixavam de lançar mão de vários tipos de artimanhas para barganhar melhores remunerações, como a alegação de doenças, ferimentos e falta e/ou inadequação de ferramentas<sup>427</sup> – o que não significa, em absoluto, que tais estratégias fossem injustificados, visto que o trabalho que realizavam estava entre os mais ingratos que se podia encontrar na economia colonial.<sup>428</sup> Restava aos fabricantes usar os poucos escravos que possuíam (caso os possuíssem) para cortar algumas poucas peças e vendê-las o mais rapidamente possível, de sorte a reconciliar-se com os jornaleiros.<sup>429</sup>

Mesmo fazendo uso intensivo de todos esses expedientes, os armazéns dos arsenais tanto da Marinha como do Exército encontravam-se quase sempre exauridos

<sup>426</sup> BNRJ, Seção de Manuscritos, I-11, 01, 019, pp.8-9.

<sup>427</sup> Em carta datada de 15 de junho de 1770, José Ribeiro – ao que tudo indica, o administrador de um corte cuja localização não se pode inferir – justifica-se ao Capitão Manuel Lopes da Ressurreição pelo atraso no envio de madeiras. Os índios puxadores dos toros reclamavam de “moléstias” e “feridas” que não os permitiam andar pelos matos, alegavam também não serem as suas ferramentas “suficientes p.<sup>a</sup> tais paus”. Além disso, exigiam garantias de não penalização para o caso dos toros que viessem a se quebrar durante o transporte. BNRJ, Seção de Manuscritos, I-30, 21, 094.

<sup>428</sup> Entre as muitas injúrias às quais estavam sujeitos os lavradores florestais estavam o perigo de serem esmagados por árvores ou galhos grossos em queda, deslizarem vertente abaixo (as florestas do domínio atlântico são quase sempre em relevo acidentado), além de serem vítimas da fauna tropical – cobras e insetos venenosos, a tão temida onça, etc. Cf. MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.111.

<sup>429</sup> BNRJ, Seção de Manuscritos, I-11, 01, 019, p.10.

das madeiras necessárias às diferentes obras e construções.<sup>430</sup> Transmitindo ao Intendente a informação que lhe dava o 1º Tenente Construtor, em 12 de dezembro de 1814, enumerava o Inspetor do Arsenal, José Maria de Almeida<sup>431</sup>, a grande quantidade de obras, na ribeira, que se achavam paradas por falta de materiais:

[...] com estes trabalhos de suma precisão, achão-se os Armazéns da Ilha das Cobras, completamente desprovidos de Madeira incluzivamente Taboado de Tapinhoã, e Canela, e por esta ultima falta se seguiu oparar o concerto, e construcção de Tunelada a ponto de despedir officiaes da officina de Tanueiros. As faltas que pondero a V.Ex.<sup>a</sup>, e outras que succesivamente se experimentam por todas as officinas deste Arsenal pela falta de Gêneros que pedem para o seu fornecimento, e que deixão de dar-se por os não haver nos Armazéns Reaes, fazem a marcha de todos os trabalhos não seja mais [ilegível] para o futuro, que os Navios mais arruinados se tornem inúteis, e os que estão em melhor estado, dependão de maior despeza e mais tempo [...].<sup>432</sup>

Alguns meses mais tarde, relatava o inspetor:

Entre as repetidas faltas, que diariamente se encontram em Materiaes precisos, para o fabrico, e concerto das embarcações, cujas faltas tornão pouco frutiferas, os Trabalhos de que tenho a honra de ser encarregado, se encontra agora huma, que precisa ser promptamente Remediada. A Fragata Thetis que completa quatro annos que fez o seu fundo se acha agora prompta, a virar de Carena, para o tornar a fazer de novo, para cujo fim precisa-se que nos Armazéns Reaes, entrem 10 duzias de Taboado de Vinhático de 30 a 40 palmos, pois que deste gênero sabe V.Ex.<sup>a</sup> bem, as repetidas vezes que tenho pedido, para as immensas obras que precizarão deste Taboado, e que a pequena porção que tem vindo da Bahia, e Pernambuco, he maior parte em Praxoens que tem levado muito tempo a serrar, foi logo gasto no Convez e Castello da mesma Thetis [...].<sup>433</sup>

Decerto que a madeira era a matéria-prima cujo custo total era o mais elevado na construção naval, pelo que o casco tornava-se, por consequinte, a parte mais cara das embarcações, como Jaime Rodrigues pôde constatar por meio do exame do inventário *post-mortem* de Elias Antonio Lopes, um influente traficante estabelecido no Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XIX. Dentre os bens inventariados, há quatro navios cujos cascos representavam metade ou mais do valor total das respectivas embarcações. Conforme argumenta o autor, “[e]mbora as outras partes fossem feitas de

---

<sup>430</sup> Idem, p.2.

<sup>431</sup> Com a transferência da Corte, em 1808, o Almirante-General da Armada e comandante maior da Marinha portuguesa, Infante D. Pedro Carlos, acha por bem separar institucionalmente as funções de Intendente da Marinha e Inspetor do Arsenal do Rio, nomeando para este último cargo o Chefe de Divisão José Maria de Almeida. Cf. BROTHERHOOD, Karina. “Trabalho e organização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na década de 1820”. *Navigator – Subsídios para a história marítima do Brasil*, v.2 (3), junho 2006, p.9.

<sup>432</sup> GREENHALGH, *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro*, op. cit., pp.113-4.

<sup>433</sup> Idem, *ibidem*, p.114.

metal e o custo total incluísse itens como a artilharia e os escravos-marinheiros [...], só o volume de madeira empregado justificava a importância do casco na composição final de uma embarcação”.<sup>434</sup> Não fosse a comprovada existência das prerrogativas de acesso preferencial da Coroa sobre os recursos madeireiros, este dado poderia, por si só, explicar a crônica escassez de madeira nos arsenais. Como, então, conciliar estas duas constatações?

As arestas são aparadas quando observamos, primeiramente, as diferenças nas relações de poder entre os atores envolvidos na indústria e no comércio madeireiro. Embora fosse extremamente fácil aos funcionários reais achacar e extorquir os (pobres) cortadores (ou lavradores) dos sertões, não o era quando se tratava dos comerciantes, principalmente os grandes negociantes de madeira da capital. Com estes, não se podia simplesmente entrar nas “estâncias” e saquear os estoques em troca de promessas de pagamentos. Em outras palavras, ao se abastecer nos armazéns dos comerciantes, a Coroa tinha que praticar os *preços vigentes no mercado*, como qualquer outro agente econômico. Bulhões relata um caso ocorrido no ano de 1793, quando foi ordenado, pela Coroa, que se prontificassem todas as fortalezas e baterias de defesa da cidade, para o que foi necessário fazerem-se 196 reparos para a montagem das peças de artilharia. Mas, como no Real Trem não houvesse pranchões que chegassem, “foi necessário pela brevidade comprar-se aos negociantes de madeiras por alto preço taboado de costado”. Nesse sentido, é de se esperar que comprar dos comerciantes fosse um expediente amiúde praticado pelos agentes do governo – pelo menos quando se tratava de obras mais emergenciais –, donde se derivavam grandes prejuízos, o que levava Bulhões a sugerir que a Coroa se antecipasse aos mercadores e comprasse as madeiras diretamente dos cortadores (pagando-lhes uma quantia justa), evitando o preço inflacionado praticado nos armazéns da cidade:

As madeiras, que são transportadas por conta e risco dos fabricantes para se venderem neste Porto aos negociantes, chegam sempre por hum preço muito módico respeito à

---

<sup>434</sup> RODRIGUES, “Arquitetura naval”, op. cit., p.91.

aquelle, porque os mesmos negociantes as reputão, e se estes vendem ao povo huma dúzia de taboas de canella preta a razão de 16\$ř, he porque a mesma dúzia lhe ficou posta dentro do seu armazém pelo custo de 8\$ř, e se huma viga he vendida por 4\$ř, he porque lhe custou 2\$ř, de sorte que o negociante quer sempre ganhar cento por cento, e mais se elle pode, e tem occasião de enganar ao comprador. Que melhor economia pode a Real Fazenda fazer, do que comprar por 10, o que o povo compra por 20?<sup>435</sup>

Conquanto se creia neste quadro, as implicações são importantes. Em primeiro lugar, reforça-se ainda mais a hipótese de um “setor” madeireiro reconhecidamente bissegmentado e – o que é a grande novidade – *articulado*, articulação esta largamente derivada da ineficiência das operações estatais de corte encontrada em toda a colônia.<sup>436</sup> Em segundo lugar, descortina-se um cenário no qual a rede captadora particular era ampla e eficiente, o que obrigava o Estado a “concorrer”, de uma certa forma, com os comerciantes de madeiras. Em terceiro lugar, atina-se com a magnitude do poder político destes últimos, capazes de se fazer exceção aos mecanismos de apropriação preferencial dos recursos pelo Estado. No próximo capítulo, terei oportunidade de estudar esses agentes com maior minúcia.

Mas, voltando à questão da escassez de madeira nos armazéns régios, acredito que também ajude a explicá-la a configuração das atribuições no *corpus* administrativo colonial, pelo menos até os últimos anos do século XVIII. Até então, todo e qualquer assunto que dissesse respeito à munição dos “armazéns” régios, fosse qual fosse a origem e a natureza do suprimento (desde dinheiro em espécie proveniente de impostos até pregos para a calafetagem de navios), estava aos cuidados de algum tipo de provedor-mor da fazenda ou do erário – que era, como se já não bastasse, também encarregado de resolver pendengas judiciais. Os problemas que advinham dessa exacerbada concentração de funções podem ser claramente visualizados no comentário do Marquês de Lavradio, que escrevia, em 1779, a D. Luiz de Vasconcelos e Souza, que o sucederia no cargo de vice-rei:

Agora julgue V. Exc. como um homem só com os conhecimentos de direito poderá

<sup>435</sup> BNRJ, Seção de Manuscritos, I-11, 01, 019, pp.11, 16.

<sup>436</sup> Em relação às capitánias nordestinas, ver MILLER, “Merchant shipbuilding in late-colonial Brazil”, op. cit., pp.134-5.

satisfazer as suas obrigações em todas as outras partes, que são alheias do seu estudo e do seu conhecimento, de d'onde vem infallivelmente a conhecer se o quanto há-de ser mal servida aquella repartição, por mais honrados que sejam os desejos do Provedor, e os grandísimos prejuizos que da Real Fazenda de S. M. se seguirão, por ser a maior parte d'estas cousas reguladas por um homem que totalmente as ignora: d'aqui vem que os Provedores se confiam no que lhe dizem os Almojarifes; estes escolhem os generos de que queren desfazer, os commerciantes da sua amizade, fiam-se dos mestres das embarcações, que cada um requer para a sua o que bem lhe parece, e finalmente vem S. M. a fazer grandísimas despezas; e sem embargo d'estas fica muito mal servida, por tudo ser incapaz.<sup>437</sup>

Mais tarde, pelo alvará de 12 de agosto de 1797, criou-se o cargo de Intendente da Marinha em todos os arsenais das capitánias do Brasil, com voto nas juntas de fazenda respectivas.<sup>438</sup> Esta modificação possibilitou que a gestão do suprimento madeireiro ficasse à cargo de um funcionário conhecedor dos processos construtivos que tocavam às necessidades do Estado, principalmente a indústria naval, já que os nomeados para o posto eram altos oficiais da Marinha portuguesa – como o aqui já muitos vezes evocado José Caetano de Lima, que era Chefe de Esquadra.

#### **2.4. O corte das madeiras navais nos “sertões do Macacu”<sup>439</sup>: funcionários reais, proprietários, fabricantes e serradores**

Aqui, antes de qualquer coisa, é preciso fazer uma advertência conceitual de importantes implicações para a descrição que será posteriormente feita, bem como para futuros estudos comparativos inter-regionais. Diga-se logo que a expressão “Corte(s) Real(ais)” eu a não encontrei nas fontes primárias com as quais trabalhei – fato é que ela foi usada nos estudos precedentes, nomeadamente os de Morton e Miller, em cujos corpos documentais aparecem, aqui e ali, os termos “Cortes Reais” ou “Reais Cortes”. “Feitorias” é outro termo que também surge nas fontes referentes às capitánias nordestinas, embora com uma freqüência muito menor.

<sup>437</sup> LAVRADIO, “Relatório do vice-rei do Rio de Janeiro”, op. cit., p.447.

<sup>438</sup> SALGADO, **Fiscais e meirinhos**, op. cit., p.95.

<sup>439</sup> Até o início do século XIX, a faixa mais densamente povoada no litoral atlântico, onde se localizava a cidade do Rio de Janeiro, não excedia vinte quilômetros. Atrás dessa faixa já começava o *sertão*. (Cf. MACHADO, **Gente do Caceribu**, op. cit.). Os “sertões do Macacu”, portanto, eram parte da área muito pouco povoada da Baixada Fluminense, conforme já foi visto no capítulo precedente.

É bom ressaltar que esta última parece constituir, em larga medida, uma idiosincrasia terminológica baiana, donde encontramos o termo na obra de Miller apenas uma vez e quando se faz, exatamente, caso da Bahia.<sup>440</sup> Mais importante do que isso é a adoção incontestada do termo por J. R. do Amaral Lapa no seu clássico *A Bahia e a carreira da Índia*. No capítulo segundo desse texto – inteiramente dedicado às “Feitorias Reais” –, o grande historiador paulista define o que seriam as mesmas, objeto daquela parte da obra. Em primeiro lugar, frisa bem o autor que elas não devem ser confundidas com as feitorias de pau-brasil de tipo quinhentista:

Assim, muitos autores têm incidido em generalizações inaceitáveis, desde que não consideram os diferentes tipos de feitorias, ou pelo menos, as distinções entre a feitoria de pau-brasil nos seus objetivos, localização (simples pontos de escala) e funções e as *feitorias das madeiras de construção naval* [...].<sup>441</sup>

Segundo Lapa, estas se diferenciariam das feitorias de ibirabitinga em três grandes aspectos: (1) a natureza do capital investido, (2) o padrão de distribuição espacial e (3) a mão-de-obra empregada.<sup>442</sup>

Quanto ao primeiro aspecto, note-se que as feitorias de madeiras navais constituíram um genuíno fruto de iniciativas da Coroa portuguesa, não chegando a ser concedidas a agentes privados – como aconteceu com o arrendamento do pau de tinturaria. Caberia lembrar ainda que a negociação levada a cabo pelos gerentes das feitorias navais nunca teve como padrão o escambo ou nenhum tipo de troca direta. Pelo menos em tese – já que a crônica penúria de numerário de que sofria o Erário Régio nem sempre permitia –, todos os pagamentos, fossem eles relativos a força de trabalho, ferramentas ou madeiras cortadas por particulares, deveriam ser feitos com dinheiro da Fazenda Real.

No que tange ao segundo aspecto, as feitorias navais tendiam a fincar lona num sítio bastante próximo às matas a serem exploradas, quando não se embrenhavam

---

<sup>440</sup> MILLER, *Fruitless trees*, op. cit. p.80.

<sup>441</sup> LAPA, *A Bahia e a carreira da Índia*, op. cit., p.38.

<sup>442</sup> Idem, *ibidem*, pp.39-40

dentro das mesmas. Procurava-se, além disso, o estabelecimento à margem dos rios, excelentes vias para o rápido escoamento do produto.

Finalmente, no que toca à mão-de-obra, prevaleceu o trabalho remunerado, tanto naquelas funções cujo conhecimento técnico e/ou empírico era mister – como a marcação das árvores, o corte, a arrumação das toras e o transporte –, bem como o trabalho propriamente braçal, muito embora houvesse, por vezes, a utilização de escravos. Os postos de direção eram entregues a mestres carpinteiros vindos do Reino. Para a supervisão geral de todos os funcionários empregados na feitoria, nomeava-se um administrador, ao qual cabia a gerência de toda a região madeireira compreendida na exploração ligada à construção naval.

Segundo F. W. O. Morton – que, embora tenha trabalhado com um recorte espaço-temporal apenas um pouco menos amplo do que aquele do qual lançou mão Amaral Lapa, utilizou um *corpus* documental bastante diferente<sup>443</sup> –, os Cortes Reais “podem ser vistos como uma variante do familiar padrão de governo colonial brasileiro no qual a Coroa, em troca de lucros e recrutas, legitimava o controle e a exploração do campo pelas elites locais”.<sup>444</sup>

Para Miller, um “corte real” era, simplesmente, “uma operação de madeiramento administrada pela Coroa” (*a royally administered timbering operation*).<sup>445</sup> Acredito que deva ser com base nesta definição a efetuação do teste empírico de sua tese segundo a qual as operações madeireiras régias nunca se estabeleceram firmemente no Rio de Janeiro.<sup>446</sup>

Em primeiro lugar, devo destacar que, na documentação que analisei, os termos

---

<sup>443</sup> Lapa utiliza, sobretudo – e, merece-se dizer, bastante amplamente –, o acervo de manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e, em proporção bem menor, fontes impressas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (*Documentos Históricos e Anais*). Já Morton vasculhou o Arquivo Público do Estado da Bahia e, principalmente, a seção de manuscritos da referida Biblioteca Nacional.

<sup>444</sup> MORTON, F. W. O. “The Royal Timber in late Colonial Bahia”. *Hispanic American Historical Review*, v.58, 1978, p.46.

<sup>445</sup> MILLER, *Fruitless trees*, op. cit., p.38.

<sup>446</sup> MILLER, *Fruitless trees*, op. cit., p.86.

que aparecem são “cortes” ou “cortes de madeiras” – sem o genitivo “real” ou qualquer outro que possa designar a idéia de “relativo à Coroa”. Pois bem: o que seriam, então, estes *cortes*? Na capitania do Rio de Janeiro, os cortes eram operações sistêmicas, mas não-sistemáticas de derrubada, falquejo e transporte de madeira naval sustentadas por recursos públicos e coordenados/administrados por um oficial militar subordinado, até 1798, ao Provedor-mor da Fazenda e, depois disso, ao Intendente Geral da Marinha. É fundamental que dois pontos específicos dessa definição sejam esmiuçados, por se tratarem dos pilares da organização madeireira estatal no Rio: a falta de sistematicidade e a questão da administração dos recursos financeiros.

Quando digo que os cortes fluminenses não eram sistemáticos, quero dizer que *não* havia um aparato burocrático *in loco* com o objetivo de *fornecimento contínuo* de madeira. Não que a demanda por esse material tivesse um caráter esporádico, afinal já vimos como os arsenais da Marinha e do Exército sofriam com sua escassez; refiro-me, antes, ao fato de que a mobilização das pessoas e dos instrumentos de trabalho para a extração das árvores próprias para a construção naval só ocorria a partir de uma ordem superior, fosse do Provedor ou, mais tarde, do Intendente da Marinha. Ao que parece, comparativamente aos seus congêneres nordestinos, o funcionamento dos cortes fluminenses estava muito mais embasado sobre uma rede informal de cumplicidade e favorecimentos, donde se prescindia de mecanismos formal-administrativos mais rigorosos e “transparentes” – o que ajudaria, inclusive, a explicar a falta de documentação sobre essas atividades.

No que toca à questão da administração dos recursos financeiros, os cortes fluminenses não se encaixavam inteiramente na definição de Amaral Lapa, aproximando-se mais daquela proposta por Morton. No Rio, instaurou-se um regime no qual se delegava a responsabilidade de todos os procedimentos madeireiros até o porto fluvial de embarque a um importante fazendeiro local e que também envergava algum posto militar, em geral o de comandante do terço de ordenanças do distrito. No final dos setecentos,



esses administradores dos cortes deveriam, em tese, ser nomeados pelo Conselho do Almirantado, que os recrutaria dentre os componentes do Corpo da Marinha Real, sendo que sua jurisdição e seu soldo seriam análogos aos administradores dos pinhais de Leiria.<sup>447</sup> Na prática, contudo, assim como no caso do sul da Bahia estudado por Morton<sup>448</sup>, esses administradores não ganhavam um salário, mas recebiam dinheiro (algumas vezes em adiantamento) da Provedoria Real para cobrir os custos da compra de instrumentos (foices, machados, serras, etc.) e pagamento da mão-de-obra empregada nas derrubadas, falquejo e transporte terrestre por todo o período necessário à produção prescrita pela Coroa. Liberadas essas quantias em dinheiro, as forças estatais só voltavam a se mobilizar para buscar as peças de madeira já prontas nas docas fluviais. Em suma: diferentemente dos cortes paraibanos, pernambucanos e alagoanos – e, em menor grau, talvez, os baianos –, nos quais havia toda uma estrutura burocrática de gerenciamento direto da área madeireira (composta, além dos administradores, por inspetores, escrivães, almoxarifes e feitores), os cortes fluminenses eram controlados exclusivamente pelos administradores. Atacado, conforme já visto, por Pimentel de Noronha quando da onda regulamentatória dos “Planos”, no período 1799-1800, esse sistema foi defendido por José Caetano de Lima, como se pode comprovar pelo seu discurso ao vice-rei Conde de Rezende:

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor, o meu parecer he, q.~ V.Ex.<sup>a</sup> emcarregue a pessoas de quem faça mais confidencia, os Cortes das Madeiras, pagando-se toda a despeza pelo que for justo, athe o Porto de Embarque, hindo o Bergantim de Sua Alteza Real buscalas, para se evitar o frete, [...]. Respeito a despeza de falquejo, Serrarias, e transporte the o Porto de Embarque, por conta da Real Fazenda, q.~ pôzto isto em pratica, e constante a verdade de q.~ se lhes paga emediatemente, não haverá quem deixe de interessar-se no Real Serviço.<sup>449</sup>

A “justiça” das quantias pagas sem dúvida incluía uma razoável margem de lucro para os administradores, o que justifica a afirmativa de Morton de que tais indivíduos “eram tanto oficiais régios como empresários locais”<sup>450</sup>. Tanto era assim que havia a

<sup>447</sup> LAPA, *A Bahia e a carreira da Índia*, op. cit., p.40.

<sup>448</sup> MORTON, “Royal timber in late colonial Bahia”, op. cit., p.44.

<sup>449</sup> ANRJ, caixa 498, pct. 01.

<sup>450</sup> MORTON, “Royal timber in late colonial Bahia”, op. cit., p.45.

possibilidade dos rurícolas ligados ao administrador especializarem-se na atividade extrativista, tornando-se “fabricantes de madeiras”. Isto se deixa entrever através das queixas de Caetano de Lima acerca das irresponsabilidades administrativas de D. Luiz de Vasconcelos e Souza, o qual, segundo o Intendente, desorganizara o fornecimento de madeiras navais na capitania no período de seu vice-reinado (1779-1790):

Constame q.~ deixarão de vir [madeiras] daqueles Destrictos para esta Cidade, depois q.~ se faltou com os seus devidos pagamentos as partes interessadas, no tempo q.~ Governou este Estado o Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Antecessor de V.Ex.<sup>a</sup>, motivo este porq.~ os q.~ tinham Fabricas de Cortes de Madeiras, as desmancharão, e se occuparão em fazer Engenhos de açúcar, em q.~ tem tirado grandes utilidades.<sup>451</sup>

Visto isso, avancemos para a descrição dos cortes existentes na bacia do Macacu, os quais eram em número de dois: o da “Pope” (ou Posse), localizado na freguesia de Itaboraí, e o da “Papocaya” ou “Collegio”, na freguesia de Santo Antônio de Sá – conforme já foi visto, os mais importantes da capitania do Rio de Janeiro. Distavam as duas lavras florestais entre si 60 quilômetros.<sup>452</sup>

Os mecanismos institucionais acionados nestes cortes podem ser bem visualizados numa carta – já mencionada – de José Caetano de Lima, datada de 1798 e possivelmente endereçada ao vice-rei. Nela, o intendente participa o que, para ele, era o melhor e mais rápido modo de obtenção das madeiras, que era enviar

*hùm Mestre Carpintr.<sup>o</sup> inteligente e hùm official da Intendência autorizado e com dinheiro para logo as pagar. Sendo assim virão mais baratas pouco mais ou menos vinte por cento, sendo os donos obrigados apór as rreferidas Madeiras com abrevidade pocivel no Porto da Vila, p<sup>a</sup> dahy se transportar para esta Cidade.*

*Por outro modo indo o dito Mestre pelos dous Rios marcar todos os Paus capazes de Servir, e tomar os Números dos ditos e conhecimento de Seus donos, e depois o Official que lá Seacha em Carregado, ou outro que for ao Corte das Madeiras, lhe intime ordem de V.Ex.<sup>ca</sup> para que emediatemente os Referidos donos os mandem conduzir para esta Cidade, e venhão receber o seu produto fazendo-se-lhe certo a saptisfação com dinheiro a vista.*

*E no cazo de não haver naqueles Rios ou Matos as Madeiras que sepercizão, e se a V.Ex.<sup>ca</sup> lhe parecer mandar Ordem para que Seapene os Mateiros que costumão fazer Madeiras, para que Seachem nos Matos mais vezinhos adonde o Mestre detreminar, para sedar a execução as referidas madeiras, de baixo do alinhamento e medidas do Mestre, e para o bom exzeto mandar dinheiro para se pagar aos ditos Mateiros, que sendo assim me em formão que com mais pontualidade seapromptará tudo, vendo o dinheiro logo na sua*

<sup>451</sup> ANRJ, caixa 498, pct. 01.

<sup>452</sup> ANRJ, caixa 498, pct. 01.

*mão*.<sup>453</sup>

E, caso não fossem encontradas, nestes rincões, as madeiras adequadas para o falquejo de “Espaldõens, Mãos de Sinta, e Caximbos”, deveria ir o Mestre Carpinteiro às matas da Posse de modo a “fazer Corte nas Madeiras de Paroba, levando gente para o dito Corte”. Para se fazer “esta de Ligencia com mais brevidade”, seria de grande adianto “Levar *Portaria de V.Ex.<sup>ca</sup>* para em virtude dela lhe darem os moradores da queles Lugares, todo o auxilio necessario”.<sup>454</sup>

Confirma-se, aqui, de forma patente, para o caso específico da bacia do Macacu, o que antes víramos ser sugerido, de uma maneira genérica relativamente à capitania do Rio de Janeiro, pelo relato de Rangel de Bulhões e pelo comentário do intendente Caetano de Lima ao *Plano* sugerido por Pimentel de Noronha: que as madeiras cortadas de árvores enraizadas em terras particulares deviam ser pagas, ou seja, *a propriedade privada das madeiras era reconhecida*; elas tinham *donos* que deviam ser recompensados com uma quantia em *dinheiro*, senão no próprio momento da retirada da madeira – o que agilizava enormemente o processo ao estimular a cooperação dos proprietários –, pelo menos de forma não-parcelada quando da visita do produtor ao arsenal. Dean fala sobre a necessidade dessas viagens à capital por parte dos madeireiros – e dos constrangimentos dela derivados –, embora o motivo, para o dito historiador, fosse a requisição de uma licença para o corte das “madeiras-de-lei”.<sup>455</sup> Apesar da semelhança formal, esses dois tipos de procedimentos parecem-me muito diferentes do ponto de vista institucional. Enquanto ir até a sede do poder estatal para pedir autorização para apropriar-se de um bem que jaz em terras suas configura-se como o reconhecimento de que aquele bem não é seu, fazer o mesmo para receber um valor monetário que lhe é devido significa exatamente o contrário.

Quando recomenda o “tomar-se o *conhecimento* dos donos dos paus”, Caetano

---

<sup>453</sup> Idem, grifo meu.

<sup>454</sup> Idem.

<sup>455</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.153.

de Lima talvez esteja se referindo a um instrumento legal que Frédéric Mauro qualificou de essencial, num outro contexto. O “conhecimento” – explica-nos o historiador francês, tendo como referência a transação oceânica de pau-brasil no século XVII – era uma espécie de “bilhete de identidade da mercadoria”:

O seu objectivo é provar à administração que entrega o conhecimento que a madeira foi mesmo carregada no barco. Inversamente, à chegada do barco a um porto de Portugal, preenchem-se certificados de descarga, que o juiz da Alfândega tem que mandar ao Conselho da Fazenda com os conhecimentos, para ver se uns correspondem aos outros.<sup>456</sup>

É possível que o significado jurídico-legal do “conhecimento” tenha se transformado ao longo do tempo, adaptando-se às mais variadas condições do comércio madeireiro interno em geral. Conjeturando nesse sentido, o “conhecimento” seria o registro das madeiras retiradas das terras particulares pelos oficiais da Coroa que garantiriam, quando da ida do proprietário ao arsenal, o pagamento das mercadorias.

A recomendação de se carregar uma “portaria” indica que esses proprietários das florestas podiam criar – e é muito provável que freqüentemente criassem – muitos problemas aos oficiais da Coroa encarregados dos cortes. Sem documento do vice-rei e – o que era muito mais importante – sem dinheiro, a possibilidade dos capatazes do arsenal voltarem de mãos abanando era grande. É de imaginar-se que se tenha chegado a esse estado de coisas por meio de um ajustamento e aprendizado histórico relativamente grande e que muito devia à situação da capitania fluminense como uma porção do espaço colonial onde o direito florestal sempre foi muito mais modelado pelo jogo dos interesses privados do que pela letra da legislação metropolitana.

Outro ponto a ser ressaltado – e que, com efeito, também se faz presente no relato de Bulhões – é a questão do menor preço conseguido quando da compra direta aos cortadores, embora a redução seja bem menor do que aquela afirmada pelo engenheiro militar (20 contra 50 por cento).

Passemos, então, à descrição dos dois cortes. Estabelecido desde o final de

---

<sup>456</sup> MAURO, Portugal, o Brasil e o Atlântico, op. cit., p.185.

1798, o Corte Real da Posse objetivava tão somente a extração das perobas, “as quaes se achão unicamente naquella mata, e em outras que ficão mais pelo interior do Sertão”<sup>457</sup>. A exploração e armazenamento dessas “preciozas Madeiras”, contudo, fazia-se de modo muito descuidado: as toras encontravam-se “expostas a tanto tempo ao rigor do sol e chuvas, e algumas já metidas em xarcos d’agoa, a onde se devem necessariamente deteriorar”. O panorama do Corte, em meados de 1799, pode ser visualizado por meio da tabela 2.1. Ao tempo que foi vistoriado por José Caetano de Lima e Diogo Toledo de Lara Ordonhes, em julho de 1800, o Corte da Posse havia enviado para os armazéns reais apenas vinte peças de

Fonte: ANRJ, caixa 498, pct. 01.

madeira, sendo que outras quarenta e três ainda permaneciam sendo falquejadas dentro da mata.<sup>458</sup>

---

<sup>457</sup> ANRJ, código 67, v.26, fl.71.

<sup>458</sup> Idem, fl.73.

**Tabela 2.1. Madeiras que se achavam prontas até o fim do mês de junho de 1799, no Corte Real da Posse (Itaboraí).**

**(1) Tirada no Mato para o Caminho**

| <i>Tipo de peça</i> | <i>Quantidade</i> |
|---------------------|-------------------|
| Primeiros Braços    | 16                |
| Segundos Braços     | 14                |
| Enchimentos         | 1                 |
| Curvas              | 15                |
| Soma                | 46                |

**(2) Feita no Mato**

| <i>Tipo de peça</i>           | <i>Quantidade</i> |
|-------------------------------|-------------------|
| Primeiros Braços              | 5                 |
| Segundos Braços               | 3                 |
| Terceiros Braços              | 1                 |
| Capelos                       | 1                 |
| Curvas                        | 3                 |
| Paus para gasto do Arsenal    | 1                 |
| Sintas para gastos do Arsenal | 1                 |
| Soma Total                    | 61                |

Faziam-se esses cortes de madeiras nas terras pertencentes ao Capitão João Coutinho Pereira, que as adquiriu, em 1778, com o objetivo de construir um engenho açucareiro.<sup>459</sup> Coutinho Pereira gozava de muito boa reputação junto ao Intendente da Marinha, que muito se impressionou com o grande afinco com que o dito capitão engajava-se nas atividades madeireiras régias quando da sua inspeção do local, em julho de 1800. Assim se expressou o Intendente ao relatar tais observações ao ministro D.

Rodrigo de Souza Coutinho:

Não me posso dispençar de fazer ciente a V.Ex.<sup>a</sup> das boas qualidades que encontrei no Capitão de Milicias [...] João Coutinho Pereira, no Citio da Posse, e se todos os Senhores de Engenho se entereçassem com tanto zelo e actividade no Real Serviço não haveria tantas dificuldades em aparecerem Juntas de Bois para puxarem os paos ao Porto de Embarque, este Capitão está sempre prompto com os seus Bois e Escravos gratuitamente para puxarem os paos que estão prompts dentro do Mato, para o Caminho de Carro, vindo alguns da Serra, e de bem longe, em que emprega muita gente: Tendo em sua Caza os mestres que alli se empregão, e tudo faz com m.<sup>ta</sup> satisfação e com grande desejo de servir ao Príncipe Regente Nosso Senhor.<sup>460</sup>

É de se esperar que esta imensa boa vontade não fosse dispensada desinteressadamente. Como bem mostra a mais recente historiografia colonial, o

<sup>459</sup> LAVRADIO, “Relação – parte II”, op. cit., p.302.

<sup>460</sup> ANRJ, códice 67, v.26, fl.69-70.

interesse em se fazer notar como um vassalo prestimoso ao rei era onipresente entre os membros da elite agrária ultramarina, de olhos sempre gordos sobre as tão valiosas mercês concedidas pela Coroa – muito embora este não fosse o comportamento mais comum quando se tratava especificamente da voluntariedade para o transporte das madeiras-de-lei. De ordinário, verificava-se exatamente o oposto, ou seja, a procura por fugir desses encargos, tão pesados e onerosos que eram, principalmente nas épocas de moagem da cana-de-açúcar. Interpelados por funcionários régios, os fazendeiros, naturalmente, mostravam-se solícitos e dispostos a conduzir “hum ou dous paos”, mas sempre com a condição de que essa tarefa “compreendesse a todos, e se fizesse com igualdade, sem excessão”.<sup>461</sup> Reconhecendo a pertinência de tais reclamações, José Caetano de Lima e Diogo Toledo de Lara Ordonhes recomendam ao vice-rei a feitura de um “mappa [...] onde estejam descriptos todos os Senhores de Engenho do dito Destricto” através do qual um oficial da tropa regular possa controlar a distribuição dos encargos, fazendo com que

aqueles dos ditos Snr<sup>es</sup> de Engenho que ainda não tiverem feito conduzir as Madeiras, para que em dias certos mandem para o transporte dos páos, que a cada hum tocar, as juntas de bois, e carros competentes, concorrendo sempre os de dous diferentes donos, no mesmo dia, para se coadjuvarem nas passagens difficeis de todo o caminho, e hirem em boa ordem, debaixo da direcção de hum soldado pago, ou de Milicias, que possa cumprir bem com o seu dever.<sup>462</sup>

Esse tipo de problema viria a ser uma constante ao longo da década que se abria: notícias de dificuldades na persuasão dos senhores de engenho a emprestar seus bois para o transporte de madeira repetem-se para os anos de 1805 e 1806.<sup>463</sup>

O corte da Posse era administrado pelo mestre-carpinteiro do Arsenal de Marinha, o senhor Agostinho José de Lima. Tendo sido um dos primeiros mestres-

---

<sup>461</sup> Idem, fl.71.

<sup>462</sup> Idem, fl.72.

<sup>463</sup> BROWN, “Urban growth, economic expansion, and deforestation”, op. cit., p.167.

carpinteiros vindos da metrópole para trabalhar na ribeira fluminense<sup>464</sup>, era oficial de grande habilidade e que sempre gozou de grande prestígio junto às autoridades navais. Coisa da qual não gozava, contudo, era boa saúde: com idade já relativamente avançada para a época (devia contar lá seus cinqüenta e muitos anos) e dono de uma generosa silhueta, José de Lima sofria freqüentes ataques de *erisipela* – uma infecção epidérmica originada a partir de lesões causadas por fungos entre os dedos dos pés (as famosas frieiras), arranhões na pele, bolhas, cortes de calos ou cutículas e coçaduras de picadas de insetos –, enfermidade que o impedia de permanecer por muito nos matos de Itaboraí. Em razão disso, muito mais presente fazia-se um seu subordinado (cujo nome não consegui descobrir), que ficava, então, incumbido de fazer descer as madeiras falquejadas para a estrada e ordenar o seu transporte.<sup>465</sup>

José de Lima vinha encontrando, ao longo de todo o primeiro semestre de 1799, muitas dificuldades para a arregimentação de mão-de-obra, o que se refletia nos grandes atrasos em que incorriam os trabalhos no corte. Das 800 peças que constavam no planejamento inicial, apenas 61 estavam prontas ao final de junho (ver tabela 3.1) – fato que envergonhava sobremaneira o velho mestre-carapina português e, sem dúvida, constituiu um estímulo decisivo para a visita das autoridades florestais em meados do ano seguinte. Em 2 de julho, o mestre da ribeira remete carta ao Intendente Naval, lamentando-se profundamente do fraquíssimo desempenho conseguido até então e pedindo auxílio para a fixação dos lavradores florestais, com os quais reconhecia não conseguir estabelecer um bom relacionamento:

[...] é gente q.<sup>e</sup> eu me não entendo con ela, largão o trabalho e auzentão-se, thé quando lhe parecem, chego a ficar alguns dias só con dous ou tres [...]. tenho dado parte ao Coronel q.<sup>e</sup> tem ordem de S.Ex.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> me dar as providencias neceçarias, este as encarrega ao Cap.<sup>ão</sup> Mandante, o qual determinando aos Capitans das Conpanhias p.<sup>a</sup> fazerem vir estes omens, lhe respondem q.<sup>e</sup> eles se auzentão p.<sup>a</sup> partes onde se não podem descobrir, dei lhe outra Relação de dezoito omens de novo, e logo fes conq.<sup>e</sup> viessem nove, e mos mandou entregar, mandando-os eu p.<sup>a</sup> o Ranxo p.<sup>a</sup> trabalharem no outro dia, todos se auzentarão

<sup>464</sup> Refiro ao Arsenal de Marinha, construído em 1763. É claro que, antes disso, já haviam vindo inúmeros carapinas portuguesas para o Brasil, pelo menos desde meados do século XVII, principalmente para a ribeira de Salvador.

<sup>465</sup> ANRJ, código 67, v.26, fl.74.



sem ficar nenhum, dei parte já desta novidade ao dito Cap.<sup>ão</sup> Mandante, ficou de ele peçoalm.<sup>te</sup> no outro dia ir, ao destrito onde eles assistem, p.<sup>a</sup> fazer conq.<sup>e</sup> eles venhão com mais brevidade: V.S. muito bem sabe q.<sup>e</sup> estes omens ganhão a seco e comem deste seu jornal, V.S. queira se lembrar deles q.<sup>e</sup> ass vendas por cá já não querem fiar os mantimentos, a fim de os poder animar ao trabalho [...].<sup>466</sup>

Com o dinheiro ganho nos cortes, esses trabalhadores compravam, nas vendas e tavernas locais, tudo o que precisavam para o uso e sustento diário seu e da sua família: alimentos, peças de roupa, pólvora, chumbo e outros utensílios, como facas e tesouras. Embora se use, aqui, o termo *jornal*, o que de fato ocorria era a prática do pagamento semanal, geralmente efetuado aos sábados, configurando o que se chamava, à época, de *feria*.<sup>467</sup> Era muito comum o estabelecimento de “contas” semanais nas tavernas, o que se baseava na confiança – tanto por parte do trabalhador como do vendeiro – do pagamento do salário pelo administrador do corte. Ao garantir o acesso aos bens necessários à sobrevivência, a instituição do crédito era um elemento essencial na criação de uma interdependência entre os vendeiros e seus clientes e, conseqüentemente, na reiteração dos laços que teciam uma rede social mais ampla abarcando os lavradores florestais, os vendeiros e a Coroa – que alimentava o sistema com liquidez. Ao não cumprir seus compromissos de empregadora, a Coroa então freqüentemente corroia esses laços, o que acabava por tornar cada vez mais difícil encontrar indivíduos dispostos a correr o risco.

Muito difícil é traçar o perfil social desses indivíduos empregados no corte. Não há disponibilidade de fontes que comuniquem a composição étnica desses grupos como aquelas dos quais lançou mão Miller para o estudo dos cortes paraibanos.<sup>468</sup> A julgar pelo apelo recorrente à *deserção* como demonstração de descontentamento em relação aos salários baixos e sempre atrasados, poder-se-ia supor que se tratasse de trabalhadores

---

<sup>466</sup> ANRJ, caixa 498, pct. 01.

<sup>467</sup> Idem. No dicionário de Bluteau (*Vocabulario Portuguez & Latino*, Lisboa, 1720), a *feria* é definida como “[o] jornal dos officiaes, que trabalharão nos dias de semana”.

<sup>468</sup> MILLER, *Fruitless trees*, op. cit., p.113.

de origem indígena.<sup>469</sup> O corte e preparo de madeiras, primeiro serviço prestado pelos indígenas à então sociedade neo-européia em formação, manter-se-ia até o século XIX, tanto no setor particular quanto no público. Boa parte do corte, transporte e preparo do madeiramento, da carpintaria, mastreação, etc. realizados nas diversas oficinas navais repousava sobre o trabalho dos “índios públicos” – gente escravizada em virtude do quinto régio ou concentrada nos aldeamentos. Estes tiveram um papel central, proporcionando um espaço importante para a re-configuração das identidades indígenas ao longo do período colonial.<sup>470</sup> “Não é de admirar”, argumenta Dean,

que grupos tribais que haviam sido assentados em aldeias fossem capazes de se integrar no comércio como lenhadores. Inteiramente familiarizados com o terreno, eram especializados no reconhecimento das espécies de árvore e estavam dispostos a trabalhar em tarefas ocasionais e sem supervisão. Tornavam-se também serradores; na verdade, especializavam-se nesta arte.<sup>471</sup>

Neste sentido, não surpreende o fato de que se tenham acirrado os conflitos entre os setores madeireiros estatal e privado pela utilização da força de trabalho barata e qualificada dos índios após a expulsão dos jesuítas, em 1759.<sup>472</sup>

Outro indício que reforça a hipótese de que os trabalhadores dos cortes navais eram mamelucos “indigenizados” é o relato do mestre carpinteiro de que os tais empregados freqüentemente refugiavam-se em “outro distrito”. Embora a vila de São José d’El-Rei, um antigo aldeamento jesuítico, tivesse sua sede localizada mais próxima do centro nervoso do ecúmeno neo-europeu (na freguesia de Itambi), parece que os cerca de 430 aldeados (contados em 1797)<sup>473</sup> gozavam ainda do direito a terras nos

---

<sup>469</sup> De acordo com Miller, “flight was their most common expression of distaste for poor work conditions or pay”. MILLER, op. cit., p.108-9.

<sup>470</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p.197; ALMEIDA, **Metamorfoses indígenas**, op. cit., p.202; MONTEIRO, John M. “Entre o etnocídio e a etnogênese: identidades indígenas coloniais”. In: C. FAUSTO e J.M. MONTEIRO (orgs.), **Tempos índios: histórias e narrativas do Novo Mundo**. Lisboa: Assírio e Alvim, no prelo.

<sup>471</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., pp.180-1.

<sup>472</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.109-10.

<sup>473</sup> *Descrição*, op. cit., cap.9. O autor desse documento, contudo, não identifica, dentre os empregos produtivos dessas gentes, o extrativismo madeireiro; cita-se, por outro lado, a lavoura, a pescaria e o artesanato (balaios, esteiras e outros instrumentos de palha, bem como taquaras).

sertões do rio Guapiaçu: o relatório do mestre de campo Alexandre Álvares Duarte e Azevedo assinala uma sesmaria de uma légua por meia (18 quilômetros quadrados) “pertencente aos Índios” naqueles rincões, terras estas que ainda achavam-se por ser cultivadas.<sup>474</sup> Por força essas áreas incultas não eram utilizadas livremente pelos aldeados, nem muito menos em seu benefício; há relatos de práticas de extorsão de força de trabalho envolvendo a exploração de madeira. Em 1779, o capitão-mor João Baptista da Costa encaminhou à rainha Dona Maria I um detalhado relatório contendo graves denúncias contra o desembargador Manoel Francisco da Veiga e o diretor da aldeia, Feliciano Joaquim de Souza. No referido documento, eles eram acusados de obrigar os aldeados a roubar madeira em matas alheias. Segundo o denunciante, cada índio produzia dez feixes de lenha por dia, os quais eram vendidos na cidade, ficando o dinheiro com o diretor do aldeamento.<sup>475</sup> Perante a acusação – que parece ter se mostrado procedente –, o diretor foi, então, destituído do cargo, sendo substituído, naquele mesmo ano, por um seu antigo subordinado, Leonel Antonio de Almeida.<sup>476</sup>

Por outro lado, não devemos idealizar o papel do elemento cultural indígena na caracterização dessas populações trabalhadoras florestais. Muito da herança nativo foi exterminada com os seus possuidores antes que pudesse ser transmitida, e o conhecimento disponível era transmitido com muita dificuldade. Com o tempo, as reduções missionárias perderam sua identidade e se fundiram com o restante dos assentamentos mestiços pauperizados.<sup>477</sup> Os quase dois séculos e meio transcorridos desde os primeiros contatos inter-étnicos haviam produzido um largo contingente de mamelucos pobres que viviam de pequenos trabalhos florestais, instrumentalizando fragmentos de “saberes tradicionais” no contexto abrangente de uma moderna economia

---

<sup>474</sup> LAVRADIO, “Relatório – parte II”, op. cit., p.294.

<sup>475</sup> CAVALCANTI, **O Rio de Janeiro setecentista**, op. cit., p.113.

<sup>476</sup> *Discrição*, op. cit., cap.9.

<sup>477</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., pp.83, 88, 134.

de troca.<sup>478</sup> Grande parte da etnonímia usada pelos atores de então incorporava o reconhecimento desses setores de articulação social; *caipira*, por exemplo, um termo tupi pejorativo, significava, segundo Dean, “lenhador da floresta”.<sup>479</sup>

Da raiz da serra desciam as madeiras já falquejadas até o local de embarque, situado um pouco abaixo do Porto das Caixas, percorrendo a exorbitante distância de 27 quilômetros de “caminho de carro”.<sup>480</sup> Empenhavam-se, à época, o Capitão João Coutinho e o Mestre José de Lima para atalhar o itinerário terrestre das madeiras. Seu plano era abrir um novo caminho – cuja feitura demandaria o trabalho de oito pessoas ao longo de meio dia – que passaria por umas matas virgens pertencentes ao próprio João Coutinho e por uma parte das capoeiras de Manoel Vieira Vitela e dos herdeiros de Manoel Gomes da Silva, levando diretamente ao rio Mutuapira, com o que se diminuiria a distância a ser vencida em mais de três quilômetros. Além disso, planejava-se a construção de quatro ou seis carretões calçados de ferro – o qual precisaria ser enviado ao mestre José de Lima – para a condução das madeiras.<sup>481</sup>

O carregamento era recebido, no porto de embarque, pelo Tenente-Coronel de Milícias José da Costa Barreiros, proprietário do mesmo. Como os portos eram privados – em razão das terras doadas como sesmarias incluírem os corpos de água<sup>482</sup> –, os oficiais militares possuidores de docas fluviais eram naturalmente privilegiados na conformação do itinerário das madeiras régias; faziam, também, muito freqüentemente, o papel de negociantes, comprando a madeira dos cortadores locais e vendendo-as na cidade. A toponímia local guarda, até hoje, resquícios deste processo de

---

<sup>478</sup> Este é o ponto central do conceito de “sociedade neo-tradicional”, algo que discutirei no próximo capítulo.

<sup>479</sup> DEAN, op. cit., p.119.

<sup>480</sup> Este dado parece estar de acordo com o padrão dos cortes de madeiras navais de fins dos setecentos: se em áreas de ocupação antiga, como Iguape (capitania de São Paulo), não havia mais árvores apropriadas num raio de 60 quilômetros da barra, em outras, de ocupação mais recente – mormente áreas que se abriam como fronteira agrícola –, como o distrito fluminense de Campos dos Goitacazes, as toras tinham de ser arrastadas de três a nove quilômetros até a costa. Cf. DEAN, op. cit., p.152.

<sup>481</sup> ANRJ, código 67, v.26, fls.72 e 74.

<sup>482</sup> FRIDMAN, **Donos do Rio em nome do rei**, op. cit., p.84-5.

comercialização, como pode ser comprovado por denominações como “Porto Tabuado”.

O acúmulo de águas e sedimentos nas porções mais baixas da paisagem – um problema onipresente na história das relações homem-meio na Baixada Fluminense<sup>483</sup> – tendia a se agravar com o aumento da retirada da cobertura florestal, na medida em que elevava o aporte de matéria orgânica na vazão dos rios. A navegação pelo rio das Caixas e pelo rio Caceribu encontrava-se freqüentemente embaraçada pela presença de grande quantidade de lodo e galhada grossa.<sup>484</sup> Estudos geomorfológicos atuais mostram que os detritos lenhosos depositados no leito do rio influenciam significativamente na morfologia fluvial, no processo de transporte, armazenamento e seleção de sedimento de fundo, bem como no gradiente do canal.<sup>485</sup>

Outra dificuldade que se apresentava ao transporte fluvial das madeiras era a densidade da mata ciliar, que atrapalhava a atracação das embarcações nas margens dos rios. Caetano de Lima e Diogo Ordonhes contam que “o Mestre do Barco q.<sup>e</sup> alli foi tomar os vinte paos [acima referidos], achou o Rio das Caixas embaraçado de Arvores por hũa parte das suas margens, que difficultão a Navegação”. A solução por eles encontrada não foi das mais inteligentes, já que facilitava ainda mais o assoreamento, suscetibilizando os solos marginais à erosão: “pode o mesmo Tenente Coronel [José da Costa Barreiros], a quem pertencia hũa porção das mesmas margens, ser incumbido de mandar cortar as ditas arvores, quanto baste, para ficar a passagem livre para Barcos grandes”.<sup>486</sup>

Como se aproximava a primavera – época em que as árvores produzem matéria

---

<sup>483</sup> GEIGER, Pedro P.; SANTOS, Ruth L. “Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense”. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, v.8, 1955, p.132.

<sup>484</sup> ANRJ, código 67, v.26, fl.74.

<sup>485</sup> Ver, entre outros, MARSTON, R. A. “The geomorphic significance of log steps in forest streams”. *Annals of the Association of American Geographers*, v.72, 1982, pp.99-108; HOGAN, D. L. “The influence of large organic debris on channel recovery in the Queens Charlotte Islands, British Columbia, Canada”. In: *Erosion and Sedimentation in the Pacific Rim*. Salem-OR: Capital City Graphics, 1987; THOMPSON, D. M. “The effects of large organic debris on sediment processes and stream morphology in Vermont”. *Geomorphology*, v.11, 1995, pp.235-44. Recentemente, todo um volume da revista *Geomorphology* (51) foi dedicado a esta temática.

<sup>486</sup> ANRJ, código 67, v.26, fl.73.

orgânica muito mais intensamente, necessitando, por isso, de mais seiva (ou “suco vegetante”, expressão corrente nos setecentos), o que torna tal período pouco adequado para a extração das madeiras<sup>487</sup> –, Caetano de Lima e Diogo Ordonhes ordenaram que se cessassem os cortes. Havia, além do mais, já muita árvore torada que, à espera do falquejo, ficava exposta às “injúrias do tempo”. Para evitar desperdícios, e de acordo com a orientação passada pelo ministro Souza Coutinho, em 1797 (já vista no capítulo precedente), ordenaram também que se aproveitassem partes periféricas e menores das perobas, principalmente as raízes:

[...] hé muito precizo, e muito conveniente, não fazer os costumados desperdiços de tão precioza Madeira; que já se vai fazendo rara; e por isso ordenamos igualmente em nome de V.Ex.<sup>a</sup> ao dito Mestre Agostinho, que aproveitasse em curvas de diversas dimenssoens, as mais grossas e bellas raízes das Parobas, que se elevam horizontalmente sobre a terra, assim como para outras differentes pessas, os restos dos Troncos, e os galhos mais corpulentos, e por q<sup>o</sup> tudo servia vantajozamente para a Construção Naval, ao menos para a que se faiz no Arsenal desta Cidade, como he notoriamente claro: o que tudo produzirá hua grande quantidade de bellas Madeiras, ainda que de menores construçoens pois que se tem cortado grande numero destas Arvores Colossaes.<sup>488</sup>

O corte de Papocaya, por sua vez, era realizado nas terras de Antônio de Oliveira Braga e que haviam pertencido, anteriormente, aos jesuítas – donde provinha sua denominação alternativa, “Fazenda do Colégio”. Localizada, provavelmente, na margem esquerda do Macacu, entre os rios Jaguari e das Pedras, esta grande fazenda constituiu-se apartando-se das terras da antiga Aldeia de São Barnabé, sobre a qual já tive o oportunidade de discorrer. Tentaram-se ali implantar a criação de gado e a policultura, atividades habituais às fazendas jesuíticas; verificando-se, contudo, com a experiência, que o solo prestava-se excepcionalmente bem ao cultivo da mandioca,

---

<sup>487</sup> O problema das “madeiras verdes”, esclarece o intendente José Caetano de Lima, é que “depois q.~ se seca abrem as costuras, perdece o Calafeto, em consequencia fazem os Navios agoa, apodrecem os Madeiros, e tudo he contra a Real Faz.<sup>da</sup>, e a Nau ou Fragata, fica neste tempo de demora imopecelitada de dar Comboy se vier para esse fim ou de agordar a Costa se for esse o seo destino, e a Tripulação vencendo Comodorias e Soldos”. ANRJ, caixa 498, pct. 01. Balthazar da Silva Lisboa, que muito estudou a “physica dos bosques” nas brenhas da Serra dos Órgãos nos últimos anos da década de 1780, dá a receita do procedimento acertado de corte: “a experiencia confirma ser somente quando as arvores estão com o fructo maduro, he que cumpre nos minguanes da lua serem derribadas, tendo sido dous annos descascadas, na occasião da abundancia do succo, que tem o nome de seva, porque então morrendo pouco a pouco, se converte o entre casco em pão perfeito; não rachão, as madeiras que conservão deseccadas proporcionalmente a sua boa qualidade”. LISBOA, **Anais do Rio de Janeiro**, tomo IV, op. cit., pp.152-3.

<sup>488</sup> ANRJ, código 67, v.26, fls.73-4.

especializou-se então como fabricante de farinha, chegando a figurar como a mais importante fazenda do Colégio neste gênero de produção. Em 1757, empregavam-se nesses trabalhos 223 escravos, 117 bois e 20 cavalos.<sup>489</sup>

As grandes matas dessa fazenda haviam sido deixadas “quase intactas” pelos padres da Companhia. Isto é confirmado pela distância máxima alcançada entre os locais de extração e o rio Macacu – aonde os toros eram amarrados às extremidades das canoas e levados até a confluência com o Guapiaçu –, “apenas” uma légua (seis quilômetros)<sup>490</sup>, indicando uma relativamente pequena fragmentação do tecido florestal nesta área. É razoável imaginarmos que a estreita aproximação conseguida pelos religiosos dessa corporação ao universo indígena, tanto no sentido sócio-cultural quanto no sentido ecológico-material – isto é, de conhecimento dos usos da natureza local – tenha desempenhado papel decisivo na modelagem de uma atitude mais circunspeta no gerenciamento dos recursos florestais.<sup>491</sup> Não obstante, talvez mais importante do que isto fosse uma estratégia de “pousio social” das terras peri-urbanas: a expansão das lavouras de exportação em direção ao Recôncavo certamente influenciava o cálculo econômico-ambiental dos padres.<sup>492</sup>

Quando da expulsão dos jesuítas – sacramentada juridicamente pelo Marquês de Pombal, em 1759, e efetivada no ano seguinte –, a fazenda de Papocaya foi, então, confiscada, passando às mãos da Coroa.<sup>493</sup> Essa extensão de terras – como todos os demais bens da dita companhia – foi, posteriormente, vendida em hasta pública. É possível que esta alienação se tenha feito já com cláusula referente às prerrogativas

---

<sup>489</sup> SERAFIM LEITE, S. I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p.114.

<sup>490</sup> ANRJ, códice 67, v.26, fl.74.

<sup>491</sup> Isto não quer dizer que não houvesse, por parte dos jesuítas, um esforço particular no sentido de desenvolver a exploração madeireira. Serradores, carpinteiros, entalhadores, embutidores, marceneiros, tanoeiros e torneiros eram ofícios regularmente exercidos entre os padres e irmãos, que também os ensinavam os nativos que catequizavam. Cf. SERAFIM LEITE, S. I. **Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Lisboa: Edições Brotéria, 1956, pp.23-6, 44-7.

<sup>492</sup> FERREIRA, João da Costa. **A cidade do Rio de Janeiro e seu termo: ensaio urbanológico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933, pp.129-30.

<sup>493</sup> MAIA FORTE, “Vilas fluminenses desaparecidas”, op. cit., p.41.

régias para o estabelecimento do corte naval ou mesmo com o próprio já em funcionamento, embora as chances fossem pequenas. Não consegui apurar quando se deu o leilão nem se o arrematante foi Oliveira Braga. Pode não ter sido este o caso, com Oliveira Braga tendo comprado-a posteriormente, inteira ou parcelada. Reforçadores dessa última hipótese são os fatos de que a relação do Marquês de Lavradio, de 1778, não menciona a graça do dito homem e o relato de John Luccock de que, em 1816, menciona uma outra propriedade que também havia pertencido aos jesuítas e que, por sua descrição, não parece ser a que fora, outrora, de Oliveira Braga, inclusive pela sua localização.<sup>494</sup>

Certo mesmo é que a lista nominativa anexa à *Discripção*, de 1797, indica que Oliveira Braga possuía 39,6 quilômetros quadrados de terras, unidade agrária categorizada, no referido documento, como “engenho de açúcar”. Proprietário de um extenso plantel de negros (eram 106 adultos, sendo 44 homens e 62 mulheres), sua produção agrícola elevava-se ao ponto de colocá-lo entre as cinco maiores fazendeiros do distrito: 1.300 arrobas de açúcar, 19 pipas de aguardente, 400 alqueires de farinha, 20 alqueires de feijão, 80 alqueires de arroz e 20 alqueires de milho. Seu rebanho de gado vacuum, o maior da região macacuana, compunha-se de 100 bois, 60 vacas e 20 novilhos; além disso, viviam em seus currais quatro cavalos, 40 bestas e quatro poldros. Desprezando-se a hipótese da precedência jurídica, talvez o poderio de Oliveira Braga em termos de animais de tração – mais do que a riqueza botânica de suas terras – é que tenha influenciado decisivamente na escolha de suas matas para a instalação do corte.

O corte era administrado pelo Alferes Antônio de Amorim Lima que, segundo já se disse, era o maior senhor de engenho da freguesia vizinha de Guapimirim, possuindo também um porto. Filho mais velho de Domingos de Amorim Lima e Maria da Conceição, Antônio parece ter herdado, provavelmente no começo da década de 1760, a maior e mais bem estabelecida porção da grande propriedade que pertencia a seu pai – aquela

---

<sup>494</sup> LUCCOCK, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, op. cit., p.232.



na qual se encontrava instalado o moinho –, onde residia com sua irmã solteira, em 1778. Para sua mãe, o patriarca Domingos deixou o sertão da fazenda, localizado já na freguesia de Santo Antônio de Sá, então fronteira florestal do distrito, onde foi construída nova aparelhagem para o fabrico do açúcar e da aguardente.<sup>495</sup> Seus outros dois irmãos mais novos, José e Francisco (figurantes na lista nominativa de 1797 como lavradores sem terra), provavelmente já estavam estabelecidos em uma das duas propriedades da família como agregados.

Em 1778, Amorim Lima e sua irmã produziram o considerável montante de 30 caixas de açúcar e duas pipas de aguardente, “além de outras colheitas de mantimentos”. Contavam, para isso, com 54 escravos e, muito provavelmente, inúmeros lavradores de partido; uma cifra concreta possui apenas para 1797: 12 agregados (o maior “acolhedor” de lavradores sem terra do distrito). Passados quase vinte anos, o casal de irmãos continuava solteiro, embora houvesse duas filhas menores e um filho com mais de 15 anos. Sua terras estendiam-se por 8,6 quilômetros quadrados. Seu plantel havia diminuído para 45 cativos (sendo que os adultos eram em número de 38). A produção agrícola mantinha-se mais ou menos no mesmo nível: 300 arrobas de açúcar, seis pipas de aguardente e 100 alqueires de farinha. A indústria madeireira está presente na forma de uma dúzia de paus-de-prumo.<sup>496</sup>

O administrador encontrava as mesmas dificuldades verificadas na Posse quanto à cooperação dos fazendeiros quando o assunto era o empréstimo de animais de tração, o que era agravado pelo caráter da economia agrícola do distrito de Santo Antônio de Sá, notadamente marcado pela produção de alimentos para abastecimento interno<sup>497</sup>: “No Destricto de Macacû, onde há poucos Senhores de Engenho, há muitos

---

<sup>495</sup> Isto depreendo dos precários dados fornecidos por LAVRADIO (“Relação – parte II”, op. cit., pp.290-1).

<sup>496</sup> “Relação dos Engenhos, das Fabricas...”. *Discripção*, op. cit.

<sup>497</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)**. Tese (Doutorado em História). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1989, pp.166-7, 172; ABREU, “Processo de conquista e apropriação do território”, op. cit., p.13.

Lavradores de diversos gêneros, há menos Boys de Carros do que no de Tapacorá”.<sup>498</sup>

Oliveira Braga morre em 1807, deixando esposa e dois filhos menores (um de três e outro de sete anos).<sup>499</sup> A viúva Fermiana Jacinta Coutinho, no alegado interesse da prole órfã, requereu, então, o inventário do falecido marido, procedimento este que nos brindou com um documento de valor para o estudo da presente matéria.<sup>500</sup> Mas, antes de entrar na sua análise, cabe um breve comentário.

Embora esse tipo de fonte cartorária venha sendo, desde meados dos anos 1980, objeto de elucubração metodológica por parte dos historiadores brasileiros, suas potencialidades para responder questões ambientais permanecem quase que inteiramente inexploradas. Arthur Soffiati chega a mencionar a importância dos acervos cartoriais, embora, segundo ele, “o teor de seus documentos interesse mais de perto à história social e econômica”.<sup>501</sup> Mas é claro que isso é uma questão de “reinvenção” das fontes. Christian Brannstrom, por exemplo, demonstrou como os inventários e os registros de divisão de terras podem ser úteis na reconstrução da paisagem vegetal pretérita.<sup>502</sup> Francisco Carlos Teixeira da Silva nos lembra que o “estudo da própria fazenda como empresa econômica é tipificado pela exploração dos inventários”. Estes documentos mostram todo o seu valor para a história ambiental quando percebemos essa “empresa econômica” também como espaço geográfico, isto é, paisagem natural continuamente trabalhada pelo homem. Para além da análise da composição e nível dos haveres, os inventários *post-mortem* podem ser analisados como um registro da materialidade cotidiana. Por unidade de propriedade, podem-se levantar os seguintes dados, enumerados por Teixeira da Silva: (a) terras: área e valor (culturas, matas, capoeiras, capoeirões, pastos); (b) instrumentos de trabalho: tipo e valor; (c) animais: tipo

---

<sup>498</sup> ANRJ, códice 67, v.26, fl.75.

<sup>499</sup> Em 1797, a lista nominativa acusa a existência de uma filha “pequena” (isto é, com menos de 12 anos de idade). Dez anos mais tarde, ela provavelmente já teria se casado e deixado a casa dos pais.

<sup>500</sup> ANRJ, Inventários, caixa 867, proc. 2243.

<sup>501</sup> SOFFIATI, **O nativo e o exótico**, op. cit., p.53.

<sup>502</sup> BRANNSTROM, “Rethinking the ‘Atlantic Forest’ of Brazil”, op. cit.

e valor; (d) edificações: tipo e valor; (e) equipamentos e bens domésticos: tipo e valor (vestuário, mobiliário, utensílios, jóias).<sup>503</sup>

Apesar de Fermiana ter dado entrada com o processo de requisição do inventário em junho de 1807, a avaliação dos bens só foi finalizada quase seis anos depois, em março de 1813. Analisando-a, vê-se que Oliveira Braga havia perdido a maior parte de sua fortuna; não era mais, dentro dos parâmetros locais, um indivíduo excepcionalmente rico, embora estivesse longe de pertencer à pobreza rural: a soma de todos os seus pertences perfazia o valor de 1:148\$910, algo nada exorbitante no contexto das fortunas cariocas da virada do setecentos para o oitocentos. O que mais o aproximava dos primeiros escalões do espectro sócio-econômico local eram os metais preciosos que possuía (ouro e prata), no valor de 18\$150. Suas plantações (avaliadas em 323\$200) e, principalmente, o tamanho de sua escravaria, atestavam contra a capacidade produtiva de sua fazenda: possuía apenas seis cativos adultos, sendo que uma das três mulheres do plantel estava “vendida das verilhas, e com hum braço destroncado”.<sup>504</sup> A estratégia de investimento agrícola revelada pelo inventário, baseada num cultivo novo e com custos de produção relativamente baratos – o café – está de acordo com essa pequena disponibilidade de mão-de-obra:

[...] Suposto q.<sup>e</sup> em algumas partes tenham tido a curiosid.<sup>e</sup> de fazerem a plantação do Café, com tudo, neste genero não se empregão como para estabelecimento, à exceção de algum Lavrador mais pobre, q.<sup>e</sup> por lhe faltarem as precisas forças, q.<sup>e</sup> são de possuírem escr.<sup>os</sup>, tem algum pequeno estabelecimento neste gênero, p.<sup>r</sup> lhe ser mais facil a Colheita, e não terem a penção de prepararem a terra p.<sup>a</sup> esta plantação, q.e com muita suavidade se faz: p.<sup>r</sup> q.<sup>e</sup> hú só homem a planta, hum só a Colhe, e beneficia; o q.<sup>e</sup> não acontece nas outras.<sup>505</sup>

Por outro lado, certo também é que o cultivo do café não era apropriado para posseiros ou agregados, posto que os cafezais só começavam a produzir depois de um tempo

<sup>503</sup> SILVA, Francisco Carlos T. “Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador”. *Acervo*, v.2 (1), jan.-jun. 1987, p.13.

<sup>504</sup> ANRJ, Inventários (Juizado de Órfãos), caixa 867, proc. 2243, fls.7-9.

<sup>505</sup> *Descrição*, op. cit., cap.10. É muito interessante notar como o cultivo da *Coffea arabica* era associado aos agricultores mais pobres. Como explicação para isso, podemos aludir ao período (início do século XIX, quando os primeiros cafezais de grande porte começaram a ser plantados no Rio de Janeiro), que não contava com mercado internacional consolidado, mas também à região de que se está tratando: sabe-se que o café tem o seu melhor rendimento em terrenos altos e bem drenados, o que não era o da maior parte das terras da bacia do Macacu.

relativamente longo (de três a cinco anos).<sup>506</sup> Decerto não devia ser, contudo, o caso de Oliveira Braga.

Infelizmente, este item – a propriedade fundiária –, o mais importante para o exame aqui proposto, não foi avaliado. Declarou a viúva Fermiana ser senhora de míseras 50 braças (242 metros quadrados) de terras que não podiam ser inventariadas em razão de estarem em situação irregular, havendo a necessidade prévia de demarcação e medição do terreno.<sup>507</sup>

Não tenho condições de explicar a derrocada de Oliveira Braga e nem isso se concatena diretamente aos objetivos deste trabalho. Posso, tão-somente, aludir com uma hipótese, qual seja, a de que o bom casamento de sua filha tenha custado um generoso dote, enfraquecendo as suas posses. O importante nisso tudo, sob o prisma da presente investigação, é que o retalhamento da terra certamente diminuiria a área de mata e dificultaria o corte das madeiras navais, o qual deve ter sido interrompido, entre 1807 e 1808. A interrupção de um dos mais importantes cortes da capitania pode ter se refletido na drástica redução da produção fluminense para exportação a níveis consideravelmente menores até o ano de 1814, quando então volta ao patamar anterior.<sup>508</sup>

O administrador Amorim Lima sobrepuja-se a um pequeno número de *fabricantes*, agricultores possuidores de terras próprias e produtores de peças de madeira falquejada para o suprimento da ribeira. Para a identificação desses atores, um caminho possível é verificar, na lista nominativa anexa à *Discrição*<sup>509</sup>, quem produzia “curvas”, já que, dos oito tipos de peças arroladas (tábuas, cossoeiras, vigas, frechais, paus-de-prumo, pernas-de-asna, caibros, e curvas), esta é a única que se aplica exclusivamente à construção naval, como foi visto no capítulo precedente. É claro que tábuas e cossoeiras

---

<sup>506</sup> A esse respeito ver a clássica descrição de Saint-Hilaire na sua **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**, Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1932, pp.39-40.

<sup>507</sup> Idem, fl.14.

<sup>508</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.73. Sem dúvida teve parte nisso a chegada da família real ao Rio, desorganizando sensivelmente os trâmites da administração colonial.

<sup>509</sup> Refiro-me à “Relação dos Engenhos, das Fabricas...”, op. cit.

também eram usadas na construção naval, mas a amplitude de seu emprego torna perigosa sua utilização como indicador de vinculação ao arsenal real.<sup>510</sup>

A produção de curvas era muito pequena, se comparada à produção madeireira total. Das 1.489 dúzias de peças fabricadas no ano de 1797, apenas 15 eram da qualidade de curvas – isto é, pouco mais de um por cento – ficando à frente apenas da categoria dos caibros. Este montante fora produzido por quatro unidades agrárias, cujos donos eram João da Costa Cardoso, o Alferes José dos Santos Lobo, o Alferes Francisco José e Martinho Lourenço.

João da Costa Cardoso era um dos 27 senhores de engenho de Santo Antônio de Sá e produtor da maior quantidade de curvas – única qualidade de peça de madeira por ele produzida –, em 1797 (sete dúzias, quase metade da produção total). Dono de apenas 2,2 quilômetros quadrados de terras (muito pouco para um engenho açucareiro), casado porém sem filhos, Costa Cardoso possuía um plantel de 21 escravos, além de ter um agregado estabelecido em sua propriedade. Além das 300 arrobas de açúcar e das seis pipas de aguardente, produzia quase todos os tipos de gêneros alimentícios (farinha de mandioca, feijão e arroz).

O Alferes José dos Santos Lobo era o maior cortador de madeira da bacia do Macacu. Sua produção, em 1797, foi de 80 dúzias de peças – cifra atingida por apenas mais dois produtores. Além das quatro dúzias de curvas, fabricava tábuas, vigas, frechais e paus-de-prumo. Suas terras estendiam-se por vastíssimos 150 quilômetros quadrados. Era casado e pai de um filho “maior”. Possuía um plantel respeitável de 48 escravos e abrigava 4 agregados no interior de sua propriedade. Quanto à produção agrícola, suas terras caracterizavam-se como uma típica unidade de abastecimento alimentar interno: em 1797, moeu 300 alqueires de farinha e colheu 12 alqueires de feijão, 180 alqueires de arroz e 12 alqueires de milho.

---

<sup>510</sup> Lucy Maffei Hutter aponta o pau-de-prumo como uma peça de construção naval (“A madeira do Brasil na construção e reparos de embarcações”, op. cit., p.61). Não encontrei, em minha pesquisa, nenhuma indicação que corroborasse isto.

Martinho Lourenço era um lavrador solteiro e dono de míseros cinco escravos. O tamanho de suas terras, contudo, era superior a de alguns senhores de engenho: cinco quilômetros quadrados. Além das três dúzias de curvas, produzia 60 alqueires de farinha (moídos em fábricas alheias) e 20 alqueires de arroz.

O Alferes Francisco José, casado e pai de dois filhos “maiores”, possuía uma extensão de 22,5 quilômetros quadrados de terras. Sua escravaria contava porcos 10 indivíduos. Assim como seu colega de patente Santos Lobo, engajava-se numa produção de gêneros de primeira necessidade: em 1797, moeu 100 alqueires de farinha de mandioca e colheu cinco alqueires de feijão, 50 alqueires de arroz e 15 alqueires de milho.

É importante fazer notar que nenhuma dessas produções madeireiras constituía, em si mesma um corte naval; esses indivíduos eram fabricantes de madeira, fornecedores “contratados” pelo administrador Amorim Lima. Esta inferência é corroborada pelo fato de que a Antonio de Oliveira Braga, em cujas terras estava instalado o Corte de Papocaya, não se rubrica nenhuma produção de madeira.

Estes agentes – os que mais apropriadamente poderíamos chamar de “madeireiros” –, alguns deles donos de toscas serrarias hidráulicas, compravam, muitas vezes, madeira em tora de habitantes mais pobres (índios e caboclos) ou os empregavam como jornaleiros nas lavras florestais. Tudo leva a crer que estes trabalhadores jornaleiros sejam os 55 indivíduos relacionados sob a denominação de “serradores”, na lista nominativa da *Descrição*: nenhum deles possuía terras e a maioria nada plantava. Alguns não tinham nenhum tipo de bem, como Manoel Moreira, Ângelo de Souza e Antonio Francisco Ferreira, todos os três solteiros; João Rodrigues e Francisco Lopes Cardoso estavam na mesma situação, com a diferença de que eram casados – embora não tivessem filhos pequenos para alimentar, o que lhes atenuava a penúria. Uma prole de idade mais avançada (acima de 15 anos), por outro lado, significava indivíduos potencialmente produtivos, que certamente auxiliavam o pai nos matejos e

falquejos, especialmente quando a família não praticava nenhum tipo de agricultura, como era o caso da de Joaquim José da Costa e sua esposa.

Outros serradores, embora também não cultivassem a terra, tinham algumas poucas posses como, por exemplo, um cavalo ou, mais raramente, uma ou duas cabeças de gado vacum. Seis deles possuíam escravos: eram plantéis unitários, com exceção daquele de Alexandre Cardoso, que era dono de um casal composto de mãe e filho.

Uma minoria conseguia tirar da terra alguns alqueires de mantimentos. O produto mais comum era a farinha de mandioca, via de regra moída em tipitis de outrem. Os rendimentos variavam de 10 a 240 alqueires. Pouquíssimos logravam uma diversificação agrícola que ultrapassasse dois gêneros. Gaspar Sardinha e José Ferreira estavam estes privilegiados: o primeiro produzia 50 alqueires de farinha, oito de feijão, 30 de arroz e 12 de milho; já o segundo colhia 60 alqueires de farinha, 12 de feijão e 40 de milho.

Esses homens e mulheres faziam, decerto, parte do que Miller definiu como a “grande população mista de subsistência” (*large mixed subsistence population*) habitante dessas áreas que se acostumou chamar de “boca de sertão”: índios, negros libertos, mulatos, pardos e brancos pobres que “estavam disponíveis para empregar sua habilidade de corte num mercado de trabalho livre”.<sup>511</sup> Na visão de quem elaborou a *Descrição*, eram indivíduos pobres que não tinham escravos, dificultando-se-lhes a prática agrícola, mesmo em escala de subsistência – interpretação compartilhada pelo Príncipe de Wied-Neuwied<sup>512</sup> –, donde vinha a necessidade de vender seu trabalho para terceiros: “Muitos [habitantes] [...] não se empregam na [agri]cultura, e vivem inclinados ao ofício de *mateiros*, e é regra quase geral em todos os que não têm escravos; porque se lhe faz difícil a lavoura, por não poder uma só pessoa colher e desmanchar [...]”.<sup>513</sup>

---

<sup>511</sup> MILLER, *Fruitless trees*, op. cit., p.107.

<sup>512</sup> Citado por MILLER, op. cit., loc. cit.

<sup>513</sup> *Descrição...*, op. cit., cap.10.

A julgar pelo sentido contemporâneo do termo, os mateiros seriam os indivíduos que fazem a prospecção da mata, observando o tamanho e a espécie das árvores que a compõem, à procura das essências valiosas – isto é, com valor comercial.<sup>514</sup> Não há, entretanto, meios para determinar o significado mais comum da palavra; o mais provável é que ela fosse extremamente polissêmica. Algumas vezes, ela era usada para aludir a uma ou outra função específica como a acima referida; outras vezes, a todo o conjunto de ofícios associados à atividade madeireira, indistintamente. Caetano de Lima fala, por exemplo, em “Mateiros que costumão fazer Madeiras”, uma clara indicação de que o termo podia ser aplicado a falquejadores e serradores.<sup>515</sup>

A lista nominativa mostra também a presença de alguns carpinteiros. Não me foi possível determinar se estes oficiais mecânicos eram empregados nos cortes das madeiras navais, embora o grau de plausibilidade não seja pequeno. Os engenhos açucareiros tinham extrema necessidade do trabalho destes profissionais especializados, que podiam ser tanto escravos como homens livres assalariados. Em sendo cativos, o procedimento era o mesmo já verificado anteriormente, qual seja, a usurpação; em se tratando de trabalhadores livres – e excluindo, obviamente, a hipótese de coerção –, fazia-se mais difícil o caso em razão da muito difundida fama de má pagadora que tinha a Coroa.<sup>516</sup> Inquestionavelmente, constituía exceção a prática de ceder mestres-carpinteiros aos administradores dos cortes – como fazia João Coutinho Pereira, o “vassalo-modelo” sobre o qual já se comentou mais atrás<sup>517</sup> –, o que significava pagar o dito oficial para que laborasse para a Coroa.

Para finalizar essa descrição, parece-me ser uma boa estratégia heurística tentar montar um organograma dos cortes de madeiras navais da Posse e de Papocaya,

---

<sup>514</sup> SOUZA, Paulo Ferreira de. **Indústria madeireira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p.16.

<sup>515</sup> ANRJ, caixa 498, pct. 01, n° 2.

<sup>516</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.52.

<sup>517</sup> ANRJ, código 67, vol.26, fl.71.



nos moldes do que E. P. Thompson fez para a administração da floresta de Windsor<sup>518</sup> (figuras 2.4 e 2.5).

### ***2.5. Árvores do rei, floresta do povo***

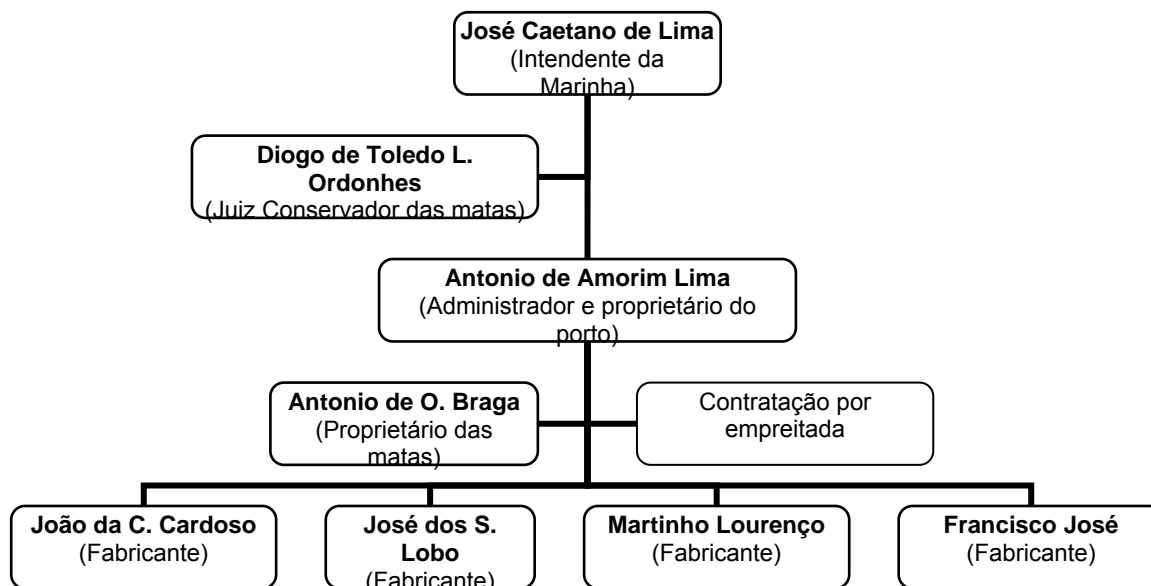
No âmbito do império português e, mais particularmente, dos seus domínios americanos, a problemática madeireira gerou posicionamentos basicamente polarizados pelo pensamento intervencionista – muito influenciado pelas “Ordenações” colbertianas de 1669 – e pelo pensamento liberal, embora houvesse nuances, notadamente no âmbito do primeiro grupo. Se figuras como Rodrigo de Sousa Coutinho e Manuel Ferreira da Câmara assumiam um discurso que poderíamos chamar de “moderado”, evitando descartar os ensinamentos de Adam Smith e encarando a regulamentação estatal das florestas como uma “notável exceção aos princípios da economia política”<sup>519</sup>, Balthazar da Silva Lisboa, por sua vez, incorporava de corpo e alma a tese da razão de Estado e defendia um controle mais rígido dos recursos silvestres da colônia, considerados fundamentais para a sustentação da “independência e o poder do Trono”.

---

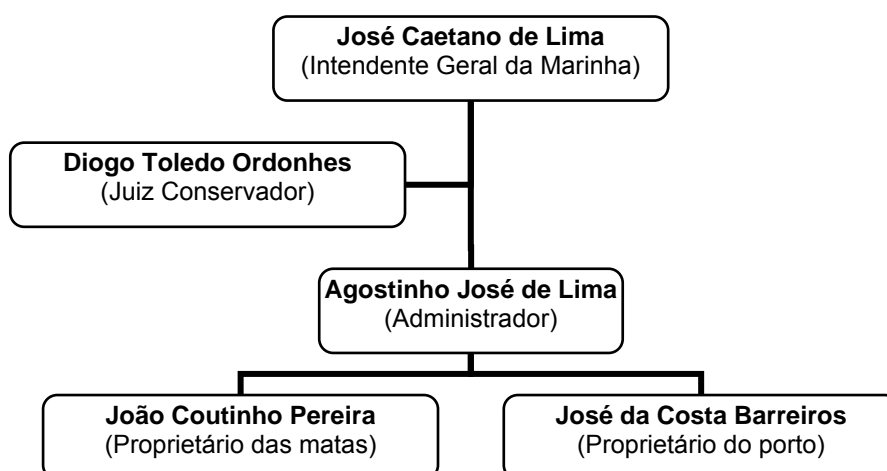
<sup>518</sup> THOMPSON, **Senhores e caçadores**, op. cit., p.63.

<sup>519</sup> Em seu clássico estudo sobre a Inconfidência Mineira, Kenneth Maxwell nos mostra como a política econômica engendrada por Sousa Coutinho foi desenvolvida a partir de sua crença na essencialidade de uma reforma liberal na administração fazendária portuguesa, concepção esta que, naturalmente, era extremamente contrária a qualquer tipo de monopolização (ver **A devassa da devassa**, 3ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 1995, pp.233-6). O interessante, aqui, portanto, é notar como os recursos florestais realmente constituíam um tema importante o bastante para merecer o *status* de exceção à aplicação *tout court* das doutrinas econômicas nas quais se acreditava piamente.

**Figura 2.4. Organização administrativa do corte naval da Posse.**



**Figura 2.5. Organização administrativa do corte naval de Papocaya.**



Na outra extremidade do espectro ideológico, José de Sá Bittencourt e Aciolli defendia o direito dos proprietários fundiários com base em um enfoque jurídico e econômico de cunho liberal. Para ele, os fazendeiros teriam um interesse racional em preservar os recursos existentes nos limites das suas propriedades, desde que tivessem plenamente asseguradas a posse das terras e a liberdade para administrá-las como bem lhes conviesse. Sob estas condições, os agentes privados teriam amplos incentivos para manter estoques florestais saudáveis, pois, caso pudessem cortar madeira comercialmente, passando assim a depender “da conservação das suas matas, de que tiram a sua subsistência”, seria de se esperar que não as destruíssem.<sup>520</sup>

Para o “senhor de engenho-filósofo” Manuel Ferreira da Câmara, escrevendo em 1807, as leis que “restringem a liberdade dos proprietários”, mesmo quando faziam “uma das mais justas e direi ainda necessárias exceções ao direito de cada um fazer o que lhe parecer”, eram sempre iludidas e de nenhum efeito”.<sup>521</sup> Essa assertiva me parece bastante próxima da realidade histórica colonial. Na capitania de São Paulo, por exemplo, a Carta Régia de 1797 – o ápice da legislação “conservacionista” – “teve como consequência inúmeras queixas, por parte dos habitantes da ‘marinha’, inclusive dos senhores de engenho que precisavam de madeira para a construção das ‘fabricas de assucar’ e para fazer as caixas para o seu acondicionamento”.<sup>522</sup> O próprio caso da Bahia, já clássico, mostra que os interesses locais venceram, com os proprietários de terras conseguindo garantir seus direitos de cortar e vender as madeiras de suas terras, com exceção daquelas estendentes em sesmarias localizadas próximas a cortes reais previamente estabelecidos.<sup>523</sup> Os esforços “conservacionistas” da

---

<sup>520</sup> PÁDUA, **Um sopro de destruição**, op. cit., pp.92-113.

<sup>521</sup> Citado por PÁDUA, **Um sopro de destruição**, op. cit., p.97.

<sup>522</sup> PETRONE, Maria Thereza S. **A Lavoura Canvieira em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p.81.

<sup>523</sup> MORTON, “The Royal Timber in Late Colonial Bahia”, op. cit., pp.59-61; DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.153.

Coroa adentram o século XIX já bastante rarificados e enfraquecidos, podendo-se mesmo dizer que terminaram, na prática, ainda na primeira década da centúria. Com a saída de Souza Coutinho do Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 1801, o projeto regulatório das florestas brasileiras ficou completamente órfão de apoio político efetivo. A legislação continuou existindo formalmente, mas com com pouco esforço concreto de implementação: as proibições de corte não autorizado, em propriedade privada, de um número reduzido de madeiras-de-lei continuaram em vigor, ainda que completamente desrespeitadas, até 1876.<sup>524</sup>

Estas constatações induzem-me a questionar a asserção de Miller de que “a política florestal colonial portuguesa, tal como emergiu em meados dos seiscentos, era a mais restritiva do mundo”<sup>525</sup>, a qual me parece ser uma conclusão um tanto precipitada. Penso aqui que Miller por demais restringiu o sentido do termo “política florestal”, atendo-se aos aspectos puramente jurídicos, o que talvez tenha sido responsável por seu arremate apressado. As estratégias apropriativas “oficiais” da floresta devem ser encaradas como o *modus operandi*, a prática gerenciadora da Coroa verificada no dia-a-dia, e não somente como a legislação escrita (ou não escrita).

Talvez uma rápida ressalva comparativa nos traga alguma luz extra. Historiadores como E. P. Thompson, Keith Thomas e Richard Grove, que estudaram, muito embora sob viéses diferentes, a apropriação florestal na Inglaterra dos séculos XVI, XVII e XVIII, mostraram o quão severa era a política da Coroa naquele país. “A lei proibia a *purpestre* (invasão), o desperdício (danificar árvores) e o *assarting* (erradicação). Um proprietário que vivesse sob sua jurisdição não podia cortar suas próprias árvores sem permissão de quem de direito”<sup>526</sup> – algo que nos soa bastante familiar. Mais impactantes são as anotações do vigário de Winkfield, o reverendo Will Waterson, ator histórico cuja voz é resgatada por Thompson:

---

<sup>524</sup> DEAN, op. cit., p.176; PÁDUA, **Um sopro de destruição**, op. cit., p.112.

<sup>525</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.46.

<sup>526</sup> THOMAS, **O homem e o mundo natural**, op. cit., p.240.

As pessoas não podiam cortar um arbusto nem derrubar uma árvore para madeira sem uma licença especial do juiz Itinerante, o que vinha necessariamente acompanhado de problemas e despesas. Aconteceu que um agricultor sendo visto a escavar uma determinada sebe, e pondo diaristas a trabalhar nisso, suas ferramentas foram apreendidas, e eles mesmos arrastados a Londres para responder pela dita transgressão [...].<sup>527</sup>

A dificuldade em fazer valer essa legislação internamente já era grande desde começos do século XVII. Tentou-se, no final dos anos 1640, através de uma legislação bastante parecida com portuguesa de 1797 – reservar as florestas riverinas –, garantir o suprimento de madeira para construção naval. Todavia, estes esforços, assim como estratégias congêneres para a regulamentação da Floresta de Dean, foram rapidamente minados por uma série de reclamos e distúrbios falcados por atores proveninetes do próprio grupo *commoner*. Mesmo o Estado da Restauração não era capaz de suportar politicamente essas forças sociais. Desse modo, efetivas intervenções de larga-escala em termos de controle florestal foram abandonadas domesticamente já por volta de 1685. O fracasso da *Commonwealth* e, em seguida, do Estado da Restauração, em desenvolver essas políticas florestais dentro do território britânico levaram a Coroa a implantar um imenso e rígido sistema de reservas florestais nos domínios americanos da Nova Inglaterra a partir de 1691, sistema este organizado sob a supervisão de um *Surveyor-General*.<sup>528</sup>

Trechos como este, escritos por historiadores mais do que autorizados, servem para frear nosso apetite por generalizações apressadas. Sistemas altamente coercitivos de “conservação” florestal surgiram – e com efeito, desapareceram, mais cedo ou mais tarde, insustentáveis que eram – em quase todos os impérios coloniais modernos desde meados do século XVII<sup>529</sup> e o caso português, ao que tudo indica, não diferia em intensidade de qualquer maneira significativa. O que deve ser buscado são as diferenças *qualitativas* ou, talvez melhor dizendo, *substantivas*. A história da “vida florestal” – que nada mais é do que sua “política” –,

---

<sup>527</sup> THOMPSON, *Senhores e caçadores*, op. cit., p.58.

<sup>528</sup> GROVE, “Colonial conservation, ecological hegemony and popular resistance”, op. cit., pp.20-1, 27.

<sup>529</sup> Idem, *ibidem*, p.17.

ensina-nos Thompson, deve ser entendida sob o prisma dos conflitos apropriativos, das *pretensões e contrapretensões* dos agentes silvestres.<sup>530</sup>

Buscada essa ajuda, voltemos à nossa questão: por quê a legislação madeireira colonial não vingou – ou, pelo menos, foi extremamente refratada/“deformada” a ponto de se tornar praticamente irreconhecível?

Residiria a resposta num suposto *corpus* de conhecimentos e expectativas que poderíamos chamar de “tradicionais”, algum tipo de direito consuetudinário relativo ao uso dos recursos florestais – uma “ecologia moral” que pudesse ser invocada pelos rurícolas coloniais na sua resistência à apropriação estatal? Acredito que não. A sociedade rural brasileira setecentista não tinha, por assim dizer, “vida útil” suficiente para o desenvolvimento de uma cultura ambiental de apego aos elementos telúricos, “aquelas relações líricas, aquele sistema meio misterioso de proteção recíproca entre o homem e a natureza”, no dizer de Gilberto Freyre.<sup>531</sup> Cabe lembrar que

[a] classe agrária brasileira não teve origem pré-colonial e sua linhagem não remontava a nenhuma civilização decadente, e *não tinha memória popular coletiva* de passado grandioso. Era, pelo contrário, uma classe rural ‘reconstituída’, resultado direto da economia colonial e da escravidão, que surgiu à margem da economia escravagista e cresceu em importância ao seu lado.<sup>532</sup>

Esta classe agrária não possuía senso de identidade grupal nem tampouco uma tradição de resistência organizada em defesa da economia (ecologia) moral, um grande diferencial, por exemplo, em relação aos proprietários e ao campesinato europeus clássicos.<sup>533</sup> Nesse sentido, no contexto de uma cultura florestal em formação, a plasticidade dos ajustamentos e acoplamentos interpessoais era grande; os limites de poder dos agentes encontrava-se em pleno processo de institucionalização.

---

<sup>530</sup> Idem, *ibidem*, pp.35-6.

<sup>531</sup> FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004, p.81.

<sup>532</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.125.

<sup>533</sup> MILLER, Shawn W. “Stilt-root subsistence: Colonial mangroves and Brazil’s landless poor”. **Hispanic American Historical Review**, v.83 (2), 2003, p.243.

Ademais, conforme argumenta Tereza Cristina Kirschner, diferentemente do caso inglês, por exemplo, os acordos que se estabeleciam entre o poder metropolitano e os colonos brasileiros ocorriam em um contexto formado por questões de fundo como privilégios, clientelas e lealdades e, principalmente, pela idéias inter-associadas de *justiça cristã e bem comum*, e não por questões como direitos e liberdades registrados em uma constituição escrita ou na longa tradição cultural consuetudinária.

A tradição da justiça cristã, modeladora do direito, na prática criava estratégias de resistências eficazes desde que a situação em causa fosse interpretada como injusta e prejudicial ao bem comum, o que passava pelas relações de lealdades e clientelas que envolviam os grupos [...]. Entre o rei e a lei, interpunha-se a justiça cristã, o bem comum e a graça. Mais do que uma negociação entre partes em conflito que se viam como detentoras de direitos, trata-se do exercício da justiça por um soberano que ouve as queixas dos seus vassalos.<sup>534</sup>

As fontes analisadas pela referida autora – representações e petições encaminhadas ao soberano português por vassalos baianos que se consideravam injustiçados pela prática monopolizadora da burocracia florestal – revelam “uma imagem do rei associada à figura de um pai bondoso e justo, de quem se esperava a mediação na resolução dos seus problemas”. Desde que seguissem o trâmite tradicional das representações e acussassem, pertinente e respeitosamente, uma determinada situação como injusta e prejudicial ao bem comum, as queixas dos vassalos eram, de uma forma ou de outra, incorporadas ao sistema institucional.<sup>535</sup> Ainda segundo a historiadora, esses indícios

apontam em direção à necessidade de revisão de uma historiografia baseada na noção de um governo metropolitano formulador de políticas rígidas e insensível aos interesses dos vassalos do império, que alimenta, por sua vez, a idéia de uma radical oposição de interesses políticos entre metrópole e colônia.<sup>536</sup>

De fato, não havia oposição radical ou, melhor dizendo, os conflitos de interesses não eram, em absoluto, indissolúveis. Mas isto não se devia apenas ao posicionamento

<sup>534</sup> KIRSCHNER, “Entre o rei e a lei”, op. cit., p.58.

<sup>535</sup> João Fragoso salienta que as recentes leituras críticas da noção de “absolutismo” feitas por autores como A. M Hespanha, J. H. Elliot e N. G. Monteiro abriram caminho para uma profícua revisão das relações entre Metrópole e Colônia. Neste novo contexto teórico-metodológico, “o rei passou a ser entendido como um ‘grande magistrado’, cuja principal função era de manter a ‘ordem natural’, no caso, a estabilidade da ordem pública ou o equilíbrio das forças sociais presentes na sociedade de então”. Cf. FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. *Topoi*, v.5, 2002, pp.41 e 64.

<sup>536</sup> KIRSCHNER, op. cit., p.56-7.

mediativo de valores como “justiça cristã”, “bem comum” e “graça” entre o rei e a lei, mas também – e talvez, principalmente – pelo fato de que a aplicação desta última estava a cargo de *atores imiscuídos na sociedade política local*, isto é, os funcionários da burocracia florestal. Os meirinhos da mata não eram personagens *ad hoc*, mas sim indivíduos que agenciavam na cena agrária, na maioria das vezes senhores de grandes porções de terra e, conseqüentemente, detentores de interesses ativos no encaminhamento das questões locais (vide o caso do mestre de campo Alexandre Alves Duarte e Azevedo). Por mais que as representações encaminhadas ao reino constituíssem um importante canal de demanda e resolução política, não pode haver dúvidas que o *tête-à-tête* cotidiano era muito mais eficiente e poderoso na institucionalização das condutas e dos trâmites sociais. Através desse lento ajustamento, resultado histórico e sinérgico dos encaminhamentos de muitas e muitas micro-situações específicas, chegava-se a macro-equacionamentos socialmente reconhecidos como a extração de madeiras navais de forma negociada e consentida pelos proprietários ou mesmo o estabelecimento de reservas estatais em locais ainda pouco apropriados pela agricultura.<sup>537</sup>

Quanto mais não seja, por mais que a *resolução do problema* tenha se encaminhado sob esses ou outros parâmetros políticos e culturais, ainda não foi explicitado o *problema em si*. O que quero ressaltar, aqui, é a completa *impossibilidade material* – ou *ecológica*, se se quiser – do funcionamento da sociedade e da economia coloniais num contexto institucional de monopólio real (no duplo sentido de “relativo à Coroa” e “concreto”) dos recursos florestais. Num raciocínio análogo ao de Karl Polanyi em *A grande transformação*, podemos dizer que, se existia de fato um projeto – e no caso das madeiras-de-lei, já vimos que ele não era tão ambicioso quanto descreveu Miller; quando tentou ser (a partir de 1797), sua

---

<sup>537</sup> Tal foi o caso, por exemplo, no sul da Bahia. Cf. MORTON, “The royal timber in late colonial Bahia”, op. cit., p.42; MILLER, “Merchant shipbuilding in late-colonial Brazil”, op. cit., p.110. Em 1810, o desembargador Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira apontava, na sua *Memoria sobre o melhoramento da provincia de S. Paulo* (RIHGB, v.31, 1868, pp.30-1) que, apesar de muitas florestas à borda de rios, na capitania de São Paulo, estivessem reservadas ao corte das madeiras navais, os matos “que porém existem livres e franqueados ao uso particular dos povos são mais que suficientes para entreter o riquissimo, facil e não interrompido commercio d’aquella extensão e variedade [...]”.



derrocada foi estrondosa –, a sua implementação prática era inteiramente inviável. Da mesma maneira que a organização efetiva de mercados auto-regulados para a terra, o trabalho e o dinheiro destruiria o tecido social europeu oitocentista, a monopolização estatal da madeira destruiria a sociedade colonial brasileira.<sup>538</sup>

O motivo principal e mais óbvio desta impossibilidade reside no fato de que pôr em prática tal política – mesmo que as interdições recaíssem apenas sobre *algumas* madeiras – redundaria, inevitavelmente, no completo entravamento da atividade agrícola. Isto se dava, por um lado, porque a agricultura brasileira baseava-se, com raríssimas exceções, na utilização maciça da biomassa carbonizada como fertilizante para os solos e, por outro, porque todos ou quase todos os bosques no caminho da fronteira continham exemplares de madeiras-de-lei.<sup>539</sup> A Coroa, aconselhada por alguns observadores *in situ*, tentou, então, uma última cartada para ajustar a letra da lei à realidade da colônia: passou-se a permitir a derrubada e queimada das matas para o plantio, contanto que se poupassem as madeiras de préstimos navais. Tal ingênua tentativa de manejo logo mostrou-se inexecutável, principalmente porque era praticamente impossível direcionar a propagação do fogo de modo a fazê-lo respeitar essa ou aquela espécie. Em segundo lugar, essas preocupações ocasionavam um considerável aumento dos custos relativos à já inerentemente cara *produção da terra plantável*, posto que se fazia necessário um minucioso exame prévio da mata. Ademais, nas regiões de solo mais fértil, as poucas árvores deixadas em pé, isoladas muitas dezenas de metros entre si, perdiam a propriedade coesiva que as mantinha firmes, amparadas que ficavam umas nas outras pelas copas, e logo tombavam quando lhes arremetia uma chuva

---

<sup>538</sup> Discordo, neste ponto, com Francisco Carlos da Silva (“História das paisagens”, op. cit., p.213), que diz que “são as tensões e os enfrentamentos sociais e políticos, e não os critérios de funcionalidade, que definem projetos e sua implementação”. No meu modo de ver, é a interação dos dois conjuntos de fenômenos que define a implementabilidade de um sistema regulador. Não se pode negar que certas políticas afetam a sociedade como um todo no mesmo sentido – positiva ou negativamente –, ainda que a intensidade seja diferenciada de acordo com os vários grupos.

<sup>539</sup> “Medidas lembradas a respeito das sesmarias por Manoel Antunes Azevedo Coutinho, Tenente-Coronel, em 18 de dezembro de 1797”, ANRJ, códice 807, vol.16, fl.185.

mais torrencial.<sup>540</sup>

Também a navegação e, conseqüentemente, o próprio comércio externo seria entravado num cenário de monopólio régio. Em um artigo que incorporou novas fontes em relação ao seu *Fruitless Trees*, S. W. Miller apresenta fortes indícios do vigor da indústria naval privada no período colonial tardio. Ao defender o fôlego econômico deste setor, Miller acaba, inevitavelmente, contradizendo sua teoria do entrave monopolístico. Assim o é, por exemplo, quando ele sustenta que eram os agentes privados os maiores produtores de embarcações, mesmo para a travessia atlântica. Isto implica reconhecer – como o próprio autor o faz – que esses atores tinham tanto a liberdade para tocar a atividade de seus estaleiros como o acesso à matéria-prima fundamental – as madeiras; sem este acesso garantido, elas não poderiam ter desempenhado o papel de “vantagem natural”, compensadora até mesmo das imensas desvantagens político-econômicas advindas da liberalização do comércio externo a partir de 1808.<sup>541</sup>

Não é o caso, porém, de nos rendermos a fórmulas reducionistas do tipo “a história do direito florestal é [...] a história econômica da madeira”, como no dizer de Osny D. Pereira.<sup>542</sup> Tentando, então, dar conta da complexidade do processo, sustento aqui a tese de que a administração da instituição das madeiras-de-lei foi um processo sempre permeado por ambigüidade, tensão e conflito, devido aos entraves estruturais econômicos e ecológicos peculiares à realidade colonial e que se manifestavam politicamente na firme oposição dos atores agrários que dependiam de um livre acesso aos recursos florestais, principalmente aqueles detentores de maior poder político, ou seja, os grandes proprietários fundiários. Em última instância, foi sobre este grupo que recaiu a tarefa de proteger o sistema social e econômico como um todo, evitando o colapso de uma civilização colonial da era da madeira.

---

<sup>540</sup> SCHMIDT, *Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais*, op. cit., p.43.

<sup>541</sup> MILLER, “Merchant shipbuilding in late-colonial Brazil”, op. cit., pp.104, 109, 112, 135.

<sup>542</sup> PEREIRA, Osny D. **Direito florestal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1950, p.8.

Conforme argumentou Polanyi, as oportunidades de um grupo social de obter legitimidade no comando de um processo de confrontação a uma ameaça externa “dependerão da sua habilidade em ganhar apoio fora da sua própria coletividade, e isso também dependerá da possibilidade de executarem tarefas estabelecidas por interesses mais amplos do que o seu próprio”.<sup>543</sup> Com isto quero dizer que, se os latifundiários defendiam seus próprios interesses ao resistir à monopolização dos recursos florestais por parte da Coroa, eles acabavam abraçando causas outras que não a deles, quais fossem, a dos lavradores agregados que viviam estabelecidos nas periferias de suas terras, cortando madeira e plantando mandioca, a dos serradores jornaleiros empregados por esses produtores nas lavras florestais, a dos comerciantes que especulavam em cima dos toros comprados a preços baixos, a dos mestres-de-obra que precisavam de caibros para atelhar as moradias da urbe carioca, aos sapateiros, e por aí ia.

A essa altura, parece-me ser interessante estabelecer uma comparação com o caso baiano. O contraponto encontra sua pertinência, sobretudo pelo poder de reforçar a tese da impossibilidade técnico-ecológica, demonstrando que o poder político não era uma variável independente, mas que adquiria sua importância na relação com outras variáveis, dentre elas a ecologia regional – ou, pelo menos, o modo como ela era percebida pelos administradores coloniais. Para F. W. O. Morton, a maneira como ocorreu o fracasso das tentativas de conservação florestal no sul da Bahia pode ser muito valiosa para entendermos como funcionava a sociedade colonial tardia:

*The crown, in the person of an exceptionally able and energetic minister [Souza Coutinho], who commanded the services of some of the best-educated Brazilians of the day, was unable to override the vested interests which had grown up in the timber and shipbuilding industries over the preceding century. This occurred even though the most powerful social group in the colony, the sugar magnates of the Recôncavo, saw no threat to their interests in the crown's plans for reform and [...] remained aloof from the dispute throughout. The landowners and sawmill owners of Ilhéus and the merchants and shipbuilders of Salvador showed themselves fully capable of bringing enough pressure to bear on the local representatives of the crown to ensure abandonment, partly explicit, partly tacit, of the plano of 1799. The degree to which colonial Brazil was governed and could only be governed in the*

---

<sup>543</sup> POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p.185.

*interests of the local elites was strikingly confirmed.*<sup>544</sup>

O fato de que o “triunfo dos interesses locais” – uma expressão utilizada pelo próprio Morton para intitular a seção conclusória de seu artigo – tenha sido atingido sem a interferência daqueles agentes tradicionalmente reconhecidos pela historiografia como *Os* detentores do poder político é bastante instigante. As “elites locais” sobre as quais fala Morton são, com efeito, plurais, conformadas, entre outras coisas, pelas características técnicas e ecológicas desses agrupamentos sociais. Levando este raciocínio às últimas consequências, poder-se-ia mesmo conceber, nas regiões de produção madeireira mais pujante, a formação de uma elite que recrutasse seus membros naquela camada da população envolvida nessa economia – dentre outras, naturalmente. Ora, não é o que Guillermo Palacios encontrou em seu estudo sobre Pernambuco?

Os ‘fabricantes das madeiras’, como eram chamados, eram negociantes escravistas e exportadores que controlavam a economia alagoana pelo menos desde as décadas de 1720-1730, talvez com a mesma amplitude com que os grandes senhores de engenho e os comerciantes portugueses controlavam a pernambucana, mas com o agravante de estarem ligados a uma atividade vinculada ao equipamento bélico do Estado. Isso os tornava figuras de comunicação expedita e fluida com o centro do poder colonial, tanto no Recife como nos palácios da corte lisboeta.<sup>545</sup>

O caso do Rio de Janeiro não devia ser muito diferente. Podemos supor que os negociantes de madeira cariocas fossem personagens muito poderosos – um escalão mais baixo dentro da elite mercantil mais ampla, talvez seja possível dizer. A diferença fundamental entre a sede do vice-reinado e as capitânicas nordestinas parece residir no fato de que a administração portuguesa sempre acreditou piamente que eram estes territórios (Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba) os que possuíam os mais ricos estoques florestais da colônia. Isto se explica, em primeiro lugar, pela própria geografia histórica do povoamento: dos três centros pioneiros de irradiação da ocupação neo-européia quinhentista destacados por Antonio Carlos Robert Moraes (a zona de Pernambuco com epicentro em Olinda, a da Bahia

---

<sup>544</sup> MORTON, “The Royal Timber in Late Colonial Bahia”, op. cit., p.60, grifo meu.

<sup>545</sup> PALACIOS, **Campesinato e escravidão no Brasil**, op. cit., p.315.

com epicentro em Salvador e a zona meridional com epicentro em São Vicente)<sup>546</sup>, dois pertenciam ao núcleo societal originado diretamente dos desdobramentos históricos do desembarque cabralino na “costa do descobrimento”. E, é claro, foi nestas primeiras aglomerações populacionais que se iniciou a estruturação da administração colonial, a qual viria a residir por estas bandas até 1763. Nesse sentido, parece acertado localizar a *core* área original da produção madeireira colonial entre o Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, e o rio Real, na Bahia.<sup>547</sup>

Em segundo lugar, e em estreita ressonância com o que foi dito acima, há que se considerar os condicionantes geo-ecológicos. Um rápido exame sinóptico da geomorfologia do espaço colonial nos faz perceber que os grandes “obstáculos” orográficos distribuem-se muito desigualmente no eixo sudeste-nordeste. A extensa e mais ou menos homogênea cadeia montanhosa que vai da Serra da Cantareira à Chapada Diamantina aparta-se do litoral cada vez mais à medida que diminui a latitude, deixando, por conseguinte, mais e mais espaço para terras baixas costeiras e pequenos platôs. Essa maior planitude do terreno sem dúvida facilitou o acesso às matas que, mais cedo do que as suas congêneres sulistas.

Estas duas grandes ordens de fatores ajudam a explicar, em larga medida, o maior *corpus* de conhecimento florestal verificado nas populações nordestinas, o que se expressa nas especializações econômicas observadas no âmbito das trocas comerciais entre colônia e metrópole. Analisando as cargas contidas nas frotas responsáveis por este intercâmbio, Vitorino Godinho pôde inferir que a pauta pernambucana compunha-se, de modo predominante até a segunda metade dos seiscentos, de madeira para construções navais e trabalhos de marcenaria, enquanto a do Rio de Janeiro baseava-se nas piastras de Buenos Aires e no couro das colônias espanholas do sul – e, é claro, no ouro, a partir do século

---

<sup>546</sup> MORAES, **Bases da formação territorial do Brasil**, op. cit., pp.309-20.

<sup>547</sup> SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 2ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1944, p.96.

XVIII.<sup>548</sup> Esse cenário muda ao longo da segunda metade dos setecentos, quando o Rio de Janeiro vai, paulatinamente, galgando posições até chegar ao topo do *ranking*. No período compreendido entre 1796 e 1819, a capitania fluminense foi responsável por 39,2 por cento do valor total das exportações madeireiras brasileiras para Portugal.<sup>549</sup> Instigante é notar que o ponto de inflexão se dá exatamente no ano de 1798<sup>550</sup> – quando o valor exportado aumenta em quase dez vezes, passando de 3\$282 para 31\$361 réis –, momento em que chega à capital o Intendente da Marinha e, com isso, agilizam-se os cortes fluminenses.

Ironicamente, é muito provável que a acreditada maior riqueza florestal dos territórios nordestinos mencionada mais acima constituísse, de fato, uma realidade para o período mais derradeiro do domínio colonial português, justa e principalmente devido à falta de controle da Coroa ao longo dos dois séculos e meio precedentes de ocupação efetiva das terras fluminenses. Ao comentar sobre a carta régia de março de 1797, o vice-rei D. Fernando José de Portugal salientou a sua inaplicabilidade à capitania fluminense, o que se justificava por se não acharem mais madeiras navais em matas próximas aos rios, sendo que aquelas que ainda se encontravam dentro da distância estabelecida pela Coroa estavam todas em terras de particulares.<sup>551</sup> Tendo recebido, em 1802, ordens para remeter à Lisboa pranchas de peroba ou vinhático, o intendente naval José Caetano de Lima assim respondeu à Corte:

The vinhatico in this region is not as unique or solid as that in Bahia: some merchants send for it from there to build their ships because experience has shown that it is much superior: of that which exists in the forests of this captaincy, the nearest is from Rio de Sao Joao, [and] some will come from there. Peroba is the most singular wood that exists in the Campos dos Goitacazes for planks and boards for ship ribs, it is already very far from the rivers and therefore very difficult to transport because so much has been cut over so many years to be sent to Lisbon and used in this port. The same thing has happened to construction lumber; the largest timbers are in the same circumstances of distance from

---

<sup>548</sup> GODINHO, Vitorino M. “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”. **Revista de História**, v.15, ano IV, 1953, pp.82-3.

<sup>549</sup> MILLER, *Fruitless trees*, op. cit., pp.72-3.

<sup>550</sup> Até aí, ou seja, nos dois anos precedentes para os quais há dados, a produção fluminense havia sido inferior às duas tradicionais capitanias exportadoras, Pernambuco e Bahia.

<sup>551</sup> “Regimento que trouxe Roque da Costa Barreto”, op. cit., p.377.

the seaports and great difficulty of transport.<sup>552</sup>

Dois anos antes disso, quando Anacleto José Pimentel de Noronha submeteu ao rei o que ele supunha ser uma versão dos “Planos” – regimentos reais para os cortes de madeira sancionados por cartas régias entre 1799 e 1800 – adequada à realidade do Rio de Janeiro<sup>553</sup>, já se tinha podido sentir a capacidade política da sede do governo colonial em se contrapor e refratar as políticas florestais metropolitanas. Negando-se a aplicar *tout court* as ordens vindas do Reino, o Conde de Rezende solicitou o parecer do Intendente Naval; das 14 medidas propostas no documento original, apenas três contaram a simpatia do Chefe de Esquadra fluminense – todas elas, vale dizer, de caráter puramente técnico, como questões relacionadas ao melhor aproveitamento das galhadas ou ao frete das madeiras. Alterações político-estruturais como, por exemplo, a implantação de uma equipe de gerenciamento (administradores, feitores, almoxarifes e escrivões) nas áreas de corte naval – como, aliás, era a prática nas capitânicas nordestinas – foram dura e até ironicamente rechaçadas: para Caetano de Lima, era “precizo criar de novo o q.~ pertende quem ofereceo o Plano”.<sup>554</sup>

Com efeito, esse estado de coisas fez com que os agentes da economia madeireira, no Rio de Janeiro, pudessem desfrutar, relativamente, de grande liberdade de ação.<sup>555</sup> Um exemplo cabal desta vasta margem de manobra é o fato de que a madeira fluminense não era incluída na legislação fiscal que cobria todas as outras mercadorias de trâmite interno, como

---

<sup>552</sup> AHU, caixa 201, doc. 43. A transcrição acima se encontra em inglês por ter sido feita por Larissa Brown (“Urban growth, economic expansion, and deforestation”, op. cit., p.167). Infelizmente, não pude ter acesso direto ao referido documento.

<sup>553</sup> Em tese, deveria haver um “plano” para cada capitania. Miller encontrou e analisou aqueles relativos à Bahia, a Alagoas, a São Paulo e à Paraíba; embora o referido autor tenha se deparado, ao longo de sua pesquisa, com alusões aos planos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pará, ele não os identificou diretamente. Embora todos comungassem de princípios gerais relacionados à demarcação e proteção das florestas régias, os planos regionais apresentavam consideráveis diferenças de formato (alguns de tom nitidamente legalista, outros mais informais e contendo a estampa pessoal do escritor) e cláusulas específicas. Cf. MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., pp.55 e 267.

<sup>554</sup> ANRJ, caixa 498, pct. 01.

<sup>555</sup> O que explicaria, inclusive, a relativa escassez de documentação referente aos cortes e atividades conexas. Cf. MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.86. Por outro lado, isto não quer dizer, como já demonstrei, que se não tenham instalado cortes de madeiras navais no Rio de Janeiro.

os gêneros alimentícios; os madeireiros não estavam sujeitos a qualquer tipo de taxação régia. Ao entrarem na Baía de Guanabara, todas as embarcações vindas do interior e carregadas de mantimentos eram obrigadas a se registrarem na alfândega carioca – para efeito de contabilização das quantidades e preços –, menos aquelas levando madeiras.<sup>556</sup>

A prática da requisição de licenças para o corte, elemento tão importante na descrição de Miller – embora o autor não tenha comprovado empiricamente sua recorrência<sup>557</sup> –, não foi encontrada ao longo de minha pesquisa; na verdade, é muito provável que ela seja uma inovação institucional pós-independência.<sup>558</sup> Petições requerendo permissão de *compra de madeira naval nos arsenais*, isso sim, encontra-se, aqui e ali. Recuando um pouco para além de nosso recorte cronológico, temos o caso de Antonio Marques Gomes, dono de um estaleiro na Bahia e necessitado, em 1737, de tapinhoan para fazer costado fixo. Para obter sua matéria-prima, teve que pedir lhe fosse permitido mandar carregar na nau S. Patrício – que, naquele momento, partia da então sede do vice-reinado rumo ao Rio – 80 dúzias da referida madeira fluminense para a Bahia. Justificava-se o suplicante alegando que “nessa cidade [de São Salvador] se dificulta aos Capitaens e senhorios dos ditos Navios a compra [...] do dito taboado com pretexto de dizerem ser necessario para as Naos de guerra” e que, além disso, não havia nenhuma ordem régia expressa que proibisse o referido traslado – o que foi reconhecido pelo próprio D. João V. Este, ainda que já tivesse sido aconselhado pelo Provedor da Fazenda a permitir o trâmite, requisitou, por via das dúvidas, o parecer de Gomes

---

<sup>556</sup> BROWN, “Urban growth, economic expansion, and deforestation”, op. cit., p.165.

<sup>557</sup> Os únicos documentos utilizados são uma carta do governador do Pará, Francisco Xavier de Souza Coutinho, endereçada à Corte (1799) e o “requirimento” de José Dias de Oliveira, morador de Ilhéus, em 1775 – este último constituindo a única prova direta. Apesar disso, o autor insiste na afirmação de que “sem precisar competir com cortadores da Coroa, os empreiteiros licenciados produziam a maior parte das exportações madeireiras fluminenses”. Cf. MILLER, op. cit., pp.51-2, 86, 266.

<sup>558</sup> B. J. Barickman, por exemplo, identificou mais de 250 requerimentos de licença para o corte de madeira relativos à região do litoral sul baiano, para o período 1825-1889, depositados no Arquivo Público do Estado da Bahia. Cf. BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.360. Para o Rio de Janeiro, pude constatar a existência de uma quantidade razoável de documentos deste tipo, para o período pós-1830, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.



Freire de Andrada, governador da capitania do Rio de Janeiro, que acabou por assentir ao caso, sem deixar de fazer, contudo, algumas observações concernentes a medidas que ele considerava essencial serem tomadas para a conservação daquela “tão útil madeira”.<sup>559</sup> Os conselhos de Gomes Freire parecem ter sido bem recebidos, pois no ano seguinte a Coroa baixaria um decreto proibindo a exportação de tapinhoan fluminense para quaisquer outros destinos que não fossem os arsenais lisboetas; o uso e o comércio local, contudo, continuaram permitidos.<sup>560</sup>

Por tudo isso, os conflitos em torno da apropriação da madeira, no Rio de Janeiro, eram muito menos freqüentes e intensos, o que, por sua vez, refletia-se na menor visibilidade política dos atores ligados à economia madeireira, simplesmente porque eles não precisavam lutar muito para que suas demandas fossem atendidas. A julgar pelo cenário encontrado no Macacu – a maior bacia madeireira fluminense –, os conflitos ocorridos em torno da madeira foram bastante reduzidos, tanto em extensão quanto em complexidade, manifestando-se somente na relação entre proprietários de terras e administradores e resumindo-se, basicamente, às pendengas sobre a utilização dos bois e dos escravos privados na condução dos paus reais.

Essa “resistência” dos proprietários fundiários (sobretudo dos maiores), para ser bem entendida, não pode ser visualizada em termos de uma oposição declarada, nem muito menos confrontadora ou violenta – aliás, é preciso deixar claro que *ela não precisava ser*, dada a frouxa e flexível fiscalização. Ela manifestava-se, preponderantemente, através de estratégias de driblagem e/ou cooptação da burocracia colonial portuguesa (notadamente os escalões mais baixos). Nesse sentido, é importante notar que estes dois grupos de atores (grandes

---

<sup>559</sup> Acrescia ainda o governador que o “Taboado de Tapionhan [...] tem dado tal consumo o comercio levando a Inglaterra e Hollanda que hoje se não encontra nas Capitánias de Pernambuco e Bahia e em esta se conduz já de distancia de vinte e trinta legoas pelo que em poucos annos faltará para o forro das Naus da Armada”. ANRJ, caixa 745, pct. 01, fls.25-6.

<sup>560</sup> MILLER, *Fruitless Trees*, op. cit., p.24.

produtores agrários e funcionários régios) estavam profundamente conectados e, muitas vezes, sobrepunham-se: mestres de campo eram proprietários de matas, madeireiros eram administradores de cortes navais, juízes conservadores eram comerciantes. Os oficiais da Coroa sabiam, assim, lucrar com uma situação que lhes era bastante favorável: se, por um lado, tinham o dever institucional de fazer valer deliberações metropolitanas que eles sabiam ser impraticáveis – tanto devido à sua incapacidade política frente à oposição dos colonos quanto às condições impostas pelo meio natural –, por outro, o poder que lhes cabia devido a esse mesmo “dever” lhes permitia definir as situações locais de modo a conciliar os interesses de todos (Fazenda Real, vassalos e, é claro, eles próprios), garantindo a reprodução física e social da colônia na era da madeira.

É preciso ter sempre em mente que, na sua constante interação com o modelo de organização sócio-econômica aqui engendrado, a legislação colonial portuguesa modelou, desde o começo, “um padrão especial de poder, onde o público e o privado se mesclaram de maneira a proporcionar os contornos da ordem jurídico-administrativa implantada”.<sup>561</sup> Este amalgamento altamente irregular criou uma estrutura de direito florestal na qual, mais do que esferas estanques, bem delimitadas e organizadoras da prática cotidiana, o “público/estatal” e o “particular/privado” constituíam extremos raramente atingidos de um *continuum* conceitual que era manejado de acordo com as vicissitudes e peculiaridades de cada situação social concreta.<sup>562</sup> Em seu estudo sobre a sociedade paulista da primeira metade do oitocentos, Denise Moura captou com extrema lucidez a lógica desse jogo político:

Tanto as camadas populares como os segmentos mais abastados demonstram-se cada vez mais hábeis em ludibriar e enfrentar a norma, através de um conjunto de práticas e concepções herdadas e informais, específicas de cada posição social. As instâncias normativas, por sua vez, viram-se forçadas

---

<sup>561</sup> SALGADO, **Fiscais e meirinhos**, op. cit., p.48.

<sup>562</sup> Para o perigo do anacronismo, nesta matéria, já nos alertava Caio Prado: “A própria divisão marcada, nítida a absoluta, entre um direito *público*, que diz respeito às relações coletivas, e *privado*, às individuais, distinção fundamental em que assenta toda estrutura do nosso direito moderno, deve ser entendida então, e entre nós, de uma forma bem diversa da dos nossos dias.” Cf. **Formação do Brasil contemporâneo**, p.299.

a agir no limite destas práticas, sob pena de ter sua posição de poder e mando inviabilizada.<sup>563</sup>

Na impossibilidade física de impor os desígnios de seu soberano *ipsi literis*, os prossecores coloniais eram obrigados a modelar seu discurso de acordo com uma espécie de condescendência falsamente espontânea para que sua autoridade não fosse desmoralizada pela profusão de desregramento. Os colonos, por seu turno, também não podiam avançar para além de certos limites. Eles sabiam que transgressões excessivamente ostensivas obrigariam a burocracia régia a tomar atitudes fora do campo simbólico e do acordo tácito, uma decisão radical que, mesmo sem grandes chances de eficácia prática, destruiria os caminhos tramitais mais simples e tranqüilos de acoplamento de interesses. Neste sentido, não se tratava, exatamente, de um *solapamento* – como queria Caio Prado<sup>564</sup> – mas, sim, de uma *negociação* da autoridade pública, seguindo a noção proposta por Jack Greene.<sup>565</sup>

Uma mesma espécie de árvore variava de *status* (madeira “de lei” ou “fora da lei”) conforme a ocasião, o lugar, as posições e os interesses dos atores políticos que o barganhavam. Podia-se ter, inclusive, que o *status* de “madeira-de-lei” fosse invocado, numa negociação, por atores que não se encontravam investidos de poder régio. Assim é que encontramos, nos contratos de arrendamentos de terra feitos pela Companhia de Jesus, cláusulas que proibiam o corte de “pão de ley”<sup>566</sup>; tendo em vista a conhecida “autonomia política” dos jesuítas<sup>567</sup>, é pouco provável que essas restrições objetivassem o bem da Fazenda Real. Mesmo que a transação ocorresse exclusivamente no plano “privado”, era comum que emergissem sistemas de proteção florestal tão ou mais eficientes que a instituição “pública”

---

<sup>563</sup> MOURA, Denise A. Soares de. **Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808-1850**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, p.122.

<sup>564</sup> PRADO JR., op. cit., p.309.

<sup>565</sup> GREENE, Jack P. **Negotiated Authorities: Essays in colonial political and constitutional history**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994, *passim*.

<sup>566</sup> FERREIRA, **A cidade do Rio de Janeiro e seu termo**, op. cit., p.128.

<sup>567</sup> Para João da Costa Ferreira (op. cit., p.114), tratava-se de “uma congregação religiosa que sempre gosára das regalias de um verdadeiro estado no estado”.

das madeiras-de-lei como, por exemplo, a permissão de assentamento de agregados por parte de grandes senhores de terras em troca do serviço de fiscalização das matas existentes nas soledades mais afastadas das fazendas, conforme observou Henry Koster no nordeste<sup>568</sup> e John Luccock no Rio de Janeiro. Eis o relato desse último, datado de 1813:

A-fim-de esclarecer e confirmar suas pretensões [territoriais], há muitos proprietários que instalam ao redor de suas fronteiras certo número de pequenos sitiantes a que chamam de ‘moradores’; estes pagam um pequeno fôro, buscam seu sustento principalmente pelo cultivo de verduras e preenchem as importantes funções de vigias, impedindo invasão por parte de proprietários vizinhos e furtos de madeira.<sup>569</sup>

Esses “contratos” podiam, inclusive, ser sacramentados no papel. No Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII, várias escrituras de arrendamento de terras proibem o desmatamento e, não raro, estabelecem um censo a ser pago proporcionalmente ao número de machados possuídos pelo foreiro.<sup>570</sup>

A análise da documentação administrativa da virada do século XVIII para o XIX mostra que a gestão e o manejo florestal, na colônia, eram fenômenos muito mais complexos do que a simples leitura das prescrições contidas nas cartas régias e alvarás levaria a pensar. Os processos de apropriação do meio florestal eram conformados pela ação de indivíduos que buscavam, a partir de seus conhecimentos e expectativas histórica e socialmente circunscritos acerca do comportamento do ambiente ecológico e dos demais atores com os quais interagiam, aumentar o grau de previsibilidade e controle sobre o transcorrer intrinsecamente caótico da vida cotidiana. E isso era feito através da “utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e de sanções”, formulação já clássica de Giovanni Levi.<sup>571</sup> E, até que se prove o contrário, tudo leva a crer que as incoerências, no que concerne à legislação madeireira, eram grandes, o que

---

<sup>568</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1942, pp.440-1.

<sup>569</sup> LUCCOCK, **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**, op. cit., p.194.

<sup>570</sup> SILVA, **A morfologia da escassez**, op. cit., pp.172-3.

<sup>571</sup> LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.46.

facilitava sua exploração.<sup>572</sup> O caso isolado do capitão preso sob a acusação de exportação ilegal de madeiras relatado por Miller parece-me muito pouco para sustentar a tese de que a detenção de indivíduos de menor posição social por infrações desse tipo era comum – ainda mais quando sabemos que o tal capitão, de nome Carvalho, foi posteriormente libertado.<sup>573</sup>

Em suma, longe tanto da imagem do ermo – uma simples “extensão de arvoredos e charnecas que se manteve ‘selvagem’, onde animais [...] podem correr à vontade”<sup>574</sup> – quanto do holocausto da destruição total derivada de uma política monopolista rigidamente aplicada, a floresta colonial apresentava-se como uma verdadeira arena política onde interesses, ideologias e culturas conflitantes negociavam e faziam a vida caminhar – o que, de modo algum, é algo estranho à história pretérita da sociedade portuguesa.<sup>575</sup> As reivindicações e exigências em relação aos inúmeros recursos ambientais silvestres (solo, madeira, frutos, medicamentos, água, alimentos de origem animal e energia) sempre estiveram submetidas a uma intrincada rede de regulamentação formal e, principalmente, informal. Em nada diferente disso, a dinâmica institucional das madeiras-de-lei emergia, no espaço do ultramar brasileiro, na “interface da lei com a prática agrária”<sup>576</sup>, ou seja, como um resultado dinâmico e sinérgico do conjunto das relações políticas e sociais estabelecidas entre a burocracia florestal portuguesa – concebida como um grupo de indivíduos possuidores de interesses pessoais e conscientes das peculiaridades ecológicas e sociais do ambiente no qual atuavam – e os

---

<sup>572</sup> Segundo Balthazar da Silva Lisboa, tinha-se ordenado, por um certo alvará de 1º de agosto de 1697, ser caso de denúncia e devassa tão-somente a *exportação* de madeiras adequadas à construção naval; porém, nem para isso fez caso de devassa o alvará de 5 de outubro de 1795. Cf. LISBOA, **Anais do Rio de Janeiro**, tomo I, op. cit., p.400. Para uma discussão geral sobre a efetividade da punição criminal no Brasil Colônia, ver o artigo de Luís Francisco Carvalho Filho, “Impunidade no Brasil – Colônia e Império”. **Estudos Avançados**, v.18 (51), 2004, pp.182-8.

<sup>573</sup> MILLER, **Fruitless Trees**, op. cit., pp.60-1, 268.

<sup>574</sup> THOMPSON, **Senhores e caçadores**, op. cit., p.32.

<sup>575</sup> Para uma visão geral sobre os conflitos em torno da apropriação dos recursos silvestres no medievo Português, ver DEVY-VARETA, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa”, op. cit., pp.57-9.

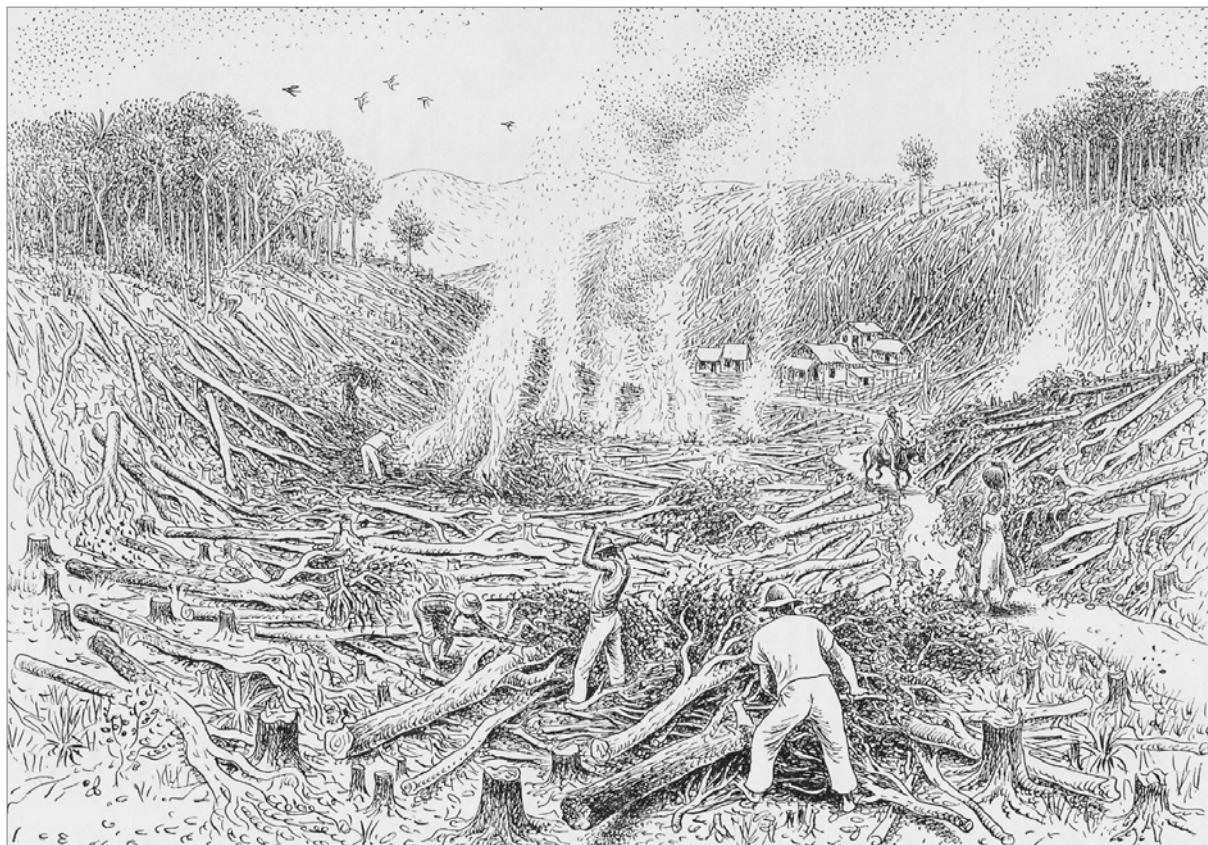
<sup>576</sup> THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.86.

produtores rurais privados para os quais o acesso direto e contínuo aos recursos madeireiros era fundamental, porque fundamental era, afinal, para a sociedade colonial como um todo.

## Capítulo III

# ENTRE O MACHADO E O TIÇÃO

## Mecanismos associativos entre a agricultura tropical extensiva e o matejo comercial



*Se os ecossistemas humanos de fato são contra-intuitivos (isto é, por demais complexos para que sejam corretamente compreendidos pela mente humana) e se, como resultado, nossas mentes simplificam sua complexidade e fazem inferências a partir de um conjunto de conhecimentos que contém informações tanto precisas como imprecisas sobre o estado em que o mundo se encontra, aí, então, a adaptabilidade e a sobrevivência humanas realmente se tornam tarefas aterradoras. Supondo que isso não seja verdade, talvez fosse mais conveniente que, no futuro, as pesquisas estivessem menos interessadas em verificar o quão estáveis e adaptáveis temos sido e mais em verificar com que frequência não fomos bem-sucedidos como comunidades – mas, ainda assim, prosperamos como espécie.*

### 3.1. Em busca de uma racionalidade

Falemos logo de uma vez, antes que os ambientalistas possam escutar: o desflorestamento propiciou, sim, ao longo da história, desenvolvimento econômico – se esse modelo de desenvolvimento era sustentável ou não, isso já são outros quinhentos. Talvez o mais importante nem seja dizer isso, mas sim que, mais do que gerar desenvolvimento (ou crescimento, vá lá) efetivamente, a conversão de terras florestadas sempre teve, como meta – ou *projeto*, para usar uma expressão sartriana – a geração de bem-estar. Novamente: se o bem-estar almejado era o de todos ou o de muitos, de poucos ou de muito poucos, são outros mil. Afinal de contas, ninguém derruba uma árvore com a intenção primária de tornar seu solo mais erodível e/ou seu rio mais assoreado, pelo menos quando é dessa terra que vem o seu alimento e desse manancial sua água; se árvores são derrubadas é porque se espera que um benefício econômico advenha deste procedimento, isto é, os *proventos percebidos* superam os *custos percebidos*. Não importa o quão alto estimemos, a partir de nosso olhar retrospectivo, o custo para a integridade dos ecossistemas de outrora e sua biodiversidade; para os homens que estavam em contato com ela – ou, pelo menos, para aqueles que estavam no comando do processo de interação –, valia a pena agir do modo como agiam. Se for certo que a história se faz no diálogo dos homens com seu tempo, é também importante ressaltar que o historiador não pode deformar o passado pela projeção de suas próprias categorias.<sup>577</sup>

[...] our cognitive maps of the world are continually being produced and revised, and their production is closely tied up with our systems of politics and economics and the practices associated with those systems. So what we study when we study the human-nature relationship is a set of shadows and distorted images—a moving target. The objects of our study, social actors, are armed with their own socially constructed cognitive maps, which we, armed with our own maps and tools, try to understand.<sup>578</sup>

Sendo assim, posiciono-me ao lado de S. W. Miller – e, conseqüentemente, em oposição às visões de Warren Dean e Michael Williams – no sentido de conceber a floresta

<sup>577</sup> DUARTE, Regina H. “Por um Pensamento Ambiental Histórico: o caso do Brasil”. **Luso-Brazilian Review**, v.41 (2), 2004, p.155.

<sup>578</sup> WEINER, Douglas R. “A death-defying attempt to articulate a coherent definition of environmental history”. **Environmental History**, v.10(3), 2005, p.405.



como um objeto de *utilização* por parte dos homens, ensejando uma visão bilateral que evita uma certa dose de anacronismo no julgamento de suas ações.<sup>579</sup> Não podemos esperar do colono europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII atitudes baseadas em princípios e representações do mundo típicas do século XX – tais como o *preservacionismo*. Nesse sentido, no mundo pré-industrial,

[...] só há riqueza florestal se incorporada na economia, na presença de uma multidão de intermediários, pastores que conduzem os seus rebanhos (e não só os porcos às bolotas), lenhadores, carvoeiros, carreteiros, todo um povo selvagem [...] com o ofício de explorar, utilizar, destruir. A floresta só vale se for utilizada.<sup>580</sup>

O objetivo do presente capítulo é tentar mostrar que os sistemas agrícolas macacuanos, especialmente aqueles voltados para o abastecimento alimentar, não eram, simplesmente, buracos negros famintos que semeavam “desertos estéreis” por onde passavam. Minha tese é de que havia um esquema de aproveitamento produtivo da madeira não-carbonizada que se desenvolvia em estreita simbiose com as necessidades da lavoura; entre o machado e o tição, tinham lugar escolhas e procedimentos que salvaguardavam um *input* sustentado de fibra lenhosa dentro de uma racionalidade histórico-ambientalmente específica, que não incorporava (simplesmente porque não podia) o conceito de finitude dos recursos florestais.

Alguns indícios levaram-me a imaginar uma forte associação entre essa faceta do meu objeto de estudo – a indústria madeireira privada – e o tipo modal de agricultura praticado na colônia – a *coivara*. A partir daí, não resisti à tentação de elaborar teoricamente os mecanismos sociais, econômicos e ecológicos que engendraram aquela associação.

Ironicamente, se foram as fontes primárias o começo de tudo, elas a me instigarem (para o bem ou para o mal) a pensar no viscoso e escorregadio plano do

---

<sup>579</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.5-6; WILLIAMS, Michael. **Deforesting the earth: from pre-history to global crises**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003, p.378; MILLER, **Fruitless Trees**, op. cit., pp.6-9.

<sup>580</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.331.

abstrato, são elas o que me falta no final – e tenho plena consciência disto. Embora não tenha podido, devido ao reduzido tempo disponível para a realização desta pesquisa, lançar mão de métodos de história econômica e demográfica (análise de registros eclesiásticos e cartoriais) – essenciais para a devida corroboração do modelo teórico construído – acredito que, com os dados primários de que dispus, juntamente com os *insights* retirados de etnografias contemporâneas e um balizamento adequado lastreado na literatura de história agrária, seja possível lançar as bases de uma linha de raciocínio a ser seguida.

### **3.2. Agricultura itinerante e extrativismo madeireiro: formulando uma hipótese**

Deve-se começar notando que não há uma oposição necessária entre florestas e lavouras. Essas duas paisagens podem ocorrer de maneira complementar, tanto na forma de transições ecológicas quanto na forma de verdadeiras associações funcionais.<sup>581</sup> De acordo com Pierre George, as economias agrícolas tradicionais ou pré-industriais caracterizam-se, em geral, pela estreita associação entre o cultivo propriamente dito (a domesticação vegetal) e o que ele chama de “produções anexas” (a caça, a coleta, a extração de madeira, etc.).<sup>582</sup>

John David Rees chama nossa atenção para o fato de que as relações econômicas entre os pequenos produtores rurais e a floresta, na América latina – tanto outrora como hoje –, estende-se muito além da agricultura de derrubada-e-queimada. Agricultores camponeses geralmente dependem da mata local para a fabricação de instrumentos, utensílios, moradas e, principalmente, para a obtenção de carvão e lenha. Não obstante, embora as referências ao uso de plantas selvagens sejam comuns na literatura, pouquíssimos estudos, seja na geografia, seja na antropologia, dedicaram-se ao exame sistemático da importância da apropriação não-agrícola do ambiente florestal.

---

<sup>581</sup> DEFFONTAINES, L’*homme et la forêt*, op. cit., p.32.

<sup>582</sup> GEORGE, Pierre. *Geografia econômica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963, p.147.

Estudando a relação entre agricultores de subsistência e os recursos florestais de três vilas localizadas na província mexicana de Michoacan, no final da década de 1960, Rees encontrou um padrão ocupacional que combinava, de modo bastante íntimo, lavra agrícola e madeireira.<sup>583</sup>

No Brasil, a questão da *pluriatividade* na economia agrícola familiar tem sido levantada pelos sociólogos rurais nos últimos anos.<sup>584</sup> Embora esses estudos não tenham nenhuma preocupação com o passado mais remoto e, com efeito, em que pese as enormes diferenças de contexto sócio-econômico-político, o fenômeno da polivalência econômica das unidades agrícolas de tipo camponês possui, senão “raízes” propriamente ditas, pelo menos alguns antecedentes históricos que remontam ao período de formação escravista.

Caio Prado Júnior nos fala da falta de autonomia das atividades no agro colonial brasileiro. Segundo ele, não teria havido verdadeiras “profissões” no campo.<sup>585</sup> Por força existia, na sociedade colonial, uma clara tendência à diversificação, muito mais do que à especialização, dos indivíduos e das famílias (domicílios ou unidades produtivas) na assunção dos papéis econômicos disponíveis. Embora nos marcos de outro arcabouço teórico, esse padrão de “infixidez ocupacional” foi também notado por Sérgio Buarque de Holanda:

Poucos indivíduos sabiam dedicar-se a vida inteira a um só mister sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente lucrativo. E ainda mais raros seriam os casos em que um mesmo ofício perdurava na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade.<sup>586</sup>

Claramente, este quadro de extrema plasticidade está ligado ao caráter de *ecumenização sócio-ecológica* de que se revestiu o processo colonizatório. A civilização

---

<sup>583</sup> REES, John David. **Forest utilization by tarascan agriculturists in Michoacan, Mexico**. Tese (Ph.D em Geografia). Los Angeles: University of California, 1971, pp.1, 163-84.

<sup>584</sup> Para uma apresentação bastante didática dessa abordagem, ver CARNEIRO, Maria José. “Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas”. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp.323-44.

<sup>585</sup> PRADO JR., **Formação do Brasil contemporâneo**, op. cit., p.221.

<sup>586</sup> HOLANDA, **Raízes do Brasil**, op. cit., p.59.

brasileira nasceu da “adaptação de interesses coloniais a ecossistemas estranhos ao âmbito europeu”, foi construída a partir do entrelaçamento de matérias-primas, mão-de-obra, sistemas de cultivo e modos de vida da Europa ocidental, da América pré-colombiana e da África negra sendo que, na base da combinação destes “elementos formadores”, a posição dominante dos colonizadores foi decisiva para estabelecer uma desequilibrada correlação de forças.<sup>587</sup> O tipo predominante de exploração econômica, imposto pelo colonizador branco, bem como as particularidades ecológicas regionais determinavam, neste sentido, os liames básicos dos vários mosaicos de gêneros de vida que constituíam o espaço desta neo-europa “híbrida” ou “mestiça”. Se é verdade, como nos lembra José Augusto Pádua, que o conflito está universalmente presente na vida social, também

[...] é importante considerar que existem sociedades onde a convivência histórica contínua, em um mesmo espaço geográfico-social, é antiga e cristalizada. Isso faz com que o comportamento dos atores sociais, e dos mecanismos de interação entre eles, seja mais previsível e convencional. O conhecimento das possibilidades e limites colocados pelas regras sociais historicamente construídas está mais uniformemente socializado e introjetado ao longo dos diferentes setores da sociedade. Isso é verdade não apenas no caso das relações no interior das sociedades como também nas relações entre as sociedades e o espaço natural. Este último já foi intensamente modificado e existem poucas surpresas quanto ao seu potencial de exploração econômica ou de ocupação social.<sup>588</sup>

Bastante diferente era a situação histórica do Brasil colonial, mesmo aquele do período tardio, uma sociedade ainda tipicamente de “fronteira”, onde o conflito, o choque e o movimento eram a regra.

Outro traço que deve ser ressaltado é o caráter essencialmente escravista da formação sócio-econômica. O padrão de emprego livre numa economia onde metade da força de trabalho é compulsória<sup>589</sup> não pode, naturalmente, ser igual ao encontrado numa economia de mercado capitalista, na qual os indivíduos desempenham uma única ocupação por longos períodos e onde todas as necessidades da vida diária são adquiridas por meio da compra. Na

---

<sup>587</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina: vol. I** Barcelona: Editorial Critica, 1979, p.150.

<sup>588</sup> PÁDUA, “Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica”, op. cit., p.797.

<sup>589</sup> Para os três primeiros quartéis do século XVIII, supõe-se que o peso relativo dos cativos na população economicamente ativa da colônia oscilou em torno de 50 por cento. Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano**. São Paulo: EdUSP, 2005, p.20.

sociedade colonial, um homem ou uma família podia – e era bastante comum que o fizesse – combinar ocupações distintas dentro de um mesmo “setor” econômico (produção, circulação ou distribuição) e até de setores distintos, em quase todos os níveis ou estratos sociais. É isto o que mostram, por exemplo, os estudos sobre os mercadores: eles podiam atuar, simultaneamente, no intercâmbio transatlântico, na redistribuição interna e, ainda, investir na produção açucareira – não somente como financiadores, mas, propriamente, como senhores de engenho.<sup>590</sup> Comportamento análogo verifica-se para a “pobreza rural”: além da tradicional cultura de mantimentos – que compreendia, geralmente, o milho, o feijão, o arroz e a mandioca, utilizados nos gastos da casa e, eventualmente, como excedentes comercializáveis –, as unidades domiciliares podiam ter diversas outras ocupações, como a tecelagem, a alfaiataria e o comércio miúdo.<sup>591</sup> A formação escravista tendia a produzir as mais variadas formas de combinação ocupacional, tipos sócio-econômicos híbridos como o mercador-fazendeiro, o artesão-lojista, o marinheiro-comissário, o comerciante-*rentier* e muitos outros.

O *agricultor-madeireiro* não seria, nessa perspectiva, senão uma outra manifestação desse padrão geral, modelada sob circunstâncias sociais, econômicas, ecológicas e históricas particulares. Tudo indica que não havia, na população colonial, quem se dedicasse a uma indústria madeireira comercial *full time* – muito provavelmente em decorrência do baixo grau de mercantilização da madeira, recurso cujo acesso estava aberto a todos os setores da sociedade.<sup>592</sup> Cortar madeira para vender foi uma atividade quase sempre secundária, muitas vezes a “carta na manga” de indivíduos cujo gênero de vida estava ligado, em seu cerne, à

---

<sup>590</sup> Ver, entre outros, SMITH, David G. **The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690**. Tese (Doutorado em História). Austin: University of Texas, 1975; FLORY, Rae Jean Dell. **Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725**. Tese (Doutorado em História). Austin: University of Texas, 1978; FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; PEDREIRA, op. cit.

<sup>591</sup> CASTRO, **Ao sul da história**, op. cit., pp.112-3; SAMARA, **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano**, op. cit., pp.154-61.

<sup>592</sup> Neste sentido, parece-me que não cabe falar de um “setor madeireiro” na economia colonial, como faz MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., *passim*.

agricultura. É esta a impressão que fica da leitura de exemplos como o que é reproduzido a seguir:

A população local sempre viveu ao sabor de ciclos de produção, e a agricultura – mesmo na época em que as condições de mercado eram boas para seus produtos e não se encontravam sujeitas a nenhum tipo de interdito – sofreu impactos da concorrência de outros setores. Um exemplo é o do desenvolvimento da construção naval que determinou enorme necessidade de madeiras, levando parte da população a abandonar provisoriamente a agricultura, para se dedicar ao desmatamento.<sup>593</sup>

O fortalecimento ou, pelo menos, a manutenção de um determinado nível de atividade agrícola, em oposição a uma economia de simples coleta predatória, levou a Câmara dos Vereadores de Cananéia (São Paulo), no século XVIII – numa época em que parte da população abandonara a lavoura para se dedicar ao corte de madeira destinada a abastecer os estaleiros locais –, “a decretar uma multa de três mil réis e três dias de detenção a todos os homens válidos que em suas terras não plantassem um mínimo de 300 pés de café e 300 pés de mandioca”.<sup>594</sup>

Mariléa M. L. Caruso, por sua vez, estudando as causas do desflorestamento da Ilha de Santa Catarina, em fins do século XVIII e começos do XIX, afirma que a indústria e o comércio de madeira, associados à chegada dos imigrantes açorianos, a partir de 1788, foi muito irregular e instável. Segundo a autora, as informações por ela coletadas

[...] descrevem um ritmo na exploração de madeira muito interessante. *Não há regularidade nesta atividade e tampouco nenhuma infraestrutura técnica permanente, o que parece indicar que este comércio era regulado muito mais por uma demanda externa imprevisível que por uma oferta regular de madeiras.* Até o final do século XVIII exportavam-se tábuas, inclusive para Lisboa, para em seguida, em 1816, um navio ter de esperar um ano para ser carregado.<sup>595</sup>

Este tipo de inconstância explicaria, juntamente com o fato de que os indivíduos que assumiam esta função eram, em geral, mestiços livres – o que os colocava, bem como suas

---

<sup>593</sup> MOURÃO, Fernando Augusto A. **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial.** São Paulo: Hucitec, 2003, p.49.

<sup>594</sup> Idem, *ibidem*, pp.55-6.

<sup>595</sup> CARUSO, Mariléa M. Leal. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina.** 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990, p.96, grifo meu.

atividades, numa posição subalterna<sup>596</sup> – a quase completa exclusão do madeireiro e da indústria madeireira dos registros “oficiais”. Levantamentos econômico-demográficos produzidos pela administração portuguesa – e que são, hoje em dia, muito utilizados como fonte pelos historiadores –, as *listas nominativas*

tinham um propósito muito claro de apontar as riquezas e as potencialidades de uma vila, *sempre pensando em termos de agricultura*. Esse viés de observação tende, infelizmente, a menosprezar atividades outras, que seriam, no contexto dos domicílios, secundárias ou sazonais.<sup>597</sup>

Por outro lado, o olhar dos observadores coevos via de regra naturalizava o gênero de vida das populações livres e pobres. De fato, esses indivíduos eram vistos como “gente da terra”, fixa no interior, itens a serem catalogados como a fauna e a flora na qual se imiscuíam e da qual pouco se diferenciavam.<sup>598</sup> Eram, no máximo, *desclassificados* – ou seriam *inclassificáveis?* –, uma noção que se evidencia na própria distinção entre cidadãos ativos e não-ativos (sociais e naturais, sujeitos e objetos) existente na constituição política da sociedade escravista.<sup>599</sup> Jorge Caldeira captou brilhantemente esse elemento caríssimo ao sistema cognitivo das camadas dominantes coloniais. Trata-se de um modo de apreensão do mundo no qual a significação das ações sociais é pertinente somente na esfera das produções mercantis – isto é, aquelas que, pelo menos em teoria, tinham o destino honroso da liquidação monetária –, cuja expressão máxima é a agroexportação. A economia de troca (a produção para os outros) existia em todo o lugar, mas não o seu corolário, o mercado. “Em vez do espaço público, o mercado podia ser encontrado na esfera privada, na casa de cada um – tanto

---

<sup>596</sup> Para a noção de subalternidade aplicada ao Brasil colonial cf. SAFIER, Neil. “Subalternidade tropical? O trabalho do índio remador nos caminhos fluviais amazônicos”. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla M. J. (orgs.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX**. São Paulo: Annablume, 2002, p.427-44.

<sup>597</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida P. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, **Fontes históricas**, op. cit., pp.67, grifo meu.

<sup>598</sup> SCHWARTZ, **Escravos, roceiros e rebeldes**, op. cit., p.125.

<sup>599</sup> CASTRO, **Ao sul da história**, op. cit., pp.80-1.

como prática imposta pela divisão do trabalho ou fato aceito pelos que aceitavam vender e comprar”. Com a compreensível exceção da agricultura de alimentos, um mal necessário para o qual as classes abastadas eram obrigadas a dispensar alguma atenção, todo esse intenso borbulhar econômico fundamental para a organização da produção para exportação – o apresamento de índios, a pecuária, a coleta vegetal – eram fenômenos “espontâneos”, pertencentes ao domínio da natureza, e não da sociedade.<sup>600</sup>

Não obstante, conforme ressalva Carlos Bacellar, temos que ser cuidadosos para não comprarmos acriticamente esse quadro de exclusividade da agricultura.<sup>601</sup> Neste sentido, a despeito da obliteração operada pela atividade agrícola sobre a atividade madeireira e que se manifesta no enviesamento das fontes, parece-me fundamental tentar explorar, através de casos específicos, essa hipótese da complementaridade entre a agricultura itinerante e o extrativismo de caráter comercial propiciado pelas condições ecológicas reinantes no ambiente de Mata Atlântica. O esclarecimento dessa dinâmica de apropriação silvestre pode contribuir para derrubar o mito da sub-utilização madeireira, mito este derivado, em larga medida, de uma concepção enviesadamente destrutivista da história florestal brasileira difundida pela obra de Warren Dean (voltarei a esse tópico um pouco mais adiante). Como escreveu, em outro contexto, Maria Yedda Linhares, “parece evidente que, mais do que uma questão de mentalidade, trata-se de avaliar as *possibilidades concretas* que se ofereciam aos lavradores de mantimentos no desbravamento dos campos, nas disponibilidades de mão-de-obra, nas técnicas a serem incorporadas”.<sup>602</sup>

Eu iria mais além e diria que se trata de ambos, ou melhor, da sua interação; uma questão de ajustamento, por assim dizer, de adaptação entre mentalidades e condições de produção que produzia uma certa “realidade ideal”. No cerne das relações materiais que os

---

<sup>600</sup> CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista**. São Paulo: Ed. 34, 1999, pp.75-94, 173-202.

<sup>601</sup> Idem, *ibidem*, p.68.

<sup>602</sup> LINHARES, Maria Yedda. “Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão”. **Estudos Econômicos**, v.13 (no. esp.), 1983, p.751, grifo meu.



homens estabelecem com a natureza, opera sempre um complexo de representações que informam as ações direcionadas ao meio, bem como delineiam um espectro mais ou menos definido de expectativas sobre os resultados daquelas ações.<sup>603</sup> Um elemento central do sistema cognitivo da classe rural engendrada no ecúmeno colonial brasileiro foi, exatamente, uma espécie de *presentismo localista*. Aqui, a imagem analógica tantas vezes evocada do “feudalismo” brasileiro pode, talvez, encontrar seu verdadeiro fundamento: “As qualidades centradas finitas do lugar (um território intrincado de interdependência, obrigação, vigilância e controle) equivaliam a rotinas de vida cotidiana honradas pelo tempo e estabelecidas na infinidade e inapreensibilidade do ‘tempo permanente’ [...]”.<sup>604</sup> Ao contrário do que sugerem alguns analistas contemporâneos, a elaboração intelectual acerca do consumo dos recursos, principalmente nos grupos mais pobres, não era do tipo “quem vier depois que se arranje”.<sup>605</sup> A noção do “por-vir” era muito pouco elaborada, bem como a imaginação do espaço exterior, do espaço diferente; sabia-se que ele existia e, de certo modo, ansejava-se por ele (posto que dele provinham elementos materiais caros à existência cotidiana) mas, na falta de experienciamento concreto, a alteridade geográfica era altamente mitificada.<sup>606</sup> Era fácil para um Saint-Hilaire, por exemplo, visualizar a finitude dos recursos florestais, afinal, ele percorreu praticamente todo o domínio da Mata Atlântica em suas viagens científicas. Para um agricultor pobre ou mesmo mediano que, com efeito, passava quase toda a sua vida num raio de cem hectares (todos eles dentro do mesmo domínio paisagístico), essa era – se me é permitido brincar com o oxímoro – uma *operação mental praticamente inviável*.

E por falar em Saint-Hilaire e rurícolas da terra, encontramos, num dos livros do

---

<sup>603</sup> GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1969, pp.328-9.

<sup>604</sup> HARVEY, **A condição pós-moderna**, op. cit., p.219.

<sup>605</sup> Não por acaso a epígrafe geral do livro de Dean, que ele classifica como um “velho provérbio brasileiro”.

<sup>606</sup> “É certo”, dizia Nietzsche, já no início dos anos 1880, “que a *amplidão do espaço* entre a suprema felicidade e a mais profunda infelicidade foi criada apenas com o auxílio das coisas imaginadas”. NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p.16, grifo no original.

andarilho francês, uma passagem que é uma verdadeira pérola para vislumbrarmos um pouco melhor como se dava o fluxo de informações e a constituição do conhecimento geográfico da gente comum naquela sociedade pré-industrial. Ao passar por Água Comprida, uma pequenina localidade no oeste de Minas Gerais, em março de 1822 – no ápice do fervor das tensões políticas que levariam, alguns meses mais tarde, à independência –, Saint-Hilaire resolveu indagar a um lavrador local, que não lhe parecia dos mais pobres, se o povo da região estava contente com o novo governo da capitania. Assim respondeu seu interlocutor: “Dizem que é melhor que o antigo [...]. O que ha de certo é que quando se apresenta alguma petição, não se obtem resposta tão rápida quanto quando nosso general tudo por si decidia e isto é muito desagradável para os que não tem tempo a perder”. Fatos geopolíticos importantes como as revoluções que se operavam em lugares distantes como Rio de Janeiro e Lisboa tinham pouquíssimo influência sobre a concepção mais profunda que essas pessoas elaboravam do seu mundo: “Professam como outróra o mesmo respeito pela autoridade falam sempre do rei como arbitro supremo de suas existências e da de seus filhos”. Impactos existiam, sim, mas se manifestavam na zona da cultura econômica, mais plástica e dinâmica: “A única cousa que comprehendem é que o restabelecimento do systema colonial lhes causaria damno porque se os portuguezes fossem os unicos compradores de seu assucar e café não mais venderiam suas mercadorias tão caro quanto agora o fazem”.<sup>607</sup>

Não podemos nos permitir cair na armadilha da pressuposição – que anda, aliás, muito atuante na historiografia ambiental brasileira – da irracionalidade ecológica dos atores sociais que nos antecederam, pressuposição esta caudatária de uma visão negativista da “modernização”. De acordo com esta visão, as sociedades agrárias mestiças geradas a partir da expansão européia sobre o Novo Mundo, modeladas num contexto de subalternidade política, econômica e cultural, seriam obrigatoriamente débeis, degenerações das soberbas

---

<sup>607</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1932, pp.167-8.

sociedades “autóctones” causadas pelo vírus ocidentalizante. Na etnologia camponesa, mesmo a contemporânea,

pouca ou nenhuma atenção foi dada ao saber camponês sobre os solos e as plantas, visto como sistema cognitivo, parte de um modelo mais abrangente. Ou ele é apresentado como uma prática fragmentada, ou é implicitamente negado como saber autônomo, ou é visto apenas como um saber degenerado, remanescente anacrônico de uma tradição civilizatória que se transformou: uma ‘pequena tradição’, como diria Robert Redfield. Alternativamente, em vez de um saber camponês, fala-se de uma rotina camponesa que se opõe à inovação, ou, nas palavras de Chayanov, de um ‘instinto camponês’.<sup>608</sup>

Acredito que o piso de dois neurônios proposto por João Fragoso em relação aos pequenos lavradores<sup>609</sup> seja suficiente para começarmos a vislumbrar, mesmo que timidamente, a possibilidade dos agentes agrários aprenderem com o funcionamento dos ecossistemas com os quais interagem na construção do ecúmeno colonial. Nesse sentido, por que não pensar na possibilidade de desenvolvimento de sistemas agrários dotados de mecanismos eficientes de aproveitamento da madeira? Explorar essa hipótese exigiria, a meu ver, colocar a *produção do espaço* em perspectiva; vejamos do que falo.

Em seu modelo da economia colonial tardia, Manolo Florentino e João Fragoso apóiam-se na noção amplamente difundida de *agricultura extensiva*, um sistema “cuja reiteração temporal dependeria, sobretudo, da existência de uma oferta elástica de homens, terras e alimentos”.<sup>610</sup> Analiticamente, estes três fatores constitutivos tornam-se, contudo, apenas dois, quando os referidos historiadores assumem a terra como um “recurso aberto” e, conseqüentemente, arrogam-se, implicitamente, o direito de não examiná-lo. Direito que lhes cabe de pleno e que, importantíssimo dizer, não compromete em nada na desembocadura de suas conclusões gerais, muito bem suportadas por

---

<sup>608</sup> WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília-DF: Ed. UnB, 1997, pp.13-4.

amplo leque de evidência empírica.

Todavia, no que compete ao estudo de uma meso-economia como a da madeira, há que se deter no escrutínio pormenorizado do fator terra. Esse exame deve proceder no sentido de apreender as articulações entre diferentes sistemas agrários, nomeadamente a monocultura canavieira de exportação e o “mosaico de formas de produção não capitalista – que se utilizavam do trabalho escravo, da peonagem, do camponês, etc. –, geradoras de uma oferta de alimentos e de insumos básicos a baixos custos”<sup>611</sup>. Começemos considerando as condições de reprodução da grande empresa escravista, a qual estava estreitamente atrelada à dinâmica de financiamento do capital mercantil residente.

Num cenário de precária divisão social do trabalho, a penúria da circulação monetária era inevitável, o que abria espaço para o controle do crédito pelos poucos agentes com acesso ao metal precioso – os comerciantes. A hegemonia mercantil representava, no espaço colonial, uma constante expropriação do produtor rural pelo comerciante, de modo que aquele só poderia manter-se sustentando uma altíssima taxa de extração de mais-valia, a qual se viabilizaria por meio de um processo produtivo baseado em fatores elásticos e de baixíssimo custo: alimentos e a mão-de-obra. Mas, considerando que as áreas exportadoras eram, em larga medida, caudatárias de víveres produzidos por áreas não-exportadoras<sup>612</sup> e que os alimentos não eram colhidos das árvores da mata tropical, depreende-se que deveria ter lugar uma produção prévia, ou talvez devêssemos chamar de sub-produção ou produção subordinada – a produção do solo agrícola. Como condição de sua reiteração, essa produção subordinada deveria subsidiar, via redução dos custos, a produção agrícola para exportação; em outras

---

<sup>609</sup> FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. **Topoi**, v.5, set. 2002, p.48.

<sup>610</sup> FRAGOSO & FLORENTINO, **O arcaísmo como projeto**, op. cit., p.54.

<sup>611</sup> Idem, p.55.

<sup>612</sup> FRAGOSO & FLORENTINO, **O arcaísmo como projeto**, op. cit., p.149.

palavras, a espoliação do grande agricultor escravista exigia outra espoliação, a do pequeno produtor de mantimentos, sobre cujos ombros quase sempre recaíam as funções de desbravamento e “domesticação” primária do ambiente selvagem.<sup>613</sup> Mesmo quando estes procedimentos eram realizados a mando direto do grande latifundiário, este quase nunca empregava seus próprios meios de produção – os escravos africanos. Além da óbvia facilidade propiciada para a fuga, os negros podiam ser feridos ou mortos por picadas de insetos ou cobras, galhos ou árvores que tombavam, fogos descontrolados ou quaisquer outros tipos de acidentes. Assim, na maioria das vezes, a empreitada era confiada a trabalhadores livres de alguma forma ligados à extensa família patriarcal (os agregados), em troca do direito de usar temporariamente as áreas desmatadas para a agricultura e/ou comercialização das madeiras retiráveis.<sup>614</sup> Quando utilizados no extrativismo – como parece ter ocorrido, por exemplo, na região de Campos, no final do século XVIII –, os escravos eram encorajados a estabelecerem laços matrimoniais dentro dos plantéis, uma estratégia adotada pelos senhores para fixar as famílias cativas e minimizar as motivações ao escape, além de reduzir os custos de alimentação e tratamento dos enfermos.<sup>615</sup>

Acredito ser axiomático que nenhuma terra *in natura*, em parte alguma do mundo, ou em qualquer tempo, encontra-se pronta para o trato agrícola. Decerto que a fronteira colonial era uma “fronteira aberta” e a apropriação *de jure* do território, mesmo no período mais avançado do domínio português, não era algo difícil. “Por outro lado”, advertiu Arthur Soffiatti,

é oportuno observar que a disponibilidade de terra, mesmo que aparentemente infinita, era apenas teórica. Na prática, havia obstáculos a seu uso livre, como os intrincados ecossistemas, animais invertebrados (a saúva, por exemplo, tão bem analisada por Warren Dean em *A ferro e fogo*) e os índios, que não eram pacatos como fazem crer certos

---

<sup>613</sup> LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.119.

<sup>614</sup> MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986, p.33; DRUMMOND, **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**, op. cit., p.103-4; LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.106.

<sup>615</sup> FARIA, **A colônia em movimento**, op. cit., p.327.

estudiosos da cultura.<sup>616</sup>

Considerando-se que, depois das grandes dizimações da segunda metade do quinhentos, a resistência indígena à penetração neo-européia – salvo algumas exceções, como os goitacazes do norte fluminense – havia esmaecido muito, restariam apenas as complicações inerentes ao meio geográfico. Esta ordem de custos era pequena? Minha posição é no sentido negativo.

Como enfatizou Karl Polanyi, “[t]erra é apenas outro nome para a *natureza*”.<sup>617</sup> E a natureza tropical impunha muitas condições para a sua apropriação *de facto*. A esta modalidade de apropriação, que nada mais significa do que o conjunto de procedimentos necessários à transformação de uma floresta ombrófila em um ecossistema propício à domesticação vegetal, convencionei chamar de *produção da terra agricultável*. Note-se, novamente, que não se trata da produção agrícola propriamente dita, mas de uma produção anterior e que lhe condiciona a possibilidade de existência; é, na terminologia dos antropólogos Klaas e Ellen Woortmann, o “vir-a-ser” da lavoura.<sup>618</sup> “Para ter valor de mercado”, argumenta Jorge Caldeira, “a terra deveria ser desmatada – e seu valor era dado justamente pelo trabalho que se aplicou nela, *um trabalho caro para a época*”.<sup>619</sup>

Esse custo elevado está diretamente relacionado à ecologia da floresta tropical. Ao contrário do que se sustentou, ao longo de várias décadas, na tradição historiográfica nacional, o desalojamento da mata, no contexto de uma sociedade pré-industrial, era uma tarefa hercúlea para a qual o fogo não constituía um remédio rápido e fácil – muito pelo contrário. Por haver árvores mais robustas (com troncos de maior diâmetro) que teimam em remanescer mesmo após a queima, era muito importante que se as derrubasse antes que se tocasse o fogo, porque os lenhos secos eram

---

<sup>616</sup> SOFFIATTI, “Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro”, op. cit., p.317.

<sup>617</sup> POLANYI, **A grande transformação**, op. cit., p.94, grifo meu.

<sup>618</sup> WOORTMANN & WOORTMANN, **O trabalho da terra**, op. cit., p.36.

<sup>619</sup> CALDEIRA, **A nação mercantilista**, op. cit., p.71, grifo meu.

consideravelmente mais difíceis de serem cortados.<sup>620</sup> Se, por um lado, as madeiras mais densas são melhores combustíveis, por terem um maior poder calorífico por unidade de volume, por outro, opõem maior resistência à iniciação do processo de combustão, devido à sua menor condutibilidade calorífica.<sup>621</sup> Segundo Pierre Deffontaines, “[a] floresta é verde e úmida demais para queimar em pé; *não há incêndio de floresta sem uma derrubada prévia*”.<sup>622</sup> As próprias modificações ecológicas estruturais impostas pelo corte seletivo à comunidade vegetal podem, como mostram os estudos experimentais de Andrew Holdsworth e Christopher Uhl e Monteiro e colaboradores, aumentar o grau de combustibilidade da floresta, facilitando, assim, o trabalho do fogo no processo de expansão da fronteira agrícola.<sup>623</sup> Uma excelente síntese descritiva do processo nos é fornecida por José Augusto Drummond:

Ao fim da estação chuvosa, que em terras fluminenses termina no fim de março ou princípio de abril, os encarregados do desmatamento penetravam certos trechos escolhidos da floresta a ser eliminada. O trabalho de selecionar e preparar trechos de florestas para a queimada era metucioso e, a seu modo, especializado. Armados de machados e foices, os preparadores passavam vários dias abrindo picadas, derrubando pequenas árvores, arbustos, ervas e capins, sempre procurando favorecer o progresso do fogo. Depois, esperavam por várias semanas até que a vegetação derrubada secasse. Nos meses secos de junho ou julho, mas não muito antes da chegada das chuvas, em dias de alta temperatura e vento suficiente, a vegetação seca era incendiada em diversos pontos ao longo das picadas. Depois de atingir determinado volume e temperatura, os fogos passavam a consumir também a vegetação viva e prosseguiam por conta própria. Com a ajuda do calor intenso e dos ventos, o fogo penetrava mesmo os trechos mais fechados e úmidos da mata.<sup>624</sup>

Como explicar, então, a barateza global dos fatores constitutivos da agro-exportação? Defendo, aqui, que eles nunca poderiam ser conseguidos sem a chamada

<sup>620</sup> Esta foi uma conclusão à qual chegou Hermann von Ihering por meio de estudos empíricos. Ansioso por responder à questão do tempo gasto pelos indígenas no processo de derrubada da mata, o antropólogo realizou experimentos com machados de pedra pertencentes ao acervo do Museu Paulista. VON IHERING, Hermann. “Os machados de pedra dos índios do Brasil e o seu emprego na derrubada das matas”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol.XIII, p.426 e segs.

<sup>621</sup> SARDINHA, Augusto M. *et al.* “Combustão Lenhosa Directa e Indirecta: Sua Relevância para a Temática dos Fogos Florestais”. **Silva Lusitana**, v.10 (1), 2002, p.93.

<sup>622</sup> DEFFONTAINES, “A floresta a serviço do homem no Brasil”, *op. cit.*, p.564, grifo meu.

<sup>623</sup> HOLDSWORTH, Andrew; UHL, Christopher. “Fire in Amazonian selectively logged rain forest and the potential for fire reduction”. **Ecological Applications**, v.7: 713-725, 1997; MONTEIRO, A.L.S.; SOUZA JR., C.M.; BARRETO, P.G.; PANTOJA, F.L.S.; GERWING, J.J. “Impactos da exploração madeireira e do fogo em florestas de transição da Amazônia Legal”. **Scientia Forestalis**, v.65: 11-21, 2004.

<sup>624</sup> DRUMMOND, **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**, *op. cit.*, p.104.

(1) a reprodução extensiva do sistema agrícola, a (2) mão-de-obra escrava e o (3) *aproveitamento madeireiro integrado ao processo de arroteamento*<sup>625</sup>, três fatores que, no seu conjunto, contrabalançavam os enormes custos da produção da terra agricultável.

### **3.2.1. O aproveitamento madeireiro como estratégia de compensação parcial dos custos da produção da terra agricultável**

Vejamos, primeiramente, como a dinâmica do aproveitamento madeireiro na colônia *vis-à-vis* o processo de expansão agrícola é apresentado nos dois autores que trabalharam mais diretamente com o tema: W. Dean e S. W. Miller. Para o primeiro, a despeito de todo o esforço legislativo português, “o corte de madeira tornou-se uma *indústria privada fortemente organizada*”, no que parece sugerir a existência de um “setor madeireiro” individualizado na economia colonial, composto provavelmente por homens de negócio.<sup>626</sup> Deduz-se, portanto, que “agricultor” e “madeireiro” constituíam papéis econômicos desempenhados por indivíduos diferentes, ainda que houvesse uma complementaridade sucessional no bojo do processo de expansão da fronteira agrícola. Embora não seja afirmado explicitamente, isto por ser aferido do discurso do autor quando ele faz menção a “agricultores itinerantes que vinham logo atrás dos madeireiros, plantando mandioca

---

<sup>625</sup> A venda da madeira resultante do arroteamento para compensar os custos deste era uma prática rotineira nas colônias americanas. Na Nova Inglaterra, toda a população agrícola, quase sem exceção, dedicava-se a alguma forma de atividade madeireira (Cf. ROBERTSON, Ross M. **História da economia americana**. Rio de Janeiro: Record, 1967, pp.84-5). Segundo Miller, essa simbiose econômica não pôde ser implementada, no Brasil, devido ao entrave jurídico das “madeiras-de-lei”. MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., p.216.

<sup>626</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.151.



e arroz para alimentar a crescente população urbana e das fazendas de açúcar e algodão do Nordeste em súbita expansão”.<sup>627</sup>

Já segundo Miller, o sucesso parcial da administração portuguesa no forcejamento da instituição das madeiras-de-lei teria redundado numa economia madeireira cuja estrutura de oferta era monopolizada pelos agentes da Coroa e pelos extratores por ela licenciados. Desta feita, agricultura itinerante e matejo privado seriam duas atividades mutuamente excludentes:

When confronted with Brazil’s Atlantic Forest, the colonial settler had three economic options: slash and burn it for agriculture, log it for timber, or defer the forest’s demise in the expectation of some future prospect. In colonial Brazil, the two foremost options were discharged to the limits that population, ambition, and the demand for forest products and tropical agriculture would allow. But [...] they were rarely done in conjunction. The last option, leaving the forest unscathed, generally succeeded only when the forest was beyond the reach of the colonial population.<sup>628</sup>

Este esquema parece-me reduzir a complexidade econômico-ecológica do fenômeno madeireiro ao negar a possibilidade de engajamento dos produtores agrícolas na indústria extrativa. Enfraquecida, então, a sua base de sustentação – a tese do entrave monopolístico, já exaustivamente discutido nos dois capítulos precedentes – como reformular o esquema de Miller das opções e estratégias do rurícola quando do encontro com o sertão florestal?

Assumamos, em primeiro lugar, que o encontro com o sertão florestal e a transformação dessa paisagem desse margem a mil e uma possibilidades de organização espacial da “fazenda”. Certamente que “abrir uma fazenda” ou “fazer terra”, como se dizia, significava, essencialmente, desalojar a floresta<sup>629</sup>, mas essa constatação não deve obliterar o fato de que o desflorestamento era geograficamente seletivo, principalmente por causa das exigências ambientais dos cultivos que se desejava implantar. A plantação do café, por exemplo, determinava o desmatamento das encostas e espigões; já certas culturas de legumes e a criação animal tendiam a eliminar as matas de áreas mais úmidas, próximas aos fundos de vale.<sup>630</sup> Claro que era muito comum a combinação de cultivos, sendo as plantas domesticadas diferencialmente exigentes, o que dava margem a um desflorestamento mais homogêneo no gradiente da paisagem. De toda forma, a manutenção de uma área de mata virgem ou, pelo

<sup>627</sup> DEAN, *A ferro e fogo*, op. cit., p.153.

<sup>628</sup> MILLER, *Fruitless trees*, op. cit., p.43, grifo meu.

<sup>629</sup> DEFFONTAINES, “A floresta a serviço do homem no Brasil”, op. cit., p.565.

<sup>630</sup> SCHAEFFER, Regina P. G. Espíndola. “Derrubada”. In: *Tipos e aspectos do Brasil*, op. cit., p.469.

menos, de uma capoeira mais desenvolvida, era crítica para a sobrevivência das unidades rurais, principalmente as pequenas, fossem elas estabelecidas em terras arrendadas ou simplesmente ocupadas. As áreas de terras virgens destinadas à expansão das lavouras, bem com ao fornecimento de madeira e lenha, eram parte integrante das fazendas, sendo, por isso, muitas vezes preservadas e defendidas.<sup>631</sup>

Em seu estudo sobre a economia de fronteira do oeste paulista (municípios de Araraquara e São Carlos), no final do século XIX e início do seguinte, Rosane Monteiro constatou a existência de uma intensa diversificação das atividades por parte dos agentes econômicos, em todos os estratos da hierarquia social. Nessas “fazendas mistas”, era comum que se reservasse áreas de mata virgem no aguardo do momento mais propício para a expansão da lavoura cafeeira. Embora saibamos que esses alqueires de verde resguardados fossem fundamentais ao cálculo econômico da empresa cafeeira em regime de reprodução extensiva<sup>632</sup>, elas também significavam um investimento no setor madeireiro.<sup>633</sup> Na medida em que se vislumbrava uma oportunidade de realização rápida do valor de troca da floresta, a prudência e a frugalidade eram qualidades potencialmente emergentes na agência econômica dos lavradores, principalmente em contextos nos quais a escassez de madeira de construção estivesse se agravando nas imediações urbanas.<sup>634</sup>

A despeito das diferenças histórico-contextuais, não há boas razões para duvidar que o ciclo dos “sítios volantes”, conforme chamou Jacob Gorender<sup>635</sup>, incluísse, antes da limpeza do terreno com fogo, uma fase de “apanha” das espécies fornecedoras de boas madeiras.

---

<sup>631</sup> CASTRO, *Ao sul da história*, op. cit., p.118.

<sup>632</sup> FRAGOSO, *Sistemas agrários em Paraíba do Sul*, op. cit., *passim*.

<sup>633</sup> MONTEIRO, Rosane Carvalho M. “Diversificação econômica das fazendas mistas no interior do oeste paulista: produção voltada para o mercado interno e externo, 1889-1920”. *Anais Eletrônicos do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu-MG, 7 a 10 setembro de 2003, pp.18-23.

<sup>634</sup> DEAN, *A ferro e fogo*, op. cit., p.181.

<sup>635</sup> GORENDER, *O escravismo colonial*, op. cit., p.299.

Conforme já foi apontado mais acima, a produção da terra agricultável exigia uma primeira fase de preparação da floresta para a boa propagação do fogo. Etnografias contemporâneas mostram que, na maioria dos sistemas agrícolas neo-tradicionais, há um processo de “desembrenhamento” prévio da mata com o auxílio de instrumentos como foices e machados. Em seu estudo sobre os camponeses sergipanos, Ellen e Klaas Woortmann puderam detectar duas etapas diferentes neste processo: a primeira, denominada *brocagem*, consiste na abertura primária de espaços, onde se procura, com a ajuda de foices e facões, “brocar”, “(es)buracar” a mata, retirando, principalmente, galhos menores e cipós; a segunda etapa, conhecida como *derruba*, consiste no corte e tombamento das árvores de maior porte, procedimento este feito a machado.<sup>636</sup> Este momento do processo de trabalho da terra, explicam os autores,

não pode ser realizado a esmo, ou de forma mecânica. Ele implica o conhecimento detalhado das espécies vegetais: tipo de madeira a ser utilizada para construções ou como lenha – aquela de melhor combustibilidade é destinada à casa de farinha, pois o fabrico desta exige o controle cuidadoso do calor das fornadas; o restante é destinado ao consumo do fogão da casa. Implica também o conhecimento de seu valor de mercado, da maior ou menor dureza (a exigir mais ou menos tempo no corte), das propriedades medicinais, etc.<sup>637</sup>

Todos os agrupamentos humanos rurais, desde a pequena propriedade camponesa até o grande engenho, necessitavam da madeira como matéria-prima para a construção de ferramentas de trabalho e utensílios mecânicos em geral. Enquanto prática doméstica destinada à manutenção do produtor e sua comunidade, a indústria da madeira metabolizava árvores vivas em mourões de cerca, caixotes, cabos de enxada e machado, gamelas, cangas, mobília e muitos outros utensílios necessários à vida cotidiana do homem médio do campo.<sup>638</sup>

---

<sup>636</sup> WOORTMANN & WOORTMANN, **O trabalho da terra**, op. cit., pp.36, 48, 54.

<sup>637</sup> Idem, *ibidem*, p.55.

<sup>638</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. “Madeireiros do Brasil colonial”. **Ciência Hoje**, v.212 (36), p.16-7.

O aproveitamento comercial das madeiras, por outro lado, era tanto mais sistemático quanto melhores fossem as condições logísticas. Não há dúvida de que as dificuldades para transportar grandes toras ou mesmo beneficiá-las *in loco* encorajava muitos fazendeiros a queimar as árvores abatidas, já que a matéria lenhosa degradava-se de modo relativamente rápido graças às intempéries climáticas tropicais. Ao contrário, rurícolas estabelecidos à beira de caminhos mais transitados tinham muito mais incentivos para preservar a integridade dos troncos derrubados, cortando-os a serrote de dois cabos na esperança de poderem vender as peças a tropeiros que por ali passassem.<sup>639</sup> Armazenar os toros derrubados – uma alternativa aventada por Francisco Werneck, o barão de Paty do Alferes, em 1847<sup>640</sup> – provavelmente não constituía uma estratégia rentável, pois a luta contra a velocíssima biodegradação tropical exigiria um alto investimento em silos minimamente adequados à mitigação da umidade, a grande vilã da deterioração das madeiras. O ideal era o transporte e a serragem dos lenhos poucos dias após o desflorestamento.

De todo o modo, as espécies de árvores aproveitadas, nesse caso, deviam ser poucas, se comparadas com a diversidade arbórea total de um trecho de Mata Atlântica – digamos, talvez, de 10 a 20 por cento. “Poucas dessas madeiras”, já dizia Gilberto Freyre, “foram utilmente aproveitadas para trave de casa-grande, roda-d’água de engenho, carro de boi. Grande parte foi a coivara que simplesmente desmanchou em monturo [...]”.<sup>641</sup> Mas é preciso lembrar que nem toda a Mata Atlântica – nem mesmo todo o “Nordeste”, como muitas vezes faz crer Freyre – estava assentado sobre o precioso massapé e os solos precisavam ser adubados, o que significa dizer que era necessário queimar uma parte substancial de floresta. Com exceção da “terra gorda e oleosa” que sustentou quatro séculos de cultura canavieira e a

---

<sup>639</sup> SCHMIDT, *Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais*, op. cit., p.45; DEAN, *A ferro e fogo*, op. cit., p.198; SCHAEFFER, “Derrubada”, op. cit., p.469; DRUMMOND, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, op. cit., p.104.

<sup>640</sup> PÁDUA, *Um sopro de destruição*, op. cit., p.242.

<sup>641</sup> FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. 7ª ed. rev. São Paulo: Global, 2004, p.80.

própria “civilização nordestina”<sup>642</sup>, os solos do domínio dos “mares de morros” são, em geral, muito pobres em nutrientes. O vistoso complexo ecológico-vegetacional mantém-se graças a um equilíbrio sutil entre os processos morfoclimáticos, pedológicos, hidrológicos e biogênicos que, uma vez rompido, desencadeia uma notável degradação dos solos.<sup>643</sup> As terras fluminenses, principalmente as de “serra acima”, não agüentavam mais de três ou quatro plantações, por cuja razão faziam-se indispensáveis novos arroteamentos.<sup>644</sup>

O próprio modo de produção escravista impunha uma diversificação das atividades ao nível da unidade produtiva. A natureza não-contínua do trabalho agrícola e o emprego de mão-de-obra compulsória tinham que ser equacionados de maneira a cobrir os custos de manutenção dos trabalhadores e gerar um excedente, mesmo que este não viesse na forma de *commodities* de exportação:

A mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra de um escravo, e sua manutenção representa custos fixos. Esteja a fábrica ou o escravo trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão de ser despendidos. Demais, uma hora de trabalho do escravo perdida não é recuperável, como ocorreria no caso de uma máquina que tivesse de ser impreterivelmente abandonada ao final de um dado número de anos. É natural que não podendo utilizá-la continuamente em atividades produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escravo em tarefas de outra ordem, nos interregnos forçados da atividade principal.<sup>645</sup>

Embora dificilmente fossem empregados na derrubada das matas e no extrativismo associado – pelos motivos expostos mais acima –, os escravos era comumente incumbidos da tarefa do beneficiamento primário dos toros, uma indústria doméstica muito bem documentada por Debret, nas primeiras décadas do século XIX.<sup>646</sup> Parece fazer todo o sentido imaginar que um de seus conhecidos desenhos, que retrata negros serrando madeira nos arrabaldes da cidade, pudesse revelar uma prática também corriqueira nos espaços propriamente agrícolas; quando se não tinha o que plantar, colher ou moer, fazia-se o escravo pagar o seu custo serrando peças

<sup>642</sup> FREYRE, *Nordeste*, op. cit., pp.46-50.

<sup>643</sup> AB’SABER, “O domínio dos mares de morros no Brasil”, op. cit., s/p.

<sup>644</sup> COUTINHO, “Offícios de auctoridades militares a respeito das sesmarias”, op. cit., p.188.

<sup>645</sup> FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, op. cit., p.49.

<sup>646</sup> DEBRET, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, op. cit., prancha 18, “Negros serradores de tábuas”.

de madeira para a venda.

Em suma, pode-se afirmar que o *custo de oportunidade* do arroteamento não-aproveitador de madeira era muito alto, isto é, a produção global (o *output* agricultura mais extrativismo) acabava ficando substancialmente mais cara, primeiro porque o terreno não era preparado adequadamente – o que influía na fertilidade do solo – e, segundo, porque se desperdiçava biomassa com potencial valor-de-troca. O padrão fitogeográfico da Mata Atlântica, combinado a um acesso quase universalizado aos recursos florestais – o que pressionava os preços para baixo – tendia a fazer com que, na absoluta maioria das vezes, só valesse a pena entrar na densa floresta primária para cortar algumas poucas árvores quando já se fosse, no final das contas, derrubá-la por completo de qualquer maneira. Esse tipo de racionalização ambiental pode ser exemplarmente auferido a partir de uma ordem expedida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1797, para que fossem dispensados mil negros da Fazenda de Santa Cruz, para que fossem empregados no corte de madeiras no vale do Paraíba do Sul: “Este trabalho”, orienta o ministro ao Conde de Rezende, “deve executar-se, sem contudo ser dispendioso para a Fazenda Real: para este fim fará V. Ex.<sup>a</sup> estabelecer Roças ao longo do Rio, á proporção que os Cortes se forem extendendo; [...]”.<sup>647</sup>

Além disso, há que se considerar o peso dos dificultadores ambientais associados ao assentamento humano na várzea – como devemos esperar que fosse o caso de muitos dos produtores rurais aqui estudados. Deborah de Magalhães Lima e Edna Ferreira Alencar chamam a atenção para o fato de que a adaptação dos grupos humanos a este tipo de ambiente é, em grande parte, modelada pela variação sazonal do nível da água, implicando um calendário específico de atividades econômicas: o plantio deve ser realizado na vazante e a colheita na enchente, havendo sempre um interregno forçado (a cheia), no qual são realizadas

---

<sup>647</sup> ANRJ, código 67, v.22, f.208.

outras atividades, dentre elas, a extração de madeira.<sup>648</sup>

Muitas pequenas povoações do passado basearam a expansão de seu comércio e, conseqüentemente, de sua renda e população, na madeira. Os casos mais bem documentados referem-se às capitanias nordestinas. Na Bahia, por exemplo, diversos vilarejos e vilas, tanto no arco do recôncavo como nas áreas mais interioranas, como Camamu, Ilhéus, Porto Seguro, Nazaré, Maragogipe, Jaguaripe e Cairú, eram grandes centros de produção madeireira.<sup>649</sup> “Em certas povoações”, inclusive, conta-nos Amaral Lapa, “a extração de madeira, principalmente pelos capitais que movimentou, deu motivo a outras atividades”. É o que o autor infere a partir do depoimento do ouvidor da comarca de Ilhéus, escrito em 1799, sobre a Vila de Cairu:

Foi também de muita conveniência a Cairu a exportação do café, os cortes de madeira, porém derão huma summa vantagem à sua agricultura, pois que entrarão a empregar nos córtes seus escravos, a comprar bois para os arrastos, os dinheiros que entrarão de S. M. para pagamentos dos serviços dos córtes lhes facilitarão os meios de adquirir e lhes gragearão huma superioridade de agricultura, de commercio e de riquezas às outras villas, como testificação os mapas de exportação.<sup>650</sup>

### ***3.3. Primeira aproximação empírica: o colonial tardio fluminense***

#### ***3.3.1. Organização da produção***

A perspectiva da produção do território, sugerida mais acima como crucial para a análise da indústria madeireira, assume contornos especialmente relevantes na interpretação da história desta atividade na capitania fluminense. A gestação do espaço sempre foi complicada no Rio de Janeiro e seu custo bastante elevado, fosse para a ocupação urbana, fosse para a ocupação agrícola. “A terra, no Rio”, disse com muita propriedade Carlos Lessa, “não foi apenas

---

<sup>648</sup> LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. “Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões”. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa (orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC, 2000, p.133.

<sup>649</sup> LAPA, **A Bahia e a carreira da Índia**, op. cit., pp.28-30; MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., pp.79-84; BARICKMAN, **Um contraponto baiano**, op. cit., pp.169-73.

<sup>650</sup> Citado por LAPA, **A Bahia e a carreira da Índia**, op. cit., p.30.

conquistada, mas *construída*”.<sup>651</sup>

Em todas as áreas do território fluminense próximas às fraldas e contrafortes da Serra do Mar, a densa floresta ombrófila não permitiu, na maioria das vezes, que fosse a pecuária a atividade responsável pelo desbravamento dos sertões no processo de avanço da fronteira agrária, como ocorreu, muito frequentemente, no processo de ocupação de outras áreas da América portuguesa. Este papel teve que ser desempenhado pelo que convencionamos denominar “sítios agro-madeireiros”, isto é, pequenos produtores agrícolas que praticavam o extrativismo e o beneficiamento primário da madeira tropical como atividade acessória, na esteira do processo de arroteamento. Neste cenário, a indústria madeireira comercial constituía, então – assim como várias outras modalidades de extrativismo vegetal (palmito, pinhão, erva-mate, etc.) praticadas por *populações neo-tradicionais*<sup>652</sup> pretéritas e atuais –, um fenômeno tipicamente conjuntural, surgindo como “resposta” econômica espasmódica de pequenas unidades agrícolas localizadas nas franjas de floresta primária a uma alta demanda por madeira de construção e combustível.<sup>653</sup>

Por toda a região do Recôncavo da Guanabara, no passado, habitava o país

---

<sup>651</sup> LESSA, **O Rio de todos os Brasis**, op. cit., p.27, grifo meu.

<sup>652</sup> O conceito de *população neo-tradicional* é utilizado por muitos ecólogos humanos para designar aqueles sistemas de manejo ambiental que, embora desprovidos de uma continuidade histórica de longa duração (centenas de anos), estão baseados em conhecimento local e práticas apropriadamente adaptadas aos sistemas ecológicos sobre os quais estão assentados. Estas populações incluem elementos “tradicionais” e “emergentes” (modernos). No caso brasileiro, todas as culturas “mestiças” ou “rústicas”, no dizer de Darcy Ribeiro, poderiam ser classificadas com esta rubrica: a caipira, a caçara, a cabocla, a crioula. Para uma visão geral sobre os estudos de sistemas neo-tradicionais, ver a coletânea editada por Fikret BERKES e Carl FOLKE. **Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

<sup>653</sup> Ainda encontramos, nas “periferias” do Brasil atual, várias dessas comunidades pobres que fazem uso de um precário extrativismo madeireiro como parte de suas estratégias de sobrevivência. Ver, a esse respeito, ADAMS, Cristina. **Caçaras na Mata Atlântica**. São Paulo: Annablume, 2000, p.146-8; BRASIL, Marília Carvalho. “As estratégias de sobrevivência da população ribeirinha da ilha de Marajó”. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa (orgs.), **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC, 2000, p.107-132; LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. “Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões”. In: TORRES & COSTA, **População e meio ambiente**, op. cit., p.133-162; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Geopolítica, agricultores e madeireiros na frente oeste de colonização: o caso do norte de Mato Grosso**. Campo Grande: UCDB, 2002, p.55-88; ALMEIDA, Cecília F. C. B. R.; LUCENA, Reinaldo F. P.; ALBUQUERQUE, Ulysses P.; MONTEIRO, Júlio M.; NUNES, Alissandra T.; FERRAZ, José S. F. “Uso de espécies lenhosas nativas no semi-árido nordestino: estudo de caso em três comunidades rurais”. **Resumos do 56º Congresso Nacional de Botânica**, 2005 (CD-ROM).



uma população rural pobre que vivia de uma agricultura de subsistência. Estruturava-se em volta e, parcialmente, em função das *plantations* e do mercado urbano, dedicando-se a viver do que plantavam a, esporadicamente, vender o excedente nos povoados ou fazendas próximas. Em geral, esses atores agrários, no intuito de se resguardarem contra as adversidades de um cenário econômico em constante oscilação, principalmente quando se pensa em situações de fronteira aberta, buscavam uma multiplicidade de fontes de renda (geralmente não-monetária).<sup>654</sup> O produto da roça podia ser complementado, em níveis diversos, pela pesca, coleta ou pastoreio, enfim, atividades sazonais acessórias que podiam, eventualmente, passar ao primeiro plano na estratégia econômica camponesa.<sup>655</sup> Esta característica poderia ser identificada ao que Antônio Carlos Diegues chamou de “extrativismo-coleta”, um padrão de uso dos recursos florestais atualmente observado nas chamadas “populações tradicionais” da Mata Atlântica:

No extrativismo-coleta, a atividade extrativista, em grande parte dos casos, não é a única, nem sempre a mais importante e que toma mais tempo nas atividades econômicas do pequeno produtor rural. Em muitos casos, no entanto, ela é fundamental na aquisição do dinheiro necessário à compra de produtos no mercado, transformando-se, às vezes, numa reserva de recursos da mata, que é explorada quando preciso.<sup>656</sup>

Ao desenhar esse quadro, parece-me interessante tomar como referência o modelo histórico-etnográfico apresentado por Gabriel Medina. Estudando, através de métodos de história oral, uma pequena comunidade (Quiandeua) localizada às margens do rio Capim, no nordeste do estado do Pará, o autor desenha um quadro no qual a indústria madeireira é realizada por famílias pobres vindas das terras baixas e que encontram no extrativismo um meio eficaz de adquirir itens que elas não podiam produzir (sabão, tecidos, terçados,

---

<sup>654</sup> LESSA, **O Rio de todos os Brasis**, op. cit., pp.159-60.

<sup>655</sup> Inspirado em Maria Luiza Marcílio, Sérgio Odilon Nadalin propôs um “regime demográfico das economias de subsistência”, incluindo neste modelo regimes “aqui e ali, ligados a atividades (relativamente) sazonais locais: o mate e a cochonilha, por exemplo, no Paraná e Santa Catarina”. NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas, SP: ABEP, 2004, p.140.

<sup>656</sup> DIEGUES, Antônio Carlos. “Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica”. In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira (orgs.). **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: SENAC, 2002, p.136.

machados, enxadas, azeite, etc.), fornecidos pela Belém em expansão das primeiras décadas do século XX. Segundo Medina, esses indivíduos viam a floresta como uma “herança com valor de troca de uso não conflituoso”:

*Herança* porque utilizada ao longo do tempo conforme as necessidades e oportunidades de modo a garantir a manutenção e desenvolvimento do grupo que se estabelecia. Em comparação com outros produtos da mata, a madeira foi o único que sempre apresentou *valor de troca* relativamente alto. Além disso, não cabe [...] a idéia de *conflito de uso* entre a extração madeireira e a coleta de outros produtos para o uso local ou para venda. Representada desta forma, a venda da madeira aparece como uma possibilidade estratégica de melhoria das condições de vida das famílias da comunidade.<sup>657</sup>

Mas, se a madeira era um trunfo frequentemente utilizado, a lavoura dificilmente poderia ser deixada completamente de lado. Sobressai, por conseguinte, a questão da relação que as produções agrícola e extrativista travavam no interior da dinâmica econômica das unidades domiciliares. O problema aqui não é, vale lembrar, o do contato e da difusão de uma cultura “ocidental” transformando um padrão “tradicional” de uso dos recursos florestais, processo estudado *in situ* por muitos antropólogos econômicos nos espaços de fronteira étnica.<sup>658</sup> A sociedade colonial setecentista já não era mais o resultado – como se poderia dizer em relação ao primeiro século de colonização – de “relações exteriores” entre sociedades e culturas diferentes, entre o europeu moderno e o indígena tribal. A imbricação biológica e cultural já se encontrava num estágio bem avançado, implicando, no plano econômico, o engendramento de concepções e motivações que se afastavam, cada vez mais, do padrão tradicional. A questão que se coloca, portanto, é o modo como o “status” (num eixo qualitativo – auto-consumo ou mercado) e o “peso” (num eixo quantitativo) das duas atividades mudavam relativamente na estratégia reprodutiva das famílias. A expressão ou não

<sup>657</sup> MEDINA, Gabriel. “Ocupação cabocla e extrativismo madeireiro no Alto Capim: uma estratégia de reprodução camponesa”. *Acta Amazônica*, v.34 (2), 2004, p.314.

<sup>658</sup> Para alguns trabalhos desse naipe, ver MACDONALD, T. “Indigenous response to na expanding frontier: Jungle Quíchua economic conversion to cattle ranching”. In: WHITTEN, N. (ed.). **Cultural transformations and ethnicity in modern Ecuador**. Urbana: University of Illinois Press, 1981, pp.357-383; BEHRENS, C. “Labor specialization and the formation of markets for food in a Shipibo subsistence economy”. **Human Ecology**, v.20, 1992, pp.435-62; GODOY, R.; BROKAW, N.; WILKIE, D. “The effect of income on the extraction of non-timber tropical Forest products: model, hypothesis, and preliminary findings from the Sumu indians of Nicarágua”. **Human Ecology**, v.23, 1995, pp.29-52; SIERRA, R.; RODRIGUEZ, F.; LOSOS, E. “Forest resource use change during early market integration in tropical rain forests: the Huaorani of upper Amazônia”. **Ecological Economics**, v.30, 1999, pp.107-19.

do excedente social na forma de peças de madeira representava uma escolha dentre uma série de possibilidades de geração de renda encontradas numa determinada estrutura macroeconômica. Como oportunamente ressalta Piers Blaikie:

At the level of the household, land-use decisions are often only a sub-sector in a range of income opportunities, and this range has to be fully specified to include the most common forms of income generation since land-use decisions are affected by these other forms.

*Thus non-agricultural activities should be considered alongside those which directly use land [...].*<sup>659</sup>

Assumindo-se que a atividade central – isto é, as “formas mais comuns de geração de renda” –, do ponto de vista da reprodução social, era a agricultura, a exploração da madeira devia aparecer, em tempos de alta valorização desta mercadoria, como uma atividade acessória bastante conveniente. O que modelou esta dinâmica de escolhas produtivas foi o entrelaçamento de fatores ecológico-geográficos objetivos e o desenvolvimento de alguns padrões transacionais entre o “madeireiro” (representado aqui pelo chefe da família ou unidade produtivo-domiciliar) e o ambiente florestal e também entre aquele e os demais atores que atuavam no mesmo cenário. Quanto aos primeiros, o mais importante devia ser a condição fundiária do *fogo* (se em terras próprias ou de senhores) e sua distância em relação à mata. No que concerne aos últimos, pode-se falar em relações de prestação e contra-prestação do tipo que ocorre quando o ator investe numa produção extrativista e é ou não recompensado com ganhos monetários, assim como relações com o senhor das terras, no caso dos agregados, relações com as autoridades coloniais, no caso de requisitar licença oficial para o corte, etc. Este sistema de variáveis devia produzir um espectro de formas cujos extremos eram representados, num pólo, pelo pequeno lavrador sitiante/posseiro ou arrendatário que praticava o extrativismo para suprir necessidades monetárias e, noutro pólo, pelo extrator

---

<sup>659</sup> BLAIKIE, Piers. **The political economy of soil erosion in developing countries**. Londres: Longman Group, 1985, p.83, grifo meu.

semi-especializado que praticava sua indústria em pé de igualdade com a agricultura.

A situação modal devia situar-se mais próxima do primeiro caso do que do segundo. Como entre proprietários e agregados não se formalizava nenhum tipo de contrato escrito e legalizado, mas apenas uma convenção verbal que o proprietário podia romper ao seu arbítrio a qualquer momento, os que se estabeleciam em terreno alheio via de regra consideravam mais seguro fazer investimentos de curto prazo, como lavouras cuja colheita pudesse ser feita em poucos meses – como o milho e o feijão – e, é claro, o extrativismo madeireiro. Guardadas as devidas diferenciações contextuais, o processo descrito por Ellen e Klaas Woortmann parece bastante plausível de ocorrência no contexto aqui estudado: a produção da terra agricultável muitas vezes era impedida de se completar por circunstâncias como a distância cada vez maior entre a residência e o local do arrendamento/concessão ou o atraso das chuvas, obrigando o sitiante a limitar-se à apropriação de madeira e lenha. *Contudo, isso podia representar também uma estratégia para os sitiantes que possuíam casa de farinha, quando a madeira, de difícil obtenção, torna-se mais valorizada que a produção agrícola.* Essa estratégia envolve o cálculo do que representaria o desgaste físico das etapas subseqüentes, assim como as chances de êxito na colheita e o custo do plantio do capim, pagamento da dívida contraída com o proprietário das terras; nesse contexto, vale mais a pena abortar a lavoura e ficar com os benefícios advindos do extrativismo.<sup>660</sup>

Excetuando-se uma pequena área na região montanhosa de Itatiaia – cujo clima frio e seco determina a existência de campos e cerrados – e das formações pioneiras de influência flúvio-marinha associadas ao grande delta do Paraíba do Sul, todo o território fluminense tinha como vegetação matriz formações florestais ombrófilas e estacionais semi-decíduais, o que os ecólogos costumam chamar Mata Atlântica *lato sensu*. Tal cidade “virtualmente cercada de florestas” como o Rio de Janeiro tinha, portanto, todas as condições ecológicas para o desenvolvimento de uma densa rede de canais de comércio

---

<sup>660</sup> WOORTMANN & WOORTMANN, **O trabalho da terra**, op. cit., pp.64-5.

de madeira ligando o *core* urbano às zonas rurais circunvizinhas.<sup>661</sup> Sabe-se que a exploração comercial da madeira era uma atividade econômica muito difundida nos espaços rurais de fronteira florestal, principalmente ao longo dos vales dos grandes rios, como o Macacu, o São João, o Macaé e o Muriaé, embora não estivesse ausente das franjas rurais-urbanas e mesmo do próprio núcleo da cidade.<sup>662</sup> O mapa fitogeográfico do território fluminense, observado juntamente com a cartografia dos dados constantes no relatório do Marquês de Lavradio permite uma visualização sinóptica do fenômeno (figuras 3.1 e 3.2). Não obstante, as descrições disponíveis são, na maior parte das vezes, muito genéricas e fragmentadas, mormente constituindo informações avulsas dentro de descrições mais abrangentes.

Preocupada em descrever, a título de introdução, o processo de ocupação de sua área de estudo – a freguesia Capivary, distrito de Cabo Frio – no período imediatamente anterior ao que era o seu objeto de análise (primeira metade do século XIX), Hebe de Castro foi levada a observar que a “mata tropical começava a ser ameaçada e a instalação das novas

---

<sup>661</sup> MORALES DE LOS RIOS FILHO, **O Rio de Janeiro imperial**, op. cit., p.278.

<sup>662</sup> Os monges beneditinos e os padres jesuítas protestavam constantemente junto à Câmara contra o corte de seus manguezais para a extração de lenha e tanino. Cf. LESSA, **O Rio de todos os Brasis**, op. cit., p.87; MILLER, “Stilt-root subsistence”, op. cit., pp.223-4.

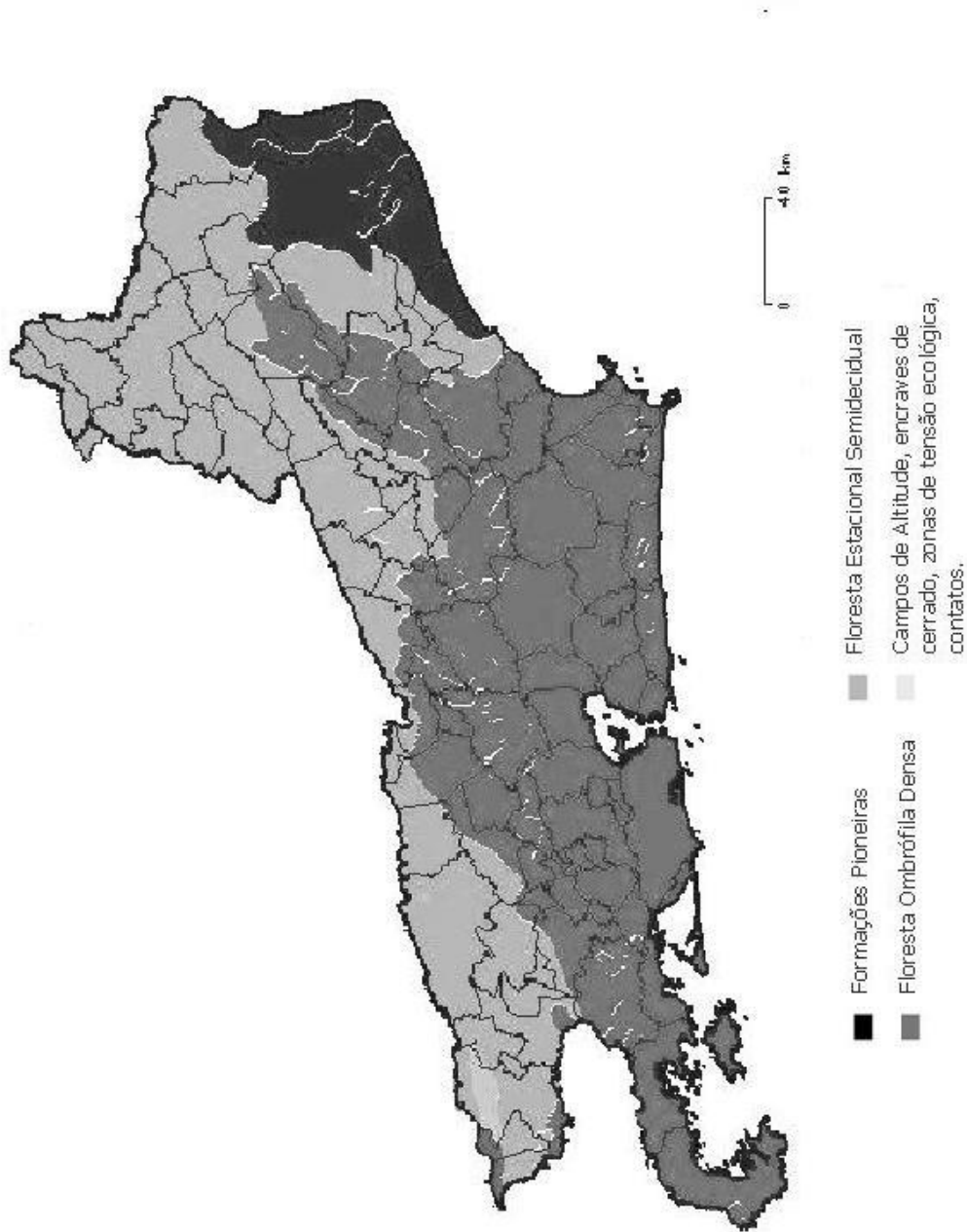
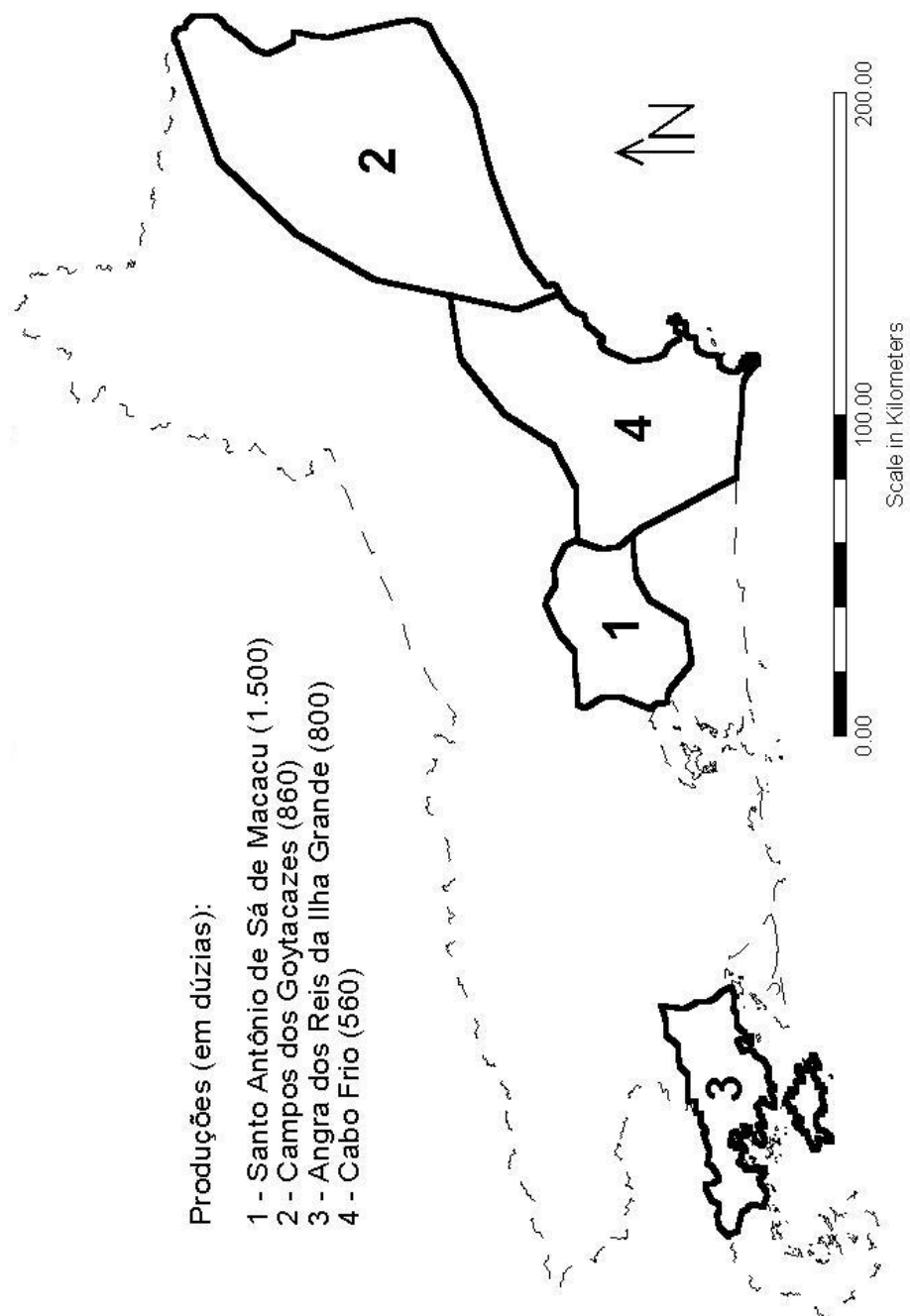


Figura 3.1 – Vegetação original do Rio de Janeiro. Fonte: FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Atlas dos Municípios da Mata Atlântica*. <<http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=atlas>>



**Figura 3.2 - Distritos produtores de taboados da Capitania do Rio de Janeiro em 1778**

fazendas se combinava com o comércio de madeira-de-lei como atividade dos novos cafeicultores”. O extrativismo madeireiro “constituiu-se desde os primórdios do povoamento local em próspera atividade econômica”, sendo, inclusive “[e]xportada para a corte em grande quantidade”. O descompromisso da autora para com o tema madeireiro, contudo, não a impediu de fazer uma importantíssima e, até onde sei – pelo menos no que se refere ao plano empírico do Rio de Janeiro – original observação, qual seja, a de que *a indústria madeireira de livre-iniciativa não era uma atividade composta por unidades produtivas autônomas, nem social nem geograficamente; do ponto de vista da organização sócio-econômica, ela inseria-se dentro dos sistemas agrícolas, geralmente como atividade secundária.*<sup>663</sup> A autora ratifica esta associação mais adiante, quando, no âmbito de sua análise dos dados contidos no *Almanak Laemmert*, conclui que “[o] recrudescimento da exploração da madeira-de-lei acompanhava em grande parte o caminho da ocupação agrícola comercial para o alto curso do Rio São João. Todos os negociantes de madeira listados no *Laemmert* o foram também como lavradores ou fazendeiros”.<sup>664</sup>

No decorrer do século XVIII, principalmente na segunda metade, o vigoroso avanço da cana de açúcar pela Baixada dos Goitacazes trouxe à reboque uma intensa exploração madeireira. A freguesia de Nossa Senhora das Neves, localizada no atual município de Macaé, foi criada como resultado dessa expansão da fronteira econômica, no último quartel da centúria. Segundo Pizarro e Araújo, em 1812, seus habitantes ainda dedicavam-se de modo intenso à indústria madeireira.<sup>665</sup> Em 1819, José Carneiro da Silva, em sua *Memoria Topographica e Histórica sobre os Campos dos Goitacazes*, registra:

A madeira he hum dos bons efeitos do Paiz, e serra-se em abundancia de muitas

---

<sup>663</sup> Este tipo de unidade produtiva nos parece poder ser descrito, então, como um sistema agro-extrativista, ou, como denominou Manuel Diégues Júnior, um “sítio agro-extrativista”. Cf. **Regiões culturais do Brasil**, op. cit., p.73.

<sup>664</sup> CASTRO, **Ao sul da história**, op. cit., pp.8, 35, 73.

<sup>665</sup> Citado por FARIA, **A colônia em movimento**, op. cit., p.327.



qualidades; pois as ha de todas, quantas há no Brasil. Nos sertões de Macahé he onde há a maior força das serrarias, e só em o ano de mil oitocentos e quinze exportarão-se desta povoação mil cento e cincoenta duzias.<sup>666</sup>

Mesmo as fronteiras abertas pela criação animal podiam vir acompanhadas da atividade extrativista madeireira. Foi o que ocorreu no processo de povoamento de São Fidelis – freguesia situada de modo quase que diametralmente oposto à acima referida N. S. das Neves, tomando como referência o rio Paraíba do Sul: pecuaristas expulsos pela expansão da economia canavieira nas planícies aluvionares estuarinas migraram rio acima e se fixaram no que viria a ser a sede da futura freguesia e vila. Os pioneiros, contudo, não se dedicaram exclusivamente à pecuária; aproveitaram as abundantes matas daqueles sertões para madeirar, desenvolvendo também uma forte indústria de caixas para atender a demanda crescente da próspera zona açucareira campista. Essas atividades madeireiras iriam predominar, juntamente com o trato dos rebanhos bovinos, até meados do século XIX, momento a partir do qual a agricultura (de cana e café) assume a liderança em termos de importância econômica local.<sup>667</sup>

Carlos Augusto Taunay, em seu *Manual do agricultor brasileiro*, faz uma sugestiva distinção. Ao ressaltar que “[m]uitos fazendeiros se ocupam em tirar madeiras, ou *ocasionalmente para suas construções*, ou por *especulação lucrosa*”<sup>668</sup>, o autor pode estar indicando a existência de duas modalidades diferentes de exploração madeireira: uma para auto-consumo e outra para a venda.

Até mesmo os escravos às vezes engajavam-se nesse tipo de atividade, utilizando suas horas de folga, obviamente produzindo peças menos requintadas, como ripas. Quem nos informa é Jean Baptiste Debret:

São os negros empregados na roça que as fabricam [as ripas] por conta própria, nos dias

---

<sup>666</sup> “Memoria topographica e historica sobre os Campos dos Goitacazes, com uma noticia breve de suas produções e commercio offerecida ao muito alto e muito poderoso Rei e Senhor D. João 6<sup>o</sup>”, ANRJ, cód.807, v.16, p.169.

<sup>667</sup> LEITE, Sidney Ferreira. **São Fidelis – A ideologia de uma sociedade escravista em decadência (1883-1885)**. Monografia (Graduação em História). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, 1989, pp.4-7.

<sup>668</sup> TAUNAY, **Manual do agricultor brasileiro**, op. cit., p.254, grifo meu.

disponíveis. Vão vendê-las em seguida nas feitorias situadas em diversos rios do interior. Cada feixe se compõe de 12 a 15 ripas e o preço varia de acordo com comprimento. Chegam em embarcações, pelos rios afluentes da baía, e se encontram nos depósitos dos negociantes de madeiras de construção.<sup>669</sup>

Quando forros ou trabalhando no sistema “de ganho”, na cidade, esses negros eram remunerados à razão de duas patacas (640 réis) por dia.<sup>670</sup>

Parece ser razoável pensar que, à medida que se avançava século XIX adentro, taxas cada vez maiores de desflorestamento conduzissem a uma elevação dos preços das madeiras, estimulando o engajamento na atividade extrativa em detrimento do cultivo – que poderia, então, chegar ao nível da mera subsistência. Bastante indiciário seria, nesse sentido, o relato de Debret acima reproduzido; escravos utilizando seus raros momentos de folga para cortar madeira ao invés de plantar alimentos é algo que mostra o grau de valorização da mercadoria lenhosa. Em fins da década de 1810, ao visitar o vale do rio São João, Saint-Hilaire relatou observações que também poderiam apontar nessa direção:

Grandes florestas virgens margeiam o rio que tem cerca de 18 léguas de curso; os proprietários ribeirinhos derrubam e serram as árvores melhores e vendem as tábuas a negociantes de S. João, que as expedem para o Rio de Janeiro. [...]  
*Como os colonos empregam ordinariamente seus escravos no trabalho da derrubada, não cultivam senão o necessário ao consumo de suas famílias.*<sup>671</sup>

De fato, há indícios que permitem pensar que, eventualmente, o extrativismo madeireiro pudesse ascender ao primeiro plano da estratégia econômica camponesa. Passando em revista às freguesias do distrito de Cabo Frio, Manuel Aires de Casal relatou, em 1817, que os habitantes de Macaé “recolhem milho, arroz, feijão, farinha, algum açúcar; tiram madeira, *sua principal riqueza*”. Na freguesia de São João, o panorama era o mesmo: “*Afora a madeira, por hora a riqueza principal de seus habitantes, exporta-se variedade de comestíveis*”.<sup>672</sup>

<sup>669</sup> DEBRET, **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, op. cit., p.336.

<sup>670</sup> Idem, *ibidem*, p.237.

<sup>671</sup> SAINT-HILAIRE, **Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil**, op. cit., p.179.

<sup>672</sup> CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica**. São Paulo: Edições Cultura, 1943, p.32, grifo meu.

Há também indicações de que estes produtores tenham utilizado, além de uma pequena escravaria, a mão-de-obra nativa, em regimes variados de trabalho assalariado. Em seu estudo sobre a história ambiental da região norte-noroeste fluminense, Arthur Soffiati escreve uma das passagens mais elucidativas que temos sobre as relações de produção em que se engajavam os atores indígenas na indústria madeireira colonial. Valendo-se das observações de Azeredo Coutinho, o autor conseguiu identificar os índios como uma forma essencial de mão-de-obra: além de “alugarem-se” para cortar madeira – “ofício que exercem com muita destreza” – eles também eram “excelentes falquejadores e serradores”.<sup>673</sup> Algumas décadas mais tarde, Herman von Burmeister viria a descrever pormenorizadamente esse sistema empregatício:

[os índios] [e]mpregam-se como diaristas nas fazendas mais próximas, para abater e transportar madeira. Nesses serviços, levam os toros até o rio longe do qual nenhuma tribo pode existir numa espécie de trenó que pertence ao fazendeiro. Uma vez lançados à água, os paus são amarrados de modo a formarem uma espécie de balsa ou jangada. É neste gênero de transporte que os índios são excelentes, pois ficam semanas a fio sobre os troncos que flutuam. A família toda acompanha o chefe neste tarefa. Durante o dia, deixam que a correnteza vá levando a balsa, à qual, de quando em vez, é dada a direção necessária; à noite, amarram-na num ponto qualquer e a família descansa em terra. [...] Com o dinheiro ganho compram peças de roupa, que encontram em todas as vendas, pólvora, chumbo e outros utensílios, como facas e tesouras, para o uso diário.<sup>674</sup>

### 3.3.2. *Técnicas e tecnologia*

Pouco se conhece sobre as técnicas utilizadas na indústria madeireira colonial, principalmente no que toca à derrubada. A única grande certeza é a de que praticamente todo o instrumental metálico (pás, machados e lâminas de serra) era importado da Europa, principalmente da Inglaterra, e redistribuídos por casas de ferragem na cidade do Rio.<sup>675</sup>

Quanto aos métodos de processamento, costuma-se fazer uso de extrapolações históricas e/ou geográficas, na falta de relatos contemporâneos e conterrâneos,

<sup>673</sup> SOFFIATI, *O nativo e o exótico*, op. cit., p.160.

<sup>674</sup> Citado por SOFFIATI, op. cit., p.160.

<sup>675</sup> DEBRET, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, op. cit., p.239.

principalmente no que tange à fase de extração. É o caso de S. W. Miller, quando este autor assume que a derrubada era feita em moldes bastante parecidos àqueles em voga na Europa do mesmo período: dois cortes em formato de cunha eram feitos simetricamente na base do tronco, sendo o primeiro e maior deles posicionado do lado para o qual se quisesse que a árvore tombasse. Enquanto os machadeiros aprofundavam os cortes, outros trabalhadores preparavam um catre de galhos sobre o qual o “gigante” pudesse cair sem ser danificado pelo impacto. Por vezes, quando possível, os ramos mais inconvenientes eram removidos antes da derrubada com o objetivo de reduzir as chances de a árvore rachar, procedimento considerado supérfluo por alguns feitores mais experientes.<sup>676</sup>

Os riscos relacionados à lavra na mata eram imensos. O maior deles decorria do efeito dominó desencadeado, no contexto das encostas, pela derrubada da “árvore-mestra”, aquele gigante que seria cortado até o fim, carregando consigo todas as outras localizadas à jusante, que eram deixadas bambas pelos lenhadores no caminho até o cume. Não era raro que, nesse processo de desabamento, alguma árvore caísse de forma imprevista, provocando perdas humanas:

Em sua queda um galho se prende contra uma vizinha e o tronco cortado, encontrando um ponto de apoio, descreve um arco; os lenhadores que têm os olhos pregados nele, evitam o perigo saltando para o lado; mas o tronco, colidindo ainda contra outra árvore, muda de direção, livrando-se dos galhos que por um instante o tinham prendido, e impelido por seu próprio peso desaba com a velocidade de um relâmpago. De nada vale a precaução e destreza do lenhador – ele é esmagado.<sup>677</sup>

É deveras interessante notar como esses perigos inerentes à interação com a ecologia da floresta tropical foram incorporados ao imaginário das sociedades camponesas herdeiras desse legado mestiço colonial – isto que muitos antropólogos chamam de cultura *folk*. Ao que tudo indica, a elaboração mítica desses freqüentes azares desembocou na lenda do “rei da mata”, ainda ouvida hoje em dia. Num conto escrito pelo folclorista Viriato Padilha, o velho Torquato (ou *Trocato*, como era conhecido

<sup>676</sup> MILLER, *Fruitless trees*, op. cit., p.137.

<sup>677</sup> Joaquim Caetano da Silva Guimarães, “A agricultura em Minas Gerais”, citado por DEAN, *A ferro e fogo*, op. cit., p.198.

na comunidade), o mais experiente de um grupo de derrubadores, explica aos demais, ainda muito jovens e desconhecedores dos pormenores do ofício, do que se tratava a tal entidade:

- Mas afiná, o que é o rei da mata, seu Trocato? Perguntou o Xico Bagre muito intrigado.
- O rei da mata? O rei da mata é um pau.
- Um pau?!
- Depois o que haverá de sê? É um bicho desses que nós estamos pelejando com ele todo o dia. Eu também não sabia que havia rei da mata, mas um dia um cabocro veio, que eu conheci, me abriu os oio, e “de antão por diante” sempre que mando fazê uma derrubada, não me sai do juízo esse azá, porque o rei da mata é o azá das derrubada.
- E que jeito tem ele, seu Trocato? Perguntou o Sabará.
- Eu já lhe digo. Tôda a serra que ainda está em mato virgem tem o seu rei da mata. É uma árvore quarqué. Às vezes é uma cabiúna, um jacarandá, uma peróba, um ubataú; às vezes até é um aipó ou um espinheiro; já encontrei um dêsses que era uma rama de *ora pru nobis*. A gente tá derrubando, e não sabe qual é o rei da mata. Mas desgraçado de você, se lhe mete o machado ou a foice! Alguma coisa lhe acontece. É por isso que se dá tanta desgraça nas derrubadas. É pru via do rei da mata. [...].<sup>678</sup>

Recorramos, mais uma vez, ao estudo de Ellen e Klaas Woortmann. Os dois autores, que também encontraram essa noção de “vingança da natureza” na cosmologia dos camponeses sergipanos, explicam-na como um sistema cognitivo estreitamente vinculado à idéia de providência divina:

Para os sitiantes, a natureza não tem apenas suas leis próprias, como um domínio em si, ao contrário da percepção científico-ecológica do pensamento ocidental; ela é concebida como um instrumento de Deus, o qual se manifesta diretamente aos homens por meio dela. A vontade da natureza é a vontade de Deus. Se uma árvore cai sobre uma pessoa, o fato é interpretado como sendo vontade divina e ao mesmo tempo vingança da natureza, sempre perigosa e imprevisível quando o homem a ataca.<sup>679</sup>

A extração das árvores era realizada nos vales dos rios abaixo das corredeiras. Na região da Mata Atlântica fluminense, essa era uma área muito limitada, devido à barreira da escarpa costeira. Grande parte das madeiras nobres era mais pesada que a água e tinham,

<sup>678</sup> PADILHA, Viriato. **Os roceiros: histórias e lendas do sertão**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1956, pp.96-7.

<sup>679</sup> WOORTMANN & WOORTMANN, **O trabalho da terra**, op. cit., p.62.

então, que ser transportadas em balsas junto com madeiras mais leves para trazê-las ao porto ou local de beneficiamento, donde que descê-las por cascatas ou corredeiras era uma tarefa muito mais complicada.<sup>680</sup> Apenas umas poucas espécies tinham valor de mercado e nunca eram encontradas em bosques densos, mas sempre espalhadas na floresta primária remanescente; estima-se, por exemplo, que fossem encontradas apenas três ou quatro exemplares de peroba (*Aspidosperma ramiflorum*) em um alqueire de mata.<sup>681</sup> Todas essas circunstâncias elevavam sobremaneira os custos de produção, fazendo com que o investimento na atividade madeireira fosse rentável somente para aqueles rurícolas assentados bastante próximos à franja florestal. Em meados dos setecentos, passada a avalanche devastadora do primeiro ciclo do açúcar, o avanço da fronteira agrícola já tinha confinado a mataria mais densa às fraldas da Serra dos Órgãos.<sup>682</sup>

Quanto aos métodos de serragem, temos uma preciosa fonte: a descrição textual e pictórica de Debret. A serragem era feita manualmente, utilizando-se sempre dois trabalhadores. A tora, mais ou menos esquadrejada a machado (processo através do qual se obtinha pedaços de seis a 13 metros de comprimento), era apoiada no chão por uma de suas extremidades, onde se posicionava um dos serradores; o outro se punha em cima do estrado ou cavalete, uma espécie de suporte pouco mais alto do que um homem que sustentava, no ar, a outra extremidade da tora. Às vezes, construía-se um estrado “deitado”, com os serradores ficando quase no mesmo nível, sendo o golpe da serra desferido horizontalmente (figura 3.3). O tipo de serra mais comum era aquela conhecida como “de estaleiro”, com uma lâmina estreita na parte inferior e larga na superior. Estes procedimentos, segundo Debret, não impunham grandes riscos à saúde

---

<sup>680</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.180.

<sup>681</sup> DEFFONTAINES, “A floresta a serviço do homem no Brasil”, op. cit., p.567.

<sup>682</sup> AMADOR, **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos**, op. cit., pp.270, 275.

do trabalhador.<sup>683</sup>

É muito provável que os equipamentos de serraria mecânica tenham se difundido, de modo substancial, apenas na segunda metade do oitocentos, algo que pode soar bastante bizarro quando constatamos que as serrarias hidráulicas funcionavam nas colônias inglesas e holandesas havia quase dois séculos – isto sem falar nas próprias metrópoles européias, que suas congêneres européias. A manufatura comercial de peças básicas de madeira – tábuas,

---

<sup>683</sup> DEBRET, **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, op. cit., p.237; ver também SOUZA, **Indústria madeireira**, op. cit., p.10.

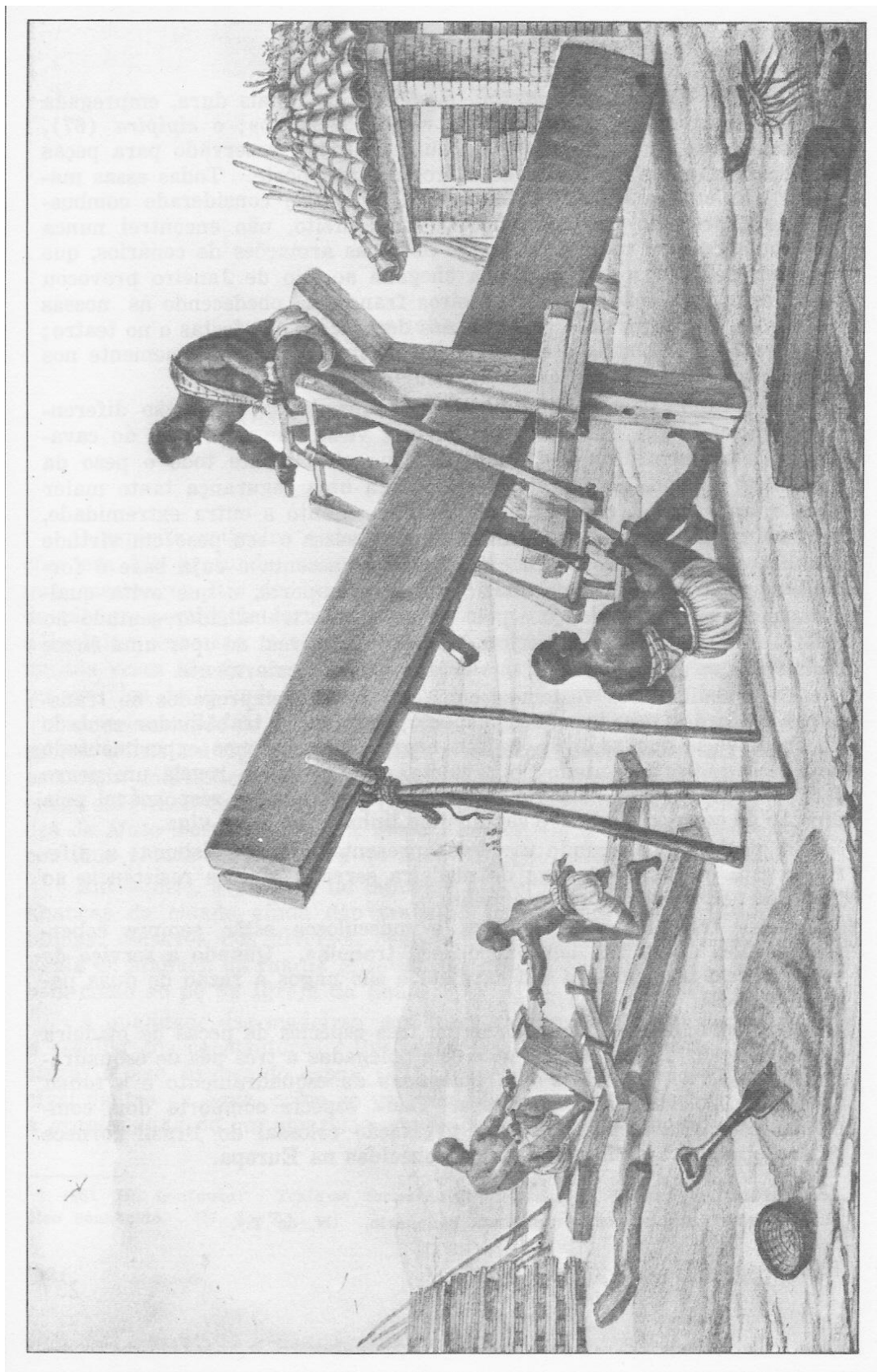


Figura 3.2 - "Negros serradores de tábuas"  
(DEBRET, Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, op. cit. p.238)



utilizavam esses aparatos produtivos desde o século XVI.<sup>684</sup> Essa enorme defasagem tecnológica em relação ao restante do mundo colonial é explicada, em grande parte, pela mentalidade dos fazendeiros brasileiros, sempre avessa a modificações no processo produtivo. Vejamos o relato de Debret:

O espírito rotineiro e de oposição generalizada a quaisquer inovações era tão profundo, quando de minha chegada ao Brasil, em 1816 que, mesmo no Rio de Janeiro, o proprietário de escravos serradores de tábuas, partidário ferrenho desse gênero de exploração, se recusava a instalar serrarias mecânicas em sua propriedade, situada entretanto muitas vezes tão favoravelmente no meio de florestas virgens abundantes em rios de variado volume d'água.<sup>685</sup>

Outra razão que não deve ser esquecida refere-se às diferenças nas condições ecológicas oferecidas pelas florestas tropicais e subtropicais/temperadas. As técnicas de produção em massa (“lumberização”) que vinham sendo desenvolvidas na indústria madeireira na bacia do mar Báltico desde o medievo puderam ser facilmente transplantadas para as matas da América do Norte, associações vegetais biogeograficamente semelhantes às pranchas, materiais de tanoaria, etc. – teve início no Maine e em New Hampshire, mas, no fim do período colonial, a atividade já se difundira por toda a Carolina do Norte. Em meados do setecentos, as colônias americanas já eram grandes exportadoras, principalmente a Nova Inglaterra, que abastecia as ilhas do Caribe com tábuas para construção.<sup>686</sup>

De fato, encontram-se muito poucos indícios da existência dessas aparelhagens anteriores ao século XIX, no Brasil; elas parecem ter se tornado mais comuns a partir da segunda década do oitocentos.<sup>687</sup> A evidência mais remota de que tenho notícia está na escritura da propriedade comprada por João Rodrigues Pereira de Almeida (o futuro

---

<sup>684</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.154. Em 1555, o engenheiro francês Jacques Besson assim descrevia uma serraria: chassi de lâminas múltiplas, num paralelogramo articulado, com peso de chumbo na parte inferior e uma chanfradura na parte superior, onde desliza um braço ou dente engastado no eixo da roda d'água. Em cada rotação do eixo, o braço de madeira levanta o quadro das serras, deixando-o cair em cima de um monte de pó de serra pelo peso do chumbo na sua extremidade inferior. Ao mesmo tempo, um carrinho conduz a tora contra o gume das lâminas. Cf. SOUZA, **Indústria madeireira**, op. cit., p.7.

<sup>685</sup> DEBRET, **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, op. cit., p.236.

<sup>686</sup> ROBERTSON, **História da economia americana**, op. cit., pp.84-5; WILLIAMS, **Deforesting the earth**, op. cit., p.197.

<sup>687</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.180.

Barão de Ubá, homem de grande prestígio e fortuna), no ano de 1806, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, no distrito de Inhaúma; dentre as benfeitorias incluídas na transação (engenho, escravos, animais, etc.), figurava uma serraria.<sup>688</sup> Essa fazenda abrigou o famoso naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire quando de suas andanças pelas terras fluminenses em mais de uma oportunidade. Na penúltima delas, em março de 1818, o famigerado viajante relata que haviam sido feitos muitos melhoramentos nas instalações da propriedade desde sua última visita. Uma delas fora exatamente a construção de “uma máquina que movimentava os pilões fazendo ao mesmo tempo mover uma serra e um moinho”, executada pelo engenheiro mecânico François Ovide, membro da mesma missão artístico-cultural que trouxera Debret, em 1816.<sup>689</sup> Deixado no ócio pelo governo português quase desde a sua chegada, Ovide passara a se dedicar, então, à instalação de engenhos, rodas d’água e máquinas em geral por todo o território da capitania<sup>690</sup>, donde é provável que se tenha dado, a partir de seus esforços isolados e pontuais, um primeiro e não-desprezível impulso ao progresso tecnológico da indústria madeireira fluminense. Os trabalhos realizados pela serraria de Pereira de Almeida forneciam modelos de peças que, conquanto não fossem perfeitos, fomentavam um espírito de “aperfeiçoamento” técnico e estético nos seus vizinhos.<sup>691</sup> Com efeito, o emprego de madeira serrada (ou “aparelhada”, como se dizia à época) na armação do telhado, bem como na estrutura das paredes, era cada vez mais valorizado socialmente.<sup>692</sup>

Não obstante, somente o crescimento populacional advindo da transferência da Corte para o Rio viria a fornecer o estímulo fundamental para a criação de um mercado madeireiro mais dinâmico. Pouco a pouco foi-se adotando, a partir de então, os

---

<sup>688</sup> Esse documento faz parte do conjunto documental *Escrituras públicas de compra e venda*, pertencente ao acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e examinado por FRAGOSO & FLORENTINO, **O arcaísmo como projeto**, op. cit., pp.159-61.

<sup>689</sup> SAINT-HILAIRE, **Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil**, op. cit., p.122.

<sup>690</sup> MORALES DE LOS RIOS FILHO, **O Rio de Janeiro imperial**, op. cit., p.296.

<sup>691</sup> SAINT-HILAIRE, **Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil**, op. cit., p.122.

<sup>692</sup> FARIA, **A colônia em movimento**, op. cit., pp.357-8.

procedimentos mecânicos europeus, cuja rapidez e eficiência ajudaram a multiplicar o tecido urbano carioca. Em 1822, Debret maravilhava-se com a velocidade com que via surgir os arrabaldes de Mata Porcos, Catumbi, Mata Cavalos, Catete e Botafogo – todos eles ainda inexistentes oito anos antes.<sup>693</sup>

### 3.3.3. O comércio madeireiro

Para a realização do valor de troca da biomassa tomada à floresta, não bastava apenas o gingar dos machados. Como preconizou Karl Kautsky em sua teoria do trabalho acessório, a indústria rural (a escultura em madeira, a fabricação de ardósia, lápis, cestos, a serralheria, etc.), como *produção de mercadorias*, “só pode desenvolver-se em associação a um capitalista, um comerciante ou um depositário capaz de estabelecer comunicações com um mercado distante, ao qual o camponês isolado não consegue chegar diretamente”.<sup>694</sup> Nesse sentido, os comerciantes jogavam, nas economias agrárias arcaicas, um papel fundamental no processo de espoliação econômico-ecológica do campo em face das demandas urbanas.

O comércio de madeiras estruturava-se de modo hierárquico, como, aliás, não poderia deixar de ser em se tratando de uma sociedade pré-industrial.<sup>695</sup> Na bacia do rio Macacu, por exemplo, a produção era escoada através dos pequenos portos fluviais, onde as madeiras eram vendidas a pequenos mercadores ou, como eram conhecidos à época, *atravessadores*.<sup>696</sup> Como os portos eram privados – em razão das terras doadas como sesmarias incluírem os corpos d’água<sup>697</sup> –, os próprios donos das docas fluviais faziam freqüentemente o papel de negociantes, comprando a madeira dos cortadores

<sup>693</sup> DEBRET, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, op. cit., p.236.

<sup>694</sup> KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, pp.200-1.

<sup>695</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII. Os jogos das trocas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1970, p.340.

<sup>696</sup> *Descrição*, op. cit., cap.18. 36. A toponímia local guarda, até hoje, resquícios deste processo de comercialização, como pode ser comprovado por denominações como “Porto Tabuado”.

<sup>697</sup> FRIDMAN, *Donos do Rio em nome do Rei*, op. cit., pp.84-5.

locais e vendendo-as na cidade.

Muitas vezes havia, ainda, em razão da necessidade de vencer grandes distâncias, a atuação de um segundo intermediário, ao qual cabia o transporte das madeiras dos portos fluviais aos portos marítimos. Cabo Frio, por exemplo, em 1778, contabilizava seis “lanchas de tabuado”, as quais, somente na falta dessa mercadoria, conduziam mantimentos.<sup>698</sup> Com efeito, esses conjuntos de negócios deram origem ou permitiram a sobrevivência de alguns povoados e cidades de “boca de sertão”, na medida em que serviram, por muito tempo, como o centro de comercialização inicial dos produtos extrativos que fluíam para o Rio de Janeiro. Em 1818, Saint-Hilaire observou que a vila de São João da Barra era “um entreposto comercial de madeira bem considerável”.<sup>699</sup> De fato, isto é confirmado por Larissa Brown; a autora assinala que, entre 1799 e 1822, o porto supracitado constituía uma das fontes mais importantes de abastecimento madeireiro da capital por navegação costeira (cabotagem), perfazendo de cinco a 10 por cento dos registros de entrada no conselho da cidade.<sup>700</sup> De magnitude semelhante eram os portos de Macaé, Campos dos Goitacazes e Cabo Frio.

Feita essa primeira transação, transportava-se a madeira pela Baía de Guanabara ou por cabotagem até a cidade do Rio de Janeiro, onde ela era armazenada nas “estâncias” dispostas ao longo da praia de D. Manoel, da Prainha, na rua da Misericórdia, no Saco do Alferes e ao pé da Igreja da Saúde.<sup>701</sup> Esses pontos de estocagem pertenciam aos grandes negociantes do ramo. Na alvorada da época imperial, os cinco mais importantes eram José Bernardes Monteiro, Antonio José, Francisco Manoel de Faria, José Francisco Diogo e João Pereira de Britto. Em fevereiro de 1825, com a finalidade de barganhar a renovação da licença que lhes havia sido concedida por D. João VI, eles enviam uma representação coletiva ao imperador D. Pedro I, com a

---

<sup>698</sup> LAVRADIO, “Relação – parte II”, op. cit., p.310.

<sup>699</sup> SAINT-HILAIRE, **Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil**, op. cit., p.179.

<sup>700</sup> BROWN, “Urban growth, economic expansion, and deforestation”, op. cit., p.172.

<sup>701</sup> DEBRET, **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, op. cit., pp.236, 333.

seguinte proposta – relatada pelo Intendente Geral da Polícia<sup>702</sup>:

P.<sup>a</sup> conciliarem o publico interesse com a vantagem de obterem hũ local espaçoso p.<sup>a</sup> venda das suas madeiras, propõem-se a aterrarem sobre o mar a m.<sup>ma</sup> porção de terreno q. occupão, fazendo o Cães, e terrapleno a sua custa desde o Largo de Moura athe as Cocheiras, com a largura de 150 palmos, pouco m.<sup>s</sup>, ou menos p.<sup>a</sup> Servidão publica, e offerecendo alem disto cada hum dos Sup.<sup>es</sup> gratuitam.<sup>e</sup> cem carradas de pedra p.<sup>a</sup> as rampas das fr.<sup>es</sup> das duas q. deverão ser mandadas construir p.<sup>lo</sup> Senado ou Policia. Exigem p.<sup>a</sup> este fim a concessão do terreno q. occupão, e q. pedem se lhes conceda de propried.<sup>e</sup> com 9 a 10 braças de fundo, com as frentes q. atualm.<sup>e</sup> tem.<sup>703</sup>

A Intendência era o principal instrumento administrativo-institucional de produção de espaço urbanizável (terrenos edificáveis), uma mercadoria extremamente cara no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX. Sua estratégia mais comum era ceder terrenos aos agentes privados em troca do custeamento dos serviços de aterro e drenagem: entre 1808 e 1821, essas transações fizeram avançar significativamente a malha urbana carioca, criando 19 largos e 49 ruas.<sup>704</sup> Não há dúvida de que esta propensão político-econômica do governo imperial explica, em alguma medida, a atitude dos comerciantes madeireiros.

De outra cota, também não se pode deixar de notar que se tratava de um investimento em infra-estrutura, capital fixo, revelando uma expectativa econômica de médio a longo prazo. Isto permite aferir um razoável grau de especialização destes homens de negócio, um comportamento econômico incompatível com as posições do topo da pirâmide mercantil, conforme demonstrou João Fragoso.<sup>705</sup> De fato, não encontramos nenhum comerciante madeireiro com mais de dez mil quilômetros no comércio de longa distância (anos de 1812-14, 1817 e 1822), o filé *mignon* dos negócios coloniais. À transação da madeira entregavam-se mercadores de porte médio ligados exclusivamente ao comércio de abastecimento interno; se, por um lado, esses indivíduos

<sup>702</sup> Sede maior do poder local durante o período joanino e o Primeiro Reinado, a *Intendência Geral da Polícia da Corte*, além de poderes absolutos sobre as questões de segurança pública, também era responsável pela gestão do espaço urbano.

<sup>703</sup> “Representação assinada por José Bernardes Monteiro e outros negociantes de madeiras, estabelecidos na praia de D. Manoel, dirigida a S.M.I.” BNRJ, Seção de Manuscritos, II-34, 26, 25.

<sup>704</sup> LESSA, *O Rio de todos os Brasis*, op. cit., pp.80-1.

<sup>705</sup> FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, pp.153-98.

não eram reles vendeiros, tampouco se aproximavam dos poderosos negociantes imperiais, movimentadores essenciais da economia do mundo luso.<sup>706</sup> Não há indícios de que as madeiras de construção estocadas nas praias da capital constituíssem itens de exportação minimamente relevantes, diferentemente da Bahia, por exemplo, que remetia grandes quantidades de madeira para Angola, no século XVII.<sup>707</sup> O fato do Rio de Janeiro estar inserido numa rede comercial que conectava áreas extremamente ricas em madeiras tropicais (principalmente a África oriental e o sul-sudeste asiático) talvez explique porque a maior praça mercantil da América portuguesa não utilizasse fibra lenhosa em suas trocas, evitando que os membros de sua comunidade atingissem a importância econômica e política dos grandes traficantes de madeira ingleses, franceses e holandeses.<sup>708</sup>

Não há como saber ao certo em que medida as “estâncias” da praia D. Manoel aparentavam-se aos “armazéns de madeiras para comércio” mencionados nas *Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, uma fonte que se refere ao final da década de 1780. O mais provável é que os 18 armazéns de madeiras – número bastante significativo se considerarmos a quantidade de padarias (14), açougues (13) e armazéns de arroz (12)<sup>709</sup> – de fato pertencessem a um número reduzido de mercadores. Estes agentes eram importantíssimos na movimentação da economia endógena da capitania, como fica explícito no relato de Debret:

Entre as inúmeras espécies de madeiras que crescem nas florestas virgens do Brasil, os construtores fizeram uma escolha que regula o abastecimento habitual do Rio de Janeiro, onde os negociantes de madeiras oferecem à indústria do carpinteiro, do carroceiro, do

<sup>706</sup> A esse respeito, ver FRAGOSO, João. “Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII a XIX)”. **História: Questões e Debates**, v.36, 2002, pp.99-127.

<sup>707</sup> LAPA, **A Bahia e a carreira da Índia**, op. cit., p.26.

<sup>708</sup> A importância dos agentes mercantis para a organização do comércio madeireiro aumenta significativamente com a chegada da segunda metade do século XVIII. De acordo com Michael Williams (**Deforesting the earth**, op. cit., p.300), “o comércio geral de madeira era, em grande medida, o resultado da ação de empreendedores individuais e raramente de governos”. A colonização das Honduras britânicas, por exemplo, surgiu do interesse dos mercadores em levar o mogno para o mercado europeu. Cf. PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, pp.348-9.

<sup>709</sup> “Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. **RIHGB**, v.47 (1-2), 1884, p.44.

torneador, do ebanista, do marceneiro, todos os recursos de sua flexibilidade, de sua dureza ou de suas dimensões colossais.<sup>710</sup>

A madeira, em razão de suas características físicas (tamanho e peso, principalmente), era uma mercadoria cujo arranjo do circuito distributivo diferia bastante dos demais produtos rurais de consumo interno. Ao contrário destes, a madeira seguia, a partir da captação de produtores dispersos, uma trajetória ininterruptamente crescente de centralização, dispensando uma última fase de descentralização varejista<sup>711</sup>; a venda ao consumidor primário (construtores civis, marceneiros, carpinteiros, sapateiros, etc.) era feita pelos maiores comerciantes do ramo. À medida que se subia na hierarquia mercantil da madeira, a “negatividade” da relação de reciprocidade tendia a crescer exponencialmente (relações capitalistas mercantis), propiciando aos negociantes urbanos – o elo final entre produção e consumo – vultosos lucros.

### ***3.4. Segunda aproximação empírica: Santo Antônio de Sá de Macacu***

#### ***3.4.1. Crítica da fonte***

As *listas nominativas de habitantes*, documentos também conhecidos nos círculos historiográficos pelo nome de *maços de população*, são levantamentos censitários elaborados desde meados do século XVIII, alcançando as primeiras décadas do período imperial. Inicialmente, essas contagens consideravam unicamente a população livre, mas, a partir de 1770, passou-se a abarcar todos os habitantes, com exceção, evidentemente, dos indígenas, já que a maioria escapava ao controle das autoridades responsáveis.<sup>712</sup>

É necessário anotar que a Coroa portuguesa sempre se preocupou com a avaliação da produção de suas gentes nas colônias, volta e meia anexando informações econômicas nessas

---

<sup>710</sup> DEBRET, **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, op. cit., pp.236, 334.

<sup>711</sup> Dean falou em um “ativo comércio atacadista de madeira” no Rio de Janeiro oitocentista. Cf. **A ferro e fogo**, op. cit., p.211.

<sup>712</sup> NADALIN, **História e demografia**, op. cit., p.62; BACELLAR, “Uso e mau uso dos arquivos”, op. cit., pp.28 e 66.

estatísticas populacionais. Sem embargo, é somente a partir de um decreto régio de 1797 que se observa um substantivo deslocamento nos objetivos das listas nominativas que, articuladas a uma nova política de estímulo ao crescimento populacional e à ocupação do território, afastam-se cada vez mais de seu caráter original, de cunho estritamente militar, para um caráter mais econômico. As listas passam a incluir, então, quase que sistematicamente, a profissão do chefe do domicílio e a produção anual do fogo, compreendendo muitas vezes a relação nominal dos agregados, escravos, administrados e forros, além de outros dados, quando coubessem e, com efeito, quando bem parecesse aos funcionários incumbidos de tais tarefas, acentuando o caráter fortemente aleatório da documentação.<sup>713</sup>

Em outra ocasião, fazendo uso da *Relação dos Engenhos, das Fabricas, das Olarias, das Fazendas, dos Possuidores, Familias, Escravos, Gados, Madeiras, e do Rendim.*<sup>10</sup> *Annual pertencente a cada hum dos Moradores do Destricto da Villa de S.<sup>to</sup> An.<sup>to</sup> de Sá*, realizei um estudo introdutório sobre a relação entre os produtores rurais e a indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do setecentos. Demonstrei, através de indicadores quantitativos (participação das classes agrárias no número de madeireiros, tanto total como interno à classe, e as produções médias), corroborados por indícios textuais – como o da troca de madeira por mantimentos nas tavernas –, que os atores responsáveis pela produção madeireira, na Santo Antônio de Sá de fins do século XVIII, eram os pequenos produtores de gêneros alimentícios (“lavradores” e “fabricantes de farinha”).<sup>714</sup> Sobre estes indícios, erigi, então, a hipótese de que a indústria madeireira comercial podia ser explicada como uma estratégia dos produtores agrícolas de subsistência em face dos constrangimentos impostos pela estrutura sócio-espacial à sua sobrevivência e reprodução:

---

<sup>713</sup> NADALIN, **História e demografia**, op. cit., pp.62, 66-7; BACELLAR, “Uso e mau uso dos arquivos”, op. cit., p.28.

<sup>714</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. “Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – evidências empíricas para a região do Vale do Macacu”. **Ambiente & Sociedade**, v.7 (2), 2004, pp.134-6.



No Brasil colonial, salvo raras exceções, o pequeno produtor rural não pôde estabelecer um *vínculo de cooperação* com o ambiente. Não havia tempo para isso, ele não podia perder sequer uma única oportunidade de extrair da natureza qualquer mercadoria que lhe proporcionasse bons rendimentos no momento da troca; afinal de contas, nunca se sabia quando o senhor de engenho ao lado iria expulsá-lo de suas terras e deixá-lo à deriva pelo sertão. Em outras palavras, a extrema instabilidade e precariedade de seu relacionamento com a terra parece ter produzido um *vínculo de saque* entre o pequeno produtor de subsistência e o ambiente, o fenômeno da indústria madeireira comercial representando apenas um caso particular desta relação geral.<sup>715</sup>

Conforme argumentei na conclusão daquele artigo, a raridade/excepcionalidade do tipo de fonte que foi usada na pesquisa pode tornar-se um sério obstáculo para uma maior exploração dessa hipótese. Como se sabe, a disponibilidade de listas nominativas, principalmente para o período colonial, é muito restrita. O Arquivo do Estado de São Paulo é o detentor da única coleção completa, que abrange todas as vilas da antiga capitania. Para o restante do Brasil, conhecem-se algumas listas isoladas, notadamente para Minas Gerais, mas não há notícias de séries longas preservadas.<sup>716</sup> Embora Corcino dos Santos já tivesse utilizado esse tipo de documentação desde o começo da década de 1990<sup>717</sup>, os historiadores demógrafos davam como perdidos os maços de população respeitantes ao Rio de Janeiro. Felizmente, alguns deles foram achados por Maurício de Almeida Abreu na seção de avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Foram trazidas ao Brasil por esse geógrafo histórico cópias de seis maços, os quais dizem respeito aos distritos de Guaratiba e Santo Antônio de Sá (a já mencionada *Relação dos Engenhos, das Fabricas,...*); os de Guaratiba estão divididos em suas cinco freguesias (Campo Grande, Jacarepaguá, Guaratiba, Marapicu e Jacutinga), enquanto o maço de Santo Antônio de Sá não discrimina as freguesias. A ressalva de Amaral Lapa, feita ainda no início de década de 1970, continua atual, ou seja, os historiadores brasileiros continuam consideravelmente ignorantes em relação ao que os arquivos podem oferecer, principalmente os portugueses<sup>718</sup>; é de se esperar que muitos outros

---

<sup>715</sup> Idem, *ibidem*, p.138, grifo no original.

<sup>716</sup> BACELLAR, *op. cit.*, p.28.

<sup>717</sup> SANTOS, *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*, *op. cit.*

<sup>718</sup> LAPA, *Economia colonial*, *op. cit.*, p.11.

maços de população estejam preservados no acervo não catalogado do Arquivo Ultramarino.

Destas listas, apenas a de Santo Antônio de Sá registra a produção madeireira. A boa metodologia historiográfica nos manda, com toda a razão, perguntar o porquê dessa excepcionalidade. Como já foi dito mais atrás, esse tipo de documentação tende a identificar todos os domicílios como dedicados à lavoura, ocultando atividades intermitentes/secundárias e/ou exercidas por indivíduos outros que não o chefe da família, como filhos adultos, agregados e até mesmo escravos.<sup>719</sup> Sempre existe a possibilidade das diferenças encontradas na documentação serem fruto da mudança fortuita nos critérios de inclusão de dados, mudanças essas efetuadas simplesmente porque o produtor do documento achou por bem proceder daquela forma. Por outro lado, podemos aventar com a hipótese de que a produção madeireira foi incluída na lista porque se tratava de uma fonte de renda local muito importante, tanto quanto a agricultura – ou até mais; os dados cartografados na figura 3.1 corroboram essa hipótese.

Aproveito a deixa para abrir um pequeno parêntese e falar um pouco sobre as designações usadas à época para o tratamento do papel econômico aqui estudado. Embora se venha usando – e se vá continuar a usar –, ao longo desta dissertação, o termo *madeireiro* para significar o indivíduo ou a “empresa” praticante do extrativismo, é importante notar que, até onde pude verificar – seja na literatura, seja na documentação primária – o dito vocábulo não era empregado com essa conotação; *madeireiro* era, isso sim, o *negociante de madeiras*. Uma das típicas aglomerações de profissionais da mesma corporação ao longo de uma rua – conhecida característica das cidades pré-industriais, tais como o Rio de Janeiro colonial tardio – era a travessa dos *madeireiros*. O termo utilizado para a designação dos agentes produtivos era *fabricante de madeiras*. Muitas vezes o *madeireiro* (isto é, o comerciante) também atuava no beneficiamento, empregando escravos para a serragem de tábuas e outras peças nos seus

---

<sup>719</sup> BACELLAR, “Uso e mau uso dos arquivos”, op. cit., p.68.

barracões situados nas vizinhanças da cidade, como bem mostra a já citada pintura de Debret<sup>720</sup>; mas não há indícios de que eles se envolvessem diretamente com a atividade extrativista. Sintomático dessa diferenciação é o fato de que, dentre as mais de 100 atividades que Eni de Mesquita Samara encontrou na documentação ituana, entre 1780 e 1830, duas delas relacionam-se à indústria madeireira: “lavra madeira” e “madeireiro”.<sup>721</sup>

Fechado o parênteses, voltemos à crítica da fonte. Embora excepcionalmente rica, uma limitação evidente dessa minha documentação demográfica é a sua *estaticidade*, já que somente dispus de uma única lista, referente a 1797. A opção das fontes cartorárias, aventada por mim no texto a que acima me refiro, logo mostrou-se inviável devido ao tempo que era necessário investir para uma mínima familiarização com a documentação e os métodos adequados para trabalhá-la. Além disso, sabe-se que a pobreza rural deixou pouquíssimos registros desse naipe, bem como registros eclesiásticos (batismos, casamentos, enterros), o que impossibilita – ou pelo menos dificulta muito – um estudo prosopográfico dinâmico. Por outro lado, consoante aponta Carlos Bacellar,

nunca é demais frisar que a inexistência de estudos sobre o mercado de abastecimento interno e a pequena manufatura doméstica continua a dificultar enormemente a compreensão da economia e sociedade do passado, fazendo com que segmentos majoritários das populações coloniais restem muito pouco compreendidos em sua rotina cotidiana de produção e consumo.<sup>722</sup>

Nesse sentido, o alerta perspicaz de Rosane Monteiro, referindo-se à historiografia da economia cafeeira, adquire toda a sua devida amplitude:

*A expansão cafeeira exigia derrubada de matas. Os estudos sobre a cafeicultura*

*brasileira não se preocuparam em examinar o que era feito com as milhares e milhares*

---

<sup>720</sup> Analisando os ofícios artesanais de escravos arrolados nos inventários *post-mortem* dos anos de 1789 a 1792, 1795 a 1797, 1800 a 1802, 1805-1807, 1810 a 1812 e 1815 a 1817, Carlos Lima encontrou 2 cativos que trabalhavam como “serradores de tábuas”, representando 0,8 por cento do total. Cf. “Sobre a lógica e a dinâmica das ocupações escravas na cidade do Rio de Janeiro (1789-1835)”. In: SOUSA, Jorge Prata de. (org.). **Escravidão: ofícios e liberdade**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, pp.14-15, quadro 2.

<sup>721</sup> SAMARA, Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano, op. cit., p.174.

<sup>722</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2001, p.142.

*de árvores derrubadas para o plantio dos pés de café.* Atentos apenas para os aspectos da economia de exportação, não deram a devida atenção aos importantes segmentos econômicos voltados exclusivamente para o mercado interno. O comércio madeireiro, assim como a pecuária e a cultura de alimentos, foi importante e dinâmico.<sup>723</sup>

Temos, então, um ciclo vicioso que conecta enviesamento das fontes e historiografia “elitizada” – tanto em termos de conteúdo social quanto em termos de modalidade de exploração econômica. Mas se, malgrado a parcialidade dos registros produzidos e que sobreviveram ao tempo, a curiosidade do “leitor operário” de Bertolt Brecht sobre os construtores anônimos de Tebas conserva toda a sua importância<sup>724</sup>, como transformar esse questionamento em efetiva diretriz de pesquisa?

Se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. Os casos marginais, como notou Kuhn, põem em causa o velho paradigma, e por isso mesmo ajudam a fundar um novo, mais articulado e mais rico. Quer dizer, funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer.<sup>725</sup>

Deste modo, me é forçoso admitir – tal como fez Guillermo Palácios para o caso da agricultura camponesa no Nordeste oriental setecentista<sup>726</sup> – que a elaboração de minha narrativa da indústria madeireira privada parte, desde o início, de bases extremamente frágeis. A análise que apresento, de maneira análoga à de Palacios, deve ser considerada, pois, como um conjunto de proposições de alto teor *interpretativo*, um corpo de conjecturas apoiadas, na medida do possível, em “descuidos” e “cochilos” da documentação, numa orientação inevitavelmente *indiciária*.

No contexto de sua exaltação dos avanços obtidos a partir de uma abordagem não-elitista aplicada ao estudo do Brasil colonial, A. J. R. Russell-Wood destaca que o império ultramarino português, esta “empresa fantástica”,

não foi obtida apenas por vice-reis, governadores, dignatários eclesiásticos e capitães de mar e terra. Foi um trabalho de patriotismo, de fé, de amor e de suor e foi realizado por camponeses, calafates, soldados, marinheiros, artesãos, humildes missionários, pintores

<sup>723</sup> MONTEIRO, “Diversificação econômica das fazendas mistas no oeste paulista”, op. cit., pp.18-9, grifo meu.

em madeira e pedra, carpinteiros de navios, condutores de gado e mulheres.<sup>727</sup>

Ao lado de todas estas personagens cuidadosamente listadas pelo autor, talvez devêssemos incluir uma outra, tão importante e “invisível” quanto àquelas – o *madeireiro*, isto é, o agente responsável pela transformação da fitomassa lenhosa em recurso social e, no contexto de uma economia de troca, em mercadoria.<sup>728</sup> Ao lado do já mencionado prisma naturalizante através do qual essa atividade era vista pelas mentes coevas, sua invisibilidade advém, outrossim, do fato de que, na maioria das vezes não era possível identificá-la a uma pessoa ou instituição específicas; a extração madeireira era realizada sob quase todos os tipos de organização do trabalho possíveis, e os próprios produtores diversificavam-se étnica e socialmente em grande medida<sup>729</sup>, muito embora, haja indícios de que eram as camadas mais pobres aquelas mais freqüentemente recrutadas para esse setor da economia. E, conforme observou Miller, esse sombreado social mestiço, pobre e sem terras ainda é o segmento mais negligenciado da historiografia brasileira, o que nos obriga, mais uma vez, a procedimentos heurísticos altamente especulativos quanto aos seus modos de vida.<sup>730</sup>

### 3.4.2. *O panorama da economia agrária*

Para a capitania do Rio de Janeiro, o período colonial tardio parece ter sido bem definido

---

<sup>724</sup> GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p.15.

<sup>725</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p.176.

<sup>726</sup> PALACIOS, Guillermo. “Agricultura camponesa e *plantations* escravistas no Nordeste oriental durante o século XVIII”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial**. 2<sup>a</sup> ed. rev. São Paulo: Hucitec, 2002, p.36.

<sup>727</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.43.

<sup>728</sup> Convém lembrar que, na linguagem da época, o termo *madeireiro* era usado para designar o negociante de madeira, isto é, o comerciante. Deliberamos, contudo, adotar o significado contemporâneo por razões de conveniência expositiva.

<sup>729</sup> MILLER, **Fruitless trees**, op. cit., pp.106-7.

<sup>730</sup> MILLER, “Stilt-root subsistence”, op. cit., p.239.

por um certo padrão de transformações econômicas e geográficas. Há toda uma historiografia mais recente que aponta não para um “renascimento da agricultura” – posto que ela nunca havia desfalecido – mas para uma diversificação da economia agrária, no final do século XVIII e início do XIX, principalmente no que concerne ao mercado interno.<sup>731</sup> Segundo João Fragoso e Manolo Florentino, este período pode ser sumarizado por dois grandes movimentos “intimamente ligados”:

[...] a mudança nas formas de acumulação, culminando com a hegemonia de uma comunidade de comerciantes de grosso trato como elite econômica da região tratada; e a transformação do Rio na principal praça mercantil do Atlântico Sul, tendo a seu redor circuitos mercantis que abrigavam o comércio de importação-exportação, os negócios de redistribuição de produtos estrangeiros (europeus, africanos e asiáticos) no Brasil e o comércio colonial interno do Sudeste-Sul coloniais.<sup>732</sup>

Esta conjuntura implicou, obviamente, alterações no processo de apropriação e uso do solo, ainda mais tratando-se de um cenário onde as terras por ocupar ainda abundam. A partir de meados da década de 1770, conta-nos Edval de Souza Barros, a fronteira volta a mover-se, ampliando sua extensão e reconfigurando o espaço da capitania. Seu avanço ocorreu em todas as áreas, espalhando-se pelos Campos dos Goitacazes, penetrando os sertões do Macacu em direção ao rio Grande, vencendo a Serra do Mar na freguesia de São João Marcos, surgindo em meio ao Vale do Paraíba, na freguesia de Campo Alegre, preenchendo os espaços que separavam as freguesias mais antigas, ao norte da Baía de Guanabara, da Serra dos Órgãos.<sup>733</sup>

A paisagem da bacia do Macacu nunca foi dominada pela agroindústria do açúcar – como de resto aconteceu, de maneira mais ou menos homogênea, com os recônditos

---

<sup>731</sup> GRANER, Maria Paula. **A estrutura fundiária do município de Araruama: 1850-1920**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1985; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia: Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790**. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990; BEAUCLAIR, Geraldo. **Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F&Ed., 1992; GORENSTEIN, Riva. “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)”. In: GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira M. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

<sup>732</sup> FRAGOSO & FLORENTINO, **O arcaísmo como projeto**, op. cit., p.85-6.

<sup>733</sup> BARROS, **Proprietários rurais e Estado português**, op. cit., p.65.

guanabarinos –, tendo se constituído historicamente como uma região predominantemente voltada para o cultivo de gêneros alimentícios. Desde o século XVI, quando do começo da apropriação neo-européia do território fluminense, essa área aparecia, aos olhos dos portugueses, como a jóia das terras do Recôncavo, atribuição que se deveu muito mais à atração que seu potencial hídrico oferecia do que propriamente à fertilidade de seus solos, não muito diferentes daqueles encontrados nos outros vales fluviais. O progredir do povoamento, no século XVII, daria fundamento a essa percepção das qualidades da bacia do Macacu, mas não a transformariam numa grande área exportadora. Os engenhos, na realidade, acabariam espalhando-se por todo o Recôncavo e também pelo restante das baixadas costeiras – de Itaguaí até Araruama, de Cabo Frio até São João da Barra – e o Macacu, contraditoriamente, notabilizar-se-ia muito mais pela produção de farinha de mandioca do que de açúcar.<sup>734</sup>

No último quartel do século XVIII, esse panorama permanecia o mesmo. Em 1778, a freguesia de Santíssima Trindade era a quarta maior produtora de farinha de mandioca, respondendo por 11 por cento de todo o montante da capitania, superada apenas por Jacutinga, Cabo Frio e Campos.<sup>735</sup> Curiosamente, dados deste mesmo ano mostram também que esta freguesia era aquela que compreendia a maior extensão de “terras por cultivar” – ou seja, florestas primárias. Para bem dizer, apenas dois proprietários são rubricados: Marcos da Costa Falcão, que lá havia montado um engenho três anos antes (em 1778, havia fabricado 26 caixas de açúcar e 15 pipas de aguardente), contando 48 escravos; e o Vigário José Ferreira da Silva, morto fazia já três primaveras, ao longo das quais não se havia moído nada, pela “desordem” que se instaurou entre os herdeiros. De resto, apenas terrenos agrestes totalizando uma superfície de mais de 93 quilômetros quadrados, com donos os mais variados, desde o

---

<sup>734</sup> GEIGER & SANTOS, “Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense”, op. cit., p.133; ABREU, “Processo de conquista e apropriação do território”, op. cit., p.13.

<sup>735</sup> SILVA, **A morfologia da escassez**, op. cit., p.167.

mestre de campo do distrito até os religiosos carmelitas.<sup>736</sup> A partir desses dados, só posso deduzir que estes indivíduos e instituições arrendassem suas terras aos roceiros (plantadores de mandioca), o que estaria de acordo com o que afirmou Francisco Carlos da Silva em relação a esses produtores – que eram, geralmente, foreiros em grandes propriedades alheias, muitas vezes pertencentes a ordens religiosas.<sup>737</sup>

Na última década da centúria, as políticas fomentistas do Conde de Rezende<sup>738</sup> podem ter atuado no sentido de intensificar a especialização agrícola da área da bacia do Macacu. “A Mandioca hé a principal Lavoura deste Paiz”, dizia o autor da *Discripção*, em 1797; nela, empregavam-se a maior parte dos agricultores. Isto seria justificado pelo fato de que esse gênero “em quazi toda a terra dá com abundancia” e “a plantação desta se pode fazer em todo o anno”, embora o melhor período fosse de maio a outubro, isto é, os mais frios e menos úmidos.<sup>739</sup>

As causas dessa diferenciação geo-econômica ainda não foram objeto de uma reflexão mais séria. Francisco Carlos da Silva ressalta a importância dos grandes rios que desembocam no fundo da Baía de Guanabara para a formação desse “grande cinturão mandioqueiro que se estendia pelos atuais municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí”, constituindo excelentes vias de escoamento para a farinha, um produto, afinal, pesado e barato. A bacia do Macacu possuía 24 portos constantemente visitados por saveiros e lanchas.<sup>740</sup>

Numa rápida e despreziosa incursão ao passado, a geógrafa Myriam Mesquita sugeriu a hipótese de que a “transferência” da lavoura canavieira para a Baixada dos Goitacazes – onde os férteis solos de aluvião da planície do Paraíba do Sul propiciavam uma

---

<sup>736</sup> LAVRADIO, “Relatório – parte II”, op. cit., pp.293-4.

<sup>737</sup> SILVA, *A morfologia da escassez*, op. cit., p.172.

<sup>738</sup> Idem, *ibidem*, pp.176-7.

<sup>739</sup> *Discripção*, op. cit., cap.10.

<sup>740</sup> SILVA, op. cit., p.172.



produtividade muito maior do que aquela obtida no Recôncavo, favorecendo, inclusive, a formação de uma estrutura de pequenas propriedades rurais<sup>741</sup> –, ocorrida ao longo da segunda metade do setecentos, tenha criado as condições para o forte desenvolvimento das culturas de mantimentos na zona *après-la-vague*, na medida em que o esgotamento dos solos e o escasamento das matas tivessem obrigado os agricultores a investir em plantas ecologicamente menos exigentes e de menor retorno econômico.<sup>742</sup>

Essa hipótese parece-me bastante inverossímil na medida em que se traga à baila a constatação básica de que a agricultura de víveres sempre existiu de maneira bastante significava e sem grandes flutuações absolutas, nas terras do Recôncavo, desde a segunda metade do século XVII. As características ecológicas das duas principais plantas domesticadas – a cana-de-açúcar (*Saccharum* sp.) e a mandioca (*Manihot esculenta*) – eram, em grande medida, opostas – enquanto a primeira encontrava seu *optimum* em ambientes alagadiços, a segunda prefere áreas bem drenadas –, o que tornava as duas culturas regionalmente conciliáveis. A resistência excepcional da mandioca à seca e sua capacidade de crescer em solos pobres fez com que ela se tornasse especialmente adaptável aos terrenos não plantados com cana.<sup>743</sup> Espreitando-se entre os campos canavieiros ou ocupando terrenos ingratos nas encostas dos morros e maciços<sup>744</sup>, essas plantações “subsidiárias” complexificavam enormemente a configuração da paisagem agrária, de modo que não é possível apreendê-la a partir de modelos locacionais “lineares” como os clássicos círculos concêntricos de Von Thunen; ao contrário da Bahia, nunca houve, no Rio de Janeiro, uma forte especialização geográfica dos cultivos.<sup>745</sup>

---

<sup>741</sup> CARLI, Gileno de. **A evolução do problema canavieiro fluminense**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942, p.37; MENDES, **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**, op. cit., pp.49-50.

<sup>742</sup> MESQUITA, Myriam Gomes C. “Notas sobre a produção da mandioca na baixada fluminense”. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**, v.5, 1952, p.112.

<sup>743</sup> SCHWARTZ, **Escravos, roceiros e rebeldes**, op. cit., pp.126-7.

<sup>744</sup> MENDES, **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**, op. cit, p.60.

<sup>745</sup> SILVA, **A morfologia da escassez**, op. cit., p.173.

Embora tenha havido, sim, uma relativa crise de abastecimento alimentar na cidade de São Sebastião na primeira década do setecentos, ela não deve ser superestimada. Conforme aponta Antonio Carlos Jucá de Sampaio, tratava-se de um desajuste conjuntural entre a oferta – ocasionada pelo *rush* demográfico em direção às minas – e a demanda – sensivelmente inflada pelo aumento da população urbana carioca e, em menor escala, pela necessidade de abastecer a Colônia do Sacramento com farinha de mandioca. O setor agrário como um todo, aliás, não viria a sofrer nenhum recuo absoluto substancial nos cem anos entre 1650 e 1750.<sup>746</sup>

Muito mais provável, nesse sentido, é que a predominância de uma economia agrária *introvertida*<sup>747</sup> estivesse ligada a fatores da geografia física, isto é, à diferencialidade dos diversos espaços naturais em termos de potencial agrícola. A lavoura de cana exigia um tipo específico de solo, sendo o melhor aquele conhecido por *massapé*. Solos capazes de sustentar culturas como a mandioca, o feijão e o milho, por exemplo, podiam não ser adequados à lavoura canavieira. Pela leitura da *Discripção*, percebe-se a valorização dos terrenos “mais próximos às cachoeiras dos rios”<sup>748</sup>, o que indica, em última instância, a valorização da lavoura mandiogueira. Igualmente, os campos de cana dependiam, para o seu bom estabelecimento, de outras características ecológicas tais como uma rede hidrográfica propiciadora do escoamento da produção a custos aceitáveis, a existência de reservas florestas em quantidade suficiente para alimentar os fornos dos engenhos, um relevo pouco acidentado e um regime pluviométrico moderado. Com exceção da abundância de matas, todas as outras condições estavam ausentes nas terras além-baixada, o que ajuda a explicar, segundo Barros, a estabilização da fronteira durante a primeira metade da centúria.<sup>749</sup>

---

<sup>746</sup> O que se verificou, na verdade, foi um recuo *em relação ao setor mercantil*. Cf. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, pp.81-2, 91.

<sup>747</sup> Ressalte-se, contudo, que certos gêneros alimentícios figuravam como itens importantes na pauta de exportações fluminenses como, por exemplo, o arroz. Cf. SILVA, **A morfologia da escassez**, op. cit., p.169.

<sup>748</sup> *Discripção do que contém [...]*, op. cit., cap.10.

<sup>749</sup> BARROS, **Proprietários rurais e Estado português**, op. cit., p.67-9.

Poucos são os meios de que se dispõe para caracterizar a conjuntura econômica do colonial tardio em minha área específica de estudo. Os dados que consegui coletar sugerem que a situação da região macacuana destoava do contexto geral apontado pela historiografia para o final do século XVIII e início do seguinte.

Baseando-se em fontes não explicitadas, José Maia Forte afirma que, no final de década de 1770 e início da seguinte, a área do Macacu (as freguesias de Guapimirim, Santo Antônio de Sá e Santíssima Trindade) contava com cerca de 918 fogos. O quantitativo populacional fica prejudicado pois o autor não fornece a cifra para Santíssima Trindade. As outras duas freguesias contabilizavam, juntas, 9.520 almas (livres mais escravos).<sup>750</sup> Assumindo-se que a população de Santíssima Trindade fosse bastante semelhante à de Guapimirim (as duas diferiam em apenas duas unidades no número de fogos), então chegamos a uma estimativa de 13.310 pessoas. Segundo a lista nominativa, em 1797, o distrito da vila de Santo Antônio de Sá (abarcando as mesmas freguesias) possuía 11.538 almas distribuídas por 1.159 fogos. Tomando-se estes números como próximos da realidade, então chega-se à conclusão de que houve um movimento aparentemente paradoxal de aumento do número de domicílios acompanhado de uma retração demográfica.

Essa aparente contradição começa a se desvanecer quando atentamos para uma possível crise de mão-de-obra escrava que afetava a região, nos últimos anos do setecentos.

Com a palavra, o autor anônimo da *Discripção*:

Alguna decadencia q<sup>e</sup> há nestes Povos, conhece se nascer da falta de escravos, q<sup>e</sup> a não haveria se os tivessem, o q.<sup>e</sup> muitos não podem conseguir pelo exorbitante preço em q.<sup>e</sup> estão, motivo de não poderem adiantar as suas Lavouras; p<sup>r</sup> q.<sup>e</sup> estas não se podem maniar sem as precisas foras, q<sup>e</sup> esta Cultura requer, e p<sup>r</sup> esta causa muitos perdem o animo, por não poderem com hum trabalho braçal; sendo esta a Razão de viverem alguns em ociosidade, ou vadiação, e outros que também tem decadencia pela mortandade de Escravos athe o ponto de ficarem pobres; porque nestes mesmo Escravos consiste o Cabedal deztes Lavradores.<sup>751</sup>

Atentemos, antes de tudo, para a plausível parcialidade política do documento. Comprar o discurso tal qual fato obviamente não faz sentido, principalmente quando sabemos que este tipo de exaro, associando “decadência agrícola” e “preços exorbitantes” dos escravos, já fazia, pelo menos desde meados do século XVIII, parte do arsenal argumentativo

<sup>750</sup> FORTE, “Vilas fluminenses desaparecidas”, op. cit., pp.44, 46, 49.

<sup>751</sup> *Discripção*, op. cit., cap.10.

dos produtores rurais fluminenses nas suas estratégias lobistas contra os chamados “atravessadores”<sup>752</sup> – e não podemos esquecer da possibilidade significativamente grande do redator do documento acima citado ser um grande proprietário de terras e homens, isto é, alguém extremamente interessado no assunto.

De outra ponta, também me é forçoso notar que havia certas circunstâncias que podiam dar alguma verossimilhança ao relato – começando pela indicação de que a ocupação do espaço agrário progredia com diminuição do efetivo populacional, o que pode sugerir que essa ocupação fosse realizada por pequenos ou mesmo não-proprietários de escravos e, por outro lado, que a população cativa não estava sendo reposta. Na análise do problema da escassez de escravos, é possível identificar-se dois fatores, um de ordem mais estrutural e outro, mais conjuntural. O primeiro diz respeito à formação, na região macacuana, do que Max Sorre chamou de *complexo patogênico*, ou seja, um sistema nosológico originado da interdependência ecológica entre um agente ativador de uma determinada enfermidade (uma bactéria, um vírus), os vetores que os transmitem (geralmente insetos) e os seres humanos em cujo organismo desenvolve-se infecção. O complexo a que me refiro é, especificamente, o complexo malário.<sup>753</sup>

A malária ou impaludismo é uma das doenças mais antigas de que se tem notícia. Os agentes causadores dessa infecção sanguínea são os hematozoários do gênero *Plasmodium*, geralmente encontrados nas regiões quentes e úmidas do planeta. Os vetores são os já mencionados mosquitos anofelíneos, que constituem o centro organizador do complexo. Estes insetos reproduzem-se por meio de ovos deixados em ambientes hidricamente superavitários, ou seja, áreas alagadiças. A eles convêm, especialmente, por facilitar o desenvolvimento das

---

<sup>752</sup> CAVALCANTI, Nireu. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista”. In: FLORENTINO, **Tráfico, cativo e liberdade**, op. cit., pp.38-40.

<sup>753</sup> SORRE, Maximilien. **Les fondements biologiques de la géographie humaine: essai d’une écologie de l’homme**. Paris: Armand Colin, 1943, p.293. A descrição que se segue baseia-se nesse mesmo trabalho, pp.301-5.

larvas, que a cobertura vegetal presente seja composta por plantas com folhas de superfície estendida e dispostas horizontalmente, como as formações higrófilas. A fonte “original” dos parasitas é, na maioria das vezes, animais domesticados incorporados às atividades diárias do homem, como os bois e os cavalos. Eles são picados por um anofelíneo fêmea<sup>754</sup>, que adquire, então, os esporos; quando de uma ulterior alimentação, eles podem ser inoculados nos seres humanos, se forem estes os fornecedores de sangue.

Na região macacuana, o complexo malário encontraria todas as condições para se desenvolver: superávit hídrico, vegetação paludosa e grande contingente de hospedeiros próximos. Aqui, não obstante, depara-se com um intrigante fenômeno histórico-epidemiológico: a mortalidade decorrente desse patógeno incidia de modo significativamente maior sobre a população cativa quando comparada à população livre<sup>755</sup>, algo também observado por Sheila de Castro Faria para a freguesia de Santo Antônio de Guarulhos (norte fluminense), na década de 1840<sup>756</sup>; além disso, ao contrário do impacto microbiano tipicamente irrompido pela migração forçada<sup>757</sup>, a malária – uma doença originária da África oriental e trazida ao Brasil, no século XVI, exatamente em decorrência do tráfico atlântico – acometia principalmente os escravos nascidos no próprio continente negro. Só podemos especular sobre as razões dessa teoricamente contraditória constatação.

Informações sobre a evolução dos preços dos cativos são muito conjecturais, baseando-se largamente em estimativas.<sup>758</sup> Sabe-se, desde há muito, que as últimas décadas

---

<sup>754</sup> São exclusivamente as fêmeas que se alimentam de sangue.

<sup>755</sup> SANTOS, “Auge e decadência econômica do Recôncavo da Guanabara”, op. cit., pp.76-7.

<sup>756</sup> FARIA, Sheila de Castro. “Família e morte entre escravos”. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, 1998, p.1277.

<sup>757</sup> Marcelo Ferreira de Assis mostrou que a incidência de patologias infecto-contagiosas sobre a população cativa fluminense cresceu substancialmente no período de maior intensidade do tráfico atlântico (1810-1830) e que, com efeito, as principais vítimas eram os escravos crioulos. Ver **Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava, Rio de Janeiro c.1790-c.1830**. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, 2002, pp.90-9.

<sup>758</sup> Uma análise de fôlego, embasada sobre abrangentes dados empíricos, pode ser encontrada em ELTIS, David; RICHARDSON, David. “Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços,

de domínio português foram marcadas por uma grande intensificação do volume do tráfico atlântico, que vinha na esteira da notável expansão agrícola nesse período.<sup>759</sup> Apesar dos recentes avanços obtidos em relação aos estudos clássicos, a nova historiografia econômica e demográfica da escravidão ainda fornece pouca luz quando o assunto é o período pré-1808 – algo que talvez não mude, simplesmente em razão da inexistência de fontes.<sup>760</sup> Os esforços quantitativos de Manolo Florentino, por exemplo, ficaram restritos ao período 1790-1830. O trabalho de Nireu Cavalcanti, mais recente, mergulha bem mais fundo, remontando até o início do século XVIII. Valendo-se desses dois estudos, é possível perceber que a passagem da década de 1780 para a seguinte conheceu duas micro-conjunturas consecutivas e simetricamente opostas: uma, de 1789 a 1793, na qual o aporte de negros cresceu, em média, 3,4 por cento ao ano; e a outra, de 1793 a 1797, período no qual os desembarques diminuíram, em média, 3,5 por cento. Neste último ano, o montante de africanos adventícios chegou ao menor nível desde 1778.<sup>761</sup> Embora aferições indiretas do preço dos escravos derivadas somente a partir do volume da mercadoria aportada sejam perigosas, principalmente devido aos mecanismos de formação do preço que tinham lugar após o desembarque – como, por exemplo, a atuação dos já mencionados atravessadores –, pode-se aventar com a hipótese de que o contexto de redução da oferta em quatro anos seguidos tenha gerado, especialmente nos grandes consumidores, uma sensação econômica de inflação.

Mais importante do que a flutuação ocorrida no fluxo da oferta deve ter sido àquela ocorrida na demanda. Muito devido a uma favorável conjuntura externa criada pelo cenário de

---

1673-1865”. **Topoi**, v.6, março 2003, pp.9-46. O foco dos autores, contudo, recai, primordialmente, sobre os cativos desembarcados nas Índias Ocidentais e na América britânica continental.

<sup>759</sup> SCHWARTZ, **Escravos, roceiros e rebeldes**, op. cit., pp.128-9, 135.

<sup>760</sup> Nireu Cavalcanti encontrou alguns fragmentos dos registros de entradas de escravos na alfândega carioca, o que o fez deduzir que essa documentação existe (Cf. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista”, op. cit., pp.52-3). Esperemos que ela tenha resistido ao tempo.

<sup>761</sup> CAVALCANTI, “O comércio de escravos novos no Rio setecentista”, op. cit., pp.63-5, quadro VIII. No apogeu do tráfico atlântico, nos anos 1820, chegou-se a receber até 130 negreiros num só ano, os quais teriam trazido, juntos, mais de 47.000 africanos. Cf. FLORENTINO, **Em costas negras**, op. cit., pp.51-9.

conflitos internacionais no período entre 1774 e 1815 – a guerra de independência norte-americana e, principalmente, a Revolução Francesa, acarretadora da desarticulação da produção haitiana –, a última década do setecentos assistiu ao pico da expansão da agroindústria açucareira fluminense, leia-se sua região mais importante, a Baixada dos Goitacazes.<sup>762</sup> Decerto que o empresários campistas podiam arcar com os preços inflacionados do escravo, algo que não podia ser suportado, todavia, pelos velhos senhores escravistas do Recôncavo.

Em 1797, os principais cultivos ancilares da bacia do Macacu eram, além da já referida mandioca, o arroz, o milho e o feijão. Todas estas culturas eram conduzidas no mesmo antigo sistema de reprodução extensiva, dispensado o uso de arado bem como a re-fertilização das terras – embora gado houvesse:

Não usão estes Lavradores de Arado, e a braço de Escr.<sup>os</sup> com Enxadas preparão as terras, e são de tão boa qualid.<sup>e</sup>, q.e se lhes não faz preciso extrumalas, e se em algumas há essa precisão p.<sup>r</sup> cansadas, em lugar de extrumalas as deixão, e vão beneficiar outras, p.<sup>r</sup>q.<sup>e</sup> as tem com abundancia; e em quanto nestas se entretem, tornão dahi à annos p.<sup>a</sup> as outras se as achão em termos, e outros p.<sup>r</sup>q.<sup>e</sup> se tem Lavouras em Montes, pela falta de Vargés, as não podem extrumar; p.<sup>r</sup>q.<sup>e</sup> se o fazem as águas os despem deste beneficio pela sua ellevação.<sup>763</sup>

Estes dados apontam, contudo, para a necessidade de matizar a tipicidade dessa situação de fronteira móvel. Em primeiro lugar, o relato indica a possibilidade de um sistema de pousio longo, com reutilização de capoeiras. De fato, a regeneração florestal naquela região tendia a ser rápida, em vista da grande umidade. Ironicamente, era esta mesma condição ambiental que dificultava o retrabalhamento das terras já plantadas situadas em relevo declivoso, pois a chuva tendia a lixiviar o adubo.

### 3.4.3. Terminologia da produção madeireira

Antes de entrarmos no exame dos agentes sociais atuantes na produção madeireira, é necessário pormenorizar os tipos de mercadorias e os nomes que a eles se atribuíam. A terminologia da época algumas vezes não é acessível diretamente e precisa ser desvelada através de manuais de construção civil como *O vinhola brasileiro*<sup>764</sup> e o *Auxiliar*

<sup>762</sup> FLORENTINO, Em costas negras, op. cit., pp.30-1.

<sup>763</sup> *Discripção*, op. cit., cap.10.

<sup>764</sup> RAINVILLE, César de. *O vinhola brasileiro. Novo manual prático do engenheiro, arquiteto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro*. Rio de Janeiro: E. H. Laemmert, 1880.

do *Construtor*<sup>765</sup> – que, apesar de datarem do final do século XIX, podem nos prestar um grande auxílio no rastreamento de especificações técnicas –, além relatos e dicionários comuns, como o de D. Raphael Bluteau<sup>766</sup>, originalmente publicado entre 1712 e 1727.

Encontrei poucos indícios de uma padronização rígida na economia madeireira. Debret, no início da década de 1820, nos informa que as serrarias mecânicas, então cada vez mais numerosas, forneciam três espécies de peças de madeira de construção: a *viga*, de um pé e seis polegadas a três pés de esquadramento (largura); a *perna*<sup>767</sup>, de seis a oito polegadas de esquadramento; e a *tábua*, de quatro polegadas de espessura. Diz ainda que esses três tipos comportam diferentes comprimentos, haja visto que “a vegetação colossal do Brasil fornece peças de madeira de dimensões desconhecidas na Europa”.<sup>768</sup>

Curiosamente, o *Auxiliar do Construtor*, um documento produzido quase 70 anos mais tarde, é muito mais impreciso na definição da viga: diz-se apenas que se trata de uma “trave de edifício – madeira de grossas dimensões”; quanto às pernas e às tábuas, também não oferece medidas. Igualmente para os *frechais* (“páo de grandes dimensões que no mercado vende-se com esta denominação”) e *caibros* (“peças ou varas de madeira que vão do frechal á cumieira”). Já em relação às *cossoeiras* (ou *couçoeriras*) e aos *paus-de-prumo*, dispomos de medidas: quanto às primeiras, afirma tratar-se de “pranchão de madeira grossa de lei ou de pinho”, com as seguintes dimensões: 22 por 76 centímetros; em relação aos segundos, mediam de 11 a 15 centímetros de esquadria.

Tudo indica que a arbitrariedade do comprimento era uma regra para todos os tipos de peça, com exceção do pau-de-prumo: para este tem-se a informação bastante precisa de que media de 3,96 a 4 metros. Por essa razão, é possível imaginar que fosse

---

<sup>765</sup> AZEVEDO & MARQUES, *Auxiliar do Construtor*, op. cit.

<sup>766</sup> BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez e Latino*, op. cit.

<sup>767</sup> É provável que Debret estivesse se referindo às asnas em geral e não, especificamente, às pernas-de-asna. Segundo Rainville (op. cit., p.284), essas últimas eram as duas peças mais compridas que formavam a abertura do asnamento (armação do telhado). Ver o capítulo 1 desta dissertação, p.111.

<sup>768</sup> DEBRET, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, op. cit., p.237.



a peça cuja fabricação exigia o maior nível de especialização; não podia ser feita de qualquer árvore, nem com qualquer instrumento.

Decompondo, a partir da lista nominativa, a produção madeireira nas suas modalidades (tipos de peça), verificamos o total predomínio da tábua, em todas as classes: sua participação mínima é de 51,3 e a máxima de 88,2 por cento. Isto está ligado, por um lado, ao carácter deveras genérico e polivalente da peça no que tange ao seu emprego e, por outro, à predisposição da flora macacuana em aceitar esse tipo de recursalização; 36 das 81 árvores catalogadas na *Relação das Madeiras* – isto é, 44 por cento – prestavam-se à feitura de tábuas.

#### ***3.4.4. Produtores rurais e indústria madeireira***

A lista nominativa é apresentada na forma de uma tabela contínua, com a primeira coluna contendo os nomes dos “chefes de família” e as demais contendo as diversas variáveis sócio-econômico-produtivas descritoras destas unidades produtivas, a saber: (1) estado civil, (2) terras que possuem, (3) filhos menores (machos e fêmeas), (4) filhos de mais de 15 anos, (5) filhas de mais de 12 anos, (6) escravos (“grandes” e “pequenos”), (7) escravas (“grandes” e “pequenas”), (8) agregados, (9) gado vacum (“bois”, “vacas” e “novilhos”), (10) ovelhas, (11) cavalos (“cavalos”, “bestas” e “poldros”) e (12) rendimento anual [arrobas de açúcar, pipas de aguardente, alqueires de farinha, alqueires de goma, alqueires de feijão, alqueires de arroz, alqueires de milho, telhas, tijolos e madeira fabricada em dúzias (“tábuas”, “cossoeiras”, “vigas”, “frexaes”, “paus-de-prumo”, “pernas-de-asna”, “caibros” e “curvas”).

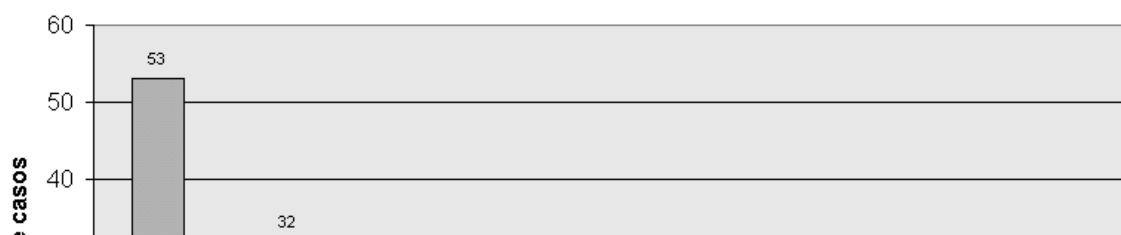
Apenas 9,3 por cento dos domicílios arrolados na lista eram produtores de madeira.

O tratamento do material empírico consistiu, em primeiro lugar, no destacamento dos produtores de madeira da lista nominativa e construção de uma tabela à parte com dados referentes às 100 unidades domiciliares. Ordenou-se, então, esta tabela de acordo com a variável produção de madeira (em dúzias), cuja amplitude é de 79 (valor máximo de 80 e

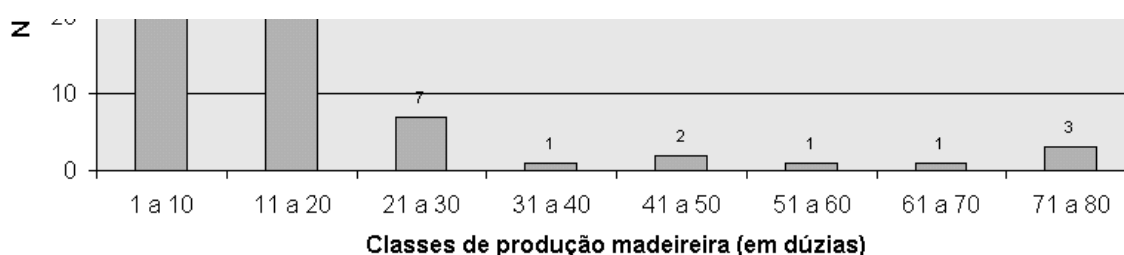
mínimo de um). Montando-se a tabela de frequências para esta variável com base em intervalos decenais, descobre-se uma distribuição extremamente desigual, com mais de 50 por cento dos produtores ficando alocados na primeira classe, que compreende uma a 10 dúzias (gráfico 3.1). Isto nos revela um padrão produtivo bastante disperso, com muitos agentes contribuindo com “miudezas”.

### Gráfico 3.1 – Distribuição de frequências para a variável produção madeireira

Destrinchemos o quadro. Minha idéia foi comparar a estrutura do quadro total de unidades domiciliares (1.077) do distrito com a estrutura do subgrupo de unidades domiciliares produtoras de madeira (100), procurando-se identificar as características particulares deste último conjunto. Esta descrição será feita setorialmente, acatando a divisão



Fonte: *Relação dos Engenhos, das Fabricas...*, op. cit.



sócio-profissional apresentada no documento: fábricas de arroz (2), olarias (10), engenhos de açúcar (27), oficiais de diferentes ofícios (30), serradores (55), taverneiros (66), fábricas de farinha (238) e lavradores (649). Desprezando-se as categorias menos numerosas e/ou não agrícolas, chegamos a um universo de 914 domicílios, com a seguinte distribuição: 71 por

cento de lavradores, 26 por cento de fabricantes de farinha e 3 por cento de senhores de engenho. Acompanhemos, então, as distribuições dentro das classes quantitativas de produção madeireira, procurando descobrir em que medida a proporção acima identificada varia.

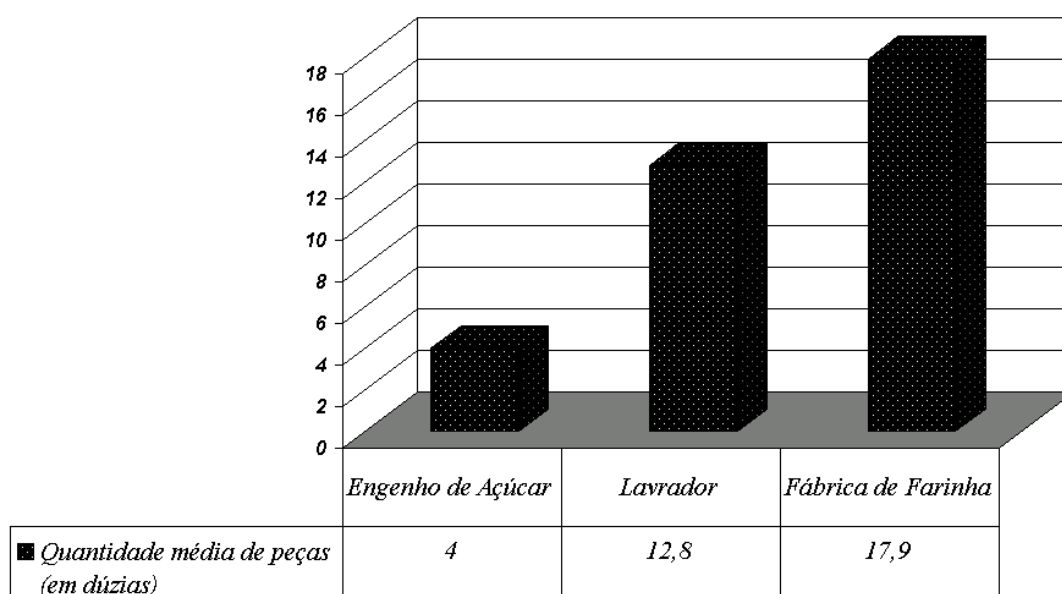
Observando o gráfico 3.2, percebe-se que a tendência da proporção global mantém-se apenas para a primeira classe, com 60,4 por cento de lavradores, 35,8 por cento de farinha e 3,8 por cento de engenhos. Já na segunda classe, o número de lavradores e fabricantes de farinha quase se iguala (17 contra 15), algo que ocorre também na terceira classe (4 contra 3). Nas demais classes, com exceção da sétima, o número de fabricantes de farinha prevalece. Isto significa que os farinha predominavam na indústria madeireira de maior escala: apenas seis deles fabricaram, juntos, quase 30 por cento da produção madeireira total do distrito, em 1797.

Essa predominância das fábricas de farinha na indústria da madeira é confirmada pelas produções médias de cada classe. Cada engenho de açúcar engajado na atividade produzia, em média, 4,0 dúzias de peças de madeira; cada lavrador, por sua vez, 12,8 dúzias; e cada fábrica de farinha, 17,9 dúzias (gráfico 3.3).

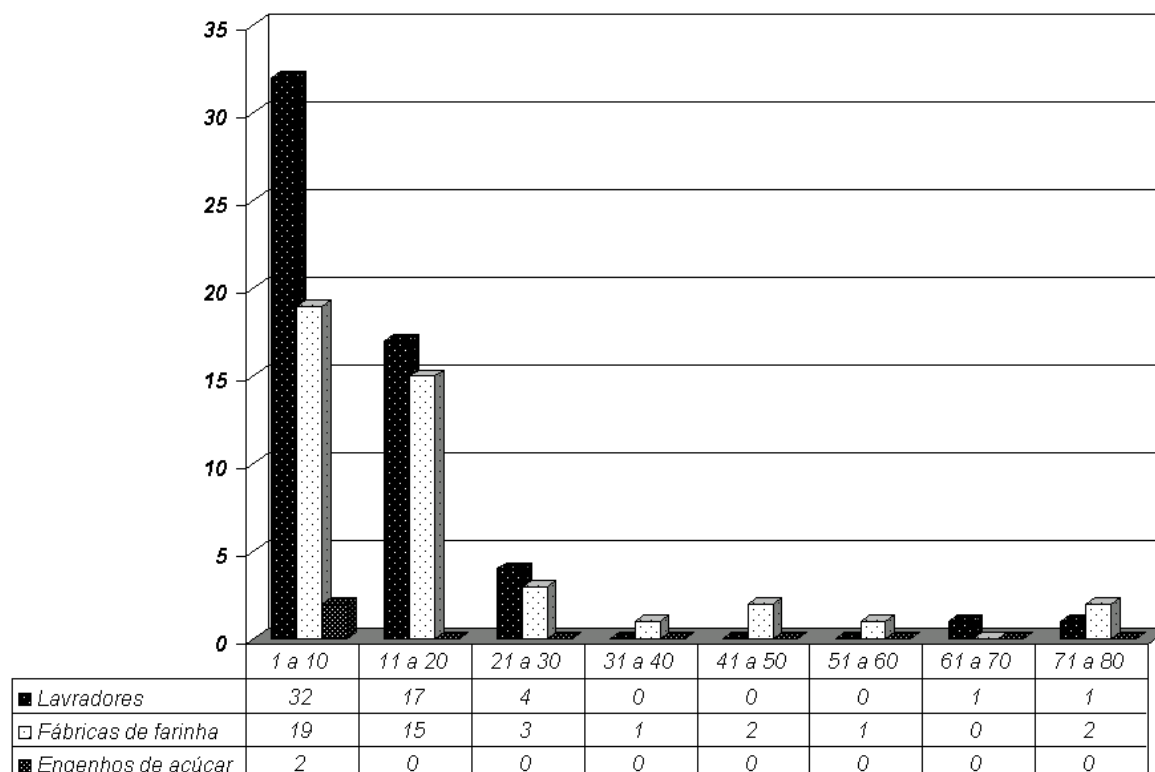
Detenhamo-nos um pouco nas categorias dessa classificação sócio-profissional, começando com as fábricas de farinha. Assim como o açúcar, a farinha de mandioca precisava, para o seu preparo, de todo um sistema de aparelhamento que, embora fosse bem menos dispendioso do que o complexo manufatureiro do engenho, não deixava por isso de produzir diferenciações entre os agricultores no que tange à possibilidade de

### Gráfico 3.2 - Cruzamento entre classes profissionais e classes de produção madeireira

**Gráfico 3.3 - Quantidade média de peças fabricadas por unidade de classe sócio-profissional**



Fonte: *Relação dos Engenhos, das Fabricas...*, op. cit.



Fonte: *Relação dos Engenhos, das Fabricas...*, op. cit.

beneficiamento<sup>769</sup> – como acontecia com os senhores de engenho e os chamados “lavradores de partido”, no caso da cana. Depois de arrancado ao solo, o tubérculo devia ser levado à casa de farinha (ou atafona, ou trem de farinha, ou farinhada, de acordo com a terminologia popular regional), geralmente um galpão de pau-a-pique onde se encontrava todo o instrumental necessário à feitura da farinha: peneiras (urupemas), tachos, gamelas, cevadeiras, a prensa (tipiti), o rodo e o forno de barro. Todo o processo de preparação da farinha era feito dentro dessa casa, de onde ela saía pronta para o consumo.<sup>770</sup>

Parece natural que as classes produtivas mais elevadas fossem preenchidas por

<sup>769</sup> Hebe de Castro constatou, para o caso de Capivary da segunda metade do oitocentos, que 53,1 por cento dos estabelecimentos agrícolas mais pobres por ela analisados não se encontravam aparelhados para a simples produção da chamada farinha seca ou farinha do comércio que, fina ou grossa, era largamente transacionada nos mercados locais e regionais. Cf. **Ao sul da história**, op. cit., p.85.

<sup>770</sup> CARVALHO, Eloísa de. “Fabricante de farinha”. In: **Tipos e aspectos do Brasil**, op. cit., p.149. Em seu estudo sobre a região campista, Sheila de Castro Faria notou que a separação física das casas de farinha da casa de morada propriamente dita começou a se generalizar na segunda metade do século XVIII. Cf. **A colônia em movimento**, op. cit., pp.366-7.

fabricantes de farinha, indivíduos e famílias mais abastadas e com maior potencial de investimento. De acordo com a lista, a grande maioria (77 por cento) dos fabricantes de farinha engajados na indústria madeireira tocavam suas atividades em terras próprias, cujas dimensões variavam entre 0,076 e 3,6 km<sup>2</sup>. Além da mandioca, essas terras estavam geralmente cultivadas com arroz, feijão e milho, em ordem decrescente de frequência e importância; nenhuma unidade domiciliar, todavia, produziu aguardente e apenas uma produziu açúcar, na mísera quantidade de 31 arrobas, o que mostra a grande especialização desse segmento da população em torno da agricultura de alimentos básicos.

Com exceção de um, todos os fabricantes de farinha produtores de madeira possuíam escravos. Seguindo a classificação usada por Fragoso e Florentino<sup>771</sup>, 15 farinheiros eram pequenos proprietários, 16 eram médios proprietários e 11 eram grandes proprietários, sendo que a média aritmética para o tamanho do plantel é de 17 cativos.

A categoria *lavradores* muito pouco provavelmente referia-se – ou pelo menos não exclusivamente – aos “lavradores de cana” (ou “de partido”) aos quais fiz alusão mais acima, primeiro porque, como já foi visto, a base natural não era das mais apropriadas para o cultivo dessa gramínea e, em segundo lugar, porque o exame de documentos congêneres de outras partes do Brasil mostra que o referido termo (“lavradores”) vinha sendo cada vez mais empregado, desde meados do setecentos, para a designação dos pequenos e médios agricultores, principalmente daqueles que se ocupavam de lavouras comerciais de alimentos básicos.<sup>772</sup> Hebe de Castro identificou, em seu estudo, uma carga ideológica de auto-identificação desses indivíduos que não reconheciam como “fazendeiros”, mas apenas como “lavradores”. Conquanto tais agentes fossem, freqüentemente, proprietários de escravos (com plantéis inferiores a 15 cativos) e até – embora mais raramente – de terras, eles apresentavam-

---

<sup>771</sup> Pequenos plantéis (1 a 9), médios plantéis (10 a 19) e grandes plantéis (mais de 20). Cf. FRAGOSO & FLORENTINO, **O arcaísmo como projeto**, op. cit., p.87, gráfico 1.

<sup>772</sup> CASTRO, **Ao sul da história**, op. cit., pp.36-7; BACELLAR, **Viver e sobreviver em uma vila colonial**, op. cit., pp.129-37; SAMARA, **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano**, op. cit., pp.154-61.

se politicamente subordinados dentro da arena local, tendo em vista as dimensões mais reduzidas de seus empreendimentos agrícolas em relação aos seus vizinhos mais fortes.<sup>773</sup>

Diferentemente dos farinheiros, a maioria dos lavradores de Santo Antônio de Sá (54,5 por cento) trabalhava em terras alheias. Aparentemente essa condição não influenciava de modo decisivo na capacidade produtiva de sua indústria madeireira; entre os 10 maiores fabricantes, em 1797, figuravam três lavradores, sendo que dois deles não eram proprietários de terras. Todavia, quando nos preocupamos em identificar quem eram estes atores, outro elemento explicativo vem à tona – os laços parentais. O segundo maior lavrador-madeireiro, responsável pela produção de 64 dúzias de peças, era o já mencionado José de Amorim Lima, isto é, um dos irmãos mais novos de um grande senhor de engenho local e administrador do corte naval daquela área. Além disso, José, assim como seu irmão Francisco (outro lavrador-madeireiro, embora de menor porte) também eram oficiais de ordenança: o primeiro era tenente e o segundo, capitão. Métodos de análise micro-histórica (principalmente a demografia da reconstrução familiar) certamente demonstrariam associações de parentesco como essas (fossem elas sanguíneas ou fictícias) entre os demais agricultores-madeireiros sem propriedade fundiária e homens poderosos no cenário local.

Quanto à posse de escravos, também o perfil dos lavradores diferenciava-se consideravelmente daquele referente aos fabricantes de farinha. Dos 55 domicílios, 9 não tinham acesso a nenhum cativo. Dentre estes 46 lavradores possuidores de escravos, não havia nenhum grande proprietário: 37 tinham pequenos e 9 tinham médios plantéis. A média aritmética é de 4,8 cativos por lavrador.

Independentemente de possuírem ou não casa de farinha, farinheiros ou lavradores, privilegiavam a cultura da mandioca. E esta tem uma propriedade ecológica bastante conveniente para a combinação com atividades secundárias esporádicas e aleatórias, isto é,

---

<sup>773</sup> CASTRO, op. cit., p.37.

que exigissem transferência da força de trabalho da faina agricultura. Apesar de não ser uma cultura permanente, a mandioca, como tubérculo que é, possui a capacidade de permanecer até dois anos sem ser colhida, podendo, portanto, ser literalmente armazenada no solo, propiciando ao produtor a alternativa de postergar a colheita em caso de valorização de algum bem extrativo, por exemplo.<sup>774</sup>

Pode ser argumentado, portanto, que o que diferenciava farinheiros e lavradores nos seus respectivos graus de engajamento na indústria madeireira era, portanto, a margem de manobra econômica expressa em termos de propriedade fundiária e escravaria. Deve-se notar, não sem efeito, que esta conclusão está baseada na premissa de que a produção agrícola é a “variável independente” e a produção madeireira é a “variável dependente” – algo que assumi mais acima quando falei em atividades “centrais” em contraposição às “acessórias”. Ao mesmo tempo que constituem ferramentas fundamentais da pesquisa, as pressuposições são perigosas facas de dois gumes: podem engessar o pensamento e levar a conclusões simplesmente ilustrativas da teoria pré-concebida. Por isso, acho que o importante não é, propriamente, abster-se do pressuposto, mas trabalhar com suas alternativas. No presente caso, por conseguinte, não deveríamos considerar a possibilidade da produção madeireira ser o indicador mais importante do sistema? Estou pensando não tanto em termos de uma variável “independente” – pelo menos não no sentido mais estrito do termo – mas sim como uma variável que revele uma relação cuja causabilidade tenha uma certa precedência sobre as outras, qual seja, a relação sócio-espacial entre o rurícola e a mata primária. Supondo que o nível de exploração madeireira indique acessibilidade a esse recurso, então poderíamos imaginar um quadro no qual o extrativismo (auto-consumista e mercantil) é que propiciasse uma maior produção agro-industrial (farinha de mandioca) – e não o contrário. Para desenvolver essa hipótese, irei valer-me do modelo de sítio camponês descrito por Ellen

---

<sup>774</sup> CASTRO, *Ao sul da história*, op. cit., p.84.



Woortmann.<sup>775</sup>

Esta antropóloga identificou, no campesinato sergipano, duas modalidades de organização espacial da unidade produtiva diferenciadas pela disponibilidade de mata primária. Enquanto este recurso era abundante e acessível, mantinha-se, além da produção da mandioca propriamente dita, também o aparato manufatureiro para beneficiá-la – a casa de farinha. Da floresta virgem e/ou da capoeira grossa é que se extraía a madeira necessária para a construção da casa e seus equipamentos (prensa, rodete, cocho, etc.). Portanto, a redução do estoque florestal acarretava na diminuição não apenas da lavoura mandiocueira (pois restringia a área total cultivável, obrigando a um pousio cada vez mais curto), mas também eliminava, concomitantemente, a disponibilidade de madeira para a construção de novas casas de farinha ou mesmo para o reparo das instalações antigas.

A evolução da primeira para a segunda situação seria acionada, preponderantemente, pelo avanço da propriedade privada sobre as terras comunais efetuada pelos grandes criadores de gado da região. Isto quer dizer que a variável central era, na verdade, o *acesso jurídico às matas*.

No caso da bacia do Macacu de finais do setecentos, este acesso era determinado, em grande escala, pelas relações estabelecidas entre proprietários fundiários e não-proprietários<sup>776</sup>. Neste sentido, o primeiro modelo de Woortmann poderia ser identificado aos fabricantes de farinha de Santo Antônio de Sá e o segundo, aos lavradores de mandioca. Já vimos que os farinheiros tendiam a trabalhar em terras próprias, ao contrário dos lavradores. Esta diferenciação é reforçada quando olhamos para a ocorrência de agregados no conjunto das duas classes: enquanto 67,4 por cento dos farinheiros “abrigava” pelo menos um

---

<sup>775</sup> WOORTMANN, Ellen F. “O sítio camponês”. **Anuário Antropológico**, v.81, 1983, pp.164-203.

<sup>776</sup> Utilizo aqui o termo “não-proprietários” para designar todos os indivíduos ou famílias que se encontravam assentadas e produzindo economicamente em terras que lhes não pertenciam juridicamente. Teoricamente, seriam “foreiros” ou “arrendatários”, mas evitei empregar esses termos visto que não posso comprovar documentalmente tais associações.

indivíduo ou família despossuída em suas terras, apenas 34,5 por cento dos lavradores faziam o mesmo, ou seja, a metade. A média aritmética (número total de agregados dividido pelo número total de domicílios) também confirma esse resultado, embora com menos intensidade (1,6 para os farinheiros e 1,0 para os lavradores), algo que pode ser explicado pela escala do universo sócio-econômico de que aqui se trata – com efeito, para esses estratos rurais médios, arrendar uma única parcela de terreno significava muito em relação aos grandes senhores de engenho, por exemplo.

O efeito desse fenômeno provavelmente se faz sentir na própria estrutura da documentação analisada. É possível imaginarmos que toda ou alguma parte da produção madeireira de um lavrador que vivesse como agregado fosse contabilizada, na lista nominativa, como proveniente da unidade domiciliar cujo respondente fosse o fabricante de farinha que o abrigava – embora aquele lavrador fosse, de toda maneira, rubricado como habitante do distrito e tivesse uma “linha” só sua. Isto devia ser mais difícil de acontecer, porém, quando o agregado fosse alguém que gozasse de prestígio social e/ou estivesse inserido dentro de redes parentais, como os dois irmãos de Antônio de Amorim Lima.

Para finalizar esta seção, cabe uma reavaliação da tese de que lancei mão em artigos anteriores. Um dos sub-títulos que usei, num desses textos, foi “Madeireiros por (falta de) opção”.<sup>777</sup> O aprofundamento de minhas análises e, principalmente, a familiarização com a historiografia agrária mais recente, realizada nesses últimos dois anos, indicaram-me que se deve suprimir as palavras entre parênteses. Subjacente à teoria de que o extrativismo madeireiro constituía-se como uma prática econômica *necessária* estava uma visão simplista e ingênua da sociedade rural de outrora.

Os produtores de madeira macacuanos, conforme se pôde notar nesta última parte do texto, não eram, em sua maioria, guiados por uma estreita “ética de subsistência”, conceito de

---

<sup>777</sup> CABRAL, “Madeireiros do Brasil colonial”, op. cit., p.19.

James Scott evocado por Miller para fazer alusão aos pobres livres exploradores dos recursos dos manguezais.<sup>778</sup> E isto não apenas porque muitos deles possuíam escravos e terras (em quantidades nada desprezíveis) ou mesmo porque produziam excedentes, na maioria das vezes, mas também porque a própria mentalidade econômica geral da colônia girava em torno da idéia de troca e enriquecimento<sup>779</sup> – que não estava, contudo, ligada a uma noção de reprodução ampliada mas, sim, de ostentação. Os trabalhadores livres empregados pelos madeireiros (e aí incluo, naturalmente, os agregados mais pobres), estes sim, talvez fossem orientados por uma ideologia de auto-subsistência, muitas vezes identificada pelos observadores coetâneos a uma atitude preguiçosa e indolente.<sup>780</sup> Mas não era, ao que tudo indica, o caso dos farinhaeiros e de uma parte substancial dos lavradores que se engajavam no extrativismo madeireiro. Neste sentido, cabe ressaltar que, se o “cultivo da mandioca [...], para a maioria dos produtores, não permitia um retorno além da mera subsistência”, conforme sublinhou Russel-Wood<sup>781</sup>, esta atividade podia ser complementada, de forma muito bem sucedida, por atividades secundárias, desmistificando, desta maneira, a imagem dos roceiros como “mendigos rurais”.

Posteriormente, para a verificação dos resultados encontrados através da análise da lista nominativa, busquei as descrições textuais de observadores coevos, além daquelas do manuscrito anexo à referida lista. Como mostrarei a seguir, foram encontrados fortes indícios qualitativos que ratificam a associação entre a indústria madeireira comercial e os produtores de subsistência.

Uma testemunha ocular nos fornece uma descrição que se aproxima bastante do quadro que viemos compondo, por meio de análises quantitativas e qualitativas, ao longo

---

<sup>778</sup> MILLER, “Stilt-root subsistence”, op. cit., p.242.

<sup>779</sup> CALDEIRA, **A nação mercantilista**, op. cit., p.180.

<sup>780</sup> MILLER, “Stilt-root-subsistence”, op. cit., pp.224, 242.

<sup>781</sup> RUSSEL-WOOD, **Escravos e libertos no Brasil colonial**, op. cit., p.97.

dessas últimas seções. John Luccock, perambulando pelo médio vale do Macacu, em 1816, assim descreve a gente e a economia por ela praticada:

Essa região do país acha-se guarnecida de uma gente industriosa e bem comportada, que cultiva suas pequenas lavouras próprias, embora tenha falta de capital para a aquisição de escravos. Acrescentam aos seus poucos meios de subsistência e divertimento, cortando madeira na mata, lavrando-a e serrando-a em tábuas. Levam-na dali até a beira d'água em carretas triangulares feito trenós, a que amarram uma das pontas da tora, enquanto que a outra vai arrastando pelo chão; no pôrto, que fica na confluência dos dois rios [Macacu e Pirassununga], uma peça de quarenta a cinquenta pés de comprido e de catorze a dezoito polegadas em quadrado, se vende por cerca de cinco xelins.<sup>782</sup>

Luccock acrescenta, em seguida, as transformações que esse “pólo” de indústria madeireira sofreu com a transferência da sede do império português para o Rio e a anulação do exclusivo comercial com a metrópole, transformações essas que se manifestaram tanto no plano tecnológico quanto no plano do mercado consumidor:

Um das bênçãos principais recebidas pela gente desse distrito com a vinda da Família Real e dos que a seguiram, bênção de que aliás participaram com o restante do país em geral, foi a introdução do machado e da serra ingleses. É fato que já dantes possuíam eles instrumentos com os mesmos nomes; eram, porém, pequenos, desajeitados e impróprios aos árduos penares que deles se exigiam. [...] nesse mesmo local formou-se um estabelecimento para o fabrico de rebites de madeira para uso dos estaleiros ingleses, dando emprego a muitos escravos da vizinhança que assim se tornaram peritos serradores.<sup>783</sup>

O relato de Luccock é, de certa forma, complementado pelas descrições de 1797.

Para esta demonstração, selecionei e reproduzi alguns trechos do referido documento. O primeiro deles define claramente a valorização da mercadoria madeira no mercado colonial:

Alem dos estabelecimentos ja Referidos, que os Lavradores tem formado para a sua conveniência, que vem a ser o Assucar, a Farinha, o Milho, Feijão, e o Arros, sendo este generos os principais pa o seu comercio, *hé o da fatura das Madeiras hum dos negócios em q<sup>e</sup> muitos se empregão com o qual se faz mais vantajoza a sua negociação, pela utilidade q<sup>e</sup> recebem da extração dellas, q<sup>e</sup> hé grande, e geral, não só as fazendo conduzir p.<sup>a</sup> a Cidade, como vendendo nos seos Portos aos Negociantes, ou atravessadores, assim chamados, com o qual genero se aumenta, e se faz mais opulento o Comercio desde Districto. Ella [a madeira] he de tal interesse, q<sup>e</sup> sendo Laborioza, e pesada a sua fatura, e Condução p.<sup>a</sup> os Portos de Embarque, nem por isso deixão de continuar com as fabricar.*<sup>784</sup>

Além de mostrar como a exploração madeireira, em fins do setecentos, era uma atividade cuja expectativa de remuneração era altíssima, o trecho acima também descobre a atuação de um agente cuja intervenção revela a importância do setor madeireiro da economia:

<sup>782</sup> LUCCOCK, **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**, op. cit., p.232.

<sup>783</sup> Idem, *ibidem*, p.232-3.

<sup>784</sup> *Descrição*, op. cit., cap.18, grifo meu.

o *atravessador*. Já vimos o quanto ele fazia-se presente no valorizadíssimo comércio de escravos novos. Naquele caso, argumenta Nireu Cavalcanti, o atravessador constituía como que uma raia miúda dos tratantes, os quais adquiriam as piores mercadorias, o “refugio” por assim dizer (os indivíduos doentes, os aleijados, os velhos), com a intenção de recuperá-los e revendê-los com lucro.<sup>785</sup> Talvez nem sempre fosse esse o caso e os chamados atravessadores podiam também ser homens com uma capacidade de investimento que lhes permitisse especular, comprando quantidade razoável de escravos bons, retendo-os e inflacionando o mercado.<sup>786</sup> Os atravessadores de madeira desenham-se como comerciantes de peso cuja estratégia era interceptar a mercadoria logo à boca das serrarias, antes que sobre o produto pudessem recair todos os custos inerentes ao frete até a cidade.

Outra possibilidade de escoamento – utilizada, sobretudo, pelos produtores de madeira mais pobres – era através do estabelecimento de uma relação regular de trocas com um *vendeiro* local, permutando madeira por mantimentos:

Outro Ramo mais há de Comercio em todo este territorio, q<sup>o</sup> hé o estabelecimento das Tavernas, nas quaes mais, ou menos ao Surtimento para a Sustentação deste Povo ordinario, como fica dito, e a esta negociação acresce tambem aos Vendeiros a utilidade q<sup>o</sup> tirão em venderem o Mantimento a troca de Madeiras, Farinha, Milho, Feijão, e Arroz, no q<sup>o</sup> aumentão o seo negocio recebendo muitas vezes por preço moderado, mais do ordinario, a q<sup>o</sup> se vem obrigados seos donos, os q<sup>o</sup> são pobres p.<sup>a</sup> remediarem a sua nescessidade.<sup>787</sup>

A referência ao taverneiro (ou vendeiro), que trocava madeira por mantimentos, é mais uma evidência da participação preponderante dos produtores de subsistência na indústria madeireira comercial. Conforme ressalta Hebe Mattos de Castro, a presença do vendeiro revela um padrão de consumo e articulação econômica integrado exatamente àquele mundo dos “homens livres pobres”, ou seja, dos indivíduos que viviam à margem das grandes unidades agrícolas de exportação.<sup>788</sup>

<sup>785</sup> CAVALCANTI, “O comércio de escravos novos no Rio setecentista”, op. cit., p.41.

<sup>786</sup> Indicativo disso são as constantes reclamações de senhores de engenho do Recôncavo: não teriam eles condições de comprar escravaria jovem e saudável? Cf. CAVALCANTI, op. cit., pp.38-40.

<sup>787</sup> *Descrição*, op. cit., cap.18.

<sup>788</sup> CASTRO, *Ao sul da história*, op. cit., pp.79-80.

Detenho-me um pouco nessa questão dos taverneiros, pois há indicações de que a vinculação destes agentes com a indústria e o comércio madeireiros não se restringia à bacia do Macacu. Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, para se compreender a posição do vendeiro na sociedade “senhorial” brasileira, é preciso enfatizar a sua condição de *único agente ocupado em atividades comerciais e, ao mesmo tempo, estreitamente envolvido na vida comunitária*. Isto fazia desses pequenos comerciantes os únicos, no âmbito restrito da população rural local, a manipular dinheiro de maneira mais ou menos constante e a depender vitalmente desse fluxo monetário:

A dependência vital desse fluxo de dinheiro, numa sociedade em que ele é necessariamente intermitente, leva o vendeiro a equilibrar por vias menos lícitas a falta de regularidade no rendimento de seu negócio. Participando de uma sociedade cuja economia se organiza num duplo plano, um deles comercial e desintegrado do sistema local e outro de subsistência, e tendo-se apropriado de uma atividade que se insere a meio caminho entre esses dois planos (depende do *comércio* com a população do *setor de subsistência*), não lhe sobra muita escolha senão explorar vorazmente todas as oportunidades de lucro que lhe apareçam e que sejam capazes de compensar a rotina pobre do abastecimento supérfluo de uma população sem recursos e sem necessidades.<sup>789</sup>

Com efeito, essa busca por enriquecimento liquidável aproximava os vendeiros dos estratos sociais superiores no sentido de que eles exploravam habilmente certos *esquemas de dominação*.<sup>790</sup> A aplicação desses expedientes tornava-se muito visível nas áreas em que ainda existiam contingentes nativos significativos, como o centro-norte fluminense. As estratégias baseavam-se na invasão e apropriação das terras indígenas, expropriando, assim, seus antigos donos dos meios de subsistência. Em seguida, instalavam vendas e passavam a fornecer os mantimentos que antes eram produzidos em regime de domesticidade, além de outros novos e altamente viciantes, como a aguardente de cana.<sup>791</sup> Em 1818, os três

---

<sup>789</sup> FRANCO, Maria Sylvia de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997, pp.80-1, grifos no original.

<sup>790</sup> Idem, *ibidem*, p.83.

<sup>791</sup> “A aquisição mais deletéria para os indígenas foi, seguramente, a aguardente de cana. Neste caso, ao fascínio exercido sobre diversas tribos, como bebida muito mais forte que as suas, soma-se a propensão à embriaguez, quase fatal no caso de grupos humanos submetidos a tensões e frustrações como as experimentadas pelos índios no curso da aculturação. Acresce ainda que a aguardente, devendo ser obtida dos brancos, for largamente utilizada como o principal aliciante para induzir os índios a trabalhar para estranhos [...]”. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp.368-9.

vereadores juntamente com o procurador do Senado da Câmara da Vila de São Pedro de Cantagalo enviam um ofício do Desembargador Ouvidor Geral da Comarca denunciando estas práticas nocivas aos índios:

[...] foi servido dirigir-nos para informar-nos[vos] quem são os magnatas que insultam os índios da Aldeia de São Fidelis, lavrados na Representação que a Câmara desta Vila fez na presença de Sua Majestade Fidelíssima em atenção a Representação que o Comandante deste Distrito fez à mesma Câmara, anexando a dos mesmos índios no qual se queixam que se viam obrigados a desampararem as suas terras e casas, por não poderem plantar, faltando-lhes por isso os meios da sua Subsistência, por causa dos gados, que nas terras de suas plantações tem metido alguns Portugueses, destroçando-lhes todos os matos derrubando e tirando madeiras de toda a qualidade e fazendo roças nas terras dos mesmos, queixando-se igualmente os Padres e Missionários, que os Portugueses lançam os índios das suas casas feitas por eles Padres, e pondo nelas tavernas com águas ardentes com os mesmos índios se imbedam, vendendo as próprias roupas, para comprarem a dita bebida a ponto de ficarem nus, usurpando-lhes as madeiras dos matos e das terras que a Sua Majestade Fidelíssima tem dado aos mesmos índios [...].<sup>792</sup>

Estes índios ou mamelucos eram amiúde empregados, na exploração madeireira macacuana, em regime de jornada, utilizando técnicas de transporte fluvial semelhantes às descritas mais acima por Burmeister. Isto fica claro quando o autor da *Descrição* nos informa que os fabricantes de madeira levavam a cabo seu empreendimento

não só com seus escravos, como com homens jornaleiros a quem pagão, vencendo a dificuldade da navegação, naquelles lugares aonde não chegam as Embarcações de maior Porte, pela falta de águas, em as conduzir em Canoas e em Balsas, que são bem semelhantes às Jangadas, e tão seguras que sustentão homens, que as conduzem com Varas até os lugares em que se achão as Embarcações para as receber, o que lhes hé mais suave e menos penoso nas occasiões de abundancia d'águas.<sup>793</sup>

Vale salientar que esse tipo de cooptação ou coerção sócio-econômica, um veículo poderoso de transfiguração das diversas etnias tribais, ainda podia ser observado, em meados do século XX, ao longo da fronteira amazônica. Pode-se supor que o desmantelamento da organização sócio-cultural nativa operado pelo engajamento dos indígenas na indústria madeireira fosse semelhante nos dois casos históricos, visto que, em ambas as situações, verificava-se o

<sup>792</sup> DIAS, Acácio Ferreira. **Terra de Cantagalo: subsídio para a história do município de Cantagalo**, v.1. 2ª ed. Rio Bonito-RJ: Artes Gráficas Cantagalo, 1979, p.71. O autor diz ter feito a transcrição “respeitando a grafia do original” deste tal ofício, encontrado no arquivo da Prefeitura Municipal de Cantagalo.

<sup>793</sup> *Descrição*, op. cit., cap.18.

destacamento de toda a unidade familiar do seio da comunidade (ver o relato de Burmeister, um pouco mais acima):

Outra fonte de trabalho para os Tembé foi, durante vários anos, o engajamento nos grupos de madeireiros que se internavam nas matas da margem do Gurupi para procurar madeiras de lei, derrubá-las e fazer carreiras por onde as pudessem arrastar até a barranca e conduzi-las através do rio até a foz. [...] Eram trabalhos tão exigentes em energias, tão pouco compensadores quanto o de remeiro, e de conseqüências ainda mais funestas porque, enquanto o remeiro trabalha sozinho, deixando a mulher junto à aldeia onde pode garantir sua subsistência e a dos filhos, o madeireiro desvinculava-se da aldeia, levando consigo a mulher. No local de trabalho ela é desrespeitada por quantos homens sozinhos ali se encontrem, a começar pelo patrão.<sup>794</sup>

*A história das transfigurações nos padrões sócio-culturais de uso dos recursos florestais nativos advindas do impacto colonizador ainda está, em grande parte, por ser escrita. A quase totalidade das análises históricas sobre os efeitos da expansão europeia sobre as sociedades “autóctones” do Novo Mundo centra suas preocupações quase exclusivamente sobre os sistemas aráveis. Essa negligência é tanto mais surpreendente quanto mais constatamos que, em muitas dessas sociedades, a habilidade de explorar terras e florestas não-aráveis (pelo menos a priori) e a capacidade de fazê-lo tornou-se mais e mais constringida à medida que tais recursos eram cada vez mais colocados ao serviço da produção mercantil.<sup>795</sup> Até agora, decerto que só podemos especular “a respeito dos motivos que levaram os indígenas a explorar e vender, por fim, a floresta que lhes fornecera caça e recursos coletados durante séculos”.<sup>796</sup> A reversão desse quadro, isto é, o aumento de nosso parco conhecimento acerca dos processos de etnogênese indígena no contexto da implantação forçada de uma economia baseada no valor-de-troca, pode se valer, muito proficuamente, da aproximação e familiarização do novo e fascinante campo da historiografia indígena com os métodos, técnicas e temáticas da história ambiental.*

### 3.5. História agrária como história florestal

Ao contrário do que se pode vir a pensar, a manipulação do comportamento biológico das plantas para fins de alimentação perfaz tão-somente uma dentre as muitas motivações econômicas potencialmente fundadoras das práticas humanas de transfiguração das paisagens florestais. A relação de troca biofísica entre os sistemas produtivos rurais e os ecossistemas florestais é, na verdade, a síntese dos diversos tipos de *apropriação* – no sentido marxiano de

<sup>794</sup> RIBEIRO, Os índios e a civilização, op. cit., p.394.

<sup>795</sup> GROVE, “Colonial conservation, ecological hegemony and popular resistance”, op. cit., p.15.

<sup>796</sup> DEAN, A ferro e fogo, op. cit., p.181.



“retirar [...] ou determinar algum tipo de uso para alguma parte da natureza”<sup>797</sup> – a que a floresta é submetida, já que esta fornece, além de seu substrato (o solo), inúmeros outros recursos para a sustentação dos grupos humanos. Deste modo, o estudo de uma atividade extrativista é algo que deve, necessariamente, cruzar as fronteiras não somente da história econômica e ambiental, mas também da própria história agrária, já que o extrativismo madeireiro era praticado no espaço rural, em interação com as atividades agrícolas propriamente ditas – além do fato de que bem se poderia conceber um *continuum* cujos extremos fossem constituídos pela coleta pura e simples, de um lado, e pela domesticação dos vegetais, do outro.

Distanciamo-nos, assim, tanto de uma história florestal mais simplista, na qual “a floresta aparece como matéria-prima para o comércio de madeira e nada mais”<sup>798</sup>, quanto de uma história agrária de base economicista na qual a floresta aparece como mero “combustível” e/ou ecossistema improdutivo a ser convertido – ambas extremamente cândidas. Em 1975, renovando a metodologia das clássicas introduções geográficas às obras de síntese histórica francesas – uma tradição inaugurada pelo célebre Paul Vidal de la Blache –, Georges Bertrand (num esforço precoce e infelizmente isolado, até hoje, entre seus conterrâneos) clama por uma abordagem histórico-ecológica no estudo das sociedades agrárias que propicie um olhar holístico sobre as combinações sócio-naturais que engendram, ao longo do tempo, os gêneros de vida rurais. Essa perspectiva exige a consideração da floresta como um elemento capital do elemento material e mental destas sociedades:

*Les historiens ne sont vraiment intéressés à la forêt que lorsqu'elle était... défrichée. Ils y ont surtout vu une réalité juridique ('reserve', droits d'usage) et, secondairement, une donnée économique (fourniture en bois, pâturage, cueillette, etc.). La forêt a représenté beaucoup plus dans la société rurale, même lorsqu'elle était réduite en lambeaux.*<sup>799</sup>

<sup>797</sup> HOBBSAWM, Eric J. “Introdução”. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz & Terra, 1991, p.16.

<sup>798</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.22.

<sup>799</sup> BERTRAND, Georges. “Pour une histoire écologique de la France rurale”. In: DUBY, Georges; WALLON, Armand (dirs.) **Histoire de la France rurale, vol. 1**. Paris: Seuil, 1975, p.86, grifos meus.

Segundo Maria Yedda Linhares, a história agrária nasceu da “feliz comunhão” entre o geógrafo e seu método de observação das relações do homem com seu meio físico e o historiador, com seu método de explicar as mudanças no tempo e no espaço. Ainda segundo Linhares, o encontro entre a Geografia e a História foi, no Brasil, muito breve, tendo sido em grande parte abortado pelo debate político sobre as origens da sociedade brasileira nas décadas de 1940, 50 e 60. Este movimento freou o prosseguimento da exploração dos ricos filões interdisciplinares já indicados por Caio Prado e, também, em larga medida, pela obra de Capistrano de Abreu.<sup>800</sup>

Ao meu ver, resgatar aquela efêmera “feliz comunhão” seria o caminho para redefinirmos a história agrária num quadro mais amplo de construção dos objetos de investigação, quadro este que incluía o importante componente geo-ecológico. Pensar historicamente a floresta colonial brasileira é refletir sobre a sua apropriação em *locus* transformado pela ação humana, é determinar a multiplicidade de indivíduos e grupos sociais que ali construíram suas vidas, particularmente marcando e sendo marcados em seu convívio global, uma simbiose sempre imperfeita, sempre desequilibrada – no sentido neguentrópico do termo –, com o ambiente silvestre. Viver o que hoje chamamos de “campo”, especialmente para os pobres livres, era viver a mata em sua inteireza. Logo na abertura do primeiro capítulo de seu clássico *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, Marya Silvia de Carvalho Franco reproduz um trecho de um processo-crime que descreve um assassinato de um homem que caçava pacas por outro que cortava madeiras. Analisando essa fonte, a autora discorre da seguinte maneira:

Nesse depoimento objetivam-se comportamentos que refletem o modo típico de viver das populações rurais brasileiras. *O próprio local em que se desenrola a cena – a mata – evoca o cenário onde preferentemente transcorria a vida do caipira antigo e a fonte de onde provinha a maioria dos recursos de sua sobrevivência. A atividade em que se entretinham os homens – a exploração da floresta – exprime o estreito e direto vínculo entre homem e*

---

<sup>800</sup> LINHARES, “Subsistência e sistemas agrários na Colônia”, op. cit., pp.746-7.

*Natureza, e o caráter de suas ocupações – a caça e a extração [...].*<sup>801</sup>

Em se considerando que o referido processo baseava-se largamente no depoimento de uma mulher que, em seu caminho para colher milho na roça de sua família, havia sido interpelada pelo futuro defunto, pode-se ter uma bela imagem da complexidade do agro brasileiro pretérito.

A sociedade brasileira nasceu e se desenvolveu no meio florestal. Somente na sua puberdade é que ela esprou-se para os horizontes abertos, para os campos, para os cerrados, para a caatinga. Os autores clássicos gostavam da imagem romântica da “luta” do homem contra o sertão florestal, a subjugação das forças selvagens da natureza inculta pela civilização, influência indelével do modelo de *fronteira* de F. J. Turner.<sup>802</sup> Já os autores contemporâneos, como Warren Dean, influenciados pelo pensamento ambientalista, acabaram por inverter a polaridade do virtuosismo, tendendo a descrever a ocupação do espaço florestal como um processo de depredação *tout court*, no qual a simples presença do homem é vista como elemento maculador de uma pureza e de uma harmonia supostamente intrínsecas a uma natureza quase sacralizada.<sup>803</sup>

Concordo inteiramente com Regina H. Duarte quanto à improbabilidade da história da sociedade brasileira ser o mero desenrolar de um processo linear e crescente de destruição florestal.<sup>804</sup> Prefiro, neste sentido, pensar que a Mata Atlântica foi o principal baluarte físico-geográfico da formação colonial, fornecendo, ao longo de mais de três séculos, a maior parte da matéria-bruta utilizada no empreendimento ultramarino português. E essa matéria-bruta não se restringiu ao solo usurpado a ferro e fogo da floresta. Como toda apropriação é

---

<sup>801</sup> FRANCO, **Homens livres na ordem escravocrata**, op. cit., p.23, grifos meus.

<sup>802</sup> Um bom exemplo pode ser encontrado no já citado *Marcha para o oeste*, de Cassiano Ricardo.

<sup>803</sup> “Para o homem, a coexistência com a floresta tropical sempre foi problemática. Antagonismo não é, em nenhum momento, parte necessária da relação, mas a ‘limpeza’ da floresta não é mero ditame do preconceito ou orgulho cultural ou de arranjos políticos e sociais imprevidentes. O avanço da espécie humana funda-se da destruição de florestas que ela está mal equipada para habitar”. DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.24.

<sup>804</sup> DUARTE, “Por um pensamento ambiental histórico”, op. cit., p.151.

multiforme ou, em outras palavras, como toda paisagem natural pode ser *recursalizada*, simultaneamente, de diversas formas, supondo, no mínimo, um tipo de uso para cada elemento natural disponível, a floresta foi derrubada e queimada, sim – afinal, para morar *na* floresta, o homem necessariamente a remove<sup>805</sup> –, mas também cultivada, drenada, caçada, estradada, *madeirada*. E, tal como nas xilogravuras estudadas por Gilmar de Carvalho<sup>806</sup>, a madeira imprimia sua marca na sociedade luso-brasileira; ela era, por assim dizer, uma matriz biofísica fundamental da vida cotidiana – “madeira matriz”. Na “Idade da Madeira” colonial, se os machados parassem de gingar, as moendas parariam de espremer, os pilões parariam de esmagar, as colheres pariam de revolver, os tamancos parariam de tilintar, as canoas parariam de flutuar, o homem, em suma, pararia de *habitar*.

Visto tudo isso, que validade terá a clássica e elegante formulação de Pierre Deffontaines – “a riqueza botânica da floresta brasileira é uma pobreza econômica”?<sup>807</sup> Desde que se atribua ao adjetivo *econômico* a acepção substantiva que lhe deu Karl Polanyi<sup>808</sup>, entendo que nenhuma. Certo, Deffontaines era um típico geógrafo de campo, daqueles cujas botas enlameadas nem mesmo lhe permitiriam adentrar um arquivo minimamente asseado; suas inferências históricas são, por conseqüência, extremamente conjecturais. Malgrado todo o esforço em sentido contrário – a profissão de fé possibilista –, penso que a total ausência de pesquisa arquivístico-documental acabou deixando espaço para uma boa dose de pré-determinação naturalista – a qual, façamos justiça, não aparece apenas nos escritos do mestre francês, mas em quase todas as considerações que os geógrafos teceram sobre a indústria extrativista madeireira no Brasil. Emblemática, nesse sentido, é a afirmação de Dora de

---

<sup>805</sup> DEAN, **A ferro e fogo**, op. cit., p.30.

<sup>806</sup> CARVALHO, Gilmar de. **Madeira matriz: cultura e memória**. São Paulo: Amablume, 1998.

<sup>807</sup> DEFFONTAINES, “A floresta a serviço do homem no Brasil”, op. cit., p.567.

<sup>808</sup> “The substantive meaning of *economic* derives from man’s dependence for his living upon nature and his fellows. It refers to the interchange with his natural and social environment, in so far as this results in supplying him with the means of material want satisfaction”. POLANYI, Karl. “The economy as instituted process”. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard (eds.). **The sociology of economic life**. Boulder: Westview Press, 1992, p.29, grifo meu.

Amarante Romariz: “Embora existam áreas florestais em várias outras regiões do Brasil é no sul que vamos encontrar maior desenvolvimento da indústria madeireira, graças à presença das matas de araucária que, pelo seu caráter mais uniforme, permitem uma exploração regular de seus elementos”.<sup>809</sup> Lindalvo Bezerra dos Santos é ainda mais categórico: “Os pinheiras são as únicas florestas no Brasil exploradas economicamente, quanto à *produção de madeira em larga escala* [...]”.<sup>810</sup>

À qual referencial dever-nos-íamos atrelar para dizer se uma determinada produção madeireira é ou não de “larga escala”? O mercado internacional? Não seria ele um parâmetro demasiadamente economicista, além de historicamente negligente? Acredito que a aferição do nível de desenvolvimento da atividade madeireira deva ser perpassada por um *relativismo ambiental* que garanta a comparabilidade dos quadros empíricos constatados. Desde Julian Steward, o pai-fundador da “ecologia cultural”, os antropólogos não cansam de nos advertir sobre a temeridade de comparar traços da cultura material isolados do seu contexto mais amplo, incluindo o meio físico-ecológico.<sup>811</sup> Para evitar essa armadilha, Fredrik Barth sugeriu que se assumisse

[...] um ponto de vista que não confunda os efeitos das circunstâncias ecológicas sobre o comportamento com os efeitos da tradição cultural, tornando possível a separação desses fatores e a investigação dos componentes culturais e sociais não-ecológicos que agem no sentido da criação de diversidade.<sup>812</sup>

Acaba-se voltando, portanto, à questão da importância das unidades espaciais de análise em história ambiental, já discutida no primeiro capítulo. Ora, colocar em prática a estratégia de observação defendida por Barth passa, obrigatoriamente, pelo “isolamento” de certas variáveis ecológicas chave. A história da indústria madeireira, como história social e comparada, deve ser pesquisada contra o pano de fundo dos diversos domínios florísticos

<sup>809</sup> ROMARIZ, Dora de Amarante. “Serraria”. In: **Tipos e aspectos do Brasil**, op. cit., p.429.

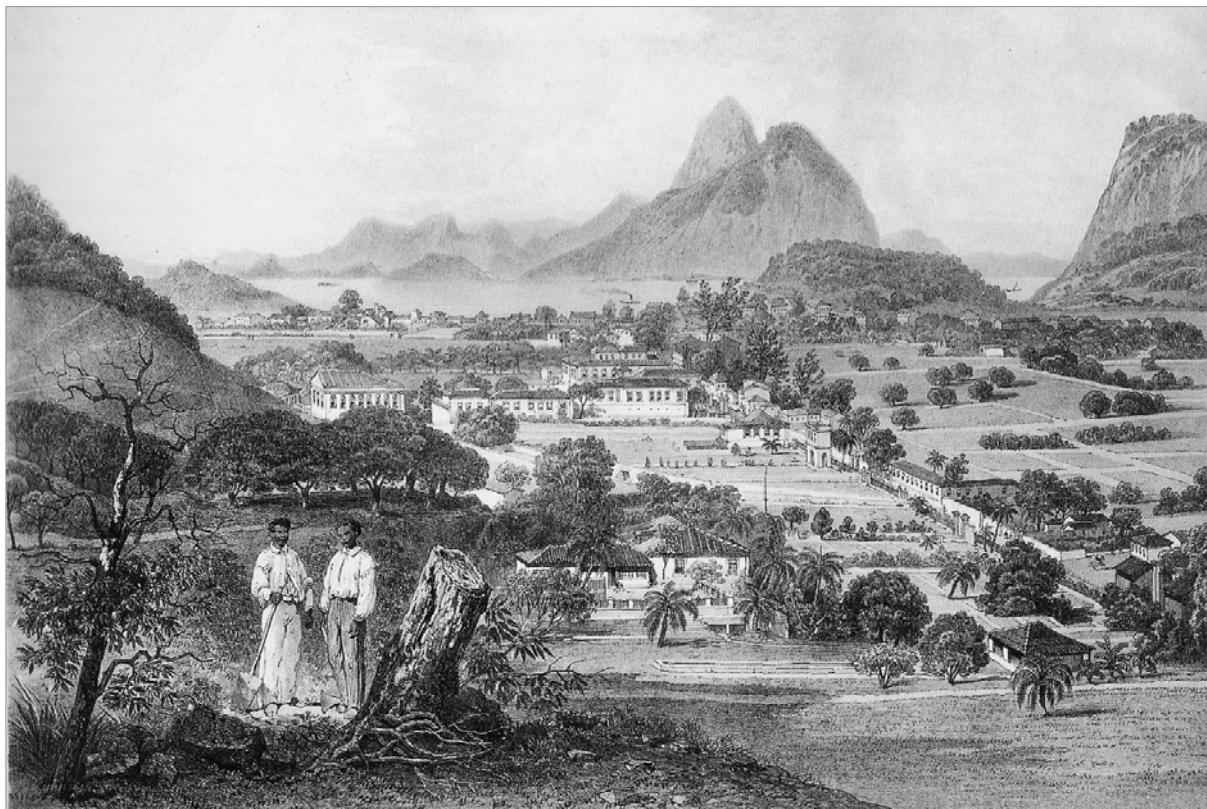
<sup>810</sup> SANTOS, Lindalvo Bezerra. “Pinhal”. In: **Tipos e aspectos do Brasil**, op. cit., p.424, grifo meu.

<sup>811</sup> Para uma boa introdução aos conceitos e métodos da ecologia cultural, ver VIERTLER, Renate B. **Ecologia cultural: uma antropologia da mudança**. São Paulo: Ática, 1988.

<sup>812</sup> BARTH, **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**, op. cit., p.31.

(floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista, floresta estacional decídua, etc.), que são, afinal de contas, balizadores fundamentais das possibilidades de transformação da matéria lenhosa bruta em recursos madeireiros, processo no bojo do qual foram geradas formas e tipos culturais particulares.

## Conclusões



Panorama da cidade do Rio de Janeiro tomado do morro de São Clemente (litografia de Iluchar Desmons, c.1850)

*“The process [...] has to be seen as a whole, but not in abstract or singular ways. We have to look at all our products and activities, good and bad, and to see the relationships between them which are our own real relationships”.*

—RAYMOND WILLIAMS

A litografia de Iluchar Desmons reproduzida no frontispício desse epílogo retrata um arrabalde da então freguesia da Lagoa (Botafogo), uma área que passava, a essa época (meados do oitocentos), por um intenso processo de ocupação por chácaras.<sup>813</sup> A rua que vemos em segundo plano, tomando a maior parte do espaço da composição, nos quadrantes superiores, centrais e destrógeros, é a de São Joaquim da Lagoa, atual rua Voluntários da Pátria, um dos eixos que guiavam a localização dessas luxuosas residências. Esse cenário, poucos questionariam, é uma paisagem tipicamente humanizada: uma “franja rural-urbana” – diriam os geógrafos atuais – com sua artéria ramificando-se em inúmeros arruamentos transversais, geometrizados ao gosto dos parcelamentos, o ambiente construído densificando-se a partir da orla, a arborização esparsa feita com espécies exóticas sobre a planície.

Mas a verdadeira beleza dessa peça é o contraste que se alcança com os elementos minoritários, colocados em primeiro plano, em baixo e à esquerda. Trata-se de dois negros (provavelmente escravos, apesar de sua indumentária pouco compatível com sua condição social) – armados com pá e machado – e um toco de árvore. Parece significativo que os homens e as árvores (não-ornamentais) estejam posicionados como que de forma sustinente em relação ao espaço construído, mirando o expectador – e não a sua obra, que resta ao fundo. O ecúmeno plano e calmo é fruto da agência perseverada de homens e árvores nos interstícios acidentados daquele imenso jardim pré-urbano. Em suma, o que a litografia de Desmons mostra é o metabolismo econômico-ecológico desequilibrado entre a antiga sociedade carioca e a floresta, a qual procurei discutir ao longo desta dissertação.

O arquiteto e historiador da técnica Júlio Roberto Katinsky classificou as construções coloniais em três conjuntos: (1) aquelas destinadas a amparar a produção colonial de exportação, (2) aquelas destinadas a garantir a continuidade administrativa e social da colônia e (3) aquelas destinadas predominantemente à vida econômica e social, com vistas à

---

<sup>813</sup> ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006, p.37.



satisfação de necessidades internas à colônia.<sup>814</sup> Poder-se-ia dizer que, em seu conjunto, essas três grandes categorias construtivas formavam o arcabouço material daquele sistema que vimos chamando, ao longo de toda esta dissertação, de *ecúmeno colonial*. O que espero ter mostrado, através da análise do caso da bacia do rio Macacu na segunda metade do setecentos e começo do oitocentos, é que a produção madeireira era simplesmente essencial no processo de reprodução desse espaço habitável, reflexo e condição para o estabelecimento de relações sócio-ecológicas que viriam a se tornar estruturais da “modernidade” fluminense e brasileira. Nestas páginas finais, procurarei resumir os principais dados históricos que dão substância a essa afirmação.

## *I*

No primeiro capítulo, que poderia ser classificado como o mais denso em termos propriamente ambientais, minha preocupação foi, em primeiro lugar, estabelecer uma “linha de base biofísica” que pudesse dar concretude aos condicionamentos ecológicos com os quais se defrontavam os agentes de recursalização madeireira atuantes no período e na área em questão.

Para isso, achei pertinente gastar algumas laudas para definir e justificar minha escolha de recorte espacial. Neste sentido, engajei-me numa discussão sobre os limites e possibilidades da proposta da história ambiental de trabalhar com unidades ecológicas. Defendi a utilização da bacia hidrográfica como área de estudo baseando-me na sua validade como elemento geográfico integrador de um processo da natureza – a drenagem das águas superficiais – e um “modo de extração” sócio-historicamente determinado.

Surgia, então, o conceito de “bacia madeireira”. Mostro que a maior delas, na capitania fluminense do colonial tardio – tanto em extensão territorial como em volume de

---

<sup>814</sup> KATINKY, “Sistemas construtivos coloniais”, op. cit., p.68.

produção – foi a do Macacu, rio que drena toda a porção nordeste do Recôncavo da Guanabara. Usando documentação primária do último quartel do setecentos, mas principalmente do pequeno período pós-1797, pude, então, chegar a estimativas razoáveis da paisagem florestal da referida bacia – tanto em termos espaciais quanto estruturais –, bem como determinar como essa matéria bruta era transformada em recursos sociais muito pouco utilizados no próprio local, mas sim no *core* urbano, evidenciando um claro modelo centro-periferia.

A seguir, procurei, a partir dessas constatações empíricas, questionar a tese de Miller da pobreza e homogeneidade da economia madeireira colonial. Concentrei-me na questão das possibilidades oferecidas pela floresta macacuana ao madeiramento naval, possibilidades estas comprovadamente restritas em relação a um amplo espectro de empregos da fibra lenhosa. Não menos importante era o fato de que a política florestal portuguesa devia considerar também os efeitos contraproducentes de uma rígida monopolização sobre a atividade agrícola, o verdadeiro motor da economia colonial brasileira.

## **II**

O segundo capítulo buscou estudar os aspectos político-administrativos da instituição das “madeiras-de-lei” na capitania do Rio de Janeiro e, é claro, elucidar como ela se efetivou nos rincões norte-orientais no Recôncavo da Guanabara.

Logo após uma breve introdução a respeito da indústria naval carioca, entro numa discussão sobre a relação entre a legislação florestal (“o que se escrevia”) e sua aplicação prática no espaço colonial (“o que se fazia”). Naquele ponto, os *insights* teórico-metodológicos de E. P. Thompson me foram fundamentais. Fazendo uso de seu conceito de “burocracia florestal”, procuro, então, mostrar que, na travessia do Atlântico, as intenções de gestão e manejo metropolitanos eram amiúde deturpadas pelas condições político-econômicas

e culturais internas à colônia. A descrição empírica dos cortes navais macacuanos parece comprovar essa hipótese.

Novamente, vi-me confrontado pela tese de Miller, e minha atitude foi rechaçá-la, propondo um modelo alternativo. Miller argumenta que o monopólio real madeireiro foi vago e fracamente aplicado, mas extremamente rígido em suas intenções, levando a conseqüências altamente negativas em termos de desperdício ambiental e fraco desenvolvimento econômico naquele setor. Eu, por outro lado, embora admitindo que a política florestal metropolitana era realmente rígida nas suas intenções, argumento que a sua *interpretação* e *aplicação* eram muito flexíveis, gerando, na prática, um regime de *acesso preferencial* e não de *acesso exclusivo* da Coroa.

Esta distinção traz implicações muito importantes. Se as políticas florestais reais foram, de fato, aplicadas de modo flexível e “liberal”, isso significaria que as madeiras brasileiras falharam no comércio internacional por razões outras que não o entrave monopolístico estatal. Apesar de possuir madeiras de alta qualidade e um relacionamento comercial direto com Portugal, o Brasil enviava menos fibra lenhosa para a sua metrópole do que os Estados Unidos, a Suécia, a Rússia e a Prússia, no final do século XVIII. O setor madeireiro também não foi totalmente bem sucedido no abastecimento de madeira de construção mesmo para a demanda local, o que fica evidenciado pelas comuns importações efetuadas mesmo pela maior centro de produção do Brasil – o Rio de Janeiro. Se meu modelo alternativo está correto, então há que se buscar novas explicações para a relativa improdutividade da indústria madeireira colonial. É sobre isso que me debruço no capítulo seguinte.

### **III**

Historiograficamente o mais especulativo do triunvirato, o capítulo busca, primeiramente,

formular teoricamente uma *hipótese* que relacione a agricultura tropical extensiva e o matejo privado no contexto do Brasil colonial tardio. A seguir, avançando de modo a constituir um *modelo*, fazem-se duas aproximações empíricas sucessivas – no sentido mesmo geográfico do termo: a primeira, focalizando a capitania do Rio de Janeiro como um todo e a segunda, ajustando a objetiva para enquadrar somente o distrito de Santo Antônio de Sá de Macacu.

Ao longo desse caminho, o desenho dos elementos vai se tornando cada vez nítido. A agricultura colonial não significava apenas a domesticação dos vegetais, mas a domesticação de todo um complexo ecológico tropical (a “floresta” propriamente dita em todas as suas ligações estruturais com o solo, a hidrografia e o clima). Essa domesticação, que chamei de *produção da terra agricultável*, era extremamente custosa, um custo ecológico que, embora ancorado sobre relações de poder muito bem definidas, perpassava toda a economia agrícola – e, em consequência, para a economia colonial como um todo. De modo a que esta pudesse se reiterar, o referido custo precisava ser contrabalançado, atingindo-se um equilíbrio dinâmico através de três grandes mecanismos: (1) a reprodução extensiva dos sistemas agrícolas, (2) a mão-de-obra escrava e (3) o aproveitamento madeireiro integrado ao processo de arroteamento.

Descritos brevemente os dois primeiros, detenho-me, então, obviamente, no último. As duas aproximações empírico-documentais vão desenredando um carretel que nos leva aos agentes da produção madeireira: os pequenos e, principalmente, médios produtores de alimentos (farinha de mandioca, milho, arroz, feijão). Neste sentido, a indústria madeireira era um braço produtivo atuante no mercado interno. Sua dinâmica, embora difícil de ser captada, deve ser considerada como um eixo econômico fundamental para a viabilização de quase todo o complexo colonial, devendo, portanto, estar na pauta de investigação dos historiadores que se interessam pelos mecanismos através dos quais se formou um espaço de reprodução endógena da sociedade e da economia brasileiras dos séculos XVIII e XIX.

**Fontes manuscritas**

*Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, seção de avulsos:*

- Caixa 165, n° 62;
- Caixa 135, doc. 42, n.3.

*Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras:*

- 088, 04, 15 n° 64.

*Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, conjuntos documentais:*

- I-28, 28, 4;
- I-28, 28, 9;
- I-11, 01, 019;
- II-34, 26, 25;
- 5, 4, 33, no. 20 (Coleção Freire Alemão);
- 5, 4, 30, no. 201 (Coleção Freire Alemão);
- 26, 4, 89;
- 2, 4, 13
- I-30, 21, 094

*Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, códices:*

- 67, v.21, v.22, v.23, v.26 e v.31;
- 68, v.13;
- 69, v.8;
- 807, vol.16;
- Caixa 498, pct. 01;
- Caixa 745, pct. 01;

- Inventários, caixa 867, proc. 2243.

*Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códices:*

- 46-2-11.

### Fontes secundárias

- ABREU, Maurício de Almeida. “A apropriação do território no Brasil colonial”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Processo de conquista e apropriação do território: Capitania do Rio de Janeiro, 1564-1600”. *Anais do VI Encontro da ANPUR*. Belo Horizonte, 2003.
- AB’SABER, Aziz N. “O domínio dos mares de morros no Brasil”. *Geomorfologia*, v.2, 1966.
- \_\_\_\_\_. “Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil”. *Geomorfologia*, v.20, 1970.
- ALEMÃO, Francisco Freire. “Tentativa duma história das florestas da Província do Rio de Janeiro”. *Anais da Biblioteca Nacional*, v.81, 1961 [1849].
- \_\_\_\_\_. [Madeiras do Brasil]. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v.81, 1961 [1849].
- \_\_\_\_\_. “Relação de algumas árvores que floresceram de 1848 a 1849 (Mandada ao Dr. Martius)”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v.81, 1961 [1849].
- \_\_\_\_\_. “Apontamentos [sobre a conservação e corte das madeiras de construção naval]”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v.81, 1961 [1849].
- ALGRANTI, Leila M. “Famílias e vida doméstica”. In: SOUZA, Laura de Mello (org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Fernando F. M. “The system of continental rifts bordering the Santos Basin, Brazil”. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.48 (suplemento), 1976.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. 48ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- AMADOR, Elmo da Silva. *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1997, p.270, 275.
- AMADOR, E.S.; PONZI, V.R.A. “Estratigrafia e sedimentação dos depósitos fluvio-marinhos da orla da Baía de Guanabara”. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.46(3/4), 1974.
- ASMUS, H.E.; FERRARI, A.L. “Hipótese sobre a causa do tectonismo cenozóico na região sudeste do Brasil”. In: *Aspectos estruturais da margem continental leste e sudeste*

- brasileira*. Série Projeto REMAC, v.4, 1978.
- ASSIS, Marcelo Ferreira de. *Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1830*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, 2002.
- AZEVEDO, Aroldo de. “Embriões de cidades brasileiras”. *Boletim Paulista de Geografia*, v.25, 1957.
- BACELLAR, Carlos de Almeida P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2001.
- BAKER, Alan R. H. *Geography and history: bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BAKER, William L. “A review of models of landscape change”. *Landscape Ecology*, v.2(2), 1989.
- BARROS, Edval de Souza. *Proprietários rurais e Estado português em meio ao avanço da fronteira agrária escravista – A capitania do Rio de Janeiro entre 1763 e 1808*. Dissertação de mestrado inédita. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BARTH, Ortrud M.; BARRETO, Cíntia F.; COELHO, Luciane G.; LUZ, Cyntia F. P. “Pollen record and paleoenvironment of a 4210 years B.P. old sediment in the Bay of Guanabara, Rio de Janeiro, Brazil”. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v.76(3), 2004.
- BEAUCLAIR, Geraldo. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F&Ed., 1992.
- BERTRAND, Georges. “Pour une histoire écologique de la France rurale”. In: DUBY, Georges; WALLON, Armand (dirs.) *Histoire de la France rurale*, vol. 1. Paris: Seuil, 1975.
- BICKFORD, Sophia; MACKAY, Brendan. “Reconstructing pre-impact vegetation cover in modified landscapes using environmental modelling, historical surveys and remnant vegetation data: a case study in the Fleurieu Peninsula, South Australia”. *Journal of Biogeography*, v.31, 2004.
- BRANDT, Jesper. “Editorial”. *Landscape Ecology*, v.15, 2000.
- BRANNSTROM, Christian. “Rethinking the ‘Atlantic Forest’ of Brazil: new evidence for land cover and land value in western São Paulo, 1900-1930”. *Journal of Historical Geography*, v.28(3), 2002.
- \_\_\_\_\_. *Review of Fruitless Trees*. *Journal of Latin American Studies*, v.35(1), 2003.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. As

- estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BROWN, Larissa V. "Urban growth, economic expansion, and deforestation in late colonial Rio de Janeiro". In: STEEN, H. K.; TUCKER, R. P. (eds.). *Changing tropical forests: historical perspectives on today's challenges in Central and South America*. Durham, N.C.: Forest History Society, 1992.
- BROWN JÚNIOR, K.S. "Conclusions, synthesis, and alternative hypothesis". In: WHITMORE, T. C. & PRANCE, G. T. (eds.). *Biogeography and quaternary history in tropical America*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- BUNKER, Stephen. "Modes of extraction, unequal exchange, and the progressive underdevelopment of an extreme periphery – The Brazilian Amazon, 1600-1980". *American Journal of Sociology*, v.89(5), 1984.
- BÜRGI, Matthias; RUSSELL, Emily W. B.; MOTZKIN, Glenn. "Effects of postsettlement human activities on forest composition in the north-eastern United States: a comparative approach". *Journal of Biogeography*, v.29, 2002.
- BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.
- CABRAL, Diogo de C. "Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – evidências empíricas para a região do Vale do Macacu". *Ambiente & Sociedade*, v.7 (2), 2004.
- \_\_\_\_\_. "Madeireiros do Brasil colonial". *Ciência Hoje*, v.212 (36), 2005.
- CABRAL, Diogo de C.; FISZON, Judith T. "Padrões sócio-espaciais de desflorestamento e suas implicações para a fragmentação florestal: estudo de caso na bacia do rio Macacu, RJ". *Scientia Forestalis*, v.66, 2004.
- CAMPOS, Gonzaga de. "Mapa florestal do Brasil". *Boletim Geográfico*, v.9(1), 1943.
- CAMPOS, M. G. C. "Causas geográficas do desenvolvimento das olarias na baixada da Guanabara". *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, v.10, 1957.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina: vol. I*. Barcelona: Editorial Critica, 1979.
- CARLI, Gileno de. *A evolução do problema canavieiro fluminense*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARVALHO, Gilmar de. *Madeira matriz: cultura e memória*. São Paulo: Annablume, 1998.
- CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. *Gestão Florestal no Brasil Colônia*. Tese de doutoramento inédita. Brasília, DF: UnB, 2002.
- CASTRO, Hebe Mattos de. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Leonardo Costa de. *Da biogeografia à biodiversidade: políticas e representações da Mata Atlântica*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2003.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Geomorfologia fluvial*. São Paulo: Edgard Blücher, 1981.



- COELHO NETTO, Ana Luiza. "Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia". In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (orgs.). *Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- CORRÊA, Roberto Lobato. "Interações espaciais". In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. (orgs.) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Região: a tradição geográfica". In: *Trajetórias geográficas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CRUZ, Ernesto. "A exportação da madeira do Pará para Portugal no século XVIII". *RIHGB*, v.234, 1957.
- DARBY, Henry Clifford. "On the relations of geography and history". *Transactions and Papers*. London: The Institute of British Geographers, publication no.19, 1953.
- \_\_\_\_\_. "Historical geography". In: FINBERG, H. P. R. (ed.). *Approaches to history: a symposium*. London: Routledge & Kegan Paul, 1962.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- DEFFONTAINES, Pierre. "Geografia humana do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, no 1, janeiro de 1939.
- \_\_\_\_\_. "Como se constituiu no Brasil a rede de cidades". *Boletim Geográfico*, v.14-15, 1944.
- \_\_\_\_\_. "A floresta a serviço do homem no Brasil". *Boletim Geográfico*, v.28, 1945.
- \_\_\_\_\_. *L'homme et la forêt*. Paris: Éditions Galimard, 1969.
- DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo: subsídio para a história do município de Cantagalo*, v.1. 2ª ed. Rio Bonito-RJ: Artes Gráficas Cantagalo, 1979.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- DOMINGUEZ-RODRIGO, M.; SERRALLONGA, J.; JUAN-TRESSERRAS, J.; ALCALA, L.; LUQUE, L. "Woodworking activities by early humans: a plant residue analysis on Acheulian stone tools from Peninj (Tanzania)". *Journal of Human Evolution*, v.40, 2001.
- DRUMMOND, José Augusto. "A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa". *Estudos Históricos*, vol.4(8), 1991.
- \_\_\_\_\_. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea". *Ambiente & Sociedade*, vol.5(10), 2002.
- ELTIS, David; RICHARDSON, David. "Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865". *Topoi*, v.6, março 2003.
- ENGEMANN, Carlos; CHAGAS, Juliano; SANTOS, Rogério da Silva; BORGES, Alexandre

- Chaboudt; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. "Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial: o caso do engenho do Camorim, RJ". In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. (org.). *As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.
- ESTAVILLE JÚNIOR, Lawrence E. "Organizing time in historical geography". In: BROOKS GREEN, D. (ed.). *Historical geography: a methodological portrayal*. Savage, Maryland: Rowman and Littlefield Publ., 1991.
- FAIRBRIDGE, R. W. "Convergence of evidence on climatic change and ice-ages". *Annals of the New York Academy of Sciences*, v.95, 1961.
- \_\_\_\_\_. "World sea-levels and climatic changes". *Quaternaria*, v.6, 1962.
- FARIA, Sheila de Castro. "Família e morte entre escravos". *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, 1998.
- FEBVRE, Lucien. *A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história*. Lisboa: Edições Cosmos, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O Reno: histórias, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar (século XVI a XVIII)*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FIREY, Walter. *Man, mind and land: a theory of resource use*. Illinois: The Free Presses of Glencoe, 1960.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- \_\_\_\_\_. "Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII a XIX)". *História: Questões e Debates*, v.36, 2002.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Outras visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- FREITAS, Simone R. "Landscape: where geography and ecology converge". *Holos Environment*, v. 3 (2), 2003.
- \_\_\_\_\_. *Modelagem de dados espectrais na análise de padrões de fragmentação florestal na bacia do rio Guapiaçú (RJ)*. Tese de doutoramento inédita. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tipos e aspectos do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1970.
- FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Itaboraí*. Rio de Janeiro, 1982.
- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GODELIER, Maurice. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1969.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- \_\_\_\_\_. “O conceito de região e sua discussão”. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GONTIJO, Moema Moreira; NUNES, Cristina Pereira. *Tempo & Memória: a trajetória de uma entidade sindical patronal*. Belo Horizonte: SINDIMOV-MG, 1999.
- GORENSTEIN, Riva. “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)”. In: GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira M. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- GRANER, Maria Paula. *A estrutura fundiária do município de Araruama: 1850-1920*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1985.
- GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História (1763-1822)*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1951.
- GUEDES-BRUNI, R. R.; LIMA, H. C. de. “Mountain ranges of Rio de Janeiro – South-eastern Brazil”. In: WWF & IUCN. *Centres of plant diversity. A guide and strategy for their conservation*. Cambridge, IUCN Publications Unit, v. 3, 1997.
- HARRISON, Robert Pogue. *Forests: The shadow of civilization*. Chicago: University of

- Chicago Press, 1992.
- HARTSHORNE, Richard. *The Nature of Geography*. Westport: Greenwood Press, 1977.
- HASUY, Y.; GIMENEZ, A.F.; MELO, M.S. “Sobre as bacias tafrogênicas continentais do sudeste brasileiro”. *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Geologia*, v.1, 1978.
- HERZFELD, Michael. *Anthropology through the Looking Glass: Critical Ethnography in the Margins of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- HOBBSAWM, Eric J. “Introdução”. In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz & Terra, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *150 anos*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.
- IVERSEN, L.R.; RISSER, P.G. “Analizing long-term changes in vegetation with geographic information systems and remotely sensed data”. *Advances in Space Research*, v.7, 1987.
- JOHNSON JÚNIOR, Harold B. “A preliminary inquiry into money, prices and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823”. In: Dauril ALDEN (ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- KATES, Robert W. *Geography, resources and environment*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- KING, Philip B.; SCHUMM, Stanley A. *The Physical Geography of William Morris Davis*. Norwich: Geo Abstracts, 1980.
- KOEHLER, Arthur. *The Properties and Uses of Wood*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1924.
- KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1964.
- LAVRADIO, Marquês de. “Relação – parte II”. *RIHGB*, v.76, 1946 [1779].
- LEÃO, Regina Machado. *A floresta e o homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno Stato assoluto*. Torino: Rosenberg, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEWIS, Roy. *Por que almocei meu pai*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- LILLESAND, Thomas M.; KIEFER, Ralph W. *Remote sensing and image interpretation*.

- New York: John Wiley, 1994.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Formação industrial do Brasil (período colonial)*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- LISBOA, Balthazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967 [1834-5].
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MACHADO, Lia Osório. *Gente do Caceribu: sua geografia, sua história*. Rio de Janeiro: Instituto Baía de Guanabara, 1997 (CD-ROM).
- MAIA FORTE, José Matoso. “Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá”. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, t.XLIV, 1934, p.53-4.
- MARQUES, Jorge Soares. “Ciência geomorfológica”. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (orgs.). *Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz & Terra, 1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.108.
- MARX, M. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: EdUSP/Nobel, 1991.
- MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- MENDES, Renato da Silveira. *Paisagens culturais da Baixada Fluminense*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP), 1950.
- MESQUITA, Myriam Gomes C. “Notas sobre a produção da mandioca na baixada fluminense”. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, v.5, 1952.
- MILLER, Shawn William. *Fruitless trees: portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no 'longo' século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, R. B. “Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII”. *Geografia*, v.1, 1935.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- MORAN, Emilio F. *Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- MUNIZ, Vera Lúcia T. “História do meio ambiente como objeto da história econômica-sociocultural”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n.3, junho 2005.
- ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- PALACIOS, Guillermo. “Agricultura camponesa e plantations escravistas no Nordeste oriental durante o século XVIII”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. 2ª ed. rev. São Paulo: Hucitec, 2002.
- PAULA, José Elias de; ALVES, José Luiz de Hamburgo. *Madeiras nativas: anatomia, dendrologia, dendrometria, produção e uso*. Brasília-DF: Gutenberg, 1997.
- PERLIN, John. *História das florestas: a importância da madeira no desenvolvimento da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- PETRI, S.; FULFARO, V. J. *Geologia do Brasil (Fanerozóico)*. São Paulo: EDUSP, 1983.
- PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972.
- PINHEIRO, João Barbosa. *Pequena corografia especial do Município de Cachoeiras de Macacu*. Cachoeiras de Macacu/RJ: Gráfica Beira-Rio, 1982.
- POLANYI, Karl. “The economy as instituted process”. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard (eds.). *The sociology of economic life*. Boulder: Westview Press, 1992.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. 37ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PURVIS, Andy; HECTOR, Andy. “Getting the measure of biodiversity”. *Nature*, v.405, 2000.
- RAINVILLE, César de. *O vinhola brasileiro. Novo manual prático do engenheiro, arquiteto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro*. Rio de Janeiro: E. H. Laemmert, 1880.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. “Vilas e cidades do Brasil Colonial”. Entrevista à Professora Regina Helena Porto Francisco. *Revista Eletrônica de Ciências*, n.10, agosto de 2002, <[http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art\\_10/vilacolonial.html](http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_10/vilacolonial.html)>.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. “Bestiário brasileiro: a nossa fauna no imaginário colonial”. In: *Anais do II Encontro da ANPPAS, 2004 (CD-ROM)*.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da ‘bandeira’ na formação social e política do Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- ROSSATO, Luciana. *A Lupa e o Diário: história Natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822)*. Tese de doutoramento inédita. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- RUELLAN, Francis. “Evolução geomorfológica da Baía de Guanabara e das regiões vizinhas”. *Revista Brasileira de Geografia*, v.6(4), 1944.

- RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *Terra dos homens*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SANTOS, Ana Maria dos. “Auge e decadência econômica do Recôncavo da Guanabara: o caso de Itaboraí”. In: GRAHAM, Richard (org.). *Ensaio sobre a política e a economia da província fluminense no século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.
- SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SAUER, Carl O. “A morfologia da paisagem”. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.23. [Originalmente em *Publications in Geography*, v.2(2), 1925, p.19-54).
- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajai-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- SILVA, Francisco Carlos T. *Morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia: Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990.
- SILVA, Francisco Carlos T.; LINHARES, Maria Yedda. “Região e história agrária”. *Estudos Históricos*, v.8 (15), 1995.
- SMITH, C. T. “The Drainage Basin as an Historical Basis for Human Activity”. In: CHORLEY, Richard. J. (ed.). *Water, Earth, and Man: A Synthesis of Hydrology, Geomorphology, and Socio-Economic Geography*. London: Methuen & Co., 1969.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOFFIATI, Arthur. *O nativo e o exótico: perspectivas para a história ambiental na ecorregião Norte-Noroeste fluminense entre os séculos XVII e XX*. Dissertação de mestrado inédita. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Destrução e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico

- acerca da eco-história”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.IV(2), 1997.
- \_\_\_\_\_. “Manguezais e conflitos sociais no Brasil Colônia”. In: *Anais do II Encontro da ANPPAS*, 2004 (CD-ROM).
- SORRE, Maximilien. *Les fondements biologiques de la géographie humaine: essai d’une écologie de l’homme*. Paris: Armand Colin, 1943.
- SOUZA, Paulo Ferreira de. *Legislação florestal*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1934.
- STRATHERN, Andrew; STEWART, Pamela J. “Dangerous woods and perilous pearl shells: The Fabricated Politics of a Longhouse in Pangia, Papua New Guinea”. *Journal of Material Culture*, v.5(1), 2000.
- SWYNGEDOUW, Erik. “A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e ‘urbanização-cyborg’”. In: ACSELRAD, Henri (org.). *A duração das cidades*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. Organização de Rafael B. Marquese. São Paulo: Cia. das Letras, 2001 [1839].
- TAYLOR, J.A. “Biogeography: Heritage and Challenge”. In: *Themes in Biogeography*. London: Croom Helm, 1984.
- TERBORGH, John W. “Maintenance of diversity in tropical forests”. *Biotropica*, v.24, 1992.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- THOMPSON, Jill; BROKAW, Nicholas; ZIMMERMAN, Jess K., et al. “Land use history, environment, and tree composition in a tropical forest”. *Ecological Applications*, v.12(5), 2002.
- TOLENARE. “Notas dominicais”. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*, v.XI, marca de 1904, no 61.
- TONHASCA JÚNIOR, Athayde. *Ecologia e história natural da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Interciência, 2005, p.90.
- TRICART, Jean. *Cours de géographie humaine. Fascicule I – L’habitat rural*. Paris: Centre de Documentation Universitaire, Sorbonne, 1954.
- TROLL, Carl. *Luftbildforschung und landeskundliche forschung*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GmbH, 1966.
- TROPMAIR, Helmut. “A cobertura vegetal primitiva do Estado de São Paulo baseada em estudos toponímicos, históricos e ecológicos”. *Ciência & Cultura*, v.26(3), 1974.
- VALVERDE, Orlando. “Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Geografia*, jan.-mar. de 1958.
- VIANNA, Fernando Segadas. “Os diferentes tipos de vegetação do Brasil e sua possibilidade de exploração e utilização”. *Revista Brasileira de Geografia*, abr.-jun. de 1964.



- VIERTLER, Renate Brigitte. *Ecologia cultural: uma antropologia da mudança*. São Paulo: Ática, 1988.
- VON TSCHUDI, Johann Jakob. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.
- WARDELL-JOHNSON, G. W.; WILLIAMS, M. R.; MELLICAN, A. E.; ANNELLS, A. “Floristic patterns and disturbance history in karri forest, south-western Australia: 1. Environment and species richness”. *Forest Ecology and Management*, v.199(2-3), 2004.
- WILLIAMS, Michael. *Deforesting the earth: from pre-history to global crises*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- WOORTMANN, Ellen F. “O sítio camponês”. *Anuário Antropológico*, v.81, 1983.
- WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*, v.4(8), 1991.
- \_\_\_\_\_. “The Vulnerable Earth: Toward a Planetary History”. In: *The Ends of the Earth: Perspectives on Modern Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ZANI, Antonio Carlos. *Arquitetura em madeira*. Londrina: Eduel, 2003.
- ZIMMERMANN, Erich W. *World resources and industries: a functional appraisal of the availability of agricultural and industrial materials*. Revised Edition. New York: Harper & Brothers, 1951.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)